



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/11/2016

OBSERVAÇÕES:

- **Notas taquigráficas sem revisão**
- **Orador não identificado**
- **Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível**
- **Intervenção simultânea ininteligível/inaudível**
- **Manifestação fora do microfone**
- **Exibição de imagens**
- **Tumulto**

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o PL 509/16, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo, para o Exercício de 2017/Orçamento de 2017.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição da audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo no link audiências públicas, registro transcrito.

Para compor a mesa convida a Sra. Maria Rosário Ramalho, Secretária da Secretaria Municipal da Cultura; Alexandre Pierro, Coordenador de Administrações e Finanças; Alfredo Maneve, Presidente da SPCine e Anete, da Secretaria Municipal de Finanças. Estão presentes, também, os Srs. Vereadores Toninho Vespoli e Bispo Atílio.

Passo a palavra a Sra. Maria do Rosário Ramalho, Secretária de Cultura.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO – Bom dia a todos. Eu acompanho essas audiências de orçamento há 16 anos.

Cumprimento os Srs. Vereadores membros da Comissão de Finanças; funcionários do Theatro; movimento de periferias representantes do cinema das várias linguagens artísticas, onde teremos a oportunidade de ouvi-los aqui, quem coordena é o Vereador.

Farei uma breve apresentação do orçamento, sem todos os números, é óbvio, porque nem caberia em uma audiência desse tipo. Sei que muitos que estão aqui conhecem a estrutura da Secretaria de Cultura, e também estudou o Orçamento, já tem os números, inclusive com mais detalhes do que trarei aqui. Também sei que tem muita gente que não conhece e às vezes conhece um pedaço da secretaria e não conhece o outro.

Então, por isso, vou pedir a paciência de fazer uma apresentação breve, que vocês ouçam e depois a gente ouve todo mundo.

Pode apagar a luz, por gentileza.

- A oradora passa a referir-se a imagem de projeção.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO - Sobre a estrutura da Secretaria de Cultura, o orçamento foi organizado da forma como nós estamos trabalhando na Secretaria. Aguardamos que ainda saia, nesta gestão, um Decreto que espelhe o real funcionamento da Secretaria de Cultura e o orçamento foi estruturado dessa maneira.

Aqui a gente tem a Secretaria de Cultura, a Fundação Theatro Municipal, que é da Administração Indireta, e uma empresa do audiovisual que é a SPCine.

Dentro da Secretaria de Cultura, nós temos o Gabinete da Secretária – ou do Secretário –, Coordenadoria de Bibliotecas, Coordenadoria de Museus, Arquivo e Patrimônio Histórico, Coordenadoria de Centros Culturais e Teatros, e a Coordenadoria de Fomentos e Cidadania Cultural.

Há aqui uma breve distribuição dos equipamentos na Cidade: temos 12 centros culturais, alguns grandes já existiam e eram reconhecidos dessa maneira, outros eram bibliotecas que reuniam vários equipamentos ou conhecidos como casas de cultura e foram transformados, sempre quando tinham mais de uma função, estão sendo reconhecidos como centros culturais; temos 10 teatros municipais, que eram chamados de teatros distritais – aí vocês vão vendo a sua distribuição na Cidade; temos hoje 19 casas de cultura em funcionamento – vocês devem saber também que nesse Decreto que vai sair serão criadas novas casas de cultura, algumas fundidas, quando teremos 24 casas de cultura; temos 53 bibliotecas, sendo a Biblioteca Mario de Andrade e mais 52 de bairro, com 14 pontos de leitura, 13 bosques de leitura, 72 roteiros do ônibus biblioteca – diga-se de passagem, neste ano não funcionou por um problema na licitação, em recurso jurídico da empresa que perdeu, mas é muito importante a retomada desse serviço no início do ano; temos as casas históricas e

grandes equipamentos – lá no Ibirapuera tem a Oca, o Pavilhão das Culturas Brasileiras, que está fechado e sendo reformado, e as Casas Históricas, mais o Arquivo Histórico que guarda documentação importante da história da Cidade.

Agora nós entramos no *slide* que mostra a evolução do orçamento dessa MC, na gestão Fernando Haddad. Vou destacar o orçamento disponível, vocês vão ver o congelamento que foi acontecendo ao longo dos anos, é comum haver congelamento no orçamento municipal.

Neste ano, nós tivemos um orçamento muito maior em função da crise econômica que todos sabemos e estamos sentido na pele.

O orçamento disponível, em 2013, foi de 374 milhões; 2014, 460 milhões; 2015, 498 milhões; 2016, 488 milhões. Não está incluída a Fundação Theatro Municipal neste orçamento, depois vou detalhar isso.

Este gráfico nós sempre gostamos de mostrar, pois tem na linha azul, que vocês veem aqui – que está caindo, despencando – é a área de pessoal e benefícios. Com o passar dos anos, conforme vocês vão observando, desde 2003, só cai. A atividade fim custeia o custo da manutenção dos equipamentos, segurança, limpeza, enfim informática, todas as coisas de pessoal e depois investimentos, que é obras.

Se vocês fizerem um comparativo da gestão anterior com essa gestão, na linha roxa, que é dos investimentos e obras, vocês podem ver que na gestão anterior houve um crescimento, e muita gente acompanhou a requalificação de equipamentos, reformas etc.

Na nossa gestão, vocês percebem que a parte de obras diminuiu, e começa a retomar a partir de certo momento. A linha vermelha corresponde à atividade fim da Secretaria, que é a programação, os editais, a atividade da SP Cine. Podem ver que na nossa gestão a linha vermelha subiu bastante; e, na mesma proporção que ela sobe, cai o pessoal da Secretaria. Isso significa um esforço e aumento de produtividade para fazer as entregas, com as quais nos comprometemos.

A próxima peça é a função cultura. Dentro do Orçamento, aparece a função cultura nas Subprefeituras, na Secretaria de Governo Municipal, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, na administração direta da própria SMC e o Theatro Municipal. Aqui não aparecem os recursos da Educação. Então, se a gente considerar só o Tesouro Municipal, que é a fonte 00, aquilo que a gente arrecada com os impostos da Cidade, resulta em R\$ 651 milhões para a função cultura. Isso significa 1,81% do Orçamento do Município.

Quando a gente considera as transferências federais, as transferências obrigatórias de Educação, são R\$ 756 milhões, ou seja: 1,38% em relação ao Orçamento total. Esse valor não inclui os recursos que a Secretaria de Educação gasta com cultura. Quer dizer, o que a Secretaria de Educação investe nos CEUs, ou mesmo que repassa para nós para complementar os recursos do vocacional, mês do hip hop, enfim, uma série de parcerias que firmamos com eles, não entra aqui, porque é computado como recurso da Educação. Mas isso dá mais de R\$ 20 milhões.

Ainda diretamente para o Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura: Hoje estamos estruturados em cinco unidades orçamentárias, conforme falei que estamos nos organizando, e mais a Fundação Theatro Municipal. Depois vou detalhar essas informações.

Depois vou detalhar essas informações. Coordenadoria de Bibliotecas: R\$ 38 milhões; Museus, Arquivo e Patrimônio: R\$ 20 milhões; Centros Culturais: R\$ 5,8 milhões; Coordenadoria de Fomento e Cidadania Cultural: R\$ 99 milhões; Total da Secretaria: R\$ 487 milhões; e Fundação Theatro Municipal: R\$ 123 milhões. Total da Cultura: R\$ 610,201 milhões.

No gabinete tem R\$ 323 milhões. A parte de administração de pessoal: R\$ 120 milhões; Prodam, operação e manutenção dos equipamentos: quase R\$ 50 milhões. É importante que vocês saibam que a operação das bibliotecas e do museu não está nessa conta, porque não podemos juntar determinadas rubricas sem autorização. Mas a gente responde por boa parte dos centros culturais, Theatro, e a própria sede da Secretaria de

Cultura, que dá mais de R\$ 80 milhões essa parte de manutenção de equipamento quando a gente soma com as outras áreas.

Depois, projetos de preservação e recuperação do patrimônio, que são obras e bens tombados; construção, requalificação de equipamentos: R\$ 5 milhões; promoção cultural no gabinete, cuja principal atividade dessa rubrica é Jovem Monitor e um pouquinho do Plano Municipal de Cultura; programação cultural, atividades que acontecem nas ruas, circuitos, ruas abertas, virada: R\$ 20 milhões; promoção de campanhas e eventos, parte de SPTuris e infraestrutura: R\$ 14,9 milhões, é tudo o que a gente faz que requer palco, som, iluminação externa que a gente precisa pedir para a SPTuris.

Implantação do Fundo Municipal de Cultura tem essa rubrica de mil reais, que é o código que a Câmara usa, que a Prefeitura usa para deixar uma rubrica aberta e podermos aportar recursos. Vamos, neste ano, fazer o lançamento do plano e ações que venham a ser exclusivamente para esse assunto entram depois nessa rubrica.

Aumento de capital da SPCine, 15 milhões; política do audiovisual, 17,5 milhões; subvenções a entidades culturais, que é uma obrigação que temos por lei, leis antigas já aprovadas, em torno de 6,5 milhões; recursos federais, expectativa de receber 23 milhões, são convênios já assinados.

Na Coordenadoria de Bibliotecas – não vou falar todos os números, mas se quiserem podemos detalhar – há 38 milhões. A maior parte é de manutenção dos equipamentos. Aqui também está o Programa Vem e Ventania, que tem 400 mil; o ônibus biblioteca, que tem 3,5 milhões; as políticas de promoção cultural, 51 mil, são pequenas atividades; programação das bibliotecas públicas em geral, 832 e Mário de Andrade, 660.

Coordenadoria de Museus também a parte de manutenção de equipamentos precisa ser separada. Ações de preservação inclui um mobiliário importante que a gente não tem onde por a documentação do arquivo da Cidade que custa um milhão. A Jornada do Patrimônio, que é de sensibilização para a nossa memória e o bens que temos na Cidade,

inovação que vem acontecendo há dois anos, políticas e promoção cultural e programação de atividades culturais, três milhões.

Na Coordenadoria de Centros Culturais, o principal é que toda a parte de manutenção dos Centros Culturais está lá no gabinete, como eu já falei. Os teatros contam com o recebimento dos projetos de fomento do Zé Renato, com as ações desses projetos e com recursos do circuito cultural que está também na programação do gabinete. Os Centros Culturais – os novos e os já existentes – têm um recurso que é para ser decidido na localidade junto com a comunidade, com o conselho gestor, enfim, com quem participa das decisões e recebem recursos também da programação central, que está no gabinete. Aqui, dá 5 milhões 847 no total.

A Coordenadoria de Fomento e Cidadania Cultural – detalhamos algumas coisas, mas vou falar no geral. Semana do Hip Hop está com 500 mil; fomento à periferia, 7,5 milhões; Pontos e Contões de Cultura para novos editais, 12 milhões; agentes de cultura, 1,621; Vai, 11 milhões; fomento as linguagens artísticas, que envolve Zé Renato, fomento à dança, ao teatro, circo e ruas abertas; políticas de promoção cultural é que são as aldeias, EMIA, vocacional e oficinas nas casas de cultura; temos ainda para as casas de cultura reservados 1,8 milhão para também decisão local do que as casas de cultura vão fazer e depois também receberem recurso do circuito. Isso soma 99 milhões.

Em relação à SPCine, se vocês tiverem dúvidas, podemos esclarecer com o Manevy que está presente. A SPCine é a empresa de audiovisual. O circuito de salas de cinema dos CEUs é totalmente coordenado pela SPCine em parceria com a Educação. Já temos mais de 250 mil expectadores nas salas de cinema. A SPCine financia e implementa programas e políticas para cinema, tevê, games e novas mídias desde o financiamento de projetos, apoio à distribuição, produção e investimento na formação. Estamos agora com um programa de bolsas com 200 jovens em parceria com o Instituto Criar, e a ideia é reconhecer o

potencial do audiovisual paulista e investir para que ele se multiplique. Nós já temos resultados importantes nessa gestão.

Aqui, em relação à distribuição dos recursos da SP Cine, uma parte é esse capital social que é uma coisa que toda empresa precisa ter. Então, com relação ao uso dos recursos do capital social, são as primeiras linhas, que é custeio e administração da empresa. É daí que sai a manutenção da SP Cine, 2,5 milhões; expansão de novas salas de cinema: é claro que estamos deixando o orçamento, mas precisamos lembrar que não somos nós que vamos gerir o orçamento, não é? Então isso depende muito da nova gestão e vocês terão um papel importante nisso. Estamos deixando aqui 7,5 milhões para expansão dessas salas de cinema; recursos de apoio à distribuição de filmes do cinema paulistano; festivais: são festivais que nós apoiamos. Em geral, a SP Cine não realiza, mas existem vários festivais históricos já que acontecem na Cidade e que a SP Cine apoia; e o desenvolvimento das políticas de formação; recurso para editais de produção e roteiro de cinema: 5 milhões; operação das salas públicas já existentes: algumas salas são da própria Prefeitura, da própria Secretaria de Cultura, e precisam de aporte também para funcionar; e mais a administração do contrato de gestão com a Prefeitura, que vai 1,5 milhão. Isso dá 32,5 milhões e eu deixei em vermelho aqui só para destacar que não estão computados, que são mais 2,5 milhões, que é a Educação que aporta.

E, por fim, a Fundação Theatro Municipal. Não sei se todo mundo conhece, muita gente conhece o teatro de fora só, mas o que que está dentro do Theatro Municipal, não é? O Theatro tem o prédio do teatro, o prédio da Praça das Artes - que foi finalizado na última gestão -, que abriga as escolas, e tem a Central Técnica do Pari.

Nesse prédio da Praça das Artes é onde também hoje está instalada a SP Cine. Então as escolas têm o espaço de ensaios; e a gente tem, dentro do teatro, ainda a Escola de Dança e de Música, que soma 1.500 alunos - na maior parte, alunos que vêm da periferia da Cidade.

Temos seis corpos artísticos: Orquestra Sinfônica Municipal, o Balé da Cidade, o Coro Lírico, o Quarteto de Cordas da Cidade, a Orquestra Experimental de Repertório e o Coral Paulistano. Todos eles têm muitos anos - alguns têm 80 anos, 70, 50 anos - e boa parte está representada aqui.

- Manifestações na galeria

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO - Em relação ao orçamento da Fundação Theatro Municipal: em 2013, o orçamento era de 70 milhões; o orçamento de 2016 foi de 121 milhões e o orçamento de 2017 é de 127 milhões.

É importante dizer o seguinte: durante muitos anos, os artistas que trabalham no Theatro trabalharam de maneira precarizada - os corpos artísticos que fazem essas administrações. Isso independe do nosso juízo de valor em relação ao Theatro

Em 2011, foi criada, na gestão passada, uma fundação, por lei, que decidiu que uma parte dos recursos seria gerida pela própria Fundação, e outra parte por uma organização social. A partir de então, tomou-se a decisão - isso foi implantado em 2013, não foi implantado na gestão anterior - de que os funcionários passariam a ser contratados pelo regime de CLT. Todo mundo sabe que, quando a gente passa de uma citação precarizada para a CLT, o custo trabalhista dobra, não é? Então isso explica parte dessa evolução.

Vou detalhar um pouquinho aqui, que tem uma parte que só destaca os números de apresentações de 2016, que tem óperas. Quando tem óperas, envolve: os vários corpos artísticos apresentações explícitas exclusivas da Orquestra Sinfônica Municipal, Balé da Cidade, enfim, todos os outros corpos artísticos, aqui tem um leque de apresentações que acontecerem esse ano.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO - Depois você terá oportunidade de falar sobre o seu coletivo. Em relação ao público atendido, aqui também têm alguns destaques. Nos vários *corpus*, nas óperas, são 23 mil pessoas; OSM, 32, enfim, os números estão aqui, podem ser consultados também e são números até outubro.

Em relação ao Orçamento de 2017. São 123 milhões de contratos administrativos são 6 milhões e 800, nem todos os funcionários estão na OS, o contrato da OS é de 88 milhões, depois eu vou mostrar em detalhes. A programação da Praça das Artes é de 666 mil e nós estamos prevendo conseguir patrocínios para incrementar essa programação. Depois contratos de oficinairos, que são os professores das escolas de música e dança que não ficam, dos 1500 alunos que não ficam na OS, são 13 milhões. Programação artística das escolas: 174 milhões, programação artística das escolas 174 milhões, consumo de bens e CE, 650 mil e recursos externos 11 milhões e 400.

Detalhamento do contrato de gestão. A folha de pessoal de recursos humanos são 400 funcionários que estão nos próprios artísticos, somam 66 milhões. O necessário seria 90 milhões para cobrir a folha. É importante que se diga esse número e eu não quero aqui entrar no juízo de valor se isso é bom ou se isso é ruim. Isso foi um modelo que foi criado em 2011 e foi posto em prática. Em relação ao patrimônio 5 milhões e 400. E contratos administrativos 3 milhões e 810. Queria só salientar o seguinte: acho que é superimportante todos estarem aqui. Como vocês viram as várias rubricas há muitas rubricas em que sim é bom e necessário ter reforço. Acho que a luta de ampliação do Orçamento da Cultura é antiga e todos nós fazemos parte dela. Não podemos é que seja um ou outro e um contra o outro.

Acho que nossos inimigos não estão nessa sala. Nossos inimigos são aqueles que querem acabar com as estruturas da Cultura. A última coisa que eu queria dizer é que eu estou aqui com a incumbência, todo mundo sabe que eu estou como Secretária de Cultura, sempre estive sentada do lado de lá, o ano que vem voltarei a estar. Acho que uma coisa que é muito

importante é que todas as pessoas que estão presentes aqui e aquelas que não estão, independente de quanto nós conseguirmos como saldo dessas audiências e dessa luta importantíssima, que o pessoal da periferia está fazendo, estamos juntos. Independente disso, gente, cada centavo desse orçamento no ano que vem precisa ser muito fiscalizado.

Cada acompanhamento dessa execução orçamentária é importante e é muito importante abrir canais de diálogo com a próxima gestão, que é quem vai implementar. Então, eu queria só dizer que a Câmara muitas vezes aprova o Orçamento que é congelado depois e que há uma margem discricionária da gestão para mudar o Orçamento, então, estejam atentos e eu também estarei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, de Itaquera, depois Norberto Carvalho, Osmar Araújo, Alessandro Azevedo, Rafael Tomas (palavra ininteligível). Peço à Comissão que marque o tempo.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa e a todos. Sou conhecida como Dona Socorro e conheço muito dos empreendimentos. Tiradentes tem; São Mateus tem; tem em vários lugares, menos em Itaquera. Como idosa, agora meu linguajar é esse. Por que vocês não enxergam o idoso? Eu tenho 75 anos e desde 2001 eu participo de todas as audiências e luto muito pela minha periferia. Em Itaquera, tem o Corinthians e a Casa da Memória. Mas será que nós vamos continuar assim?

O meu linguajar é esse. Sou idosa, mas não sou burra, besta ou babona, nem quero ser tutelada. O idoso tem que ter receber respeito, dignidade e oportunidade, porque ele não é doente. Queremos cultura, esporte e formação. Temos o CEU Azul da Cor do Mar, mas lá o idoso não entra. Eu digo isso porque atuo nas proximidades. Os jovens têm todo o direito, porque nós abrimos o caminho e são vocês que têm que continuar a luta. O mais difícil é vocês trabalharem com dignidade, porque muitos fazem de conta.

Queremos oportunidades, formação, esporte, cultura, educação. Vocês têm obrigação de nos oferecer isso, porque esse é o caminho deles, e eles estão certos. Lutando se consegue. Acredito que alguém fará alguma coisa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registre-se a presença do Vereador Jair Tatto.

Tem a palavra o Sr. Norberto Carvalho.

O SR. NORBERTO CARVALHO – Bom dia a todos. Sou da Cooperativa Paulista de Teatro. Assim como a Rosário, faz alguns anos que participo das audiências do Orçamento e fico muito feliz por esta reunião estar lotada. Acho que o único elemento novo da audiência é a presença dos trabalhadores do Theatro Municipal, a quem saúdo e convido a participarem de outras as audiências.

A Cooperativa Paulista de Teatro foi fundada em 1979 e talvez seja a entidade de trabalhadores mais antiga da cidade de São Paulo e da América Latina.

Como sempre faço, minha fala não será corporativista, mas pensando nos interesses da Cidade, na sua produção cultural e circulação e como essa produção cultural da Cidade chega aos cidadão.

Nesse sentido, chamo a atenção da Comissão de Orçamento e seus membros, Vereadores Jonas Camisa Nova, Bispo Atílio – duas figuras centrais do Orçamento neste momento –, e dos demais Vereadores e queria pontuar que a Câmara Municipal, ano a ano, vem atendendo a um reclamo da cultura, e é inegável que o orçamento da cultura vem crescendo nesses últimos anos; é inegável o compromisso desta Casa com a cultura. Queria reafirmar isso, que é de fundamental importância, e é de fundamental importância que a gente avance agora neste Orçamento. Nesse sentido, peço a ousadia dos senhores para que continuemos avançando nesse Orçamento. Quando se levanta aqui a proposta de 3% da cultura, é porque estamos em uma grande metrópole, numa cidade-país, como já foi dito várias

vezes, e é necessário que se avance no orçamento, é necessário que sejam contemplados todos os segmentos.

Concluo dizendo que devemos defender aqui principalmente os programas e as leis, que são leis de Estado. Cito algumas: o fomento ao teatro, o fomento à periferia, o fomento à dança, o Programa Teatro Vocacional, a EMIA, o pessoal do Piá. (Palmas). Que a gente defenda esses programas, que são programas que chegam à ponta e atendem diretamente os cidadãos de São Paulo. (Palmas) Chamo a atenção para isso.

Isso é uma força muito grande, é relativo a todos os trabalhadores de cultura, e acho que a gente merece, em todas as falas aqui, respeitar os interlocutores, respeitar todas as falas. Deixo meu respeito a todos os presentes. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registro a presença do Vereador Ota. Sr. Osmar de Araújo.

O SR. OSMAR DE ARAÚJO – Bom dia. Vim falar sobre o Cultura Viva. Cultura Viva é cultura e defende 3% do Orçamento para a cultura; defende também que metade desse orçamento vá para a periferia. Acima de tudo, defendemos que a Lei Cultura Viva, PL 217/2015, também seja aprovado por esta Casa.

Trabalhei no Jardim Ângela nos anos 80, e era o lugar mais violento do mundo. Quem superou essa violência, além da educação, além do movimento de moradia que lá existe e do movimento de mães crecheiras, foi justamente a cultura. A cultura estava lá para resgatar os jovens de uma situação de vulnerabilidade extrema.

Por outro lado, a cultura está nos maiores eventos da Cidade. Se vocês forem ver no Carnaval quem são as pessoas que estão de frente, verão que são dançarinos, autores, cantores, nós que fazemos a cultura desta cidade. Por isso, dizemos: para cada real que tiramos da cultura, temos que colocar 1 real na educação, 1 real na saúde, 1 real na segurança. É isso que faz com que a cultura seja muito importante para esta cidade e faz com

que a Cidade brilhe, que não seja uma cidade onde só fazemos três refeições somente, porque nela não há o que fazer.

É muito importante que a cultura seja valorizada nessa perspectiva, de a Cidade continuar brilhando, como vem brilhando desde que a cultura começou a ser valorizada. Se as pessoas saem de outras cidades para vir para cá, não vêm para ver as ruas, mas para ver cultura – na Paulista, na periferia *etc.* Elas vêm ver capoeira e assim por diante. Por isso defendemos para o Cultura Viva 20 milhões, dentro do orçamento que está posto para todos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Bom dia a todos. Primeiramente, fora Temer.

- Manifestações na plateia.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Junto a outros trabalhadores da cultura, defendemos – e quando digo nós, estou aqui falando pelo fomento ao circo – os 3% para a cultura, sendo metade desses recursos destinados a atividades periféricas.

Reitero o que disse na última audiência pública: a necessidade de os parlamentares que estão nesta Casa fazerem jus aos seus salários e aos votos que receberam do povo, participando das audiências públicas e também das Comissões e das plenárias, porque, por falta de quórum e por esvaziamento, a gente não tem votado os projetos que são do interesse da sociedade. É assim nas comissões, nas plenárias. E mesmo que eles não estejam aqui sei que esta reunião está sendo gravada e filmada e o recado está dado. Então solicito que eles participem, façam jus.

Tivemos várias discussões com membros da Comissão para discutir o orçamento desse ano. Nós do Circo temos a necessidade de que esse orçamento seja revisto para 2017. Por isso, solicitamos como inicialmente, no PL 129, de autoria do Vereador Alfredinho - já

apreciado em primeira votação e por falta de quórum talvez não seja votado em segunda - 17 milhões para o circo, que era o valor previsto e tivemos que retirar do PL por não poder estar condicionado ao valor. Para o Centro de Memória do Circo solicitamos uma rubrica própria no valor de 1,5 milhão para as atividades do Centro de Memória.

Defendemos também que sejam votados, ainda este ano, em segunda, os PLs votados em primeira. São eles o PL 248/2015, do Conselho Municipal de Cultura; PL 393/2016, do Conselho Municipal de Participação Social e o fomento ao circo, o Cultura Viva, Unindo os Mestres e o Ruas Abertas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Rafael Tomas.

O SR. RAFAEL TOMAS – Bom dia. Quero me apresentar, falar um pouco da minha história que é a história de muitos artistas. Sou filho de um electricista e de uma dona de casa e quando disse que ia estudar música comecei a ouvir afirmações e perguntas que ouço até hoje e vocês também ouvem. Primeiro, você não é rico. Segundo, não tenho condições de pagar e terceiro, você sabe que essa é uma profissão de gente que não tem muito que fazer.

Continuo ouvindo essas afirmações e dentro dessa visão gostaria de falar para vocês de três situações que percebemos no Theatro Municipal. A visão de quem está de fora e enxerga um conjunto, um prédio arquitetônico. A visão daquele que frequenta, a visão da plateia para o palco e a visão nossa, dos artistas e de todos os artistas que estão nos seus palcos. Seja periferia ou uma casa instituída como o Theatro Municipal, que é a visão da plateia, do palco para trás, para os bastidores.

E é sobre isso que gostaríamos de falar, 30 anos de contratos precários. Hoje não estamos aqui pedindo aumento salarial. Estamos pedindo continuidade dos nossos empregos. Hoje não representamos só nós. Representamos as nossas famílias, nossos compromissos junto aos filhos, pais e esposas. Não estamos defendendo achatamento de nenhuma outra

manifestação de cultura porque somos artistas antes de qualquer situação. É isso que gostaríamos de deixar para vocês.

Somos artistas sim. Defendemos sim a cultura e a cultura lírica também é uma cultura do Estado de São Paulo. Defendemos também que não tenhamos mais projeto pessoal, mas o projeto dos artistas.

Muito obrigado.

– Espontaneamente canto lírico – Nona Sinfonia de Beethoven.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Tem a palavra o Sr. Rudy, Cooperativa Paulista de Teatro, Fomentos.

O SR. RUDY – Bom dia a todos, bom dia a todas. A história é a seguinte, Vereadores, queria chamar a sensibilidade dos senhores para compreenderem a dimensão e a diversidade que tem a cultura. Já perguntei nesta Casa a todos os Srs. Vereadores – durante muitos anos milito por aqui – e nunca ouvi dizer que cultura não interessa de nenhum dos senhores. Sempre a cultura é importante.

No entanto, quando vejo a Peça Orçamentária, concordo que tem grandes avanços sim. Mas, quando vejo que este ano houve um corte de 2,5% - algo por aí – na Pasta da Cultura me entristece, porque coloca em risco expressões como essa, como o *rap*, como o *hip hop*, como o teatro, como todas as linguagens, como o circo. E você faz o comparativo, a gente tem o hábito de fazer.

Não é provocação, estou querendo chamar para a sensibilidade mesmo, com todo o respeito que tenho por esta Casa, que já votou projetos importantíssimos para nós, como o fomento ao teatro, o fomento à dança, o Prêmio Zé Renato, o fomento à periferia, leis

estruturantes. Isso é política pública de Estado, não é qualquer Governo que derruba. Então, isso é importante.

Queria chamar a sensibilidade para isso. Quando você pega e analisa a Peça, percebe-se que o Orçamento da Casa, por exemplo, que foi para 590 milhões, teve um aumento de 3,5%. Portanto, obviamente, das perdas durante o ano. Mas, a Cultura diminuiu. Isso é grave, porque para nós teve crise econômica e para as outras áreas parece que não.

Então, assim, quero fazer um chamamento à sensibilidade mesmo. Não é uma provocação, de forma alguma. É um entendimento de que cultura é um “troço” importante. E quando chamo de “troço” refere-se àquilo que a gente não quantifica, não “nomifica”, não dá nome, porque a gente não consegue, a gente trabalha com aquilo que é imaginário, com aquilo que é simbólico. Você não pega isso que aconteceu agora, mas leva isso com você. Você leva isso com você.

Queria fazer um chamamento para que a gente se junte e vá para cima, porque temos de estar juntos. Juntos, entendeu? A cultura não pode ser autofágica, nós temos de estar juntos. Juntos.

Obrigado, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra Heitor Ferrinani.

O SR. HEITOR FERRINANI – Bom dia a todos. Srs. Vereadores, autoridades presentes, um salve para o pessoal da periferia.

Vou contar uma história, a minha história de vida. Comecei muito cedo, tomava trem, fui trabalhar no Theatro Municipal. Durante muitos anos a gente não tinha 12 salários, não tinha 13, não tinha o 13º. Tinha somente 11 salários por ano. Não tínhamos o salário de janeiro, época que mais precisávamos não tínhamos salário. Era assim que era configurada a nossa relação trabalhista com o Theatro Municipal.

Finalmente, a partir de 2011, 2014, foi-se regularizando essa situação, mesmo que no ano que vem eu corra o risco de não ter emprego. Estou vendo com amigos o que posso

fazer. Sei que a situação está ruim para muitas pessoas, está ruim para quem é engenheiro, está ruim para empresas, está ruim para muita gente. Então, essa é uma das histórias. A gente tem de olhar com cuidado para isso, porque lidam com pessoas e famílias. A gente está lidando com vidas.

Defendo que tenha cultura para todos. A cultura dessa Cidade tem de ser plural, tem de contemplar a cultura da periferia. Todas essas requisições são importantíssimas, já fiz muita música. Fiz com *rappers*, fiz muita música de samba, pagode. Acompanhei muitos artistas.

Com certeza, a galera já ouviu minha música. Já fiz músicas para vocês. E isso não pode acabar. Ninguém diz que não tem junção de duas culturas; que não dá para juntar uma orquestra com rap, dá sim, e fica muito bonito; por isso, quem não conhece tem de conhecer. (Palmas). Fizemos um show aí com (ininteligível), quem gosta faz barulho! Aê! A galera toda de samba e tudo o mais. Então meu apelo é esse. Temos muita responsabilidade.

Então esse orçamento não pode deixar de lado todas as formas de cultura dessa cidade. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. Agora com a palavra Sr. Paulo Fabiano.

O SR. PAULO FABIANO – Bom dia a todos, bom dia Srs. Vereadores da Comissão. Vou falar pelo Programa Vocacional, pelo Piah, pelos meus companheiros que vão falar sobre.

Vou contextualizar um pouco para compreender o que são esses programas na Cidade, mas antes de tudo, estamos todos juntos pensando numa projeção do aumento dos 3% para a Secretaria de Cultura, especialmente porque todos os setores da Cultura são extremamente importantes para a Cidade. Além do que é preciso retirar a Cultura da estrutura de precarização da própria instituição, do trabalho dos contratos que são relacionadas com a Cultura na Cidade. E ainda fortalecer todos os programas que existem.

O Programa Vocacional, contextualizando, juntamente com o Piah e a EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística são programas que fazem parte de um núcleo, dentro da Secretaria de Cultura, de formação artística para a cidade de São Paulo. Estão em todas as regiões da Cidade. Atuam na maioria dos equipamentos públicos de São Paulo e trabalham com as crianças de 5 e os jovens e adolescentes, mas também adultos e daí para a frente. São mais de 300 artistas ocupando e atuando com outros coletivos, com outros artistas de todas as regiões de São Paulo.

Portanto, os programas de formação, assim como o fomento à dança, ao teatro, e à periferia, são parte de uma política estrutural que está plantada nesse orçamento como uma proposta de pensamento sobre cultura e que não pode ser destruído, nem distorcido, pela próxima gestão. É uma proposta que está aí, é uma indicação daquilo que nós queremos daqui para a frente e que a gestão seguinte não pode deturpar, nem destruir. Muito obrigado. E vamos para a frente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A Sra. Adriana.

A SRA. ADRIANA – Bom dia, gostaria de perguntar aos senhores da Mesa se os senhores sabem o que quer dizer Quarta Parede? (Pausa) Sabem?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Não entendemos.

A SRA. ADRIANA – O quer dizer Quarta Parede. (Pausa) Quarta Parede é uma parede imaginária, situada na frente do palco do teatro, através da qual a plateia assiste, passiva, a ação do mundo encenado.

Essa função de atuar é das pessoas que estão aqui. A dos senhores é agir. E agir em favor das pessoas que estão aqui.

Estou falando em nome do Theatro Municipal, um equipamento público que gera uma visão muito controversa, muitas vezes hostil, muitas vezes apaixonante, muitas vezes de despeito e outras tantas de revolta. Mas é um equipamento público que tem a sua quarta

parede também. Os artistas que estão aqui atuam dentro dessa quarta parede, mas, por t'ras disso, existe uma estrutura que não vai para o palco, e nem por isso deixa de existir.

É uma estrutura que engloba duas escolas. Essas escolas... Eu respeitei a fala de todos, gostaria que respeitassem a minha, como eu vou respeitar as próximas. Obrigada!

Escola de Dança que engloba 840 alunos dos quais 30% são filhos de famílias que ganham abaixo de três salários mínimos. Desses 30%, metade dos pais são analfabetos.

Escola de Música, que abriga 720 alunos, programas de difusão cultural que acontece por toda à Cidade de São Paulo. Artistas de todas às gamas.

Hoje estou aqui defendendo a existência da quarta parede para todos e a existência da estrutura formadora daqueles que estarão atuando na quarta parede no futuro para as estruturas que estão reguladas a Fundação Theatro Municipal de São Paulo. É obrigação da Cidade de São Paulo fornecer os equipamentos que atuam a favor dela, e o Theatro Municipal, com a estrutura fundacional é uma delas. Agregou ao seu orçamento, parte do orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, isso explica parte do crescimento dos gráficos de cursos da instituição. Acusar o Theatro Municipal ou supor que alguma coisa lá aconteça em desfavor da cidade, é trabalhar em desfavor de si mesmo. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL – Bom dia a todos! Estou aqui representando o Sindicato da Indústria audiovisual de São Paulo, estou muito emocionado de estar aqui presente ao lado de colegas, na verdade, companheiros da nossa atividade artística, sou cineasta e produtor, lido com todos os atores, há muitos anos, desde que nasci, praticamente e estou aqui na verdade, para dizer que o País, sem cultura é um País, sem identidade. É um País sem passado, sem presente, e evidentemente, sem nenhum futuro. e que realmente preservado todas as pequenas conquistas que já foram feitas pela atual e antigas gestões, do que conseguimos por meio de muita luta e que seja realmente conseguido mais espaço para todos da cultura, que é essencial para o País, que obtenha isso. A cultura é política de estado, tem de ser encarada

como política de estado como já foi dito aqui e sem duvidas todas as áreas precisam ser observadas e cuidadas e evidentemente as que já foram conquistada como SPCine e tantas outras atividades, a nossa parte atuação é mais estreita tem de ser preservada. Peço aos Srs. Vereadores para que olhe com muita atenção para a Cultura, para que de fato, todos que estão aqui presentes mereçam respeito e admiração que nós todos sentimos por eles. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Rubens Zelão.

O SR. RUBENS ZELÃO – Bom dia para todos. Realmente é um dia muito especial, partindo desse pressuposto trabalho com cinema, também já trabalhei com teatro, dança. Todas as manifestações artísticas são importantes, isso não proselitismo, isso todo mundo aqui considera. São Paulo nos últimos anos deu um *upgrade*, um pulo nessa questão de manifestação cultural. Temos que da para frente, todos os estrangeiros que vem para São Paulo ficam fascinado pelo mundo cultural de São Paulo. Então não pode diminuir o investimento público em cultura, tem de aumentar. No caso de cinema, no caso minha área de muita gente que está aqui, é uma área que envolve muito dinheiro, importante investimento, a SPCine é uma empresa criada para orquestrar, para pensar esse investimento publico. Cada um real investido em cinema, volta a três, quatro para à cidade. em imposto, em serviço, em pessoas trabalhando. É muita gente que trabalha. São atores, produtores, técnicos. Não só em produção, mas em formação de publico em exibição. A SPCine criou um circuito SPCine com 20 salas pela periferia, que em seis meses já foram quase 300 mil espectadores. É uma orquestração de atividades que envolve dinheiro, mas envolve muita visibilidade, muito trabalho, muito emprego de mão de obra e principalmente, cada vez mais o cinema, não é uma coisa para poucos escolhidos. O cinema hoje como digital, coisa que todo mundo pode fazer cinema. Essa é uma ideia. Uma cidade com cinema, com cultura forte, não é uma cidade em que alguns e outros assistem. É uma cidade em que todos fazem e todos usufrui. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Arnaldo Galvão.

O SR. ARNALDO GALVÃO – Bom dia a todos. Trabalho com cinema de animação e estou representando a associação dos animadores. Ano que vem o cinema de animação completa 100 anos, mas é interessante porque chegamos na televisão 10 anos atrás. Isso acontece por conta das instituições. Quinze anos atrás foi lançada a Anicine, e dois atrás foi criado a SPCine. Então durante 90 anos ficamos a mercê de uma programação estrangeira. Ficamos de certa forma oprimidos e sem conseguir se expressar. Essa história de opressão, de ficar sem tela, sem espaço, é uma coisa que o cinema de animação conhece muito bem. esse papel da SPCine, é super importante, se for ver, em 2016, a Cidade de São Paulo, foi reconhecida coma Cidade de São Paulo que conseguiu um placar para o, temos um filme que foi indicado ao Oscar , o Menino e o Mundo. Também é a cidade que conseguiu ter uma serie de animação, reconhecida como Premio Emile, que foi o Show da Luna. O trabalho da CPCine, é um trabalho super importante, essas duas produções são apenas a parte visível de um trabalho, atrás dessas assim, tem mais de 30 produções e cada uma delas 40 empregos. Encerrando, quero dizer que todo movimento cultural é importante, mas não dá para fazer florescer, apagando outro. Viva todo movimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Diego Trancaneli.

O SR. DIEGO TRANCANELI – Bom dia a todos. Sou professor de USP, mas estou aqui hoje como pai de um aluno da Escola Municipal de Música, cujo orçamento, como acabamos de ouvir, faz parte da fundação Theatro Municipal.

Gostaria de trazer para vocês aqui um pequeno depoimento sobre dois aspectos que me impressionaram na escola municipal. O primeiro é o nível excelente, a excelência absoluta que representa.

Claramente pelo sotaque não sou brasileiro, sou italiano, mas morei muitos anos na Alemanha, nos Estados Unidos e acho que o nível das escolas é comparável ao nível das melhores escolas que conheci nesses outros países.

- Manifestação ruidosa na plateia.

O SR. DIEGO TRANCANELI - Outro aspecto que me impressiona, que foi mencionado outras vezes, é que acho como que as escolas, que têm muitos jovens e crianças das periferias, estão dando para essas crianças uma chance para se virarem profissionais, para entrarem no mundo artístico, uma carreira artística.

Qualquer corte de recursos para essas escolas e para o teatro acho que representaria um prejuízo imenso, não somente na formação de artistas, na produção musical da Cidade, mas também ao futuro de muitos jovens.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Luciana.

A SRA. LUCIANA - Bom dia. Meu nome é Luciana, sou bibliotecária.

Venho falar aqui pelas bibliotecas públicas da Cidade, que estão sempre abandonadas. A gente tem 107 bibliotecas na Cidade (Palmas) e quero falar da importância delas.

São vários aspectos, na verdade nós vimos um gráfico falando da queda de pessoal nas bibliotecas, ou seja, nós não temos profissionais trabalhando. Ter bibliotecário na biblioteca não é favor, é cumprir a Lei Federal 4.084/1962. (Palmas)

Tivemos o último concurso no ano de 2015 que está homologado. Eram 50 vagas iniciais para bibliotecário, para a Secretaria de Cultura, mas nenhum foi chamado ainda. Foi dito que não havia orçamento para a chamada dos profissionais. Por isso mesmo, estamos aqui pedindo para que isso ocorra no ano de 2017.

Gente, falar que ônibus biblioteca está parado por problema de licitação, há mais de um ano, é uma vergonha. O ônibus biblioteca trabalha diretamente nas periferias da Cidade,

leva biblioteca para lugares onde não tem, onde as bibliotecas públicas não conseguem alcançar.

É muito importante que os ônibus biblioteca voltem a funcionar. Acho que isso é fundamental. (Palmas)

A gente pede 7 milhões para a readequação dos espaços das bibliotecas públicas, 2 milhões para a programação. Dois milhões para programação de biblioteca pública não é nada. Foi 832 mil, pelo que constava aqui, e a gente está pedindo 2 milhões. Gente, 2 milhões não é nada.

Outra coisa que me deixou bastante envergonhada, foi ver que o nosso Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, teve um orçamento no ano passado de 50 mil reais. Cinquenta mil reais não é nada, não é o preço do carro dos senhores.

- Manifestação ruidosa na plateia.

- Presidente faz soar a campainha.

A SRA. LUCIANA - Para finalizar, como que um plano, da importância que tem o Plano Municipal do Livro, tem 50 mil reais de orçamento? Quando nós vamos tirá-lo do papel e colocá-lo na prática? Isso é chegar à periferia.

Para terminar, nós, das bibliotecas públicas, defendemos 3% do orçamento para cultura, sendo 50% para a periferia.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia para toda população presente, aos Vereadores, à Secretária Rosária e sua equipe, em especial aos interessados em cultura na cidade de São Paulo.

Acho que é exemplar esta organização, tendo em vista que a cultura é importante para o cidadão, para o ser humano.

Neste ano, quase extinguiram o Ministério da Cultura no mês de maio, pela gestão Michel Temer. É um absurdo. No ano em que o Ministério completou 30 anos de existência, quase foi extinto.

Temos de abordar aqui a questão do Conselho Municipal de Cultura que, há 12 anos, esta cidade espera e que a gestão Haddad não conseguiu implementar. É um absurdo esse tipo de coisa.

O Conselho Municipal de Cultura é um fórum adequado, não é o único, mas é um fórum importante para discutir a política cultural, a questão dos instrumentos culturais e das diretrizes culturais.

Da mesma forma, queria esclarecer a questão da Casa de Cultura da Ponte Rasa, que é um bairro importante na periferia de São Paulo, na zona Leste, Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Há 12 anos esse bairro espera a sua casa de cultura, já aprovada em orçamentos, mas até agora a gestão Haddad se recusa a inaugurar.

Causa vergonha também o congelamento de 152 milhões de reais da Secretaria de Cultura. É uma questão recorde, mostra que realmente a gestão Haddad não está muito preocupada com a cultura, sendo que congela praticamente $\frac{1}{4}$ do seu orçamento geral.

Fico indignado também com apenas 8% do investimento para a Cultura, como foi mostrado no gráfico, em 2016.

Queria para o ano que vem a observância da Lei 14.756, de 29 de maio de 2008, que instituiu o Museu da Televisão na cidade de São Paulo.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. FABIO SIQUEIRA – A televisão surgiu aqui há 66 anos e precisa do seu museu, já reconhecido pelo Governo Municipal.

Para encerrar, quero dizer por que Bolsa Cultura só foi executada 0,8% de seu orçamento? É uma vergonha, abandonaram o Bolsa Cultura e o Programa Cultura Viva, execução de apenas 8% é uma vergonha, é um desrespeito para a Cultura Viva que chega na periferia, a gestão Haddad recusou executando só 8% de sua dotação.

Queria encerrar aqui protestando contra o sumiço da dotação da Virada Cultural. Fico indignado, de novo, com a gestão Haddad que não coloca a Virada Cultural em todos os CEUs. Nos CEUs é obrigação ter Virada Cultural, já que há essa dotação milionária dos 46 CEUs desta cidade.

Oxalá que, no ano que vem, seja política para a Cidade a Virada Cultural em todos os CEUs.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Mara Esteves.

A SRA. MARA ESTEVES – Bom dia a todos. Nós, Bibliotecas Comunitárias em Luta, integrantes da Rede LiteraSampa e Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, lutamos pelas pautas reivindicadas pelo movimento cultural das periferias. (Palmas) Sendo 3% para a cultura e metade para a periferia. (Palmas)

Estamos organizados em 21 cidades do País, somando 90 bibliotecas comunitárias em luta por políticas públicas que contemplem as bibliotecas comunitárias e por efetivação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, em cada cidade.

Estamos reivindicando, junto ao movimento, 5 milhões para a efetivação da Lei 16.333, que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, na cidade de São Paulo. Essa lei foi sancionada em 18 de dezembro de 2015, mas que teve o seu orçamento vetado pelos senhores.

Vocês aprovaram essa lei, talvez por achar que não teríamos tanta força para cobrar, mas só para lembrar aqui: as metas de curto prazo deveriam ser atingidas no prazo máximo de um ano, mas até agora nada foi feito.

Como fazer sem orçamento? Será que vamos ter de acionar o Ministério Público para fazer valer a lei? Será que é esse o caminho?

Um ponto importante sobre o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas é o artigo 8, onde vocês se comprometem a destinar recursos da Secretaria de Cultura e Educação para criação de projetos e programas que visam atingir os objetivos do Plano.

Por isso, nós, Bibliotecas Comunitárias, exigimos 5 milhões pela Secretaria de Cultura e 10 milhões pela Secretaria de Educação. Três por cento é o mínimo, metade para a periferia é para a maioria, nem um passo a trás, queremos mais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Ivan Ferreira.

O SR. IVAN FERREIRA – Eu não sei se eu vou pedir dois ou cinco minutos depois da minha fala aqui, que vai ter uma intervenção, só que não vai ser do teatro cultural. Vou pedir só um minuto da atenção de todos. Eu trouxe a minha bibliografia porque às vezes a minha cara assusta e as pessoas não levam a sério o que eu estou falando. Eu fiquei pior que o nego do Borel, no Faustão. Eu fiquei estudando. Fiz a minha lição de casa, que vai ser um pouco divergente das falas que eu vou começar agora.

Eu vou ter de falar muito rápido porque, na semana passada, eu tive três minutos e eu não sabia que ia ter dois. Eu fiz a lição de casa. Todo mundo pode acessar o site da PEMA, Política Econômica da Maioria. Tem muita gente aqui. Bom dia toda periferia, viemos aqui conquistar, celebrar, nós não viemos (palavra ininteligível) ninguém, nós viemos pegar essa grana com muito amor. Então, eu fiz a lição de casa, eu estudei a dívida pública, Toninho Vespoli, como você sempre fala nas audiências que você participa.

A Erundina deixou uma dívida de 1.46 bilhões para o seu Paulo Maluf, que quando saiu em 1996 já estava com uma dívida de 5 bilhões. Ninguém falou disso até agora, pessoal.

A gente está no sistema capitalista, a gente está falando de dinheiro, *time is money* quem está trabalhando aqui? Eu estou tocando na rua. Eu não tenho nem a corda Lá nem a Ré, já estourou. Eu estou pedindo uma corda e um jogo de tarraxa. É o meu projeto, pessoal, são duas cordas. Dia 11 de dezembro vai ter a primeira mostra reggae de São Paulo. Uma salve para o Johnny B. Goode. Quem não conhece ele, não sabe o que é reggae aqui no Brasil, talvez aqui em São Paulo também não. Itamar Assunção talvez concordaria, ou não.

É o seguinte: eu tenho a CPI dos precatórios, tenho 30 segundos, pessoal, e depois vai rolar a música. Vinte e dois casos da Prefeitura de São Paulo foram elencados como cadeia da felicidade. Todo mundo que é mais velho sabe disso, mas quem é mais novo tem que aprender. Vou pegar um caso, de um dia, como a gente está aqui hoje. Saiu o título do município de São Paulo pelo banco aí foi para o banco (palavra ininteligível), depois foi para o banco (palavra ininteligível), depois foi para o BTNB até chegar ao Bradesco no final do dia. O que eram 70 milhões, viraram 73.966.773. Isso é o dobro. São quase quatro milhões, é o dobro do que a web está pedindo para o ano todo da lei de fomento.

Agora vai começar a minha música, que eu não consegui falar tudo, mas quem quiser o estudo aqui que eu fiz está aqui e vai ser rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registro a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso. Tem a palavra a Sra. Fernanda Azevedo.

A SRA. FERNANDA AZEVEDO – Bom dia a todos. Trago um trecho de uma memória, memória de luta nossa do movimento do teatro, mas que está aberta para vocês completarem. Manifesto da arte contra a barbárie: “O teatro, mas eu poderia dizer, a cultura hip hop, a dança, a música, as artes visuais, se todas as formas de arte são formas de arte cujas especificidades as torna insubstituível como registro de fusão, reflexão e imaginário de um povo. A sua condição atual reflete a situação social e política grave em que vivemos. É inaceitável a mercantilização imposta à cultura no país em que predomina uma política de eventos. A política oficial, que transfere a responsabilidade do fomento à produção cultural para

a iniciativa privada, e aí estamos falando das OSs, estamos falando das ONGs, que também transformam os órgãos públicos em meros intermediários de negócios. Uma aparente quantidade de eventos faz supor uma efervescência, mas na verdade, disfarça a miséria dos investimentos culturais de longo prazo. A cultura é elemento de união de um povo. É tão fundamental quanto a saúde, o transporte, a educação, é, portanto, prioridade do Estado. Esse posto aqui expressa compromisso e a responsabilidade histórica com a ideia de uma prática artística e política que se contrapõe às diversas faces da barbárie.

Quando a gente fala de barbárie a gente sabe que a periferia encontra a barbárie. A barbárie da violência do Estado todos os dias, então, não estamos falando da barbárie oficial, e não oficial que forjaram e forjam um país que não corresponde aos ideias e potenciais do povo brasileiro. A gente não está aqui por uma luta de categoria, a gente está aqui por uma luta de classes. E é por isso que a gente defende aqui três por cento é o mínimo para a cultura. Um e meio para a periferia. Estamos aqui por todos e por todas. Estamos falando de luta de classe. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pablo Ernesto, Marcelo Nascimento, Ives, Natália Siuf, Bruna Rocha e Rogério Almeida. Tem a palavra o Sr. Pablo.

O SR. PABLO ERNESTO – Salve Movimento Cultural das Periferias, salve periferia, salve a todos. Para quem não conhece a caminhada, a história é que o Movimento, desde 2013, está numa luta de descentralização dos recursos. Esse ano a Casa aprovou aí 14 milhões para que rolasse o primeiro edital de fomento à cultura das periferias. Porém, foi executado 9, já tem uma perspectiva de apenas 7,5 para o ano que vem. Apenas com esse valor, com o tempo conseguiu contemplar apenas 30 projetos, onde houve mais de 270 inscritos. É obvio que a gente vai repudiar isso e vamos brigar por um valor que precisa ser pago ainda nas próximas parcelas, que, no caso, mais para abrir esse editais de 14 milhões. Estamos aqui para defender 20 milhões para a cultura das periferias, que a gente entende que

é o edital que está agindo direto nas quebradas, agindo direto contra o genocídio e fascismo que está aí posto.

Os jovens estão sangrando agora, não é para depois. O MCP é contra qualquer tipo de edital que não seja para todos. O Movimento Cultural das Periferias é contra qualquer tipo de precarização do trabalho. É importante salientar que ninguém está aqui para descentralizar recursos e deixar ninguém desempregado, mas enquanto tiver gente ganhando 19 mil reais, 10 mil reais e tiver um coordenador de Casa de Cultura que está levando nas costas o equipamento, ganhando mil e poucos reais, também não dá para passar um pano. Não tem cabimento equipamentos no centro ganharem mais de 20 milhões de reais enquanto todas as Casas de Cultura recebem 5,4. Não dá para passar pano para isso. Nossa opinião é que os equipamentos que servem à elite vão buscar recursos no setor privado. Defendemos os 11 milhões da cultura do hip hop, uma rubrica que também já foi acordada aqui nesta Casa. Defendemos também os 15 milhões do programa Jovem Monitor Cultural. Pegamos os principais programas de formação cultural, que teve mais de 4800 inscritos e com apenas 270 contemplados. Então, ele necessita de uma continuidade para o ano que vem porque essa verba é para os segundo-anistas.

Outro programa que é de suma importância para a gente é o Agente Comunitário de Cultura, pois a gente entende que apenas com esse valor de mil reais por mês para você ter de realizar um projeto, pagar o transporte, se alimentar. Isso é no mínimo uma falta de respeito com qualquer trabalhador da cultura. A gente entende que esse programa tem que ter dobrada a verba para 3600 reais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Nascimento.

O SR. MARCELO NASCIMENTO - Bom dia a todos. Salve, salve. É o seguinte, gente, a gente sabe que a gente vive num mundo que é extremamente desigual. No município também é extremamente desigual. A gente está aqui hoje e se vocês virem aqui e olhar, tirar

uma foto para vocês, a maioria da população que está aqui hoje é branca. Só que a gente sabe que a realidade do Brasil é outra. Cinquenta e três por cento da população é negra. Então, a gente já vê a desigualdade aqui também. Indo direto para a Lei de Fomento à Periferia, que é uma luta nossa desde 2013, quando a gente falava em R\$ 20 milhões, que já era o mínimo, pois a gente não quis chutar lá em cima porque a gente achava que tinha que ser R\$ 1 milhão para cada ano de reparação histórica. Então, a gente falou no mínimo de R\$ 20 milhões, lutamos e batalhamos, e a Casa destinou R\$ 14 milhões. Desses, chegando a R\$ 9 milhões pela Prefeitura este ano para contemplar toda a Cidade.

A periferia da cidade de São Paulo, para ser mais exato, é mais de 70% da população. A desigualdade está aí, então estamos pedindo equidade, justiça social, distribuição de renda, da riqueza que é produzida pela classe trabalhadora. É luta de classe sim, gente! A gente não está para brincadeira.

Para onde vai grande parte do Orçamento? Para a periferia, vai migalha, sempre pouco. A gente tem que inverter essa lógica, tem que destinar 70% de todos esses dados que foram mencionados tem que contemplar a periferia, sim.

Para vocês terem uma ideia, 90% da população nunca foi ao teatro, nunca viram uma cena de perto. A criançada, quando vai a um circo, vê uma dança, se encanta. Então é isso que a gente está pedindo: que o investimento chegue para os coletivos que estão na borda da Cidade, onde tem pessoas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Ives.

O SR. IVES – Bom dia a todos. Estou aqui para falar de um projeto importante recentemente implementado pela Secretaria Municipal de Cultura, que é o Clube do Choro de São Paulo.

O Clube do Choro de São Paulo é um desejo antigo de choronas e chorões na Cidade, afinal existe o Clube do Choro no Rio de Janeiro, em Brasília, em Juiz de Fora, em

Santos, em São Luiz do Maranhão, em Paris, em Londres, em Tóquio, até em Israel; e em São Paulo ainda não existia.

A despeito da importância e da qualidade estética do choro aqui produzido e também da quantidade de músicos e musicistas que estão ligados ao gênero na Cidade, hoje, o Clube do Choro, através de uma organização importante, um dos coletivos de música mais importantes da Cidade, conseguiu, com o apoio da Secretaria de Cultura, implementar esse projeto.

Então, nós estamos aqui para defender a continuidade desse projeto, que se mostrou um verdadeiro sucesso tanto de público, quanto de crítica. Também 80% dos artistas que participaram das atividades do Clube do Choro de São Paulo são jovens da periferia da Cidade, ou artistas da terceira idade.

Esse projeto promoveu mais de uma centena de atividades culturais em um ano e meio, entre espetáculos, rodas de choro, atividades didáticas, como oficinas, workshops, em toda a Cidade, mais concentrados na região da Mooca. Por isso, é muito importante a continuidade desses artistas na sua manifestação artística.

Portanto, estamos pedindo um compromisso com o Relator do Orçamento de 2017 da abertura de uma rubrica específica na programação relacionada às atividades do Clube do Choro. Queremos esse compromisso com a abertura dessa rubrica, para que facilite a nossa negociação com a próxima gestão. É um indicativo político importante da continuidade desse programa termos essa rubrica orçamentária no Orçamento de 2017.

Também como representante da área cultural, queria salientar a tramitação do PL 376/16, que implementa o Programa São Paulo Cidade da Música que, a exemplo das leis de fomento ao circo, à dança, ao teatro, e a lei de fomento das periferias, implementa uma lei de fomento à música na Cidade. Então, é importante esse projeto para que definamos uma política pública para a música nesta Cidade também, a exemplo das outras linguagens.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Natália.

A SRA. NATÁLIA SIUF – Na semana passada, nosso nome foi cultura e bradamos com todas as cores a necessidade do nosso existir para a cidade, centro do capital desse país, não ser apenas de gentes que pagam para trabalhar, na escravidão maquiada de cada vagão negreiro, COHAB senzala, de cada morte, assassinato.

Estamos doentes, enlameados, envenenados, ainda assim precisamos dançar, criar, cantar. Mas quando a barbárie é absoluta, que conduta? Nada a fazer aqui. Entramos na farsa, somos parte dela. Vestimos nossos casacos e concebemos documentos sérios, fizemos cálculos, porcentagens, e cá estamos na farsa desse teatro bem mal feito, num prólogo triste em que nos debatemos famintos pelas migalhas poucas, quando os grandes seguem negociando verbas enormes por detrás desses balcões.

Não somos contra os trabalhadores artistas do Theatro Municipal, nem contra as suas ações; mas somos contra a fundação que privatiza o prédio e terceiriza seus violinos, somos contra a desproporção dos valores; e, mais desproporcional ainda, são os valores que escoam para os bancos, dívidas, empresas, armamentos, igrejas; ou, na cultura, as viradas culturais, que gastam em duas noites o que mais de cem projetos usariam em meses de trabalho concreto.

Mais desproporcional é a grana branca do chefe, que também deveria ser pública. Essa migalha pouca na boca dos administrativos empresários, e não em editais, leis projetos nossos, mas posição primeira da Secretária. Que pena! As derrotas anunciadas se concretizam. A verba é pouca, e eu quase rouca ouço: “Estamos juntos com a periferia”. Bom seria, se fosse de fato. Mas, no ato, todo dia seguimos o nosso rosário, morrendo, pobres, pretas, periféricas. É guerra! A Secretária joga para nós um recado de que não somos inimigos. Sim, não somos. É muito movimento diferente, muito nome, mas a bandeira é uma só: temos fome.

Sinto, meus amigos, mas como micos de circo nos enjaularam em falas de dois minutos, audiências de duas horas, tempo impossível para qualquer discussão profunda. É o início, o meio, do desmonte já instaurado: massacre, privatização, terceirização. SP Cine, Fundação? Cilada! Alta mesa, o desprezo, o espanto, por seguirem ainda o jogo baixo dos colarinhos homens.

A nós, todas essas vozes, corpos, trabalhos, que nos juntamos contra os inimigos mesmo: bancada, banco, bala, bíblia, burguesia, os blindados do capitalismo acelerado que nos separam de nós a todo instante. Mas nosso nome é cultura! Antigamente, tínhamos bufões; agora são assessores. Samuel Beckett.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Bruna Rocha.

A SRA. BRUNA ROCHA – Bom dia. Hoje vim falar sobre um programa que atende toda São Paulo, principalmente as regiões periféricas. Vai da Brasilândia a Parelheiros, Cidade Tiradentes: o Programa Jovem Monitor Cultural.

O Programa Jovem Monitor Cultural é uma política pública instituída na Lei 14.968/09. Não vamos nos esquecer disso. O último edital registrou, em 2015 e 2016, oito mil inscritos para apenas 263 contemplados. Isso evidencia a grande necessidade e a grande procura que a juventude tem de políticas públicas nesta Cidade, e o Programa Jovem Monitor Cultural é uma das poucas políticas públicas exclusivas para a juventude na Cidade que atende as regiões periféricas.

Atualmente, são 90 equipamentos de cultura da Prefeitura que recebem o programa. Porém, ainda há equipamentos sem jovens e ainda há um número insuficiente nos

equipamentos, que carecem de recursos humanos. Então é um problema de formação de recursos humanos e gestão pública.

Portanto, esses dados indicam a urgência não apenas da continuidade do programa, que está ameaçada, como da ampliação dessa política pública, principalmente considerando os CEUs, que são equipamentos de educação e cultura da Cidade. Dessa forma, exigimos o aumento do Orçamento para R\$ 15 milhões para 2017, garantindo o impacto que essa política pública tem na Cidade.

Estamos do lado do movimento cultural das periferias. Também exigimos 6% para a cultura, 50% para as políticas públicas que atendem a periferia. E vamos concordar: o que são R\$ 15 milhões para uma política pública que atende tantos jovens, se vocês gastam R\$ 11 milhões em uma semana na São Paulo Fashion Week?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Rogério Almeida.

O SR. ROGÉRIO ALMEIDA – Bom dia. Sou membro do corpo docente da Escola Municipal de Iniciação Artística.

Antes de qualquer coisa, eu sou cultura. Vocês não estão entendendo, é para esse prédio tremer, porque nós somos cultura. A EMIA, Escola Municipal de Iniciação Artística que existe há 36 anos, é um espaço de ocupação pública, um espaço de resistência dentro dessa escola.

Eu sou duas mães que ficaram grávidas e, infelizmente, estão inseguras de terem seus filhos porque elas só recebem 11 salários. Duas mães que ficaram grávidas precisam, sim, das questões financeiras para poderem levar adiante sua gravidez.

Eu sou a goteira da sala da Casa 1, onde as crianças brincam quando empoça a sala. Eu sou o brincar, o brincar com o violino, o brincar com uma bola ou brincar com uma peteca. Eu sou o brincar. Eu sou cultura. Eu sou um professor junto com outros 40 professores,

que chegou a ver essa escola quase ser fechada, uma escola que ocupa um parque público, que tem, mais ou menos, oito mil metros quadrados, e a associação de pais abraçou esse parque, para que essa escola não fechasse. Eu sou os sete meses sem salário a receber alguns anos atrás e eu sou o professor que ficou lá, aqueles sete meses brincando, mesmo tendo que pagar minhas contas. Eu sou cultura. (Palmas) Eu sou também o Theatro Municipal, que eu entendo a situação que acontece lá, só que eu não posso também permitir a precarização de outros programas da cultura, porque vocês também são cultura. (Palmas) Porque nós todos somos cultura. Fazemos parte de uma classe que defende não só o entretenimento na Cidade, defende o desenvolvimento humano independente se esse humano será artista ou não, mas a gente acredita que ser artista não é necessariamente subir no palco, é viver, enfrentando as realidades que a gente tem, sem negar um problema, muito pelo contrário, sendo criativo o suficiente para transformar esses problemas em realidades possíveis de serem vividas. (Palmas) Eu sou cultura, 3% sim para a cultura, 50% para a periferia. (Palmas) Eu sou a EMIA. Escola Municipal de Iniciação Artística, 36 anos dentro desta Cidade, um patrimônio público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Elaine Pelegrini.

A SRA. ELAINE PELEGRINI – Bom dia a todos. Eu sou assessora da diretoria de formação da Fundação Theatro Municipal e represento aqui a Escola de Dança de São Paulo, a Escola Municipal de Música e a Orquestra Experimental de Repertório.

Gostaria de fazer uma propaganda. Nós temos formação plena em dança, cursos livres e cursos preparatórios para crianças. Também temos duas orquestras, uma banda sinfônica, uma ópera estúdio, camerata de violões, o coro infanto-juvenil, o coro adulto, a oficina de música antiga, o *atelier* contemporâneo, atendendo a todos os nossos 1.667 alunos de graça. (Palmas) Sendo que 57% desses alunos são advindos da periferia. (Palmas) Infelizmente eu não tive a mesma sorte que eles. Meus pais, mesmo ganhando pouco, eu tive

que pagar todos os meus estudos de música e de artes, mas hoje eu mesmo venho a Heliópolis e dou aula para eles, porque eu acredito que a cultura, a música, a educação e a arte podem sim mudar a realidade das pessoas. (Palmas) E nós precisamos, nós precisamos nos unir. Nós não devemos aqui estar achincalhando uns aos outros. Nós devemos sim cobrar de quem nós colocamos aqui, para que faça esse papel por nós. Nós precisamos nos unir. Agora não é hora de divisão, agora é hora de união. A nossa classe artística precisa se unir para defender aqueles que não podem estar aqui, as crianças, os adolescentes, os adultos e os idosos que nós atendemos e nós precisamos lutar por eles, porque eles não podem estar aqui por nós. Nós estamos aqui por isso. (Palmas) Porque se essa verba for cortada, nós teremos que cortar alunos das nossas escolas, que recebem o passe-livre, que não pagam por esses cursos, que têm a possibilidade de ter uma profissão, por meio da dança e da música. Nós estamos aqui por isso. Esse corte se acontecer, esse corte vai cortar alunos, vai cortar professores e vai cortar funcionários que já estão sobrecarregados. Nós não estamos ganhando dinheiro a mais não, nós estamos lá acreditando na cultura e na educação, por uma sociedade melhor. É por isso que nós estamos acreditando aqui. Nós estamos aqui por isso. (Palmas)

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Egberto Cunha.

O SR. EGBERTO CUNHA – Bom dia a todos. Vou pedir licença para todos vocês, porque o que eu quero falar é para quem está aqui na mesa, e quero falar como quem fala daqui. Eu prometo que vou ser rápido e não vai ser muito inflamado. Eu sou fruto dos projetos de periferia. Eu nasci na Cohab 2, em Itaquera. Cresci lá e parte do que eu sou, parte dos instrumentos que eu tenho para me comunicar, para enxergar o mundo, para me colocar no mundo, para me reconhecer no mundo, eu ganhei fazendo aulas de teatro, aulas de dança na Casa de Cultura Volpi ali no centro de Itaquera. Isso deu instrumentos para eu ser o que eu sou hoje. Hoje eu trabalho no Theatro Municipal. É uma grande oportunidade para mim, é uma

coisa muito maravilhosa, porque, quando eu nasci, em Itaquera, o Theatro Municipal era muito longe. O centro de São Paulo era muito longe. Tudo era muito longe. Hoje eu encontro amigos das casas de cultura onde eu estudei, onde eu fiz cursos livres de teatro e de dança dentro do Theatro Municipal. Então, eu queria só contar essa história, para dizer que nós transitamos por todos esses ambientes, e nós temos que nos apropriar de todos eles. Todos eles são válidos, todos eles são de legítimos e todos têm uma razão de existir. É isso. Bom dia.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Eu quero participar um dia de uma assembleia onde o currículo de pobreza não seja usado e as pessoas entendam o que é cidadania. Eu quero participar um dia de uma assembleia onde as pessoas entendam que cultura não é entretenimento, porque a cultura é a forma de se expressar com o outro. Nós estamos no lugar errado, mas vamos lá.

Têm 54 bilhões de reais. Por isso que nós estamos discutindo aqui. Desses 54 bilhões de reais, temos a proposta para o Hip Hop. Na manutenção das casas de Hip Hop, um milhão para cada uma. Na proposta orçamentária também de 2017, queremos recurso de 20 milhões para o fomento à periferia. Também queremos a proposta orçamentária. Isso aí é rubrica, não é emenda. Então, o pessoal o Governo tem que saber o que está falando, porque não é isso que está lá na rubrica. A proposta orçamentária que a gente quer é 1,5 milhão para Hip Hop a partir da Cultura e 1,5 milhão a partir da Educação, que são obrigados a fazer isso, porque isso é lei. Falaram de lei para caramba aqui. A única lei que a gente conhece, coloca a gente nas cadeiras. Então, mas isso é lei também. Se você comete crime, tem responsabilizar por elas. A proposta orçamentária também é destinar mais dois milhões de reais para o território Hip Hop e também para o vocacional Hip Hop, que não foi feito infelizmente. Tudo foi congelado e está quente para caramba.

Outra proposta orçamentária também é destinar, que a Secretaria de Educação não executou, mas fez esquema, e não tem bobo. A gente sabe do esquema. São dois milhões de reais para investimento na lei 10.639, que é a da questão racial, com foco no Hip Hop. É isso o que a gente vem discutir aqui. Agora não dá para querer falar para a gente calar a boca, porque eu sou justamente aquele cara que dá errado. Eu sou, são 215 mil pessoas presas nos presídios de São Paulo. Eu sou quinze mil pessoas na situação de rua, eu sou as pessoas que não são atendidas pelo SUS, que são as mulheres negras. Eu sou aquele que vocês não aceitaram. Vocês falaram que são baderneiros, que somos o crime, para defender o defender o celular de vocês. Eu sou contra o genocídio, e a juventude periférica. Não estamos pedindo orçamento para o nosso (inaudível) e nem para instituição nenhuma. Certo? (Palmas)

Calma aí, calma aí. Tem o microfone agora, que eu quero fazer rap. Vamos aí. Pega o microfone ali. Faz *beat box* agora para mim, por favor. Vamos aqui também. Nada contra música clássica, mas a clássica nunca me aceitou.

- Apresentação musical.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Vanessa Macedo.

Passo a presidência ao nobre Vereador Jair Tatto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

A SRA. VANESSA MACEDO – Bom dia. Eu estou aqui representando a Cooperativa Paulista de Dança e o Movimento a Dança se Move. Eu gostei bastante da finalização da fala da nossa Secretária, quando falou que nossos inimigos não estão nesta sala. Eu estou achando bem bonito a gente aqui juntos hoje, e quero dizer, em primeiro lugar,

que a gente apoia todas as falas aqui. Vou fazer um recorte das falas que eu estou mais próxima, mas o nosso apoio irrestrito. Primeiro eu queria falar que é importante a gente olhar para todos esses programas, o programa de fomento à dança, ao teatro à periferia não como uma conquista dos artistas, que, de fato, é, mas como uma conquista da cidade. Enquanto a gente olhar, quando a gente começar para esses programas como uma conquista da cidade, acho que tudo vai mudar, e esses programas têm diferencial, que é a continuidade, e a gente faz políticas públicas pensando em continuidade. Então, dez anos de fomento à dança, 90 grupos contemplados, desencadeando uma série de profissionalização de outras áreas, como música, produção, luz e dramaturgia. Então, a gente tem que olhar para isso como uma cadeia produtiva, que está muito além das nossas referências específicas e pessoais, seja da dança, do teatro. Então, nosso apoio irrestrito a esses programas de fomento, ao programa vocacional, Vai 1, 2, PIÁ, Prêmio Zé Renato, SP Sim, Centro de Referência da Dança e agora uma fala especial ao Centro de Referência da Dança, a antiga Escola de Bailado, que, neste ano, faz 76 anos. Há rumores que pode estar ameaçado esse espaço de ser ocupado pela Polícia. Então, a gente quer pedir uma atenção especial, uma rubrica destinada ao Centro de Referência da Dança, que é um espaço histórico da dança, de 76 anos; e ele precisa continuar existindo como espaço da dança.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Iti Queirós.

A SRA. ITI QUEIRÓS – Bom dia à galera da cultura. É muito bom ver isso cheio. Eu acho que finalmente a gente está se mobilizando. Primeiramente eu acho que 3% para a cultura, metade para a periferia é pouco. A gente tinha que pedir mais porque, na verdade, a gente sabe que tem muito dinheiro que escorre, e a gente não sabe pra onde.

Hoje vim falar com vocês sobre o projeto de lei SP Cidade da Música, que não é apenas uma lei de fomento à música. A esfera musical, a cadeia produtiva da música é muito complexa. A gente está desde 2008 pensando esse projeto lei. Agora, depois de muito papo,

muitas reuniões, muita briga, a gente sabe que, infelizmente, na disputa, na música é mais complicado. Há diversos estilos musicais e a gente percebe isso nessa disputa hegemônica, que aqui também sempre se mostrou. Mas a lei é pra todo mundo, e eu sempre brigo, que seja pra todos os estilos musicais, mas principalmente para os populares, e populares mesmo, para o rap, para o hop, hardcore, choro, MPB, samba, forró, pra todo mundo. Para o reggae, com certeza, para o funk.

Então o que pedimos, exigimos 15 milhões, uma verba pequena se compararmos com o Municipal, com os nossos irmãos da música clássica, e a gente é da música popular. A gente não tem direito trabalhista, nossas casas de música autoral estão fechando por falta de verba. Temos de pensar que hoje, pra viver de música em São Paulo, é muito difícil e essa lei tenta sanar um pouquinho. Com esses 15 milhões vamos contemplar, em média, 500 projetos por ano, que é muito pouco pra uma cidade do tamanho de São Paulo. Mas a gente sabe que, neste momento, é o que dá pra gente pedir.

A lei é dividida em sete eixos: criação, música ao vivo, músicos de rua, instrumental, circulação, ocupação de espaços; encontros e festivais.

É isso aí, não queremos mais viver só de SESC, 3% pra Cultura, metade pra periferia!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Obrigado. Tem a palavra Nelson de Azevedo Júnior.

O SR. NELSON DE AZEVEDO JÚNIOR - Bom dia a todos, bom dia a Mesa. Eu sou o pai de uma aluna da Orquestra Jovem Municipal Fundação Theatro.

Quero saudar todos os cantos da cidade de São Paulo, não só a periferia, o centro, o lado, frente e trás. Todos os movimentos culturais, eu respeito.

Minha filha começou a estudar violino com sete anos, poderia ter estudado outro instrumento, mas preferiu o violino. Eu, como pai, e minha esposa, apoiamos, levávamos uma

longa distância pra chegar no Theatro. A maioria das crianças, todas deveriam conhecer os movimentos da periferia, conheçam também porque a maioria é também da periferia. A decisão foi, é só hip-hop? Eu vou me dedicar à música clássica, mas no fundo todos aqui somos pela Cultura.

Se eu estou de paletó é porque a minha profissão me obriga a andar de paletó, mas eu podia estar de camisa igual a do nosso amigo, com um Oxossi, seja lá o que for. O que vale é o nosso coração, a nossa mente. A roupa não importa.

Quero apenas que valorizem o trabalho assalariado, o CLT, e que o imposto seja bem empregado. Estou aqui para fiscalizar porque é o meu dinheiro que vai pra pagar este ambiente, os nobres Vereadores. Quero tudo isso bem fiscalizado.

O Theatro não tem culpa da administração que foi colocada lá!

- Manifestação na galeria.

O SR. NELSON DE AZEVEDO JÚNIOR – Todos somos vítimas. O que tem que fazer é pegar os bens desses canalhas e fazer voltar de onde vieram.

Vou falar nominalmente. Chegou esse tal de Neschling... Eu sempre gostei de música clássica, componho, tenho 55 anos, canto em coral de igreja, adoro música clássica, música sertaneja. A minha filha nos intervalos, quando levo pra escola, ela não ouve só clássica, ela ouve hip hop também. Ela só não usa rastafári porque eu não deixo, é muito trabalho cuidar daquilo. (Risos)

Gente, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo tem obrigação - o salário dos conselheiros é altíssimo - de fiscalizar todo dinheiro empregado nesses movimentos. Pode-se formar uma comissão de leigos – e leigos eu digo: contadores, economistas – formem comissão de pais pra fiscalizar cada dinheiro empregado. Quem garante que lá na periferia não tem gente que pode usar mal essa verba? Ninguém garante! Tem de fiscalizar todo dinheiro.

Todo dinheiro, ok? Todo!

O pessoal está roubando até comida de criança, a Cultura é mais uma vítima!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Eu também estou de terno! Mas este é de brechó! (Risos) Vim falar um monte de coisas, mas resolvi falar da minha vida também! (Risos)

A minha vida começa quando determinados colonizadores, exploradores, racistas, machistas, homofóbicos e tudo mais que a gente conhece, dizimaram, mataram culturas africanas, culturas indígenas em detrimento de quê?

Eu vim falar da minha vida porque aqui, quem me conhece, sabe que eu toco no farol, não toco no Theatro, não sei nem o que é a quarta parede! (Risos)

Eu vim falar um pouquinho da minha vida. Pra quem me conhece, eu não tenho nem onde morar. Sabe por quê? Porque há mais de 20 espaços ocupados na cidade, que dialogam diretamente com a periferia e que não são assistidos.

Eu vim falar também da minha vida. O lugar onde eu moro tem essa música aqui, que eu vou mostrar a vocês! ...é baile de favela; a Marconi é baile de favela; e a São Rafael é baile de favela. E as casinhas..., que é onde eu moro, no Jardim Julieta, zona Norte próximo ao terminal de cargas, há três meses morrem mais de 15 jovens por conta do lança-perfume.

Eu sou de um lugar aonde temos o maior índice de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens. Agora a minha intervenção musical: eu sou desse lugar!

Eu sou de um lugar que, com 32 anos, eu não tenho dois anos de carteira assinada. Eu tenho 32 anos, não tenho dois anos de carteira assinada.

Eu sou de um lugar onde preto, pobre e periférico continua morrendo na mão do Estado! De qual lugar mesmo estamos falando e o que queremos construir?

Quero dizer que o Theatro Municipal não me representa, a música clássica não me representa porque os meus mestres – Capoeira, Jongo, Puxada de Rede, Maculelê – continuam morrendo sem poder propagar, sem poder *publicizar* e sem poder dar continuidade à Cultura que, de fato, construiu e constrói a Nação na qual vivemos. Eu sou deste lugar.

Eu sou deste lugar e posso dizer mais a vocês. Do lugar da onde eu venho, embora eu seja homem, há mulheres negras que muito provavelmente trabalham nas casas de muitos de vocês e recebem um salário mínimo. Eu sou desse lugar em que morrem todos os dias pretos, pobres e periféricos.

Quero dizer que se estão querendo dizer que a periferia está colocando isso e aquilo outro, quero dizer que a responsabilidade pela divisão que aqui existe não é nossa, é de vocês! Vocês são responsáveis por isso e eu vou dizer o motivo.

A Secretaria de Governo da cidade de São Paulo tem mais de 100 milhões de reais, até me perdi nas contas. São tantos pretos que morrem que tem hora, que esse número pra mim... As estatísticas são mais importantes. Mas há mais de 100 milhões de reais e parte desse dinheiro serve pra *lobby*. Um exemplo, a Fashion Week ganha 11 milhões de reais. E eu também estou na moda, e quem de vocês me vê lá? O sapato é vermelho, viu? (Risos)

Neste lugar de escuta, Atilio, é que eu falo pra você; deste lugar de escuta, Rosário, Eduardo, é que eu falo pra você; é deste lugar de escuta – Camisa Nova, Juliana, todos os presentes – e neste lugar de escuta que morre todos os dias homossexuais por culpa do preconceito existente. Mas e aí, o que vamos fazer, gente? Vocês estão com a faca e o queijo na mão, e a faca e o queijo na mão não significa... Não dá pra gente ter mais de mil inscritos no VAI e só 200 serem aprovados!

Quero finalizar – e falo em nome dos 15 que morreram por causa de lança-perfume, é por essa galera que estou falando, não estou falando pelo meu bolso que, inclusive, é furado. Sabe por quê? Porque continuei na luta, sem dinheiro. Quem me conhece sabe o quanto os

motoristas estão de saco-cheio de eu pedir carona, sabia disso? É desse lugar, de fora, que eu falo, é onde eu estou, é onde eu sou...

Quem aqui muitas vezes não tem dinheiro pra comprar um pão de 30 centavos? Esse é o valor do pão, na *quebrada*.

Quero dizer que estamos falando de equidade, estão...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Jesus, você já passou do tempo...

Tenha consideração com os demais presentes.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Considerarei. Acho que uma audiência pública, com a profundidade dos estudos que o movimento cultural da periferia trouxe, nós não estamos trazendo hoje, estamos debatendo há mais de quatro anos.

Rosário, eu quero dizer que o Movimento Cultural da Periferia tem estudos mais aprofundados do Orçamento o qual você apresentou. Gostaríamos de apresentar, assim como apresentamos à Comissão de Orçamento, na presença do Eduardo, e mostrar que os dados aí colocados, há grandes divergências com o que vivemos na realidade.

Para concluir, quero dizer o seguinte: o Movimento Cultural da Periferia, que representa mais de 70 % da população de São Paulo, gostaria que o processo de equidade começasse a partir de agora na cidade de São Paulo. Esse processo de equidade significa 20 milhões para fomento na periferia; significa reconhecimento dos mais de 20 espaços ocupados na cidade de São Paulo, onde há trabalhadores e trabalhadoras da Cultura precarizados. A gente gostaria da ampliação...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, obrigado...

O SR. JESUS DOS SANTOS – Uma ampliação irrecusável no programa Jovem Monitor, no programa Agente Comunitário...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próxima inscrita Ana Rute.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Pra finalizar, ontem foi 20 de novembro. Quem está aqui sabe que morre preto, pobre e periférico todos os dias, façamos um minuto de silêncio!

Eu sou Cultura periférica!

(Palmas)

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A sra. Ana Rute.

A SRA. ANA RUTE – Sou Ana Rute. Tenho um projeto que se chama Regarte, na periferia de São Paulo da zona Sul de São Paulo.

Nesse final de semana de correria da Consciência Negra, a periferia fervia, porque eram 4 pretos, pobres, mortos nas ruas, assassinados.

Eu fico pensando quanto mais nós teremos que perder num país que é a sétima maior economia do mundo.

Faço um trabalho com um grupo de cultura de paz. A nossa linguagem é a linguagem do amor. Só vemos guerras, mas, quando vejo tantos números e ouço a fala do meu irmão que terminou de falar agora – e estou na mesma situação que ele -, fico pensando por que não chega lá em casa?

Foi falada aqui da questão do agente comunitário. Em 2014, pagava-se 1 mil reais para agente comunitário. Com esses 1 mil reais conseguíamos comprar uma dúzia de banana a 2,50 reais. Agora, saiu de novo o edital para agente comunitário de cultura. Ele paga, novamente, 1 mil reais. Só que eu fui à feira, e a dúzia da banana está 5 reais.

Então, percebam o que é que eles estão fomentando.

O agente comunitário diz que é para ele se alimentar, mas não sei se tem mais agentes aqui, como fui, sou e serei. Esse dinheiro, a gente termina usando nas oficinas que damos nas periferias para as nossas crianças. A gente precisa não só dar a oficina, mas, também, alimentá-los.

Eu entendo que o agente é artista, mas o indivíduo não trabalha para ele, mas para o outros. Trabalhar com criança e na periferia exigem necessidades maiores.

Por isso, gostaria de um olhar específico levando-se em conta os 3,50% para a periferia. Juntos somos mais, somos fortes, juntos somos um. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A Sra. Ingrid.

A SRA. INGRID – Bom dia a todos e todas. Sou a Ingrid, do Movimento cultural das Periferias. Sou preta, sou pobre, sou periférica, enfim.

A gente veio aqui para falar de dinheiro. A gente vê como é uma porcaria o capitalismo. Estamos aqui tretando por conta de merrecas. A gente sabe que a cultura é a menos olhada.

Vim perguntar aos nobres Vereadores o seguinte: a Secretaria de Governo recebe um orçamento de 119 milhões. Foram executados 63 milhões para quem? Aonde foi?

Se o orçamento era de 119 milhões e foram executados 63 milhões, cadê o restante? A gente fica se perguntando. Quero 20 para a periferia, quero 120 para o Teatro Municipal, quero isso, quero aquilo, mas de onde a gente vai tirar? A gente fica se perguntando, e existem Secretarias que devolvem o dinheiro, e a Secretaria de Governo é uma delas.

A gente fez um estudo sobre o orçamento da Cidade. Nele estavam contidos eventos de interesse do Município. Que eventos são esses? O Município é composto por pessoas. Esses eventos deveriam ser os de interesse da população, ou são da Municipalidade para fazer *lobby* para quem?

A gente pede a reestruturação na SMC porque o jovem monitor ganha 1 mil reais para trabalhar nos equipamentos públicos. É um trabalho precarizado porque a molecada tem que fazer o possível e o impossível, tem que levar público para os lugares, bibliotecas e centros culturais. O trabalho é precário – e, mesmo assim, no ano que vem, corre o risco de não ter.

A gente pede mais transparência nos gastos da Cidade. Neste ano, foram só 1,82% para a cultura, sendo que a meta era de 2%, e a gente pede 3%.

Para concluir, queremos 3% para a cultura, sendo a metade para a periferia.

Precisamos estar nos espaços do Teatro Municipal, gente.

Eu já assisti ao Coral Paulistano porque ganhei o ingresso, não foi porque comprei.

Então, precisamos estar nesses espaços. Por que o Teatro Municipal não contrata os artistas periféricos para estarem lá dentro também? (Palmas) Coloquem a gente lá dentro também.

Para concluir: a prioridade do governo? Porque o próximo a gente já sabe que será uma porcaria. A gente já sabe que terá de estar aqui de novo, tretando entre nós, que somos precarizados – eu já sou precarizada desde o dia em que eu nasci – em relação a isso. Estou aqui em todas as audiências da cultura, não só nas de orçamento, porque quando houve o movimento cultural das periferias poucas pessoas estavam aqui, e ninguém do Teatro Municipal estava.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A Sra. Claudia Aparecida Leal.

O SR. CLAUDIO APARECIDO LEAL – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos.

Cai de paraquedas nesta reunião, pois sou da Saúde e cheguei no horário errado, mas vou aproveitar para defender meu peixe. Sou Conselheiro do CEU Parelheiros. Foi-nos prometido um teatro, para o qual uma verba de 2 milhões de reais foi destinada pela então Senadora Marta Suplicy, mas, até agora, esse teatro não foi construído, e nós não sabemos aonde estão esses 2 milhões de reais.

Venho de uma época de uma revolução, quando fui obrigado – obrigado, não, por opção, porque me apaixonei até pelo teatro para poder me defender do sistema da época, da ditadura militar.

Num país em que a miscigenação é a tônica, nós não somos negros, nem brancos nem índios. (Palmas) Nós somos brasileiros, uma raça única. E digo mais: não à PEC.
(Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Fafi Prado; depois, o Sr. Fernando Ferrari.

A SRA. FAFI PRADO – Bom dia a todas as pessoas.

Estamos falando de cultura hoje aqui. Eu queria falar um pouquinho da cultura imagética deste lugar, convidamos vocês a olharem para os quadros que estão atrás, observem bem ali na imagem quem é que está de sapatos e quem está descalço. Queria convidar, também, cada um a assumir a sua postura para a gente poder avançar.

Quero falar hoje do Piá, da sua importância, que é um dos projetos de programa de formação artística juntamente com o vocacional. O Piá está em toda a periferia da Cidade de São Paulo, considerando as culturas locais. Não está levando a cultura estrangeira para lá, mas construindo cultura com crianças.

E, por isso, o Piá tem a função de defender as culturas da infância. Estamos falando do direito de essas crianças e adolescentes à cultura, a uma formação artística que não seja colonizadora, mas que os ouça, que os escute para que sejam futuros cidadãos, para que estejam aqui, também, falando do que precisam e do que acreditam das culturas que produzem.

Quero defender o Piá e dizer que é inaceitável para os programas de formação que se reduza qualquer centavo. Não dá para recuar no orçamento de 2016 para 2017. Nós do Piá e do Vocacional trabalhamos 8 meses. Não só isso diz respeito à precarização dos nossos trabalhos, mas, principalmente, negar o direito da continuidade a esses participantes.

Estamos derrubando um vínculo com essas crianças que demora muito para ser construído. Precisamos que o Piá comece como um calendário escolar. A gente precisa começar com um calendário escolar, porque a gente não vai na periferia, nos lugares em que atravessamos a Cidade, simplesmente, para levar alguma coisa pronta. A gente vai lá construir.

Então, é importante: temos um projeto de lei encaminhado, é o projeto 461, para que os os programas Piá e o Vocacional não deixem de existir.

É preciso 3% para a periferia, o dobro para a cultura e tudo o mais que a gente quiser.

Valeu! (Palmas)

O SR. FERNANDO FERRARI – Sou Fernando, morador do Capão Redondo e faço parte do Movimento Cultural das Periferias.

Vou ler um trecho de uma carta de uma mãe que teve o filho assassinado em 2006. Para quem não sabe, este ano faz 10 anos dos Crimes de Maio de 2006, quando mais de 500 jovens foram assassinados.

Vou ler o trecho da mãe Zilda, moradora da Baixada Santista, inclusive, o seu filho se chamava Fernando também.

“Superei a fome, o frio, a rua, as humilhações, a porrada, o machismo e todo tipo de violência, mas essa eu não vou conseguir superar. Eu morri junto com o meu filho, com o Fernando”.

Quando a gente falar periferia, estamos falando de um território, invisibilizado na cidade de São Paulo há 516 anos – como diz aquele quadro.

Quando a gente fala da periferia, falamos de indígenas e negros, de pessoas que não têm oportunidade na cidade de São Paulo.

Qual a lógica do orçamento da cidade de São Paulo? Para que a cidade seja mais humana, onde todo mundo vai ganhar, essa é a nossa lógica: inverter o orçamento da Cidade para que o jovem que esteja lá não seja mais assassinado pela Polícia do Estado de São Paulo.

Estamos aqui há 2 horas? Doze jovens já foram assassinados no Brasil.

Oitenta por cento dos jovens que são assassinados no Brasil são negros e indígenas.

Ou a gente, a partir do ano que vem, assume essa mesa aqui, a relatoria – somos nós, a gente votou, a gente é Munícipe – não pode ser uma pessoa para mexer em 54 bilhões.

Somos nós. Aqui hoje provamos que temos força. Temos que continuar, como trabalhadores da cultura, assim. A periferia merece a cultura. A gente é a segurança pública; a gente é a mulher; a gente é idoso; a gente é assistência social; a gente é saúde e educação. A gente não é só cultura. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado.

O Sr. Henrique; depois, a Sra. Kátia Alves.

O SR. HENRIQUE – Bom dia a todos.

Primeiro, eu assustei quando entrei aqui, na primeira discussão de orçamento que participo de se falar em 3% para a periferia, perdão, para a Cultura, e todo mundo está comemorando 3%. Comemorando não, é muito pouco e nós estamos aceitando 3%. Estamos reivindicando né? Mas 3% é tão pouco e estamos pedindo 3%, e 1,5% só para a periferia é muito pouco também.

Sou do Circuito SP Cine, são as salas de cinemas que estão nos CEUs, feitos pela SP Cine. Eu conheci outro mundo visitando a periferia. Moro aqui perto da Augusta, sou branco, sei dos meus privilégios e conheci outro mundo na periferia. Quando eu subi a Brasilândia foi que conheci o CEU Paço, sabe Sr. Presidente? No jardim Paraná. Lá eu conheci muita gente que começou a frequentar o cinema. Elas levavam duas horas para ir ao cinema, e hoje possuem cinema de graça do lado de casa.

Entre os filmes, eles viram um documentário sobre a criação do jardim Paraná. Viram eles, os pais deles, os tios deles, as famílias, porque o jardim Paraná foi criado por famílias que vieram do Nordeste e ali ficaram.

Fui no São Rafael e conheci umas senhoras que faziam aulas no CEU e depois iam para o cinema. Senhoras de 60 ou 70 anos que nunca entraram numa sala de cinema e que, hoje, pela primeira vez, vêm filmes em qualidade até melhor do que em muitos shoppings. E até que teriam de pagar ali no Aricanduva, que é o mais perto, talvez R\$ 50,00 para ir ao cinema, mas vão de graça para assistirem com a mesma qualidade de lá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. _____ - Sr. Presidente, desculpe. As vidas, a gente também auxilia em ajudar algumas vidas.

E convido os Srs. Vereadores a irem ao CEU Aricanduva, onde fui Supervisor, Vereadora Juliana Cardoso, e ali conhecerem, por exemplo, o Breno. É um menino que mora ali perto, sempre frequentou as pistas de *skate*, e que decidiu fazer cinema depois de trabalhar conosco.

Convido todos a irem ao Centro Cultural São Paulo e conhecerem o Felipe, o Igor Felipe, que tem uma vida sofrida igual a de vocês, igual a de muitos que estão aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Henrique. Vamos seguir.

O SR. _____ - O Felipe está aqui. Se ele quiser falar, ele pode.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem de estar inscrito. Não é assim, não.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra à Sra. Katia, e o Felipe, posso passar para ele, se inscrevendo, como último orador ao final.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima oradora é Kátia Alvez. O Felipe pode falar ao final. Vamos seguir o critério, se não perdemos o horizonte.

- Manifestações na galeria.

O SR. IGOR – Meu nome é Igor, mas todos me chamam de Felipe. Meu nome é Igor. Prazer a todos. Sou duas pessoas, vai.

Comecei no CEU, porque um ser chamado Rodolfo olhou para mim. Ele me mediu, olhou essa cara, porque muita gente deve se assustar, porque não tenho cara de bonzinho. Não tenho cara de bonzinho, de verdade. O senhor sabe que não tenho.

Aquele senhor olhou nos meus olhos e me deu oportunidade de trabalhar com algo que eu sempre gostei. Fiz circo no Vila Guacuri, acho que tem alguém aqui que conheceu o circo. E ele mudou minha vida desde quando eu era mais novo.

Trabalho agora para a Cultura. Querendo ou não, nós levamos a cultura, estamos com gente da gente na periferia. Muitas vezes, e até nem vem ao caso, mas tiro de mim porque vejo crianças que estão passando o que passei, situações precárias. Eles vão assistir um cinema e minha cara é levar a minha experiência gostosa para eles e indicar outras situações que estão nos CEUs.

No Centro Cultural é outro tipo de público, legal, e aprendi a lidar com eles, mas comecei pegando a periferia. E, novamente, nessa fase nova da minha vida, eu estar pisando aqui começou na periferia. O senhor não olhar no meu olho enquanto eu falo, mas é algo desagradável.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que estou lendo aqui o próximo.

O SR. IGOR – Mas, olha. É o pessoal da periferia que está aqui, estamos falando para os brancos, negros, é um brasileiro que está à sua frente e está falando com o senhor. É um brasileiro que o projeto da Cultura mudou, entende? Eu poderia passar (ininteligível), mas não: eu estou aqui falando a respeito do projeto que está dando certo. Beleza? Bom dia a você, senhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Igor Felipe. Próximo orador é o Sr. Flávio Federico.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Sra. Kátia foi colocada para falar ao final. Tudo bem, então. Sra. Kátia Alves.

A SRA. KÁTIA ALVES – Bom dia a todos e todas. Importante pensarmos e olhar mesmo para esses quadros, porque enquanto estamos aqui disputando migalhas, e o pedaço pequeno do bolo, a maior fatia sabemos que não vem para cá. Sabemos que não vai para a periferia. Sabemos que enquanto estamos disputando esse pedaço pequeno, os grandes senhores, que se acham no poder, estão com essa falta de recursos destinados para onde, de fato, está a maior parte da população, os nossos jovens pobres, pretos e periféricos estão sendo exterminados, justamente por essa concentração de riqueza, essa concentração desde a época da invasão do nosso país.

Então estamos falando aqui, quando falamos do movimento cultural das periferias, estamos trazendo - buscando – uma reparação histórica que sabemos que levará muito tempo ainda para acontecer. Mas nós, enquanto houver desigualdade, achamos importante perceber de onde vem. E que estamos brigando, aqui, por migalhas, mas esta Casa deveria ser a Casa representação do povo, tem pouca gente representando de fato o povo. Como é que fazemos para que, de fato, esses espaços sejam ocupados numa votação do Orçamento, onde a

população precisa estar na grande maioria, quantos sabem disso? A quem interessa? Nos socializarmos, em que momento estamos, que vocês estão decidindo para onde vai nosso dinheiro?

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. KÁTIA ALVES – E aí, só para concluir, o Movimento Cultural das Periferias não é a favor de editais. Achamos que isso precariza e continua precarizando nossos trabalhos cultural, artístico e de todos os segmentos.

Somos a favor, sim, da equidade, da divisão...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, por favor, Kátia.

A SRA. KÁTIA ALVES – Vou concluir. Somos a favor que, enquanto ainda essa política de editais seja necessária e que nós defendamos uma divisão por território, gênero e raça, onde a maioria das pessoas que necessitam acessar esses editais estão nas bordas.

Por isso, 3% do Orçamento para a Cultura e 50% para a periferia. A gente exige isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Kátia.

A SRA. KÁTIA ALVES – Aproveitando, meio dia e meia teremos uma apresentação dos companheiros da Trupe de Santos, trupeiros da rua, que foram e sofreram uma agressão, sendo impedidos de apresentar seu espetáculo em Santos. Então é um protesto contra esse estado opressor, genocida, que vivemos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Para justificar...

A SRA. KÁTIA ALVES – Patriarca, meio e dia e meia, e no dia 6/12 teremos o encontro dos setores da categoria cultural. Todos estão convidados no Espaço Pindorama, da Companhia Antropofágica, Rua Turiassú, 481, perto do metro Barra Funda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Kátia.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Flávio Frederico.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Antes do próximo orador, queria justificar a ausência do Vereador Nabil Bonduki, que foi secretário de cultura. Ele tinha um compromisso marcado anteriormente.

O SR. FLÁVIO FREDERICO – Bom dia. Sou Flávio Frederico, sou cineasta, Presidente da Apaci, Associação Paulista de Cineastas. Acho impressionante que quando tem uma crise econômica o primeiro lugar que sofre corte é a Cultura. Isso é surreal. A Cultura deveria ser o último lugar a sofrer corte e não só pela questão que todos disseram muito bem sobre a importância da cultura, da identidade cultural do povo, mas porque a economia cultural é super dinâmica e inclusiva. Qualquer tipo de projeto cultural seja pequeno, médio ou grande, de qualquer área, ele pulveriza os seus recursos, dificilmente o proponente ou o realizador fica com uma grande parcela. A maioria é pulverizado para trabalhadores, serviços, sociedade de modo geral, diferentemente de outras áreas que têm orçamentos gigantescos.

Temos de tomar cuidado com essa análise fria dos números da SPCine. Ninguém falou aqui que a SPCine talvez seja o único órgão que é retornável. Esse dinheiro grande, concordo, justamente porque o audiovisual necessita de um dinheiro muito grande existe uma tendência de criar políticas públicas que sejam retornáveis para que no médio prazo, longo prazo, essa atividade que é cara e custa caro para um país pobre e desigual, como o Brasil, não tenha mais de ser sustentada pelo Estado, mas que acontece que para existir ele precisa desse recurso. A SPCine é retornável. Esse dinheiro, supostamente, vai voltar.

Podem ser trabalhadas outras formas na SPCine, mas o fato é que isso não pode ser negado. Tem de tomar cuidado com isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLÁVIO FREDERICO – Eu não sou orador, eu não sou político. Eu não tenho habilidade na palavra, eu sou cineasta, agora, o cinema e o audiovisual é uma forma de expressão. Vocês sabem a história, vocês sabem que foi um filme feito sobre um festival em Los Angeles.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLÁVIO FREDERICO – Gente, vocês têm de defender o audiovisual. Não tem de lutar contra. 3% é o mínimo, é ridículo. Metade para a periferia é dívida histórica. Os números são enganosos, agora o cinema é um importante para reflexão e é caro. Essa indústria que está aí é violenta, vocês sabem. Quem faz cinema na periferia sabe que não consegue ganhar edital, não consegue produzir e quando consegue, depois de anos, não consegue exhibir. Então, a ajuda da SPCine é fundamental. (Palmas)

O circuito SPCine está aí para mostrar. Vamos melhorar a SPCine? OK. Agora, para de bater na SPCine.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLÁVIO FREDERICO – Vocês sabem a história do Hip Hop. Vocês sabem a história do movimento negro, foi um filme que veio para o Brasil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Último orador, Mauri Palos.

O SR. MAURI PALOS – Bom dia.

Trabalho na gestão com o Igor, com o Antonio Henrique, do circuito SPCine, que hoje está em 17 das 32 Subprefeituras com salas de cinema, levando o cinema para quase toda a periferia da cidade de São Paulo e peço atenção aos nobre Vereadores para que nesse orçamento que mantenham-se os 3% para a cultura e defendo a manutenção das salas de cinema do circuito SPCine.

No que diz respeito ao orçamento de uma das 10 maiores cidades do mundo e o que acontece no Município de São Paulo pode ser modelo para todas as cidades do Brasil e para várias cidades do mundo. Fazer o que está sendo feito com as salas de cinema, contrariando uma vontade do mercado, é muito importante, muito forte e se pensar em valor, falamos em algo de cinco reais por ano para se manter esse projeto para o cidadão.

Muito obrigado. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – O Sr. Arantes pediu 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar da tribuna.

O SR. ARANTES – Boa tarde para todos. Eu luto desde os 10 anos, sou diferenciado. Pena que aquele senhor....Eu tinha uma entidade que sempre era contra fazer a discriminação. Não tem branco, não tem negro, não tem indígena. Nós somos gente. Nós temos o mesmo sangue. Então eu queria abraçar. Chama aquele jovem ali. Vem aqui, irmão. Vem aqui. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu quero dizer o seguinte, nessa história de não ter branco, não ter indígena, não tem isso, não tem aquele outro, somos nós que morremos, tá bom.

O SR. ARANTES – Não, não. Morre branco também. A minha nora, da raça negra, quando tem um aniversário junta nove brancos e 50 negros. Nós temos de ter fé. Estamos em

uma crise e temos de lutar para mais emprego. Eu tenho projeto para morador de rua e todos os Vereadores têm me ajudado.

Não tem branco, não tem negro, não tem indígena. Nós somos gente. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Até respeito o senhor porque você tem idade para ser o meu avô, mas racismo existe sim dentro da Câmara, nos centros culturais, na rua. Racismo tem cor e tem identidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra a Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde.

Acompanhando vocês desde a Dona Maria do Socorro, nossa companheira de muita luta que sempre está na Câmara lutando pelos idosos, e finalizando com o Sr. Arantes. Todos estão lutando pela Cultura. A Cultura transforma a sociedade e abre horizontes para as pessoas entenderem que é possível mudar.

Então o recurso que está sendo pensado para o orçamento da Cultura, 3% e 50% para a periferia é pouco ainda, mas neste momento temos pensado, articulado e lutado para que esse recurso prevaleça e incorpore para que se dê continuidade nos projetos culturais que foram pensados na cidade de São Paulo.

Não estamos muito longe do que aconteceu na gestão Kassab, em que muitos de vocês, senão todos não podiam ter o direito de expressar sua cultura na rua. Fomos perseguidos pela GCM, pela Polícia Militar e muitas vezes pela Polícia Civil, porque nós que somos defensores do direito, com certeza estamos lá fichados porque trabalhamos com a Cultura e porque defendemos o direito à vida.

Então apesar de não ser membro desta Comissão, mas acompanho um pouco o orçamento dentro dos temas em que atuo, peço que a gente pense, faça, acrescente no orçamento e discuta com os 55 Vereadores o orçamento da cidade de São Paulo.

E existe sim, a sociedade ainda é muito preconceituosa. Por mais que haja pessoas aqui pensando no sentido humano ainda somos os que mais sofrem. Principalmente os negros da periferia que são os que mais morrem. Então temos de lutar contra isso.

Obrigada, Vereador Jonas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todas e a todos. Fui o Vereador que há dois anos e meio fez uma audiência pública porque estavam querendo tirar uma das companhias do Theatro Municipal. Batalhei fortemente para que isso não acontecesse.

Estou falando isso aqui porque acho que divisões na sociedade existem. Só que nesse campo em que estamos agora, enquanto alguns ficam se dividindo, o que tenho visto nesse primeiro mandato de três anos e meio é o grande capital tomar conta do orçamento. O grande capital, como falou o companheiro aqui da época do Maluf, fazer precatórios totalmente ilegais e agora pagarmos 13% do orçamento que vai para as mãos de banqueiros.

É ver passar nesta Casa, por exemplo, um monte de isenção de imposto fiscal de ISS para setores de empresa de transportes, OSs, então quando se falou de luta de classes concordo totalmente que o orçamento está em disputa e as classes sociais brigam por ele. Os trabalhadores e o povo da periferia estão aqui. Outros disputam por outros mecanismos que não estão aqui presentes. E acho que esses são os perigosos e temos que lutar contra.

Agora, se há esse lado, hoje, sou Vereador, Professor de Matemática da Rede Municipal, meus amigos, morreram a maioria. Sou de Sapopemba. A maioria dos meus amigos era negra. Meus amigos não tiveram - mesmo eu com a dificuldade de estudar em escola pública e tudo o mais - as mesmas oportunidades porque a cor da pele conta.

Então por mais que se fale aqui, e sei que aqui quando se fala é numa ótica não racista, as pessoas aqui tem esse sentimento de igualdade, mas não é isso que está lá fora,

não é esse sentimento. Lá fora o que está pegando é a população negra morrendo na periferia. Só o fato de ser pobre e branco já sofre discriminação e se for negro está mais lascado.

Por isso temos de fazer essa reflexão sobre essas questões. Se quisermos mesmo uma sociedade igualitária, justa, temos que derrubar todas as formas de preconceito contra a mulher, LGBT, negros, contra tudo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Primeiro, quero comunicar ao Igor que ele pode me ver lá no Jardim Apurá, 100% da minha atividade política é na periferia de São Paulo, graças a Deus. Então se ele ainda não me viu lá, o Wesley está aqui e já me viu muitas vezes lá. Não pude olhar para ele o tempo todo porque estava atento à pauta aqui, por favor, comuniquem a ele que sou do bem. Vocês já me viram por lá e por aí afora, não viram?

- Manifestações na plateia.

O SR. JAIR TATTO – Não, Jesus. Então me dê seu endereço que vou lá voando.

Estou há quatro anos aqui na Comissão de Finanças e Orçamento, fui sub-relator no ano passado da questão das subprefeituras. E garantimos no ano passado uma rubrica específica para atividades culturais nas subprefeituras, que era uma forma de descentralização das atividades culturais. E lá foram colocados 11 milhões 503 mil reais exatamente, porque o primeiro critério foi um real per capita e distribuído pelo IDH.

Ou seja, as subprefeituras mais pobres levavam mais, mas não levaram porque infelizmente a verba foi congelada. Para vocês terem uma ideia, a Subprefeitura da Cidade Tiradentes, considerada a de maior índice de vulnerabilidade teria 504 mil reais para atividades culturais locais. E agora veio do Executivo uma proposta de 320 mil reais.

Então quero fazer um apelo aqui ao Presidente e ao nobre Vereador Bispo Atílio: se é para descentralizar vamos descentralizar. Não é assim que fala? Aí não precisa Virada Cultural que tem de vir para cá, reunir três milhões. Vou pedir e lutar para que a gente coloque, Secretário, pelo menos os 11 milhões de volta para as subprefeituras para vocês fazerem hip hop e rap, forró, música lírica, tudo e moda de viola, porque aqui ninguém discute moda de viola. Sou do interior do Paraná e ninguém fala de moda de viola, por favor, tem de chamar um violeiro bom aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o nobre Vereador Bispo Atílio.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Boa tarde a todos, em primeiro lugar quero dizer que todas as reivindicações são justas e quisera eu ter no orçamento recursos para poder atender todos vocês.

- Manifestação na galeria.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Sou apenas o Relator. Não sou o dono da peça orçamento.

Agora, quero dizer que vamos aprovar uma peça orçamentária dentro da realidade da cidade de São Paulo já prevendo que no início do ano o novo Prefeito faça um ajuste de acordo com o plano de metas que vai apresentar. Principalmente com a questão da descentralização que ele pretende implantar na cidade de São Paulo e que já foi praticada de 2001 a 2004, na gestão da Prefeita Marta, com relação às subprefeituras e ele está trazendo de volta esse empreendimento que acho importante.

Então não sabemos o que ele está fazendo, o que vai fazer para descentralizar. Espero que ele também tenha um olhar bastante cuidadoso para a Cultura. Que ele possa fazer essa descentralização e dar à Cultura o valor que merece na cidade de São Paulo.

Até falei para o Presidente que não queria nem falar, nem justificar nada porque o que vimos hoje aqui é fantástico. Toca muito o coração da gente e se pudesse...

- Manifestação na galeria.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Gostaria de atender todas as reivindicações dos senhores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Lógico. Estou com todo mundo, com todos. E que pudéssemos, Sr. Presidente, encerrar esta participação da Cultura nesta audiência com música, se o Coral puder apresentar, ou hip hop, não sei.

- Manifestações na galeria.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Acho que foi muito importante a participação dos senhores. É isso o que esperamos do povo de São Paulo, luta para obter vitórias. Que Deus abençoe todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Maria do Rosário Ramalho, Secretária de Cultura.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO – Sem dúvida, essa foi a audiência mais impactante de todas que já participei, inclusive, porque jamais imaginei que estaria aqui, como falei, mas como Secretária de Cultura do momento, da ocasião, e servidora de Cultura da cidade de São Paulo, funcionária que sou, acho que todos os recursos que vierem para a Cultura são bem-vindos, necessários e deve-se cuidar da estruturação da Secretaria de Cultura.

Quero dizer aos presentes que prestem bastante atenção à fala do Vereador Bispo Atílio. Ele disse que no início do ano virá uma reestruturação do orçamento para a Câmara. Portanto, fiquem atentos ao que for aprovado, mas fiquem muito atentos a execução daqui para frente.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. JONAS CAMISA NOVA – O Pirata fez um convite para que a Orquestra tocasse e todos poderiam cantar junto. Então vamos lá para encerrarmos esta reunião.

O SR. _____ - Peço um minuto da atenção de vocês para dizer uma coisa muito importante. Nós somos de um país feito de miscigenação. Sou da capoeira, sou do reggae, sou rastafári. Quero dizer que aqui dentro todos são pretos, porque o primeiro ser humano do mundo nasceu na África.

Então enquanto a África estiver sofrendo, enquanto o afrodescendente e os nativos estiverem sofrendo, todos nós vamos sofrer. Vamos para cima, vamos para frente, 3%, 50% para a periferia.

É isso aí pessoal. E lembrando que falei sobre isso: é só a gente procurar Direito Internacional, dívida odiosa. Os Estados nasceram da África e estão sendo dizimados pelo capital financeiro. Existe um conceito chamado dívida odiosa. Por exemplo, a dívida odiosa da Ditadura Militar, até hoje só temos 20% da transparência dos contratos do endividamento público da Nação.

Sr. Jonas Camisa Nova, Presidente da Comissão, sabe disso, que apenas 20% dos contratos feitos na Ditadura Militar do endividamento do Estado, no Brasil inteiro. Temos acesso a isso na Internet. Acessem o site do Tesouro Nacional, certo, Presidente. A transparência tem de ser para todas e para todos. As crianças precisam desse dinheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado pela presença de todos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública da Cultura.

Estão abertas as inscrições para o tema Educação.

Convido para compor a mesa os Srs. Marcos Rogério de Souza, chefe de gabinete; Luís Cláudio Marques, coordenador do Orçamento e Planejamento; Márcia Tamide, diretor de Orçamento; Oswaldo Napoleão, assistente especial da Secretaria da Nádia Campeão.

Passo a palavra o Sr. Marcos Rogério de Souza, chefe de gabinete da Secretaria de Educação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senhoras e Senhores presentes.

É uma honra para a Secretaria de Educação participar dessa audiência do Orçamento, pois acreditamos que o Orçamento é uma peça viva, e como tal, tem um papel fundamental na efetivação das políticas públicas. E o debate que assistimos na audiência anterior revela muito disso.

Quero agradecer à presidência e ao Relator por terem concordado com uma solicitação de alteração que a Educação fez. Nosso horário inicial estava previsto para as 16h, e nós pedimos a mudança para as 11h porque temos compromissos institucionais da Secretaria, então agradeço muito.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Um aparte, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, me perdoe, mas eu acho que foi muito ruim a troca desse horário porque houve muita mobilização para as audiências públicas, e não apenas para a da Cultura,

sendo que os Vereadores, incluindo eu, fizemos uma grande mobilização. Então vai ficar muito prejudicada essa audiência com a Educação sem que estejam os trabalhadores e o movimento da educação. Então queria que retomássemos novamente essa audiência pública, para que não fique prejudicada. E a Saúde, que estava mobilizada para agora, vai parar mais tarde, sendo que as pessoas que se locomoveram para estar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Sr. Presidente, queria apresentar uma apresentação em *slides*.

- Orador passa a se referir a *slides*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Queria que vocês acompanhassem com a gente como se dá a composição do Orçamento do Município de São Paulo no que diz respeito à educação.

A Lei Orgânica do Município estabelece que 31% das receitas de impostos devem ser destinadas à educação. É importante ressaltar que o Município de São Paulo é um dos poucos que têm na sua lei orgânica essa meta de vinculação.

No ano de 2015, a Câmara de Vereadores aprovou, e o Prefeito sancionou, o Plano Municipal de Educação, que estabelece que o orçamento para a educação não será 31%, mas 33% das receitas de impostos. E a Peça Orçamentária de 2017 reflete a Meta 1 do PME. Então, hoje, a previsão de receita para 2017, infelizmente uma previsão baixa em função da atividade econômica brasileira, é da ordem da 37 bilhões e 300 milhões. A vinculação de 31% representa 12 bilhões e 500 milhões. Então, do orçamento do Município, é isso que é destinado para a educação. Depois tem ainda alguns complementos de repasses federais e estaduais. Desses 12 bilhões e 500 milhões, a educação, representando 31%, a Secretaria Municipal de Educação, que é o órgão executor principal, recebe 67% desses 12 bilhões; e os outros 26% são encaminhados para encargos gerais do Município e para o IPREM, que faz o pagamento dos aposentados e pensionistas. Tem ainda o Fundo Municipal da Assistência Social, que canaliza 6,62%; as gratuidades, como passe livre estudantil e outras de transporte garantem

também um repasse automático de 1,72%; SMADS, com programas como Renda Mínima, 0,15%; Secretaria de Esportes, para a manutenção dos equipamentos, 0,8%; e a Secretaria de Serviços, os telecentros, com 0,075.

A tela seguinte apresenta a soma dos recursos estaduais, federais e o do município. Somando o que o Município canaliza para a educação mais os repasses adicionais do Fundeb e outras receitas, temos a receita total da educação, que é 14,9 bilhões. Ou seja, o orçamento da educação para 2017 será de 15 bilhões.

É importante esclarecer que o Fundeb é um fundo estadual por meio do qual são agregados receitas de tributos estaduais e municipais. Então vocês vão ver nas próximas telas que a receita do Fundeb totaliza quase 4 bilhões de reais, mas, desses quase 4 bilhões, grande parte é o próprio Município de São Paulo que aloca. Por isso que o recurso adicional que vem para o Município, do Fundeb, é de apenas 1,5 bilhões. Nessas outras receitas, esses 850 milhões que vem para a educação, são receitas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Programa Brasil Carinhoso, do Programa Direto na Escola. E tem uma pequena parcela de apenas 16 milhões para o orçamento do ano que vem que vem do Governo do Estado. Então grande parte do orçamento do Município de São Paulo, quase que a totalidade, vem de recursos próprios – os repasses federais são num número pequeno.

Agora, vejam vocês, aparentemente, 15 bilhões é um orçamento muito significativo. Mas vamos mostrar nas telas seguintes que, desses 15 bilhões, 9 bilhões e 500 milhões são alocados para pagamento de folha de ativos e aposentados. A aposentadoria é uma grande conquista para um profissional da educação, ela é muito aguardada por todos os servidores. Mas, no caso do Município de São Paulo, nós temos uma parcela bem significativa do orçamento que é utilizada para financiamento da aposentadoria. Então eu repito: de 15 bilhões, 9 bilhões e meio são alocados para o pagamento de folhas, aposentados e servidores da ativa.

Essa tela mostra como se dá a composição daquela parte do recurso que é do Tesouro, recurso próprio: 67% é destinado à Secretaria da Educação; 3,3 bilhões vai direto

para o Ipem e para encargos gerais; e as outras Secretarias recebem 6,7%. Então o orçamento da Educação, incluindo folha, é de 8,4 bilhões.

A partir da próxima tela, vamos apresentar apenas os não números do orçamento da Secretaria Municipal de Educação, porque uma parte já foi para as outras secretarias, uma parte importante foi para o Ipem, e depois sobra um conjunto de receitas para a gente administrar.

Do orçamento da própria Secretaria de Educação, 6 bilhões e 200 milhões são destinados a pagamento de professores e professoras, diretores e demais servidores, e 3,7%, que totaliza 340 milhões, são destinados às obras, sobretudo CEUs, creches e EMEIs; e 4,4 bilhões são destinados a custear todas as demais despesas da educação – segurança, vigilante, limpeza, material de compra, todos os convênios. A totalidade das despesas da educação, fora a folha, vem desses 4,4 bilhões, o que é um valor absolutamente insuficiente para fazer frente a todas as necessidades do Município de São Paulo.

É importante registrar, Presidente e Relator, que a Secretaria Municipal de Educação tem 83 mil servidores, de uma Prefeitura que deve ter alguma coisa como 130 mil. Desses 83 mil servidores, 65 mil são vinculados diretamente à atividade pedagógica – ou são professores, coordenadores pedagógicos, diretores ou supervisores. Então, quando se fala em educação de qualidade, fala-se, sobretudo, em professor, e, claro, com um material permanente para dar suporte a isso. Então a folha representa uma despesa importante para a educação, e é essa parte da despesa que pode ser afetadas com a baixa arrecadação de recursos, e, eventualmente, com algumas medidas legislativas que estão sendo discutidas em âmbito federal.

Estou fazendo uma síntese bem grande. Depois, estarei aberto às discussões.

Antes de falarmos da composição dos 4,4 bilhões, eu queria trazer um dado que apresenta uma informação preocupação para o Município de São Paulo nos próximos anos: o crescimento das despesas com aposentadorias. De novo, aposentadoria é um direito, mas é

muito importante que a Câmara Municipal e a sociedade paulistana faça os debates sobre as fontes de financiamento de educação porque, apesar de ter sido uma grande conquista a vinculação de 33% do orçamento, o crescimento da conta de aposentados acaba tirando recurso para a escola, para a reforma, para os projetos, para as atividades pedagógicas, que são fundamentais.

Tínhamos, em 2012, 26 mil e 400 servidores aposentados na educação. Quatro anos depois, nós totalizamos 38 mil. Em quatro anos, aumentou em 12 mil o número de servidores aposentados. E, quando eles se aposentam, eles seguem recebendo o seu justo salário por muito tempo. E esse crescimento das aposentadorias pressiona o orçamento de custeio da Secretaria, que são as demais despesas.

Há uma estimativa usada pelo Todos pela Educação, que se reflete em São Paulo, que aponta que, nos próximos dez anos, entre 40 e 50% dos servidores da educação se aposentarão. Ou seja, são pessoas que saem para vivenciar a sua justa aposentadoria e precisam de reposição no local. Por isso que é muito importante discutir com qualidade, seriedade, o orçamento de educação. Isso não é uma questão do próximo do governo, mas uma questão de estado, e que certamente acompanhará a vida da Secretaria nos próximos períodos.

Nesse período em que mais de 12 mil servidores saíram da ativa e foram para a aposentadoria, o Governo Municipal fez um esforço muito grande manter não apenas a reposição desses servidores mas também a expansão dos próprios quadros. Nomeamos, de 2013 até agora, mais de 19 mil servidores, os quais, obviamente, não são suficientes para fazer frente a todas as necessidades que a Secretaria tem.

Do nosso orçamento, de 10,9 bilhões, 6 bilhões e 200 milhões vai para pessoal, e o 4 bilhões e 400 milhões é separado para todas as demais despesas. Notem que quando falamos nos 4,4 bilhões, é importante saber que quase a metade vai para os convênios de educação infantil. Ou seja, dos 4,4 bilhões, 2 bilhões serão alocados para garantir o

atendimento de 0 a 3 na cidade de São Paulo. O Município tem feito um esforço brutal de expansão de matrículas de 0 a 3. É a maior expansão já registrada na cidade, com mais de 100 mil crianças incluídas na escola. E quando essa criança é incluída na escola, vem junto o material de apoio pedagógico, vem junto a alimentação escolar, vem junto todo um conjunto de infraestrutura para garantir a permanência, com qualidade, dessa criança na educação.

No bloco *Apoio ao aluno*, que canaliza 26% da nossa receita, está incluída alimentação, transporte escolar, material pedagógico, uniformes, enfim, todas as despesas fundamentais para viabilizar o atendimento ao aluno, além de estarem incluídas as despesas que dão suporte ao pedagógico.

No item *Operação e manutenção de unidades educacionais*, que envolvem os contratos basicamente da Secretaria de Educação, e temos contratos muito grandes, como os de limpeza, vigilância, poda de árvores e todos os demais utilizados para a secretaria, os quais representam 21,4% desse orçamento.

Já as ações pedagógicas correspondem às atividades de formação, acompanhamento do fluxo escolar. Já as atividades que dizem respeito diretamente a essa relação entre a relação pedagógica que se estabelece no âmbito da implementação da política educacional, infelizmente, é uma área que recebe pouco recurso. É uma área que certamente deveríamos olhar com bastante atenção, porque é aqui que está o conceito de qualidade social da educação.

As despesas com suporte administrativo são pequenas. É uma Secretaria que, apesar de ser enorme no seu tamanho, nas suas funções, ela é muito enxuta do ponto de vista de servidores que atuam na área meio, a área administrativa. E eu diria que mais do que enxuta, faltam muitos servidores para a área meio. Portanto, num momento de expansão orçamentária, seria fundamental fortalecer a área meio.

Além disso, as despesas com tecnologia da informação e comunicação, que representam 1,6%. E certamente é uma área onde os próximos governos deveriam investir muito.

Na rubrica *Convênios* que, no ano de 2017, terá vinculado cerca de 2 bilhões, estão todos os nossos convênios para atendimento de 0 a 3 – a creche, portanto -, assim como convênios absolutamente fundamentais para o enfrentamento do analfabetismo, que são os convênios do MOVA, uma das despesas mais bem realizadas de que temos registro.

Aqui também está presente todo o suporte para a garantia do apoio ao estudante com deficiência. A rede municipal de São Paulo é uma das redes mais inclusivas do Brasil. Hoje, alunos com deficiências, às vezes, procuram matrícula numa rede estadual, e os próprios servidores orientam os pais a se matricularem no município, porque a escola do município tem mais apoio. E grande parte do apoio, com estagiário de pedagogia que atuam junto aos estudantes com necessidades pedagógicas diferenciadas, sobretudo com deficiência, são remunerados via convênio. Então o AVE, que é o agente de vida escolar, e os estagiários também entram na conta *Convênio*.

Dentro dos projetos, o orçamento de projetos do ano de 2017 totaliza 342 milhões, dos quais grande parte do recurso vai para a conclusão dos CEUs. Acho que todos sabem que, em função do agravamento da crise, o Governo Federal não repassou a parcela do recurso que tinha sido pactuado com o município de São Paulo para construção dos equipamentos, tanto os CEUs como as creches, e não conseguimos concluir grande parte. Os CEUs, concluímos apenas um nessa gestão, e é uma despesa que parte dela será realizada em 2017.

Temos também previsão de construção de novos equipamentos educacionais. A prioridade do Município no próximo período - sob a ótica de quem sai, portanto com lugar de fala relativizado - deveria ser a construção de EMEIs ou de CEMEIs, onde junta o atendimento de creche e pré-escola no mesmo equipamento, porque com a universalização de 4 e 5, conseguimos - alugando prédios, otimizando espaços - a inclusão de todas as crianças de 4 e

5 na escola. Mas é preciso construir mais escola para diminuir a relação professor-aluno, para potencializar o trabalho pedagógico, sobretudo nas nossas periferias.

Pode passar, por favor.

Acho que, com isso, eu concluo, dando um panorama geral da Secretaria de Educação, dizendo, para o Relator e para o Presidente, que a peça orçamentária está relativamente equilibrada, como acontece em absolutamente todos os anos, desde que a Secretaria é Secretaria. Há uma previsão orçamentária inicial e, ao longo do exercício, há movimentos de suplementação de recursos para acudir uma despesa que está faltando ali, acertar outra que está faltando aqui e, com isso, a gente mantém um orçamento equilibrado, realizando a política educacional na cidade de São Paulo.

Encerro com isso, me colocando à disposição do Presidente, do Relator, de todas as senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vou passar agora para os oradores inscritos.

Maria do Socorro. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem dois minutos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – São três, rapaz, para com isso!

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Não, não tem problema.

Boa tarde à Mesa, à Nádia Campeão, a todos da Mesa espere para vocês também. Tem poucas pessoas? Não! Tem pessoas de qualidade, está? (Palmas) É ou não é?

Sou Maria do Socorro, conhecida por Dona Socorro. Estou representando também o idoso, que eu não baixo a bandeira. Só que, aqui, agora, eu sou do Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A. E. Carvalho, Itaquera.

Em primeira mão, nesta gestão, logo no começo, foram fechadas 32 creches conveniadas e, até hoje, o que vocês estão falando parece que eu acho que estou em outro Estado ou outro planeta, porque, em Itaquera, na Cidade Nova, Vila Ramos, temos um povo muito lindo que não é ouvido, porque não tem água. Tem a Favela Caititu e tem o CEU, que é só o nome. Lutamos. A única coisa que conseguimos? Perdeu o espaço, que nada temos.

Fui assistir a um evento lá: está largado e abandonado. Fui lá conversar com o gestor e perguntei por quê. Se é da periferia, porque não temos conhecimento? Conversei também com o Haddad na proposta lá do São Pedro e, até hoje, continua do mesmo jeito.

Pergunto: para idoso nada tem? Nada, nada, nada! Perdemos o que tínhamos, certo? No CEU Azul da Cor do Mar, os idosos eram atendidos, as crianças especiais, certo? E eu não sei que negócio é esse, que educação é essa. E por que nossa população não tem benefícios? Estou falando do idoso, estou falando das nossas crianças, porque é criança e mãe de criança. Não existe creche, não existe. E, muitas vezes, convido vocês. Porque não vão lá ver a situação das coisas? Estou assim de nervoso, gente! Estou cheia, estou cansada de chegar aqui: falo, falo, falo e ninguém escuta. Não sou besta, nem boba, nem babona. Não quero ser atropelada, nem quero ser “coitadinha dela”. Não! Temos de ter respeito e dignidade. Tem de olhar os idosos com respeito e fazer aquilo que nós merecemos: cultura, educação, saúde também, não é?, e esporte, e tudo que é de direito, está bem?

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Educação em primeiro lugar (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – ...(ininteligível)... Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Boa tarde a todos e todas, população paulistana; boa tarde, Vereador Presidente Jonas Camisa Nova, Vereador Relator Atilio Francisco, representantes da Secretaria de Educação e população aqui presente - principalmente as mães paulistanas que são as grandes vítimas da Gestão Fernando Haddad, que negou várias creches às mães às suas crianças e às suas famílias em geral.

É importante, como o (ininteligível)... pontuou muito bem as questões estruturantes da Secretaria de Educação. O Plano de Metas, acho que foi esquecido, não é?, pela população, Porque o Plano de Metas, na audiência passada da Cultura, praticamente não se falou. Não se falou das metas da Administração que não foram cumpridas. Zerar os zeros, ter equipamento de cultura em cada uma dos 96 distritos. Isso o Prefeito Haddad mentiu para a população, não fez equipamento cultural. Aliás, ao contrário, como foi lembrado aqui, o Teatro do CEU Parelheiros é um teatro fantasma, um teatro inexistente.

Por que condenar Parelheiros a não ter o seu teatro no seu CEU. Claro que foi incompetência da Gestão Gilberto Kassab que inaugurou esse CEU. Mas é dever da Gestão Haddad consertar esse desrespeito, essa agressão à população de Parelheiros e de Engenheiro Marsilac. Como também lembrar que o Plano de metas preconiza 243 creches. Quantas foram executadas?

Pelo relatório orçamentário aqui de 2016, que vocês não comentaram, da dotação para creche aprovado no ano passado, que é de 234 milhões, sabem quanto foi executado até 31 de outubro? Foram 31,8 milhões. Ou seja, 14%! Ou seja, uma Prefeitura que executa 14% do orçamento em creche, uma Prefeitura indigna, uma Prefeitura que engana a população.

Não é à toa que o ex-Secretário Gabriel Chalita foi fragorosamente derrotado junto com o seu padrinho Fernando Haddad na eleição do mês passado, porque é indigno! E a verba federal aqui citada? Quem era a Presidente da República até setembro deste ano? Dilma Rousseff, do partido de Fernando Haddad. Então era obrigação de esse dinheiro federal vir para a cidade de São Paulo. Tem de cobrar sim o Presidente Temer, do PMDB – aliás, de cujo partido a sua filha também é Secretária Municipal da Assistência Social, Luciana Temer. Então realmente...

E também vou aqui criticar a ausência da Secretária Nádia Campeão, Vice-Prefeita desta cidade: é obrigação, é dever ela estar aqui discutindo a educação pública da cidade de São Paulo, discutindo o fracasso da Gestão Fernando Haddad, o fracasso do primeiro

Secretário Cesar Callegari, um dos piores Secretários da história desta cidade: foi um péssimo Secretário Estadual, foi um péssimo Secretário de 2014.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Sem falar em Chalita e sem falar da atual Secretária, que se faz ausente.

Queria também, para terminar, ficar indignado com o orçamento do ProJovem: execução de 16%! A periferia está sem programa para os jovens. Queria também citar a questão da operação e manutenção de CEIs e creches: a execução orçamentária não chega a 40%. Alfabetização dos jovens e adultos: também a execução de 82 mil reais, uma piada na questão do MOVA, que tem que ser respeitado, pois é uma política pública histórica.

Queria também aqui citar o programa CEU das Artes de Campo Limpo, da zona Sul: estava no orçamento do Ministério da Cultura e desapareceu do orçamento municipal.

Para encerrar, pergunto por que o Programa FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação está zerado nos 10 meses de 2016. Onde foram parar os 71 milhões dessa dotação? É escândalo para a cidade de São Paulo acontecer esse tipo de coisa, como também o dinheiro das EMEIs ser executado pela metade e o dinheiro dos CEUs, 6%. A gestão Haddad não inaugurou nenhum CEU nesta cidade. O CEU Heliópolis já existia na gestão Kassab com outro nome, mudaram a placa e nem a biblioteca do CEU Heliópolis – Professora Arlete Persoli foi regulamentada. Portanto, a gestão Haddad enganou a população paulistana paralisando os CEUs da gestão Marta e Kassab. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Rosa Gomes.

A SRA. ROSA GOMES – Boa tarde. Começo perguntando quem aqui é do setor de educação? Quem veio aqui para esta audiência pública no setor de educação sabendo que seria às 11 horas? (Pausa) Alguém aqui sabia que seria às 11 horas? (Pausa) Como ficaram sabendo? Eu vim para a audiência da saúde, agendada para as 11 horas – e mais algumas pessoas que estão aqui. Vários usuários do setor de saúde, gente portadora de necessidades

especiais, foram embora porque inclusive não fazem fotossíntese, têm que comer. As pessoas da sociedade civil que vieram para cá não são remuneradas, vieram – eu e outras pessoas – e estão indignadas com o que está acontecendo. Pergunto: é pela conveniência de quem essa alteração de horário? Porque suponho que não seja conveniência da sociedade civil, que deveria ter vindo. Essa desmobilização promovida por esse tipo de circunstância nefasta faz com que a população – que já está alijada e desmobilizada, que já pensa que não pertence a esse jogo feio e político – sofra todos os dias as consequências. Pela falta de educação – que é justamente o tema aqui, para não dizerem que não falei sobre o tema – é que vivemos esse tipo de educação.

Sou mãe e fui usuária da educação pública. Só que vou fazer 45 anos, e as coisas degradingaram demais. É uma vergonha o que está acontecendo aqui. Não atende à conveniência da sociedade o que está acontecendo aqui. Estou aqui desde 10 horas pedindo que pelo menos a audiência pública do setor de saúde – que é o que vim defender – seja realizada. Não sei o que vai acontecer aqui às 16 horas, quando o pessoal da educação chegar aqui e descobrir que o tempo não volta para trás, que não terá mais voz e terá que se bater com os poucos da saúde que tenham condições de voltar aqui. O que vai acontecer? A gente vai ter sociedade civil se digladiando por conta de um horário para participar desse teatro esvaziado. Perguntei para quem estou falando; estou falando para ninguém! Se os senhores são representantes, representam a quem? Cadê nossa condição de irmos aqui falar?

A sociedade civil é cada vez mais esmagada. Quando venho aqui me inscrever, me perguntam de onde eu sou. Eu tenho que estar incluída em algum tipo de organização; senão, eu tenho menos voz. E como é que a sociedade se organiza? Qual é a credibilidade que alguém pode passar a ter? (Palmas)

Como é que eu consigo? Faço parte de um fórum de mulheres, e na próxima gestão não há mais Secretaria de Políticas para Mulheres. Ninguém sabe para quem vai a coordenação. Então, adianta eu vir aqui falar?

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. ROSA GOMES – O pessoal da cultura teve 3 minutos. Acho indigno, com um plenário esvaziado, darem 2 minutos para as pessoas. Então, eu vou continuar falando. Me desculpem, mas é uma questão de coerência mínima. (Palmas)

Não ter a educação – que é o tema aqui – torna difícil nas atuais circunstâncias, fica bem difícil. Quero saber para quem estou falando e qual é a utilidade de um orçamento com tantas modificações que haverá no ano que vem. A gente tem que procurar sozinha e, com a mobilização que conseguir, encontrar quem é da Comissão de Transição. “Ora, o Orçamento é um problema”. Aqui temos um tema específico, sim; é a Comissão de Orçamento. Então, vamos discutir Orçamento? Como vou discutir? Quem é que está aqui para discutir o orçamento da educação? Quem é que está aqui para discutir o orçamento da educação? Vim aqui para discutir o orçamento da saúde; então vou falar do orçamento de saúde.

Vou falar da região de onde vim, que é a zona Oeste. “Oh, é a região mais rica da Cidade”, como se não houvesse vulnerabilidade na zona Oeste. Quero saber quem é o morador de rua que consegue vir aqui e falar, quem é a mulher em situação de violência que consegue vir aqui falar?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

A SRA. ROSA GOMES – Vou concluir. Vou concluir falando que o setor de saúde está prejudicado duplamente por tudo que vem acontecendo e por essa manipulação – que alterou os horários - que não atende os interesses da sociedade. Existe um hospital chamado Hospital Municipal e Maternidade Prof. Mário Degni, conhecido como Hospital Sarah. A UBS que me atende fica no Parque da Lapa, é onde fiz meu pré-natal. Sabem onde fica o hospital de referência? Hospital Sarah. Vão lá em dias de chuva, quem sabe vocês tomam mais chuva do lado de dentro do que do de fora. Existem aqui meninas lindas, que são obstetrias, que vieram pedir para serem chamadas no concurso que fizeram. Só que, se homem parisse, a humanidade haveria acabado. A assistência ao parto é ridícula; quando se fala disso, fala-se

somente em fofices e coisas bonitinhas. O que se precisa é de dignidade mínima. Essas mulheres vão parir em que situação? Cadê o centro de parto normal? Cadê a obstetrix para atender essas pessoas?

Vocês me desculpem meu tom, mas não dá para estar de outra forma que não seja indignada com o que aconteceu aqui hoje! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Na verdade, a mudança não foi feita pela Comissão. Foi um acordo feito entre os dois Secretários.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A verdade é isso que estou dizendo. Foi um acordo feito entre os dois Secretários – de Saúde e de Educação - para trocarem os horários. O Marcos pode falar um pouquinho mais sobre isso.

- Manifestações na plateia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Pessoal, um esclarecimento. A Comissão fez a convocatória...

- Manifestações na plateia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Deixe-me explicar. A Comissão de Finanças e Orçamento fez a convocatória para nós da Educação na sexta feira às 17 horas. Havia agendas institucionais da Secretaria, inclusive em defesa dos interesses da própria educação, previstas para o período da tarde, que a gente não teve como cancelar.

- Manifestações na plateia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – É por isso que nós, Educação, fizemos a solicitação para a Secretaria de Saúde, que disse o seguinte: “Em princípio, meu horário é 11 horas, mas não me oponho a alterar”. Então, foi um pedido nosso, da Educação. Como eu me coloquei no começo da conversa, a gente tem disposição para participar de outros debates, sem nenhum problema. O ponto para nós...

- Manifestações na plateia. Tumulto no recinto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – De novo: eu não me oponho. Só coloca para vocês que nós fomos convocados na sexta às 17 horas. Nós não conseguimos fazer a alteração da agenda em tempo. Era isso, Presidente.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximo orador, Alexandra Swerts.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Boa tarde à Mesa. Sinto muita falta da Vereadora Juliana Cardoso, porque ela no início me representa muito ao falar que não foi correta essa alteração de horário porque estávamos, sim, a saúde mobilizada. A Secretaria de Saúde estava aqui para se apresentar às 11 horas.

- Manifestações na plateia.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Já que estamos falando de agenda, de participação, vou então falar de educação. A EMEI Dona Leopoldina é uma escola na Vila Leopoldina muito conhecida, modelo, premiada pela sua sustentabilidade e por ser uma escola democrática. Nenhum Secretário de Educação pisou lá. Vídeo na internet, na GloboNews, sei lá onde mostrou que lá chove dentro da escola, e ninguém foi até lá fazer uma visita. Há emenda parlamentar direcionada para consertar o telhado da escola, mas ninguém libera essa emenda. EMEI Leopoldina, modelo de sustentabilidade que deveria ser replicado. Segundo o Plano Nacional de Educação, a sustentabilidade deveria ser temática em todas as escolas públicas. Em São Paulo, de 3 mil escolas, só 230 têm sustentabilidade em sua agenda, horta, e pratica essa sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Peço sua permissão... Para concluir, por favor.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Não, estou no meu tempo. Quando a gente fala de programas escolares, há vários, mas só que eles não são lineares para toda escola. O Programa Saúde na Escola, que é da saúde, não consegue passar da primeira fase de implantação nas escolas.

UBS Parque da Lapa. Do lado da EMEF Dilermando Dias dos Santos, só consegue ficar fazendo avaliação do CAO (?). Precisa falar de democracia, precisa falar de sustentabilidade, precisa ir para dentro da escola praticar a saúde dentro da escola. a população está doente, sem educação, e os programas existem, o dinheiro corre e não é aplicado. A gente não está melhorando a condição. Há vulnerabilidade na zona Oeste, há vulnerabilidade na Vila Leopoldina.

A Escola Dilermando dos Santos está passando pela recuperação de uma crise profunda em que tivemos de escolher tirar uma diretora da sua função, colocar outra e agora vem uma terceira, que não se sabe se está comprometida com o programa que a gente quer lá. A gente atende a comunidade numa zona Oeste. As professoras não querem atender comunidade porque elas moram na zona Oeste. Elas acham que não existe. Existem 500 pessoas nas ruas na zona Oeste. Precisa de posto de saúde, PS, educação, hospital. Vou citar o Hospital Sorocabana, referência para todo mundo, e o PS da Lapa, que fica em Pinheiros. Essa população usa isso, e a doença está na escola, os alunos estão na escola.

O Conselho Tutelar vai pegar as crianças na escola e têm que cuidar dessas crianças vulneráveis.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Então, eu quero o alinhamento dos programas. Quando os senhores falam de orçamento, não é suficiente. Um dos maiores orçamentos da Casa é o da Educação e, ainda assim, não é suficiente.

Errou a Secretaria. Eu conheço a Sra. Nádia Campeão e a admiro muito, mas ela errou. Não há ninguém aqui que defenda o orçamento da educação com o que a gente precisa. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Por prerrogativa do Presidente da Comissão, está cancelada esta audiência pública e ela será remarcada para quinta-feira. Eu

gostaria que vocês só dessem algum tempo para vermos qual é o auditório e o horário em que iremos fazer essas audiências.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Se vocês estão reclamando, o que eu posso fazer é cancelar.

- Manifestações na plateia.

(NÃO IDENTIFICADO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sou o representante do Fórum Paulista de Educação Infantil há mais de 4 anos no Fórum Estadual de Educação. Há gente aqui da educação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Quem é da educação levante a mão.

(Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu estudo Orçamento. Aqui a gente já estava falando sobre a cultura. O orçamento da educação é 10 vezes maior do que o da cultura. A gente não vai perder essa oportunidade. Aqui é qualidade, como a senhora falou na zona Leste. Não importa a quantidade, estamos aqui para fazer uma audiência pública sobre “educação público do município de São Paulo, que é o município que tem a maior rede municipal do País”. Sozinho, o município de São Paulo tem uma rede pública maior do que muito país do planeta Terra. A gente vai fazer essa discussão sobre audiência pública do Orçamento para a educação.

Por favor, Presidente, pela ordem.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vamos dar continuidade.

Tem a palavra o Sr. Ivan Ferreira.

O SR. IVAN FERREIRA – Boa tarde. Represento o Fórum Paulista de Educação Infantil – FPEI, que organiza, a cada três anos, o Congresso Paulista de Educação Infantil; o último encontro aconteceu na Federal de São Paulo e esta gestão que assumiu vai até 2018.

Já que falei de Oxóssi e Ogum na audiência pública da Cultura, gostaria de citar agora a santa Estamira, em quem eu tinha muita fé: “Não gosto de erros, não gosto de suspeitas, não gosto de judiação, de perversidade, não gosto de humilhação, não gosto de imoralidade”. E é isso o que está acontecendo agora. Se vocês concordam comigo, levantem a mão, por favor, só para eu não me sentir sozinho nesta audiência pública. É isso o que está acontecendo. A Estamira já falava isso no lixão de Gramacho, e é isso o que está acontecendo aqui.

Particpei de inúmeras reuniões do Plano Municipal de Educação, cujo Relator foi o Vereador Reis e teve como um dos membros o Vereador Toninho Vespoli, que fizeram o Plano de Educação, que foi picotado por vocês, da Comissão de Orçamento, para renegociar a questão do gênero, que vocês não deixaram passar em quase nenhum dos municípios.

Apesar de ser professor de educação infantil, sou homem, sou rastafári e não posso dar banho nas crianças da periferia porque “homem não dá banho em criança”. Estamos, portanto, falando de uma questão de gênero, que foi boicotada no maior município do Brasil. Somos o país do Planeta Terra que mais mata população LGBT e, ainda assim, não é importante para vocês fazerem esse tipo de discussão no Plano Municipal de Educação, que, como bem disse o representante da Secretaria, não pertence apenas de uma gestão, pois vale por dez anos e foi uma recomendação do Plano Nacional de Educação. Apesar disso, foi completamente boicotado, assim como o Plano Estadual de Educação, sobre o qual eu escrevi, durante quatro anos, na Secretaria Estadual de Educação, que fica na Praça da República.

O que acontece, então, é uma grande barganha no campo educacional. Se todos são pela educação como referência para quem está defendendo a educação pública, isso é uma vergonha e nós nos sentimos ofendidos quando quem se diz estar defendendo a educação pública apresentar dados do grupo privatista Todos pela Educação, do ex-Secretário Cesar Callegari, que está fechando com o Instituto Ayrton Senna e está aliado ao empresário da educação, Sr. Mendoncinha – Ministro golpista, que diz que nós temos privilégios em vez

dos direitos já conquistados na lei –, que, por sua vez, está aliado à também golpista Sra. Maria Helena, que já foi Secretária Estadual de Educação do nosso Estado, que está aliada à Sra. Guiomar Namó de Mello, que está fechada com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional.

Que vocês não tratem a educação da periferia como mercadoria, porque educação é um direito. E queremos mais.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passo a presidência para o Vereador Jair Tatto e a palavra ao Sr. Laerte Brasil

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Jair Tatto.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente saúdo as autoridades da Mesa e cumprimento os demais participantes, extraordinariamente os internautas.

A Unesco, uma organização sem fins lucrativos e com fins sociais, está oferecendo cursos *online* de extensão universitária gratuitos.

Sou presidente da CGDT do Brasil – Central Geral Democrática dos Trabalhadores, constituída recentemente.

Um país sem educação, esporte e cultura é um país doente. Uma das metas de sustentabilidade das organizações é formar uma nova sociedade voltada ao mundo do trabalho e empreendedorismo e para isso é preciso investir em políticas públicas de formação do novo cidadão, a criança e o adolescente. Essa formação ainda não houve no Brasil. O que há são balas. De 1988, foram mortos 825 jovens da faixa etária de 8 a 21 por grupos de policiais corruptos e pelo tráfico de drogas, que colocam a juventude para praticar crimes e depois os matam como queima de arquivo. Cerca de 38% desses assassinatos ocorreram na cidade de São Paulo e nas demais do Estado.

Voltando ao tema, 48% das empresas da cidade de São Paulo foram expulsas devido à corrupção do Governador Geraldo Alckmin, que ao longo de anos vem desviando

verbas públicas da cidade de São Paulo; essas empresas saíram da nossa cidade por falta de viabilização desse dinheiro.

Há seis anos, denunciei o Governador Geraldo Alckmin no Ministério Público Federal pela operação macabra que ele montou com sua máfia de colegas de rapinagem para roubar cerca de 95 bilhões e outra máfia para roubar o dinheiro da merenda escolar em 355 cidades do Estado de São Paulo, além do dinheiro desviado do metrô, dos trens e dos orçamentos públicos.

Até agora não chegaram a dar um sacode no Governador Geraldo Alckmin. Isso ser muito engraçadinho se acontecesse agora com essa ratazana cujo lugar deveriam ser os esgotos das sociedades paulistana e paulista, já que esse dinheiro desviado foi distribuído a parte de seus companheiros de rapinagem aqui da Câmara e com as assessorias desta Casa e montou na biblioteca da Casa um esquema sujo com esse grupo de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tempo, Sr. Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu não reagi, mas acabaram por levar meus documentos e uma importância em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL – Nesta Casa, eu sou ameaçado, mas eu não tenho medo.

O Governador Geraldo Alckmin...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou ter que começar a controlar o tempo. Tem como desligar o som?

O SR. LAERTE BRASIL – Eu já estou concluindo.

Os colegas do Governador Geraldo Alckmin estão tentando encobrir o sol com dinheiro roubado. Não vão conseguir, porque eu vou combater esses ladrões pela sombra.

É o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Camila Souza.

A SRA. CAMILA SOUZA – Bom dia. Primeiramente, gostaria de reiterar a fala das colegas sobre a nossa mobilização do pessoal da educação para o período da tarde. Estou aqui desde cedo porque vim para a audiência da cultura. Esse é o motivo de o outro colega da educação estar aqui, já que ele também veio para a audiência da cultura, porque não dissociamos essas Pastas, que, para nós, estão diretamente ligadas porque, na prática, na vida do dia a dia na periferia, é assim que funciona. Esperto, portanto, que o gabinete saiba disso.

Gostaria de saber sobre a UniCEU, que eu não vi constar do Orçamento. Quero saber quais são as perspectivas no Orçamento para o próximo ano. Tenho 39 anos e sou aluna da UniCEU, onde eu faço a minha primeira graduação. Essa, portanto, é a minha oportunidade de eu ter um ensino superior, chance muito rara para quem é da periferia, onde é bastante complicado ter educação e principalmente de qualidade. Por isso, é bastante importante a manutenção do programa e sua expansão para as unidades e a ampliação dos seus cursos. Sou estudante de Pedagogia e educadora social, de rua.

Nesse processo de descolonização do currículo escolar, quando pensamos numa fatia tão pequena para os projetos desenvolvidos nas escolas culturais, realmente desvalorizamos esse desejo que temos pela descolonização, pelo qual temos brigado em prol da educação integral e de todos os programas que a Secretaria vem planejando.

Acho que precisamos a começar a pensar em inserir de fato os atores culturais periféricos, as referências periféricas da cultura dentro das escolas. Sou da zona Leste e também sou conselheira participativa municipal do Butantã. Moro na zona Oeste, na periferia, onde estão 67% das escolas; quase 40% desses alunos estão em estado de vulnerabilidade e participam de programa de inclusão como o Bolsa Família, por exemplo. São famílias de extrema vulnerabilidade que precisam de atenção e de melhores programas e principalmente de intersetorialidade. A cultura e a educação, portanto, precisam “conversar”. Não há mais condições de continuarmos atuando dessa forma. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Terezinha Bezerra, do Conselho do Idoso de Itaquera.

A SRA. TEREZINHA BEZERRA – Boa tarde ao pessoal da Mesa e a todos os demais. Sou de Itaquera, onde participo do Conselho do Idoso e onde também faço parte do Conselho da Saúde.

Estou contente de ver aqui os representantes da saúde de Itaquera, do Sindsep, mas fico triste por ver tão poucos professores na plateia, que deveria estar lotada, como esteve a reunião da cultura que aconteceu de manhã, que teve uma discussão excelente.

Como estou no Conselho, todas as políticas são válidas para mim. Não vou criticar nenhuma e critico todas, porque todas deixam muito a desejar em relação às políticas públicas à população. Peço ao representante da educação que não se esqueça do idoso, porque nós também precisamos ter informações, ter cultura, ter educação, ter saúde, ter todos esses benefícios, porque tudo faz parte de uma cultura.

Comparando a questão da criança, do adolescente, das pessoas de meia idade e o idoso, para nós ainda falta muito, deixam muito a desejar. O idoso também reivindica, apesar de não ter condição de estar presente. Por isso que fazemos essa “ponte” com os idosos.

A necessidade de educação para o idoso é uma questão importantíssima. Não se educa somente a criança, mas também o idoso. Falta educação voltada ao idoso, que já tem conhecimento e sabedoria, mas nem sempre tem educação. Só se faz um povo com educação. Por isso, todos nós, a criança, o jovem, o adulto e também o idoso, temos que ter acesso à educação.

A questão de faculdades e dos CEUs, principalmente na zona Leste, precisa sair do papel para ser contemplada. Sou do conjunto Bonifácio e lá não temos nada voltado aos jovens que estão nas drogas. Gostaria muito, então, que vocês, representantes do Governo Municipal, estivessem atentos para essa questão da Educação que é muita séria.

Outra questão que o senhor falou foi sobre os precatórios da Educação. Os precatórios da Educação são os mesmos precatórios da Saúde? Porque eu sou funcionária aposentada da Saúde e gostaria de saber por que também está um entrave porque o idoso vai morrer e não vai receber os precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Teresinha.

Nélia Amarantes.

A SRA. NÉLIA AMARANTES – Boa Tarde.

Peço ao Presidente desta Mesa para relatar quais os Vereadores que compõem esta Comissão. É importantíssimo. Só há uma representatividade de Vereador na Mesa e assim já começamos errado.

O que aconteceu com a mudança de horário foi de interesse da própria Casa em discutir algo que é tão importante para esta Cidade. Não podemos permitir que isso aconteça. Eles estão aqui e têm de participar. Eles ganham para isso. Nós pagamos para isso. (Palmas)

É bom começar a mandar um WhatsApp para eles para virem participar porque o povo quer a participação de todos. Precisamos entender com a finalização desse orçamento de forma que todos venham discutir e se inteirar porque é de suma importância.

Estou indignada. Quando se fala em creche, fala-se que houve a maior expansão. Peço ao responsável pela Educação para anotar para responder. Quando você fala que teve a maior expansão de vagas e atendimento, eu fico preocupada porque vocês diminuíram a faixa etária. Era de zero a quatro, cinco e ficou de zero a três. Então, expandiu como? Essas crianças de três a cinco, obviamente, vão aos EMEIs. Como está a constituição de EMEIs? A criança fica umas horinhas ali, dificulta, atrapalha a vida da família. Precisamos pensar nisso. Então, não aumentou não. Você simplesmente reduziu a idade e lascaram a família para ficar com a criança. A criança deve ficar ali o dia inteiro, como ficava.

Vou falar de uma situação da creche. Foi tirado 67 milhões do Fundo Municipal da Criança e Adolescente para serem construídas 27 creches para favorecer 5.400 crianças. Você

nem colocou ai que 33%, a partir de 2015, o maior orçamento de todas as pastas é da Educação.

Vem repasse do Governo Federal, vem repasse do Governo Estadual, vem dinheiro do Fundeb, que é o fundo da Educação. Haveria necessidade de retirar do Fundo Municipal que é para colocar para políticas renovadoras e ainda não construírem as creches?

Então a gente precisa falar, as coisas precisam ser colocadas aqui, precisa não só mostrar o orçamento, mas dizer como é gasto esse orçamento. Então é preciso. Onde entra a questão dos prédios? Onde entra...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, já concluiu seu tempo.

A SRA. NÉLIA AMARANTES – Já estou encerrando, um minutinho. Com relação à questão das creches, no mínimo é imoral, para não dizer que ilegal. É preciso que se atenha a essas questões. E ver a questão do orçamento que vai mais para os servidores e vai para contratação de limpeza e essas coisa. Poxa vida, como fica? E por que, a última pergunta, finalizando mesmo, as creches diretas custam bem mais que as creches conveniadas. Qual o motivo dessa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na medida que vocês estouram o tempo, vocês atrapalham o horário dos outros questão chegando, das outras audiências. Portanto, peço, por gentileza, se ater aos três minutos.

O SR. RAPPER PIRATA – Primeiro, o cara aí da educação. Qual é o seu nome? Não dá para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe anunciar para vocês, por gentileza, o Marcos Rogério é Chefe de Gabinete e o Luís Claudio Marques, coordenador de orçamento. O outro cara, a cara é Márcia Tamide, diretora de orçamento e o outro cara é Osvaldo Napoleão.

O SR. RAPPER PIRATA – A titularidade não é problema, o problema é que nós estamos discutindo política pública e nós precisamos nos concentrar na política pública, ainda mais quando a política pública é um grupo que não estará mais na política pública. E eu só

quero ser pontual porque estamos discutindo o orçamento e acho que temos que ter outro momento para discutir a política pública. Primeira coisa, eu sou contra a ideia, acho que a gente tem que ter a sensibilidade que esse jogo dos secretários não trouxe a maioria das pessoas da educação para discutir. Isso não é justo com o setor. Mesmo que a gente queira falar isso não é certo com o setor. Acho que isso é precarizar o negócio. O pessoal da saúde também. E aí, só para falar a pauta para colocar no orçamento a rubrica, nós temos lá discutindo a Lei 10.639, que não é implantada na cidade de São Paulo na sua íntegra, e aí a gente fala que o código de dois milhões de reais voltados para o hip hop, isso não aconteceu nesse ano, ao contrário, quem foi responsável por isso pegou um milhão de reais, fez algumas coisinhas aí e não dialogou com o movimento hip hop. É “esquemovisc”, e a gente é hip hop, é diferente. E isso não é certo e ainda vai ser pior para o ano. Eu sempre me esqueço de que eu estou falando de 2017. E também o investimento em emendas do hip hop de um milhão e meio de reais da pasta de educação. Essa é a nossa reivindicação.

Agora, a gente precisa refletir algumas coisas. O Dorian, quem não sabe o que é Dorian, é a margarina que vai escorregar bastante no orçamento. O Dorian já está dialogando que no ano que vem a parte do setor a saúde vai para as OSs. Todo mundo quer dinheiro público. E aí nós estamos falando do primeiro orçamento que é da educação. Perguntas, nós temos a rede SESC fazendo, contratando pessoas, fazendo concursos públicos e sabemos que na gestão passada a rede SESC estava com um contrato com o Kassab para assumir os CEUs, pelo menos na parte cultural, e aí o dinheiro da educação vai para essas instituições e nós vamos aqui defender esse tipo de dinheiro? É isso que nós estamos falando de educação? E educação tem dois lados. Educação tem uma função primordial, domesticar os seres humanos. Aí tem o Paulo Freire e outros caras que fizeram educação só para a fita, que aí é o hip hop, um monte de gente bebeu nessa fonte. Mas educação é para domesticar. Temos que tomar cuidado sobre qual educação estamos falando, porque aqui estamos discutindo orçamento e aí essa educação colocou quase 23 mil pessoas em situação de rua,

porque a gente a gente fala que elas são mal educadas. Essa educação que nós estamos discutindo aqui é técnica, eles são técnicos e os técnicos sabem às vezes o que é a planta, porque o conflito do professor, porque também vão vir professores aqui falando que os alunos são o diabo etc. etc. Mas se você tem uma função de educador...

Essa educação que nós estamos discutindo aqui é técnica, eles são técnicos, e os técnicos sabem às vezes o que é a ponta, o conflito do professor, porque também vão vir professores aqui (ininteligível) aluno (ininteligível) etc. Mas se você tem a função de educador e (ininteligível) da educação, não é o aluno o problema, o problema é o técnico que (ininteligível) na ponta, e aí eu quero investimento (ininteligível).

É isso. (Palmas)

O SR. _____ - (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ronei, e o próximo, Emerson Gonçalves.

Querem que eu avise com dois minutos, para não ficar essa...

O SR. _____ - Vocês conseguem fazer isso com dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Consigo.

O SR. _____ - Então vamos fazer o seguinte: sexta-feira a gente avisa todo mundo que essa audiência era para ser adiantada e a outra, atrasada, porque com dois minutos a gente não consegue avisar todo mundo. Certo, galera?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, o tempo, pode começar a rodar o tempo.

O SR. _____ - Bom, a primeira coisa que eu queria falar é que essa transição de horário prejudica e eu acabo gastando 30 segundos do meu tempo só para repudiar esse tipo de situação, principalmente quando a gente fala de educação. A gente vai na casa dos outros, a gente tem que ter educação. Educação é se portar bem, cumprimentar as pessoas educadamente. E a educação está fazendo o contrário disso aqui. Dentro de uma

casa onde o povo gasta milhões, bilhões de impostos, para a gente ter esse tipo de atitude é inaceitável. (Palmas)

Eu senti uma dificuldade em algumas ações que a gente vem fazendo dentro das escolas, principalmente no CEU, que aí a gente fala assim: “Preciso usar o microfone”, o microfone está quebrado e não tem dinheiro para manutenção. A gente precisa usar uma corda, não tem dinheiro para comprar a corda que custa dez reais, aí eles fazem vaquinha com os favelados do lado para poder juntar dez reais para comprar a corda para fazer uma atividade simples. Como é que faz isso? Não tem esse dinheiro lá dentro dos CEUs.

A gente está falando de educação, eu vou tentar ser o mais breve possível.

Outra coisa: sábado agora foi cancelada uma atividade por causa da violência. Eu ia ler uns dados aqui, números, mas o Fábio Siqueira é muito melhor do que eu nisso. Mas é importante a gente saber o seguinte: o Estado de São Paulo é considerado, no Planeta, o Estado mais genocida, que morre gente por falta de cultura, educação, principalmente educação. Porque se a gente consegue colocar a nossa molecada dentro da escola para estudar, com certeza ela não vai estar com horário livre, ociosa, como eu tive, como eu aprendi na rua, que os meus professores vieram da rua. Apesar de todos os meus professores serem maravilhosos, eles estudam para dar aula para a gente, mas o sistema que é colocado para você estar dentro das escolas não funciona. O que a gente precisa é fazer com que a gente consiga colocar o maior número de alunos e crianças dentro das escolas para elas não terem horário ocioso na rua. Sábado e domingo com cultura.

Agora, para complementar, fazer a conclusão, a gente tem uma proposta orçamentária para 2017 que deverá destinar recursos de pelo menos 1,5 milhão para semana do *hip hop*, que a gente faz (ininteligível) *hip hop* no mês de maio, e esse dinheiro está na pasta de vocês. Esse ano foi feita uma maracutaia para a gente conseguir usar esse dinheiro e a gente quer saber como é que é feito esse tipo de negociação.

Não terminei, só falta uma. Proposta orçamentária para 2017 deverá destinar dois milhões de reais para o território vocacional, que a gente quer dar aula para essa molecada nos horários ociosos, para a gente não colocar essa molecada em área de risco e de vulnerabilidade para com as drogas etc. Ou seja, vamos investir um pouco de dinheiro nesse setor para a gente conseguir fazer o que a gente está precisando.

Nós somos do *hip hop*. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Emerson Gonçalves. Depois o José Liberato.

O SR. EMERSON GONÇALVES – Boa tarde, senhores. Boa tarde, Presidente.

Sou morador do extremo oeste, Jardim Boa Vista. Lá a educação está muito ruim. Trago uma informação que sempre estudei a periferia e todas (ininteligível) creche e hoje infelizmente (ininteligível) maioria tem ensino superior. Estou aqui em nome do fórum *hip hop* em SP.

Nós defendemos duas propostas orçamentárias nessa pasta. A primeira delas, para 2017, 1,5 milhão pra destinar à semana do *hip hop*. A segunda proposta, a implementação da Lei 10.639, de 2003, são dois milhões de reais. Esse dinheiro investido nesses dois pontos (ininteligível) diretamente a educação da população, porque o povo da periferia (ininteligível) do *hip hop*. E dentro dessa tratativa ela vai contribuir imensamente. Então esse linguajar de periferia vindo do *hip hop* vai contribuir vastamente com toda a população e trazer pessoas de valores para o futuro.

A mensagem é essa. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

José Liberato.

O SR. JOSÉ LIBERATO – Boa tarde, representante da educação, Sr. Marcos. Eu sou conselheiro tutelar do (ininteligível) e quero deixar claro primeiramente que eu vim perguntar (ininteligível) não é do conselho tutelar. O conselho tutelar é o único órgão que

(ininteligível) toda política pública da cidade, porque teria que requisitar, cobrar e fiscalizar todas as políticas. Então se o conselheiro não estiver sabendo que ele tem assistente social, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, eu seria um péssimo conselheiro. Por isso (ininteligível) para representar a pasta de Educação (ininteligível). Mais tarde é outra história. (Palmas)

Na área da educação, a (ininteligível) do conselho tutelar de Pedreira é a vaga de creche, ou seja, a falta. Nós protocolamos na DRE de Santo Amaro, que atende Jabaquara, Cidade Ademar e Santo Amaro, no dia 18 de maio deste ano, vereadores, representante da Educação, a proposta da comissão de educação, a proposta do conselho tutelar de Pedreira na área da educação. Protocolamos nesta Casa também, na pasta da Educação, na Comissão, querendo uma audiência para a gente fazer a proposta. Porque (ininteligível) fácil você cobrar, mas você não tem proposta. E o conselho tutelar tem proposta, sim, para a cidade de São Paulo dizendo o que a educação precisa.

Por exemplo, (ininteligível) uma proposta, que na época o presidente era o Vereador Reis, que (ininteligível), porque é impossível uma mãe andar mais de 1.500m com um, dois ou três filhos, então que diminuísse para 1.200m.

Também fosse incluída na educação a Lei 11.522, que inclusive foi feita pelo Fernando Haddad na época em que era ministro, para que se divulgasse na sala de aula o direito da criança, o ECA, o Estatuto. Então (ininteligível) da inclusão, que a escola (ininteligível) quem é da área da educação, professor, dar aula para (ininteligível) aluno na EMEI, para vinte crianças na creche. É desumano para o professor. E aí é como o (ininteligível) falou, o problema está no aluno. O problema não está no aluno, o problema está na sala de aula, porque é difícil para o professor e é mais difícil ainda para a família, porque (ininteligível).

Então é isso. Eu vou deixar também, entregar na mesa a proposta que (ininteligível) não tenho tempo, com todas as propostas do conselho tutelar de Pedreira. Que fique claro,

estou aqui representando (ininteligível) conselho tutelar de Pedreira, considerando o artigo 136, inciso IX, que é ajudar o poder local no orçamento do ano seguinte.

Para terminar, Vereador, vou protocolar também uma situação da área da saúde, que é preciso que tenha mais CAPs infantil lá em Pedreira, Cidade Ademar, e um CAPS AD, porque é uma outra demanda que se tem, que vai para o conselho e você não consegui incluir adolescente ou a criança que precise do atendimento do CAPS AD, e que seja 24 horas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Jamil Nogueira. Depois, Douglas Teodoro.

O SR. JAMIL NOGUEIRA – Boa tarde. Estive pela manhã como representante (ininteligível) fórum de cultura para discutir o orçamento da Cultura. Mas achei interessante, apesar de ser um problema, ter invertido as pautas, porque nós, cidadãos de São Paulo, utilizamos a Saúde, a Cultura, a Educação, o Transporte, então cada um de nós tem condições de discutir tudo. Para isso nós devemos participar mais na base da sociedade, nos conselhos de escola, conselhos de saúde, conselhos participativos dos bairros para poder entender, porque eu ouvi algumas falas equivocadas aqui, das pessoas que falaram anteriormente, em relação à educação.

Eu sou educador também, então eu tenho plena consciência de que, quando se defende o (ininteligível), quando de manhã se discutia a questão do SPCine, quando se discute a questão de ter mais projetos culturais no CEUs, isso é cultura e isso é educação também. A educação não é simplesmente a parte técnica dada em sala de aula. Tudo isso forma seres humanos e tudo isso nos faz reconhecer...

Quando se fala da 10.639, por exemplo, das políticas públicas que a Secretaria de Educação implantou, por exemplo, recentemente teve o lançamento do condensado da história geral da África, que é uma grande obra do conhecimento da história da ancestralidade africana no Brasil. O Prefeito Fernando Haddad lançou recentemente e está sendo distribuída para a

rede inteira essa obra que facilita o estudo e o conhecimento da história das nossas ancestralidades.

Avanços que teve: educação infantil teve um grande avanço de vagas oferecidas, sim. Isso é dado, é fato, é só buscar os dados onde existam realmente. E principalmente a organização. Eu, como educador, sei que a organização em ciclos favoreceu o protagonismo dos jovens. Então, para que vocês tenham conhecimento, procurem conhecer como funcionou, dos grandes avanços que teve na rede municipal, a implantação de um trabalho cooperativo autoral, quando os alunos produzem conhecimento. Então a educação municipal sofreu uma transformação, teve muitos avanços nessa gestão. Espero que ela continue, que nós, educadores, resistamos a possíveis estragos que venham a ser feitos nos anos seguintes.

Mas para finalizar, então, a (ininteligível) da saúde e da educação é travada e ela corre risco maior ainda com a PEC, a nível federal, que quer congelar o orçamento da educação e saúde. Então a gente tem que brigar contra governo golpista que quer sucatear educação e saúde no País, causando grandes danos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Jamil.

Douglas Teodoro. Depois, Ice Boy.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Eu tenho a atenção de vocês? Boa tarde. Meu nome é Douglas. Eu luto pelo Parque Augusta, luto pela (ininteligível) Nascente, luto pela Praça Roosevelt, luto por mim, pelo meu filho e por todos os meus amigos que foram mortos por esse sistema e que não estão aqui, porque eram negros. Eu sou branco. Eu vivi as mesmas realidades dos meus amigos negros, mas eles morreram por causa disso. Eu estou aqui porque eles não podem estar. Tiaguinho, Jamaica, Francis, eu estou de pé.

A gente fala de representatividade, não é? E aí eu vejo uma reunião de orçamento de 51,3 bilhões – é isso? – pertencentes a 12.038 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Aí eu vejo que, dos 55 vereadores que se candidataram, 33 foram reeleitos. Foi um total de 6.945.741 votos, de um total de eleitores de 8.886.000. Isso significa que 1.940.000

peessoas simplesmente não foram votar, porque não acreditam mais nesse sistema. Das pessoas que foram votar, 22,82% preferem ninguém, preferem brancos ou nulos. Se somar esse número de votos brancos, nulos e abstenções, são 3.525.600 dizendo não a vocês. Vocês todos juntos! Olha para mim! Olha para mim! (Palmas)

Vamos deixar uma coisa clara. Isso aqui é uma democracia, democracia. Ditadura do povo. Povo, Funcionários. Portem-se como tal. (Palmas)

Dos 33 vereadores eleitos, dos 55 vereadores que se elegeram, 45 deles não têm 1% dos votos válidos! Eles não têm 50 mil votos! Esse senhor que não para de não prestar atenção em mim, Sr. Jair Tatto - é esse o seu nome? É esse o seu nome? -, o senhor tem 0,52% dos votos! O senhor tem 0,52% dos votos! Qualquer (ininteligível) tem mais representatividade do que vocês. Se somar todos os votos de todos os vereadores, dá 3.420.141 votos! É menor...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Eu ainda tenho um monte para falar e vocês vão ouvir. Vocês não têm representatividade nenhuma para chegar nessa empáfia e tratar as pessoas dessa forma. Vocês têm 18 assessores cada um, 18 assessores! E se chamam de “nobres”! Vocês esqueceram que...

Eu não vou concluir agora. Vou falar por mais um minuto, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tempo, por gentileza.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Vocês autorizam que eu fale por mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - A plateia é soberana.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Prestem atenção porque eu vou concluir com isto: Esses caras não têm representatividade nenhuma e eles marcam reuniões para discutir 51 bilhões de vocês trabalhadores que tiveram de abrir mão do dia de trabalho, pagar condução para vir aqui para serem enganados com manobrinha de horário em duas reuniões na maior

cidade do hemisfério sul do planeta. Vocês são loucos? Vocês perderam a noção? Duas reuniões?

Nos últimos 10 anos – eu vou falar mais – foram, no mínimo, 20 reuniões de orçamento participativo rodando a Cidade. Por que agora viraram duas? Porque o Haddad ficou bravinho porque não foi reeleito? E o povo que se mate, os trabalhadores que lutem entre si para falar “nobre Deputado, nobre Vereador, olhem com carinho”? Façam lista e exijam. Não tem um advogado aqui para entrar com uma ação de inconstitucionalidade por isso aqui? Isso é uma patifaria.

Para a escravidão acabar, para um ser-humano ser tratado como ser-humano, Roma teve de cair. Para acabar a servidão, Paris teve de cair. Brasília, vocês acham que não vai cair? Vocês estão achando que ganharam alguma coisa, senhor 0,58%?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por gentileza.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Tem que ocupar tudo. Se não ocupar tudo e não colocar esses caras na cadeia, isso aqui não vai mudar. Vocês vão ficar brigando entre vocês o resto da vida.

- Manifestação na galeria.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Vamos acordar. Tem de ocupar tudo. Vocês não têm representatividade nenhuma. Enfiem o rabo no meio da perna e obedeçam.

Meu nome é anarquia.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem-me dar um aviso. Há cinco colegas que participariam do encontro de pensionistas do IPREM e o evento está sendo realizado no Auditório Prestes Maia, no 1º andar.

Próximo, Ice Boy.

O SR. ICE BOY – Boa tarde. Na paz, para relaxar. O Ice Boy é mais sossegado. Respeito o mano. Tem umas coisas coerentes. Mas temos a nossa grana. Mesmo o Hip Hop, o

maior evento de Hip Hop da América Latina, fazemos com pouca grana e a gente consegue mobilizar a molecada da Cidade inteira. A molecada cola, aprende a fazer Hip Hop. A gente entra nas escolas e a molecada fica interessada e vê o Hip Hop acontecer e começam a interagir os professores, alunos, a escola, educação e cultura começam a namorar e saem frutos legais.

Pedir 1,5 “pau” para a gente fazer essa evolução do ser humano e essa revolução de cultura e educação é muito pouco.

A Lei 2.639 é importante para afirmar a nossa comunidade, nossa história, nossa continuidade nas escolas, no meio da educação. É importante liberar 2 “paus” para isso porque a gente vai fazer a molecada sonhar mais com o futuro.

O que a gente acha na Educação? Acha professor desmotivado, escolas sucateadas e alunos que não tem mais fé no futuro, vão para o crime, óbvio. O crime dá mais motivação para o cara porque ele está vendo a grana ali. Só que é o seguinte. O crime é uma profissão de insalubridade. Você vacilou, vira pó.

É o seguinte: vamos olhar com muita atenção a educação. Você olha o Japão, teve as bandas de Hiroshima e Nagasaki, o que os japoneses fizeram? Investiram pesado na educação. A China investe pesado na educação. A molecada fica o dia todo na escola, não fica só decorando, vai aprender física de uma forma diferente, vai aprender história de uma forma diferente. Isso com a cultura aliada no meio.

Por que o Brasil tem medo de ser uma nação forte por meio da educação? Eu não tenho medo, eu quero que minha filha evolua e transforme essa sociedade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Alexandra Gomes da Silva, depois Aline Tabone.

A SRA. ALEXANDRA GOMES DA SILVA – Olá , boa tarde. Eu faço parte da ocupação Ouvidor 63, a maior ocupação da América Latina. Eu sou uma pessoa que não teve educação porque não fui educada. Quando eu era criança era dada como uma criança

especial, com hiperatividade e vários outros fatores fizeram com que eu não tivesse uma educação. Eu estudei até a 5ª série. Os professores disseram para minha irmã que podia me levar para casa porque não ia ter jeito. Eu estudei sozinha, estudei com os livros. Hoje, eu sou moradora de rua, porque na época da Copa do Mundo, com todo aquele benefício que foi desviado, eu acabei sendo despejada e ficando na rua. Fui para luta, consegui uma casa numa ocupação. Hoje, a gente é a maior ocupação cultural da América Latina, porque resolvemos trabalhar sozinhos sem a ajuda do sistema. Começo a achar que a pessoa que tem educação tem uma sociedade mais difícil. É mais fácil ela não ter educação porque é mais fácil de ser manipulada.

Hoje eu tenho uma filha de seis anos, ela é autista, que tem os mesmos problemas que eu. Passei muito tempo levando para escola, levando uma hora para levar, não tinha escola perto. Hoje a minha filha está do meu lado na ocupação e não quero que aconteça a mesma coisa com ela, porque ela é curiosa, quer aprender, estudar. E eu quero que ela tenha uma educação, que ela tenha uma educação diferenciada como deveria ter sido a minha.

Uma vez que eu tinha discalculia, eu não fui para escola, porque não passava em matemática. Ninguém podia me ajudar na época para saber que eu tinha discalculia. Hoje estou com 37 anos e já era, eu aprendi sozinha. Mas minha filha não, eu quero que ela aprenda. E as professoras já começaram a reclamar de algumas coisas, que a minha filha é muito danada, que é hiperativa, que põe a mão na lousa e põe a mão na boca.

Eu falei para a professora que ela tinha de estar preparada para crianças como ela, porque não existe só a minha filha. Então, fico pensando, a minha filha quer ser doutora, ela diz que é artista, ela quer aprender arte, dança, teatro. Não tem isso na escola, então isso faz com que ela não queira ir para escola. O que eu faço para que a minha filha continue e seja a mulher que quer ser? Que não seja um adulto frustrado como eu? Então, eu queria abrir os olhos do pessoal para a ocupação que é aqui perto, a Ouvidor 63. Lá temos 13 crianças nas mesmas condições, são crianças diferenciadas, que gostam de arte, que têm um

questionamento muito forte, personalidade forte. São crianças que na escola, o sistema não aceita muito bem.

Então, acho que todo mundo tem de estar preparado para essas crianças. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. A próxima, Aline Tabone.

A SRA. ALINE TABONE – Boa tarde, eu queria agradecer a todos que estão aqui pela educação. Acho importante, também faço parte da maior ocupação da América Latina. Eu trago hoje uma coisa boa para todo mundo. É falar que de política horizontal, 130 pessoas ocuparam um prédio de 13 andares. Como a Alex Gomes falou tem 13 crianças, e todas as atividades, oficinas que acontecem, toda a educação é voltada à (ininteligível), hoje a gente não encontra verbas para nos ajudar. Mesmo por ser ocupado o local. Temos oficinas de diversas coisas, acho muito importante que vocês deem um foco para as ocupações que fazem atividades de educação, atividades culturais. Essas crianças no caso moram e residem, temos residentes artistas. Então, a gente não só oferece as oficinas, precisamos morar.

Eu sou formada, mas fiquei nessa comissão. Eu sou mãe solteira, tenho um filho de três anos. O que acontece é que hoje a educação coloca os tabus, a sociedade ainda tem muitos tabus contra a mãe solteira, porque ela espera que o pai esteja trabalhando e a mãe esteja dentro de casa cuidando de seus filhos. Só que eu não tenho condição, porque não tenho o pai do meu filho, ele nunca o registrou. Eu sei que o governo tem seus fóruns, eu fui atrás de todos, fui atrás do registro.

Eu não falo só por mim, eu falo por todas as mães solteiras que encaram a mesma dificuldade que eu, que é o horário da creche. O horário da creche, o horário de trabalho para eu sustentar uma casa sozinha, sustentar um aluguel sozinha, não condiz. Eu não consegui mais trabalhar o horário absurdo, de ter de trabalhar em dois empregos, não porque sou preguiçosa, mas porque realmente a realidade é outra. O aluguel não condiz com o salário mínimo, o aluguel não condiz com o piso de design gráfico, que é a profissão que me formei. O aluguel de hoje em dia está muito alto, e eu ainda tenho uma criança, sou mãe solteira e não

tenho o pai para dividir isso comigo. Esse não é um problema meu que estou trazendo para vocês, é um problema de todas as mães solteiras.

Eu ocupei um prédio. Ocupar significa que eu entrei num prédio que o governo deixou abandonado, ele não estava dando ao prédio a função que deveria. E hoje é sim o maior centro cultural da América Latina, é a ocupação Ouvidor 63. Quem quiser poder ver o projeto Ocupa Ouvidor 63. Eu falo sobre a educação. Falo sobre todas as crianças, os vizinhos que estão indo fazer as oficinas e todos vocês são convidados a conhecer a ocupação Ouvidor 63, na rua do Ouvidor, 63.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Adriana Oliveira. É do fórum municipal da educação? Depois, a Sheila.

O SR. _____ - Pessoal, boa tarde. Um recado rápido, vi algumas pessoas chegando para reunião da educação. Eu gostaria de expressar aqui a minha mais profunda discordância e desrespeito à decisão de alterar o horário da reunião sem aviso prévio. (Palmas).

Embora estivesse aqui o Marcos Rogério, que são pessoas que respeito profundamente, eu acho que esse ato simbólico ele demonstra o respeito que a cidade de São Paulo deu para educação nesses anos. Não poderia ter acontecido isso em hipótese nenhuma.

Eu venho também falar, que estava reunido ontem com o Padre Ticão que pediu para eu viesse aqui para falar de duas coisas que gostaríamos de pontuar nesta audiência e que não vimos nenhum progresso nesses quatro anos. Para ser muito sincero e honesto, nós da cidade de São Paulo vivemos em progresso. O que queremos, Marcos, e já falamos muitas vezes para você é que se possível, a educação em creche seja 100% com professores contratados, recebendo salário digno, carga horária digna e com todas as condições de trabalho possíveis. Isso que queremos. E esse era o sonho do educador que vocês sabem que é o Paulo Freire, dito, redito, lido, relido. Agora, se o município não pode, não consegue, mas,

pelo amor de Deus, dar um mínimo de condição digna de trabalho para esses 35 mil professores dessa Cidade. Não é possível o professor de uma creche conveniada continuar ainda hoje, oito horas por dia de aula, não tendo um salário de dois mil reais por mês e não tendo sequer uma hora de formação por dia. É inadmissível numa cidade como São Paulo.

Então o que nós queremos aqui hoje é pontuar e dizer que eu acho que não pode ser um modelo, sinceramente falando, dizer: nós fomos a gestão que mais aumentou o número de vagas na cidade de São Paulo. Não pode ser modelo porque a forma como foi feita é desumana com os professores, ela é desumana com os funcionários das instituições. Então eu acho que esse é um critério que não pode ser falado como modelo. Eu acho que o mais correto a ser dito é: nós somos as pessoas que mais privatizamos na cidade de São Paulo, porque a parceria como está sendo feita, e também na assistência social e também na educação, ela ter se tornado, Marcos, pela forma como tem sido feita, um grande modelo de privatização onde nem as organizações sabem como fazer para melhor a qualidade da educação, da assistência e da saúde.

Então, obrigado a todos e boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A última oradora inscrita é a Sheila, do Sedin.

A SRA. SHEILA – Boa tarde, nobre Vereador Tatto, e através do senhor estendo meu cumprimento a todos os presentes na Mesa e a todos que estão acompanhando a audiência pública. Entendemos audiência pública como uma chamada transparente entre as partes interessadas e, nesse caso, o funcionalismo público.

Um absurdo a mudança da agenda por parte das Secretarias e ainda mais a própria comissão aceitar a mudança dessa agenda. Completamente absurdo e fica aqui o nosso repúdio.

Eu sou Sheila e faço parte da diretoria do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância, mas, antes de tudo sou servidora pública e cidadã residente na cidade de São Paulo. Enquanto sindicalista atuante na área da educação, vemos que o orçamento destinado á

educação em 2017 é de quase 11 bilhões de reais, sendo esse o maior orçamento do município. Nós, do Sedin, estamos aqui para cobrar que esses recursos, além de criar novas unidades escolares na rede direta, aumentando o número de vagas para os profissionais que prestaram os concursos que estão vigentes, fortalecendo o trabalho de excelência realizado por nós, profissionais da rede direta, também garantam a reposição das perdas salariais. Chega de 0,01%. E que principalmente as nossas campanhas salariais de 2015 e 2016, que conseguimos através de muita luta, debate e discussões feitas em mesa de negociação com o Governo, seja respeitada, garantindo os reajustes previstos e negociados de 5% para maio de 2017, 3,78% para novembro de 2017, 4,76% para maio de 2018 e 3,65% para novembro de 2018.

Nós do Sedin entendemos e sabemos que vivemos tempos difíceis, mas nós servidores, e principalmente servidores da educação, que não só consiste em professores, mas agentes de apoio lotados em unidades de educação, ATEs, agentes escolares, gestores, enfim, não podemos e nós não vamos pagar o pato. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sheila. Quero agradecer a todos os Vereadores que falaram nessa tribuna.

Passo agora, para as considerações finais, a palavra para o nosso querido Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Marcos Rogério de Souza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA – Obrigado, Presidente, obrigado a todos e todas que pacientemente aguardaram a manifestação de todas as pessoas. Foram mais de 20 intervenções que apontaram temas muito importantes do orçamento de 2017 e da política educacional como um todo. Vou tentar fazer em bloco as observações e os comentários. A primeira é que o Governo do Prefeito Haddad tem muito orgulho de ter feito a maior inclusão na educação na história de São Paulo, porque para muitas pessoas cem mil é um número, para a mãe e para a criança, cem mil é passaporte para uma vida diferente. Porque elas entram na escola, passam a ter cinco refeições por dia, são acompanhadas por um conjunto de

profissionais que dão a assistência que ela precisa. Muitas vezes, os diagnósticos de doenças são identificados na sala de aula e no berçário pelos professores e servidores da própria educação. Então, cada criança fora da escola representa o cerceamento de um futuro para aquela criança, é uma vida. E o Governo Fernando Haddad trabalhou de maneira muito intensa no tópico do acesso. Essa política de ampliação do acesso precisa continuar. Isso é uma coisa importante aqui.

Foram abertas na educação de São Paulo – vi que teve questionamentos dos números - 453 novas unidades de educação infantil, de 2013 a 2017. Esse dado é público. Paramos de divulgar o conceito de vagas, porque vagas eu posso abrir um convênio com 200 vagas e a demanda ser só de cem crianças. Paramos de divulgar a informação com vagas e passamos a divulgar por matrícula para permitir o acompanhamento direto de cada uma dessas crianças. São cem mil matrículas garantidas para essas crianças. Tem nome, RG, endereço e nome do pai e são 453 novas escolas. Quem fizer a comparação com o número de escolas existente em 1º de janeiro de 2013 e com o número agora, vai perceber que são 453 novas escolas. A ampliação do acesso veio acompanhada de uma forte política de melhoria da qualidade.

Implantamos os indicadores de qualidade da educação infantil, que têm criado dinâmicas muito importantes. Tem uma longa jornada pela frente e nós, Adriano, como você pontuou, temos acordo com a pauta. É fundamental darmos passo num futuro próximo, nos próximos anos, para reduzir a relação professor/aluno. Isso está previsto no Plano Municipal de Educação, na Meta 2 e o Poder Público tem de se organizar para isso. É muito importante que caminhemos para a criação de uma jornada de formação para os professores das creches conveniadas. Precisamos fazer isso, passar oito horas com criança certamente não é o melhor cenário. Temos de avançar nisso e temos de melhorar as condições de financiamento das entidades parceiras, porque grande parte delas hoje economiza o almoço para pagar a janta. Então, o Poder Público precisa seguir fazendo esse raciocínio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA - Quero ressaltar que há, gente, muitos problemas. Não são poucos não, são muitos. Mas, quando você tem o conceito de uma educação pública de qualidade, que tenha acesso universal e que seja efetivamente uma educação transformadora, vamos enfrentando as dificuldades no seu dia a dia. Então, outra coisa importante: o Prefeito e essa gestão e todos que fazem parte dela, respondendo a uma das questões colocadas, entendem que é importante cuidar da creche à universidade. As oportunidades educacionais da cidade de São Paulo são poucas, sobretudo para os jovens. Há um conjunto muito pequeno de instituições que ofertam curso superior. Foi por isso que foi uma prioridade no Governo, mesmo com todas as dificuldades orçamentárias enfrentadas nesses anos criar a UniCEU.

Temos – respondendo à pergunta da colega – para este ano de 2016 a reserva de 16 milhões para manutenção e expansão da UniCEU, porque entendemos como uma política fundamental, 17 milhões, 16,400 milhões. É muito mais - para 2017, perdão, para o Orçamento do ano que vem. Entendemos que não só a UniCEU é importante continuar. O Prefeito fez um esforço e conseguiu a implantação em parceria com o Instituto Federal São Paulo do Campus de Pirituba e também do Campus de São Miguel.

Fizemos a extensão da Unifesp lá na Gazarra, em Itaquera, o que é fundamental para a juventude daquela região. Então, há um esforço muito forte de fazer mais com menos, otimizar a gestão para garantir a oferta de educação superior. O Orçamento de 2017 está consentâneo com essa diretriz.

Queria dialogar com os colegas dos movimentos de cultura. Apostamos muito na parceria educação/cultura. Foi-se o tempo em que a educação via a cultura externa à sala de aula. As evidências científicas, as pesquisas revelam que quando a educação e a cultura atuam em conjunto, a aprendizagem melhora, a vida desses sujeitos melhora. Na educação da

cidade de São Paulo, quando falamos de cultura na periferia, estamos falando de *hip hop* e de todos os outros movimentos culturais existentes.

Por isso, foi um esforço ao longo desses quatro anos, sobretudo pela programação cultural dos CEUs, sobretudo pela atuação das escolas, que fizéssemos essa parceria. Queria dizer aos colegas que apoiamos integralmente a realização da Semana de *Hip Hop*. Isso é muito importante para a cidade de São Paulo, porque potencializa evidentemente essa força viva que é a cultura da periferia, que está hoje dentro das nossas escolas, dentro dos nossos CEUs.

A lei, à qual vocês fizeram referência, fiquei muito feliz de ver que a mudança da lei federal a obrigar o ensino da história da África e a história do indígena está sendo apropriada pelos cidadãos e pelos movimentos culturais. O Governo do Prefeito Fernando Haddad promoveu a maior formação já realizada no Município, desde que a lei foi editada, para o ensino da África. É uma pequena revolução silenciosa que vem acontecendo nos interiores das escolas. Hoje, no currículo, a história da África é ensinada para as crianças de zero a cinco anos. Temos os festivais de xadrez; trouxemos também o jongo; temos o Festival de Mancala; temos uma atuação pedagógica muito forte, que dialoga com essa pauta. Não há nenhum documento pedagógico elaborado nessa gestão em que o ensino da história da África não esteja de forma transversal presente em todas as atuações. É o currículo servindo a um processo de transformação e de inclusão da sociedade.

Essa articulação educação/cultura se materializa muito mais na agenda da educação integral. Criamos o programa São Paulo Integral o ano que vem e precisamos consolidar essa política na cidade de São Paulo, porque a educação integral pensa o currículo e os espaços, levando em consideração todas as potencialidades e saberes. E a arte é seguramente uma das ações mais importantes.

Então, educação integral para nós – e tem sido isso, a implementação – não é simplesmente esticar o tempo de permanência da criança na escola, é permitir que a criança

tenha contato com outros territórios educativos, sobretudo aqueles que vêm da cultura, da música, da arte. Acreditamos nisso vivamente e convido todos a conhecerem a política de educação integral, que está sendo implementada.

Quero registrar também aqui a importância que vemos na discussão sobre inclusão via lei de cotas. Criamos a lei de cotas, foi esta Casa e esses Vereadores, que às vezes muita gente não compreende exatamente o papel, com a mobilização da sociedade civil, que aprovaram a lei de cotas. Essa lei tem garantido o acesso a centenas, milhares de servidores e servidoras, negros e negras e com deficiência. Isso é muito bom para a educação, o aluno que estuda nas escolas do Município não é branco do olho azul na sua totalidade. É fundamental que os educadores e educadoras reflitam sobre isso. Implantamos a lei de cotas já em 2014 e 2015 e até agora são quase dois mil profissionais que ascenderam ao serviço público, negros e negras e isso é muito importante.

Agora, neste momento, hoje, enquanto debatemos os diretores e supervisores estão fazendo a sua chamada para o concurso de diretor e supervisor. Foi o primeiro concurso talvez na história do Brasil – eu não conheço outro, sinceramente – concurso de acesso, portanto, eles já são servidores e ascenderam ao novo cargo, em que foi implementada a lei de cotas. E isso é uma conquista que a gente não pode abrir mão.

Coloco para o José, do Conselho Tutelar, e para os outros conselheiros – em nome dele cumprimento todos – que o Conselho Tutelar tem desenvolvido um papel absolutamente fundamental na cidade de São Paulo, com todas as dificuldades que enfrentam no seu dia a dia, às vezes, falta de estrutura, realizam um trabalho fundamental, em que a educação agradece muito. Foi a parceria entre a Secretaria de Educação e toda a rede de proteção social que permitiu fazer a busca ativa e localizar aquelas crianças que estavam fora do sistema, totalmente à margem do sistema e hoje conseguimos buscá-las. Essas crianças estão todas, todas, chegando à educação de quatro e cinco.

A Neia ponderou uma questão importante, ela diz: “Você reduz a idade e aí aumenta – na verdade, você está excluindo”. Não, Neia, universalizamos o atendimento de quatro e cinco. Hoje são poucas as crianças que estão fora. Vamos garantir a vaga para todas e estamos alargando o atendimento de zero a três.

Como o espaço é curto, eu posso dizer muito pouco. Posso dizer apenas que o Orçamento da Educação é a principal ferramenta de monitoramento e acompanhamento da sociedade civil, junto com a ação direta na Prefeitura. Fizemos, ao longo desses três anos e 11 meses, um esforço muito grande de construção pactuada de todos os documentos, de todas as análises, de todas as políticas da educação.

É fundamental que no próximo período a gente continue junto fazendo o que precisa ser feito. Coloco para vocês aqui uma questão que nos atormenta como fazedores de políticas educacionais, como servidores, como professores, como gestores de educação, que é: o que está em jogo no próximo período é a própria ideia de educação pública. Soluções fáceis, como o *voucher*, soluções que valorizam o privado, em detrimento do fortalecimento da escola pública. Elas começam a crescer no Brasil e no mundo.

É fundamental que todos os movimentos, não só os de educação, mantenham ativa a disposição de fazer o debate, que precisa ser feito, para que a educação pública seja defendida. A educação pública é a garantia das nossas crianças e jovens de terem um futuro melhor e é por isso que não podemos abrir mão dela em nenhuma circunstância.

Com isso, agradeço ao Presidente, ao Relator, a todos os Vereadores, em nome da nossa Secretária Nádia Campeão e me coloco totalmente à disposição para outros debates na Câmara e eventualmente em outros debates sobre o Orçamento na própria Secretaria de Educação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Obrigado, Marcos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública na área da Educação.

(NÃO IDENTIFICADO) - É o seguinte, Sr. Presidente. Vocês fugiram da audiência pública da educação, que está acontecendo aqui agora. Vocês estão retornando para a mesa, para a audiência de conselho tutelar e funcionalismo público, porque vocês fugiram. Vocês marcaram a audiência às quatro horas da tarde e trocaram com a audiência da saúde. Isso é um desrespeito com todo mundo que trabalha com a educação pública. E não adianta virem representantes da Secretaria de Educação aqui, passar pano na gestão Haddad, porque quem trabalha com criança de zero a três sabe a expansão foi feita majoritariamente, conveniada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Okay, obrigado.

Terceiro tempo. Funcionalismo público. Está presente da Secretaria Municipal de Gestão foi convidado o Sr. Secretário e até agora não mandou nenhum representante.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Estão abertas as inscrições à minha direita.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – O nobre relator Vereador Atilio Francisco foi fazer um lanche e já está voltando.

Em seguida desta audiência, teremos os conselhos tutelares. Falo isso por quê? Porque tomei uma reprimenda do José Liberato. Eu diria que é uma proposta que fiz na 1ª audiência para que a gente copilasse as falas para aproveitar melhor o debate. Então, diria que se houver algum desejo de falar rapidamente algum conselheiro tutelar, nada impede, mas só dizer que, em seguida, o tema será específico para os conselhos tutelares.

Sr. Presidente, também foi me perguntado os membros desta Comissão: Vereador Abou Anni; Jair Tatto – que aqui está -, Presidente Jonas Camisa Nova, que está presente

desde a primeira hora; Adolfo Quintas; Aurélio Nomura, do PSDB; Edir Sales; Ota, que esteve em alguns momentos conosco e deve voltar; e Ricardo Nunes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line. A transcrição desta audiência pública estará “disponível ao público em geral, no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no link Audiência Pública, Registros Escritos”.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, só uma correção. A próxima audiência pública será sobre Assistência Social e Conselhos Tutelares.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Ahmed, por favor. Temos agora representando Finanças o Sr. Ahmed, e enquanto não chega o pessoal da Secretaria de Gestão, Sr. Samuel Alencar, vamos dar início à audiência pública.

Gostaria de dizer, referente ao tempo, gostaríamos que todos fossem ouvidos porque hoje temos ainda mais audiências públicas.

São dois minutos regulamentares.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quero fazer uma proposta porque eu participei da anterior e as respostas estão muito amplas e globais. A minha proposta é a seguinte: cinco perguntas e a pessoa responde exatamente às cinco perguntas, porque queremos ouvir as respostas das perguntas de cada um dos nossos colegas. Cinco perguntas e depois mais cinco. (Palmas)

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem, Vereador.

O SR. JAIR TATTO – Uma questão de encaminhamento.

Não teria, sei lá, eu seria simpático à ideia, mas temos 37 inscritos só para a questão do funcionalismo. Seria pertinente pedir que algumas pessoas declinassem da fala e organizasse, sem prejuízo a que qualquer tema fosse abordado?

Queria dizer a vocês que o desrespeito que fizeram com vocês também fizeram também com os Vereadores desta Comissão, não é Sr. Presidente, com a ausência. É isso que quero dizer, o desrespeito é mutuo, foi também com esta Comissão o desrespeito dos que aqui não compareceram. O encaminhamento prático, considerando que foi estabelecido duas audiências, é que as pessoas que se sentissem contempladas com as perguntas, declinassem. Não haveria, se assim o Presidente permitir, a cada cinco perguntas haveria as respostas. Poderia haver para algumas porque há outros temas.

A questão não é ficar até a noite, eu fico até madrugada, mas precisamos fazer uma consulta geral. Se todos que vieram, quem veio pra uma audiência às 14h está disposto às 11h da noite estar aqui sem ser atendido? O problema não é horário, ficar aqui, o problema é se todos pensam igualmente. Se todos não têm compromisso como eu tenho em casa hoje à noite, estou por conta disso. Não creio que vocês estejam só por conta disso de manhã, à tarde e à noite e a madrugada, se necessário.

Essa é a ponderação que eu faço.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AHMED KHATIB – Sim, sou de Finanças, mas Gestão está a caminho.

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, Finanças está se comprometendo em anotar e, assim que o pessoal de Gestão chegar, ele repassa, e volta a comentar. E se tiver alguma coisa pra comentar agora, de Finanças, ele já vai adiantar. Vai anotar a proposta de vocês e assim que Gestão chegar, responde também às perguntas. Tudo bem?

Já que sugeriram cinco, se em cada folha estão inscritas seis pessoas, então a cada seis falas, haverá comentário de Finanças. Assim que chegar o representante de Gestão, passará pra ele às propostas. OK?

O primeiro inscrito é Fábio Novaes da Silva.

O SR. FÁBIO NOVAES DA SILVA – Eu queria perguntar ao senhor, por favor, tenho uma dúvida, falaram que é funcionalismo público e o senhor disse que é assistência social, agora será o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Funcionário público.

O SR. FÁBIO NOVAES DA SILVA – Tá bom. Eu tenho dúvida nos dois.

A minha pergunta é breve. Quero falar em nome de todos os trabalhadores deste País, não só dos funcionários que estão sempre ativos, na batalha, mas também em nome dos trabalhadores da iniciativa privada, como eu sou, mas tenho muitos amigos funcionários públicos, que também têm necessidades.

Gostaria de fazer a seguinte pergunta, se os senhores puderem responder, os senhores são técnicos, eu sou leigo, não entendo muito bem. Qual foi o aumento real dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada? E qual foi a iniciativa do Legislativo e do Executivo tanto na esfera municipal quanto estadual e federal?

Obrigado.

Era essa a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, Fábio. Tem a palavra Cássio Vieira.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Boa tarde Vereador, boa tarde a todos. Estou falando como representante da FASP – Federação das Associações Sindicais e Profissionais dos Servidores do Município de São Paulo. O que ocorre, Sr. Vereador, é que esta Casa precisa fiscalizar o cumprimento por parte do Município de São Paulo do disposto no art.37 – inciso X da Constituição Federal, no que se refere ao reajuste geral anual.

Este é o momento, estamos discutindo o Orçamento para 2017 e nada mais justo que agora fique bem claro, transparente para o servidor público, para a população em geral qual será o montante destinado ao reajuste geral anual para o servidor público? Porque ano após ano, nos últimos 13 anos, ficou consignado no Orçamento 0,01%, mas não de forma expressa. Seria interessante que esse paradigma fosse afastado, que esta Casa tomasse a iniciativa no sentido de demandar junto ao Executivo, que afastasse essa política que está sendo aplicada ao longo dos últimos 13 anos, desde a Gestão Marta Suplicy passando por Kassab, Serra e agora com o Prefeito Haddad. Seria uma oportunidade de o Prefeito Haddad, nos últimos instantes do seu mandato, cumprir com a promessa de campanha feita a todos os servidores públicos no sentido de acabar com a política do 0,01%!

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra Durvalina Soares.

A SRA. DURVALINA SOARES – Boa tarde. Primeiro quero registrar o meu protesto. Acho um absurdo que a gente tenha o nosso tempo de fala reduzido dessa maneira.

Outro absurdo, a Secretaria de Gestão não está presente, está a caminho, vamos ver se chega. Também assim, essa dinâmica de várias audiências seguidas, pra mim, é uma manobra clara, explícita de fazer essa confusão toda. (Palmas) Vamos ficar nos matando, a Comissão esfalfada, sem conseguir...

Bom, eu vou ler. Se não conseguir falar no um minuto que me resta, peço um pouco de paciência, mas vou falar o que tem de ser dito.

“Não dá, não podemos mais suportar 0,01% de aumento. Quero dizer a esta Casa, quero pedir aos Srs. Vereadores, tenham coragem porque não é possível se esconder atrás da proposta do Executivo e pronto, como se nada estivesse acontecendo em nossas vidas. Entra ano e sai ano, nosso salário está absolutamente achatado. A Prefeitura de São Paulo, que já

foi uma prefeitura que pagou bem comparativamente com outras, hoje em dia é uma vergonha. Qualquer um de nós tem vergonha de mostrar seu holerite.

As políticas feitas também pela gestão Haddad foram péssimas para nós. Retiraram direitos conquistados há muitos anos a duras penas. E ele nos deu de presente 0,01 e nem na saída nos deu uma proposta de lei salarial diferente que realmente contemplasse aquilo que é do nosso direito, um direito constitucional, que é termos a nossa revalorização de acordo, aliás, o nosso reajuste de acordo com a inflação que pergunto – é outra pergunta, que já fiz até o ano passado -: de onde vocês tiraram essa inflação de 0,01? Porque é nesse mercado que eu quero ir e é esse plano de saúde que quero pagar. Com o que ganhamos, não dá. Isso é um absurdo. Estamos falando de salário, de gente que trabalha, que dá o sangue, que vai lá e atende a população.

E os aposentados então: 0,01 há muito, muito tempo, tudo congelado? Isso é um absurdo. Isso é crime de lesa humanidade.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

A SRA. DURVALINA SOARES – Nós não estamos aqui de brincadeira não. Estamos aqui para cobrar o que é nosso. Chega! Já deu. Ninguém aguenta mais. Boa tarde. Se é que é possível. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, Durvalina. Sr. Breno.

O SR. _____ - O Sr. Breno abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximo Sr. Sérgio Antiqueira.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Boa tarde a todos e todas. Repudiamos a atitude da Secretaria de Gestão, do Sr. Secretário, por não estar aqui, valorizando, no mínimo, para ouvir o que o servidor público tem para dizer. Ao final desse mandato dessa gestão e no início de uma nova gestão, saibam: eles estão dialogando para a transição, mandando esse aqui para dialogar com o servidor público. Primeira coisa. (Palmas)

Segundo: lembrar que tivemos, em 2013, 0,18% em 2014: 0,01% e em 2015, os mesmos 0,01%; mas 2016 e 2017 está em aberto, não veio para cá. Então temos condições totais de discutir o Orçamento de 2017 agora. Mas quem tem de estar ouvindo isso é o Sr. Secretário de Gestão, mas também os Srs. Vereadores, porque esperamos deles – como a Durvalina disse – uma atitude de coragem de fazer o enfrentamento agora para publicar um orçamento para 2017 que dê garantias aos servidores públicos municipais.

Primeiramente porque já estamos sofrendo o pagamento de contas por causa da queda de receita nacional. Já houve corte 2,7 bilhões do orçamento. Agora, imaginem o que vai vir, ainda mais com uma proposta de PEC 255 que vai congelar gastos públicos, gastos com serviços públicos, gastos para a população.

Cada servidor público que tiver aqui tem o papel público de conversar com a população e dizer o que está em jogo agora. Esse projeto que querem trazer para a cidade de São Paulo. Um projeto de desmonte cada vez maior, que já estamos sofrendo há muito tempo, mas que querem acelerar.

Quero pedir também, só para ter uma ideia da situação dos admitidos, para não deixar de falar, que a proposta que fizemos para os admitidos equivale a 0,25% das receitas correntes líquidas até setembro agora, de um ano. E 0,69% a despesa de pessoal. No próximo orçamento é de 0,5%. Então é vergonhoso que não se queira trazer para cá a proposta de emenda para resolver um problema de 30 anos na Prefeitura, que essa organização teria obrigação de resolver, bem como todas as demais, além das outras que vão vir. Mas, aqui, está colocado na mão dos Srs. Vereadores para que discutamos essa proposta.

E mais. Para os servidores públicos que queiram deixar uma pergunta ao Sr. Secretário de Gestão e para o Sr. Secretário de Finanças, que não estão presentes: tem aumento apenas de 6,5% para o servidor, para despesas com pessoal na Prefeitura para 2017. Sendo assim, para servidor ativo só 3% e gastos com aposentadoria 10%.

Queremos saber, com certeza eles não pensaram em reajuste salarial, mas isso é crescimento vegetativo? Isso é concurso público? Tem de detalhar, tem de esmiuçar, tem de ter transparência para podermos fazer um debate franco e honesto com vocês. E aí, se não sabemos o que é, não temos condições de reivindicar, mas quero que registre – e está colocado – que a Bancada que está presente leve à Secretaria de Gestão e traga uma resposta o mais rápido possível, para que consigamos ter uma revisão salarial no ano de 2017 que contemple as perdas de, pelo menos, previsão 5,6% até maio do ano que vem e, para trás, mais de 7 ou 8%. Temos duas revisões pendentes, fora aquela de 0,01 e 0,18. Isso não dá. Afinal aqui não podemos doar nossos salários, para sobreviver precisamos dele. Aqui ninguém pode doar salário. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. Caio.

O SR. CAIO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente. Quero enfatizar o que o Sérgio Antiqureira – que me antecedeu – falou. Quero deixar muito claro, faço parte do Sindicato dos Engenheiros e, na mesma linha do Sérgio, não vejo muita importância o seu descaso quanto ao fato de não estar presente o Secretário de Gestão. Por quê? Nós vamos fazer o que viemos fazer aqui hoje: manifestar nossa posição perante a previsão orçamentária do ano que vem, que é extremamente perversa para os servidores.

Falarei um pouco aqui, então, enquanto representante dos engenheiros, lembrando a Câmara Municipal que não houve concurso para engenheiros e a categoria envolve também arquitetos e geólogos. Ou seja, muitos estão se aposentando, são companheiros que tiveram experiência imensa, mas estão deixando o serviço público. E nós estamos sendo prejudicados pela ausência desses companheiros que são 1,4 mil ao todo, para a Cidade toda e que estão em todos os setores da Prefeitura. E, sobretudo, prejudica a população que mais precisa desses serviços, sejam nas áreas de risco, de ocupação, além de uma série de fatores que todos nós aqui, do funcionalismo público, conhecem.

Então nossa preocupação – e estamos dispostos a lutar muito dela, fizemos até greve, e faremos novamente se necessário for – é de que seja respeitada a reposição das perdas salariais. É só na Prefeitura de São Paulo que não tem inflação. E o pessoal que ficou, está hoje com salários de 30 a 40% menor do que deveria estar. Mesmo com as reavaliações feitas no ano passado, e nesse ano. Isso não pode se repetir. E, a depender do Sindicato dos Engenheiros, não vai se repetir. (ininteligível) com todos os servidores para arrancar essa reposição na rua. Porque é lá na rua que lutamos. Estamos aqui respeitando a Câmara Municipal, eles são nossos representantes e nós contamos com vocês. Vamos conhecer – e quem não conhece, terá oportunidade de conhecer, e vamos de gabinete em gabinete até a votação dessa Lei do Orçamento.

E queremos, sim, como disse o Antiqueira, ver contemplada a reposição salarial. Chega de 0,01, chega dessa excrecência. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Como combinado, a cada seis falas, o representante de finanças, irá falar. Com a palavra o Sr. Ahmed.

O SR. AHMED – Boa tarde a todos. Sou representante da SUPOM – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Municipal. Servidor de Carreira. A questão do 0.01, o que permite-me destacar sem dar respostas, obviamente, estou anotando para que o representante de gestão assim que chegar responda com mais propriedade, é uma questão de que é uma Lei anual de aumento que prevê esse 0.01, que os senhores conhecem, aprovado pelo Executivo e carece de uma revisão, mas não é uma revisão tão...

Exato. Existe uma previsão de revisão, enfim, de negociações, etc... mas a questão é que é uma lei anual de aumento, que prevê esse percentual de 0.01, que repõe a inflação real como vocês bem disseram, com piso mínimo de 0.01. Estabelece o mínimo, aí cada ente da federação, com seu Executivo, responde aí pela aprovação da Lei que modifique esses percentuais. O que posso adiantar, tecnicamente, como servidor de carreira, é que esse 0.01

tem uma previsão legal, não com esse percentual, obviamente, mas com o mínimo e que assim foi aprovado pelo Executivo que seja dessa forma.

De novo, estou anotando e todas as perguntas que forem em relação a reposição salarial, em relação a não adequação frente a inflação oficial que não chega perto do que a gente vivencia por ai, no mercado, é muito maior do que a gente vivencia, mas todas as perguntas serão respondidas com mais detalhamento pelo gestão para fins de esclarecimentos para saber se realmente existe alguma coisa prevendo algo superior a esse reajuste, entre aspas, salarial.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Vlamir Lima.

O SR. VLAMIR LIMA – Boa tarde a todos. Estamos falando do Município de São Paulo, um dos maiores orçamentos do Brasil. E não temos uma política salarial – aí a representante da Secretaria de Finanças – não ter uma política salarial não dá para dizer que é cumprir legalmente, 0.01 é imoral. Esse é o absurdo dessa administração e acredito que a não vinda da representante da Secretaria de Gestão, aqui, mesmo tendo dado diversas vezes Secretário, é como que trata o funcionalismo público. Não temos uma política salarial, por isso que o Governo fica cumprindo tabela – na minha opinião, envergonhadamente, com 0.01. A minha pergunta é: quanto que está previsto para o orçamento do ano que vem de reajuste geral para o funcionalismo todo municipal? Como o Sergio disse: o crescimento vegetativo, é de 3% para quem está na ativa. Como vamos incluir reajuste salarial onde está, além do crescimento de evolução de carreira, e aí, envergonhadamente, o nível básico, com nível médio com três anos, sem reajuste, ou esse ano o governo deu, 0,01 para 40 mil servidores, é isso que a política salarial do Governo, quem vem de gestão a gestão e não musa. Onde vai caber os concursados nesses 3% vegetativo que está apresentando no Orçamento de 2016, para 2017. São mil AGPPs na rede direta, 200 na Autarquia, fora os da Saúde, da Educação, da Assistência. Tudo isso previsto para ser chamado esse ano, e o Governo até agora não apresentou nada. É inadmissível. Gostaria apenas de reafirmar que vamos ter de reorganizar,

para o ano que vem sem dúvida, porque para disputar esse orçamento, com 3%, só com grande mobilização. Como a gente está fazendo, no dia 29 vamos para Brasília, não deixar essa PEC 55 atacar o serviço público e nem os salários dos servidores. Todos na mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Clóvis Roberto.

O SR. CLÓVIS ROBERTO – Boa tarde a todos. Quero começar minha fala reforçando a fala do Lima, que é exatamente essa pergunta, qual é o percentual que está previsto no orçamento do ano que vem para reajuste geral dos servidores e também, o que está previsto para contratação dos concursos, inclusive, já estão abertos. Mantiveram algumas carreiras aí, sou presidente do sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos, tiveram algumas carreiras que no último governo, a forma de recebimento foi transformado no tal de subsidio e essas pessoas, a única forma de valorização que tem são os reajustes geral dos servidores que hoje está amarrado a esse 0,01. Essa é a primeira coisa.

A segunda, registrar o nosso protesto em relação ausência da Secretaria de Gestão, mas também em relação à ausência dos Srs. Vereadores da Bancada do Governo que vai ingressar. Foram eles oposição durante quatro, criticaram duramente a política do 0,01% e tem aí mais um mês e meio, dentro do Orçamento, para apontar aqui no governo em que serão Situação, farão diferente. Não tem, nenhum aqui, pelo menos do mesmo partido que o Prefeito que foi eleito, os vereadores aqui não sei serão do Haddad, ou de oposição, situação, enfim. O que acaba ouvindo, em nome de todos as nossas reclamações.

Mas fundamentalmente da Secretaria de Gestão, qual será a política para contratação de novos servidores? A minha categoria, por exemplo, tem um efetivo hoje que é menor do que era em 2004. Temos 1500 pessoas aprovadas no concurso desde 2013, e que não são chamadas. A Prefeitura do Município de São Paulo entrou na Justiça, para ser obrigado a contratar o pessoal da saúde. Por conta disso não chamou dos outros concursos. O que está previsto de diferente para o orçamento do ano que vem, para que essas pessoas possam contratadas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Agenor.

O SR. AGENOR – O funcionalismo público de São Paulo, e a população da Cidade de São Paulo, que precisa sim, do serviço público, que querem privatizar, provavelmente a preço de banana, como acontece nesse País, precisa se organizar, se mobilizar, porque senão vamos continuar vítimas dessa política que retira direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. E que pretende colocar a população explorada uns contra o outros, como aliás poderia acontecer aqui, porque eles descumpriram no tempo, no horário, no espaço, e na possibilidade de falar, e nos recursos. o Prefeito Haddad teve quatro anos para cumprir uma promessa de campanha, não o fez, me parece que está mais interessado em ciceronear ao novo Prefeito, que já disse claramente que não pretende reajustar os salários do funcionalismo público. E São Paulo só compromete menos de 35% do seu orçamento com os gastos com o pessoal. E ele já jogou na penca dessa crise que ele, como golpista, ajudou a construir a responsabilidade sobre as costas do conjunto do funcionalismo.

Eu quero, no tempo que me resta, destacar os aposentados da Prefeitura de São Paulo, que não reconhecem verdadeiros reajustes há muito tempo e que já são vítimas dessa política que o novo governo golpista do Sr. Temer pretende implantar no País. Na Prefeitura de São Paulo, não foi necessário dar golpe, mas bastou o descompromisso de campanha do Sr. Haddad para que o funcionalismo público, sobretudo os aposentados, fosse o mais vitimado.

Com esse projeto de subsídio, que conseguiu dividir uma parte do funcionalismo público, embora sempre queiramos apostar na nossa reconstituição, e aqui estamos todos. Os aposentados também os admitidos são as grandes vítimas desse processo, as discrepâncias são absurdas, separando ativos e inativos, dividindo uma mesma categoria em diferentes níveis. E os privilégios dos poderosos, com supersalários, continuam iguais. A estratégia é fazer apologia dos privilégios e retirar os direitos do conjunto do funcionalismo, retirar os recursos para o atendimento daquilo que é base para a população.

Não se respeita, neste país, o trabalho, a aposentadoria, os direitos sociais, os direitos à educação. Tudo é um grande simulacro. É preciso, sim, inflar as pequenas conquistas para justificar o que deixaram de fazer, para justificar que não mexeram na estrutura e abriram espaços para as forças mais retrógradas, vinculados a um sistema financeiro que controla o Brasil, os Estados e a Prefeitura de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde, colegas da Prefeitura, Vereadores. O representante da Secretaria de Finanças falou sobre o 0,01%, e o Presidente do Sindisep já perguntou o que significam esses 3% de aumento de gastos para o funcionalismo, para os servidores da ativa, da direta e indireta.

Eu quero acrescentar que 3% de crescimento não significa, portanto, uma previsão de reposição salarial. No entanto, na rubrica de despesa para o pessoal da Câmara Municipal de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município, há uma previsão de crescimento de despesa de pessoal de 10,9% para 2017. Portanto, aqui é possível visualizar que haverá reajuste para os trabalhadores da Câmara, que é legítimo que eles tenham reajuste, assim como o TCM. Mas o que não é legítimo é que os servidores públicos da Prefeitura, administração direta e indireta, tenham apenas o crescimento vegetativo da folha, já que não há previsão de reajuste para o ano que vem. Gostaria que o representante da Secretaria de Finanças confirmasse, ou não, isso.

Segunda questão que nos preocupa é que, em 2013, houve dois reajustes importantes para o nível básico e nível médico, que nos elevou a um patamar de acima do salário mínimo naquele momento. No entanto, hoje, o nível básico tem menos que um salário mínimo, portanto, 755 reais contra um salário mínimo de 880 reais; e a previsão de salário mínimo para o ano que vem é de 950 reais, enquanto o nosso piso será de 755 reais e do nível médio será de 920 reais. Isso não é plausível, então os Srs. Vereadores que estão discutindo

se haverá, ou não, reajuste nos seus salários podiam também olhar para o funcionalismo público municipal que sustenta o serviço público no Município de São Paulo e também acrescentar rubrica de aumento de gasto com o funcionalismo.

Estamos assistindo a situação falimentar do Rio de Janeiro, onde quem vai pagar a conta são os servidores públicos, inclusive na questão da previdência, cuja proposta era de aumento de 30% da alíquota dos servidores à Previdência Pública. Pergunto se há previsão no Município de São Paulo de aumentar a alíquota de contribuição para a previdência? Porque chegará o novo Prefeito e sabemos que foi enviado para a Câmara Municipal um fundo complementar de previdência.

Nós não queremos o mesmo futuro dos servidores do Rio de Janeiro, que foram à luta e barraram. E esse é o exemplo do que vamos ter que fazer aqui: com muita luta, muita votação. Para isso, achamos uma solução: a chamada dos novos concursados, que não foram chamados. Tem que convocar os servidores, porque cada servidor a menos é menos dinheiro para o IPREM, e todo mundo sabe disso. E o governo estaria planejando o roubo na previdência e o aumento da alíquota. É por isso que vamos ter que lutar muito. Dia 29 estaremos em Brasília, e aqui em São Paulo também vamos barrar essa política temerosa de destruição de direitos desse governo golpista, ilegítimo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevam.

A SRA. LOURDES STEVAM – Boa tarde. Cumprimentando a Mesa, principalmente cada servidor presente. A gente analisou a proposta orçamentária, o que já foi colocado, e vimos que não há perspectiva de aumento para os trabalhadores. Também ficamos muito assustados porque também não há nenhuma perspectiva de completar a TLP.

Hoje, por exemplo, no sistema de saúde, os hospitais estão trabalhando com os contratos de emergência, cujo pessoal recebe um salário menor do que o salário mínimo; e não

estamos vendo na proposta orçamentária nenhuma perspectiva de mudar essa situação, de abrir novos concursos. Quero dizer o seguinte: estamos num momento no Brasil em que se fala de acabar com a corrupção. Por isso, quero dizer tanto para o governo que sai, quanto para o governo que vai entrar, que é mentira quando se fala que vai acabar com a corrupção quando a gente não faz concurso público, porque é o concurso público que garante a transparência da administração pública.

Se a gente realmente quiser fazer mudança, temos que fazer concurso público, porque já está claro que a privatização é o melhor instrumento da corrupção. Nós estamos aqui terminando este Governo, mas queremos dizer para o Governo que está entrando que vamos continuar aqui. Estávamos lá com o Haddad e estaremos aqui com o João Trabalhador, reivindicando e dizendo para cada trabalhador que não aceitamos nem um direito a menos.

- Manifestação ruidosa da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Anunciamos o comentário de Finanças.

O SR. AHMED KHATIB – Vou me limitar a aspectos de finanças e técnicos, relacionados à carreira que também pertencço, mas lembrando de que foram feitas algumas reestruturações em algumas carreiras. Não vou entrar no mérito da questão do subsídio, mas a própria carreira que eu tenho hoje passou por reformulação importante – não que isso traga uma garantia de reajuste anual, mas trouxe uma compensação substancial.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AHMED KHATIB – Contador... que também não foram nomeados, todos eles. Não são carreiras pontuais, são todas as carreiras que sofreram eventualmente, em função da não realização de receitas que originalmente foram previstas.

O que eu posso dizer é que, em termos de peça orçamentaria, há previsão e a manutenção do 0.01%, em relação ao reajuste geral dos servidores. Algumas carreiras em

específico sofreram reestruturação nos últimos anos: AGPPs, auditores municipais de controle interno, contadores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AHMED KHATIB – Foi feito um concurso grande no ano passado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AHMED KHATIB – Justamente. Cabe à gestão... Veja, a previsão de nomeação 2017, para todas as carreiras que tiveram concursos públicos, dentro do prazo normal - de 2 anos prorrogável por mais 2 anos -, cabe ao Governo definir, obviamente, avaliar, essa nomeação. Mas há previsão, sim, do concurso grande que tivemos para AGPPs, do complemento do concurso dos contadores e de outros concursos de assistente social, biblioteconomistas, economistas, pessoal de TI, enfim. Há previsão sim, mas cabe ao novo Governo definir quais são as prioridades para fins de nomeação.

Orçamentariamente falando há previsão e há manutenção do reajuste geral de 0,01%, lembrando que algumas carreiras tiveram uma reestruturação no meio do caminho: engenheiros, arquitetos, etc.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Luciane, Paulo Soares, Fernando Vieira e Brasil Laerte.

A SRA. LUCIANE - Boa tarde aos companheiros que são funcionários públicos, aos nobres Vereadores e ao representante de Finanças. É muito triste ouvir isso que o Governo vai continuar a manutenção do 0,01%, acho que é muito complicado. Já falamos nesta Casa uma vez que o servidor público é mais do que um trabalhador, ele é patrimônio do Município, porque é o servidor que faz o Município girar. (Palmas) Se existem políticas públicas, é o servidor que aplica essas políticas.

Agora, o que adianta um enfermeiro ter de fazer dois, três turnos num hospital particular, porque simplesmente o salário dele na Prefeitura não é suficiente para que

mantenha a sua família. Como que essa pessoa que não consegue manter a sua família com um único emprego vai cuidar bem da família dos outros?

É muito descaso com o servidor público. Nós é que fazemos esta cidade gigantesca funcionar, não são os nobres Vereadores. Aliás, um aumento de um nobre vereador aqui pagaria praticamente a minha categoria inteira. É um pouco complicado isso.

Não tenho mais a declarar, porque o colega aqui já disse que não temos previsão para aumento.

Então, queridos, sem querer radicalizar como o colega que esteve aqui, mas acho que a nossa solução é igual aos estudantes dizem: resistir e ocupar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Tem a palavra o Sr. Paulo Soares.

O SR. PAULO SOARES – Boa tarde a todos e aos que compõem a mesa. Primeiramente gostaria de falar que agora estamos às 15h29min, esta audiência pública tinha horário marcado para início às duas da tarde, quando já deveria estar o Sr. Secretário de Gestão aqui ou alguém da Gestão, mas não está. Isso é um desrespeito ao funcionário público e ao cidadão da cidade São Paulo. (Palmas)

A primeira coisa que vou falar é a seguinte: acho que esta audiência pública deveria ser refeita pela ausência da Gestão, devendo estar não só a Gestão, mas sim também o pessoal que compõe a transição de governo, ou seja, gente do novo Governo e deste Governo para que possam vir os funcionários públicos, e todas as outras categorias. (Palmas)

Gostaria de dizer também o seguinte: o pessoal que trabalha em biblioteca, nos parques e em casas de cultura, que trabalha no final de semana, fazendo a convocação e recebe R\$ 170,00, por convocação. Não é para convocar, mas sim para fazer a convocação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO SOARES – Por mês. Porque é o seguinte: dá R\$ 43,00, por dia, de trabalho. É uma vergonha isso, a pessoa sai de casa, tem que complementar renda fazendo convocação, ganhando R\$ 43,00. Eu gostaria de saber quando que os senhores vão colocar no orçamento um aumento para quem faz convocação, que vai lá fazer o serviço de nós servidores públicos, porque faltam servidores em São Paulo.

Porque não precisaria fazer convocação de servidor se abrisse concurso público na área da cultura, da saúde...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO SOARES – Como a Luciane falou, falta funcionário. Falta enfermeiro e ele tem de complementar a renda, falta remédio.

Vou falar da minha categoria que é a da zoonoses. Vocês acham que 2.500 (Ininteligível) são capazes de cuidar de epidemias como a dengue, a leptospirose, várias outras em São Paulo? Não. Precisa de concurso público na zoonoses, na cultura, em todas as categorias. Como a Lourdes falou, privatizar é o primeiro indício de corrupção neste Governo e de qualquer governo.

Para finalizar, fora Temer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Acabamos de ser informados que o pessoal da Secretaria de Gestão já está no prédio.

Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente Nacional da CGTB, que é a Central Democrática Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Primeiramente, aqui a gente vem se solidarizar com as reivindicações dos funcionários públicos da Prefeitura de São Paulo. São os trabalhadores públicos da cidade de São Paulo que mantêm esta grande metrópole em movimento. Infelizmente, 75% dos funcionários aqui estão esmagados pelos salários baixos que são oferecidos pela Prefeitura; e 25% levam quase todo o bolo. São 75% dos trabalhadores esmagados, mercê do Tribunal de Contas, órgão auxiliar da Câmara e que

geram 420 marajás. O melhor salário lá é de 36 mil reais, chegando até a 200 mil reais. Isso é um verdadeiro absurdo. Os funcionários do Tribunal de Contas estão todos comendo caviar à custa da população da cidade de São Paulo.

Venho me solidarizar e reivindicar um aporte de 500 milhões de reais de geração de infraestrutura na cidade de São Paulo. A roubalheira que o Governador do Estado, Geraldo Alckmin, vem fazendo nos orçamentos do Metrô e em outras ações chegam a 120 bilhões de reais. É preciso um aparte para investir em pequenas e médias para a geração de empregos. O Orçamento de 2015 foi de 55 bilhões de reais. Com a falta de arrecadação e com a roubalheira, esse orçamento caiu para 51 bilhões de reais. Em 2018, esse valor irá diminuir. Isso vai afetar os funcionários públicos e as políticas públicas para a sociedade paulistana.

Somos contra a “PEC da morte”, a de número 241, e vamos para a rua junto com todas as centrais de trabalhadores contra essa PEC. A população do Rio de Janeiro não merece as mazelas deixadas por aqueles ladrões – Sérgio Cabral e seus comparsas de gatunagem, que há 10 anos levaram 20 bilhões da população. Até os ingressos do (ininteligível), conforme denúncias envolvendo o Presidente da Alerj, arrecadando mais de 3 milhões de reais. Contra a corrupção, contra a PEC 241, agora 55, e por esses ladrões na cadeia, inclusive a ratazana do Geraldo Alckmin, cujo lugar seriam os esgotos da sociedade. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Está presente o Sr. Sandro Alencar, Coordenador de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão.

- Manifestações e vaias no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximos oradores: José Figueiredo, André Rodrigues, Vagner Cavalcante, Denis Dantas do Carmo, Douglas Cardoso. Depois, o pessoal da Secretaria.

Tem a palavra o Sr. José Figueiredo.

O SR. JOSÉ FIGUEIREDO – Boa tarde, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna pedir a adoção de todas as providências cabíveis para a nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público, homologado em junho, para provimento de cargos para a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – Amlurb, mas ainda não convocados, tendo sido esses cargos criados pela Lei 16.119/2015.

A Amlurb, que possui contratos da ordem de bilhões de reais, conta hoje com um pessoal cedido e comissionado, que não consegue fazer frente à imensa quantidade de resíduos gerados diariamente. Boa parte das taxas é erroneamente declarada pelos grandes geradores de resíduos, o que diminuiu a receita pública. Isso ocorre porque falta fiscalização, falta controle efetivo do Estado, faltam servidores, e os que estão lá não podem exercer essas funções, pois não lhes foram atribuídas por lei, o que caracterizaria desvio de função. Nomear os aprovados não representará gastos, e sim investimentos nessa área carente, que não para de crescer, pois sabemos que um fiscal arrecada uma quantia muito superior ao que ganha em subsídio.

Esse quadro de servidores gerará efeitos benéficos ao erário a partir de uma fiscalização e arrecadação mais efetivas, com a consequente diminuição da sonegação fiscal e das fraudes, o que refletirá positivamente na arrecadação da Prefeitura. Quanto mais se investir em recursos humanos da instituição, com a nomeação dos aprovados no concurso, mais será o retorno em favor da sociedade.

Vale destacar também os outros cargos de analista, fundamentais para melhorar a eficiência nas áreas de planejamento e gestão de serviços da autarquia, facilitando a concretização das metas do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, inovando na área e garantindo efetivamente um desenvolvimento mais sustentável.

São essas as razões que nos levam a solicitar a devida atenção de V.Exas. para que, em prol da população paulistana, autorizem os recursos orçamentários necessários e

recomendem ao Executivo a nomeação e posse dos aprovados do mencionado concurso na forma da lei.

Minha pergunta é: por que a Secretaria de Finanças não autorizou, vetou a solicitação da autarquia que previa a convocação dos aprovados, já que a situação atual está desrespeitando a lei, atribuindo-se a função dos aprovados a outros, já que existe um concurso homologado e que faria cumprir a Lei 16.119/2015?^

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sra. Andréa Rodrigues.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES – Boa tarde a todos. Quero complementar o que disse o colega que acabou de falar a respeito dos aprovados no concurso da Amlurb. A autarquia está com um contrato que acabou de ser autorizado, com o consórcio Crainfra-Hidroconsult-Hagaplan, no valor de 30 milhões de reais para treinar a estrutura de pessoal da autarquia para que ele seja capacitado tecnicamente para executar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos até 2033.

Minha pergunta é: não seria muito mais coerente a autarquia nomear os aprovados no concurso público para justamente executar essa função? Esses, sim, receberiam esse treinamento. Ou vamos dar esse treinamento para comissionados e emprestados de outras Secretarias para, depois, gastarmos novamente esses 30 milhões para treinarmos os funcionários de carreira da autarquia? Essa é a minha pergunta para o pessoal da Gestão e da Secretaria de Finanças. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vagner Cavalcante.

O SR. VAGNER CAVALCANTE – Boa tarde aos presentes; boa tarde, Sr. Presidente. Eu também queria complementar a fala dos meus colegas antecessores. Nós três estamos aqui representando todos os aprovados do último concurso que houve para vários cargos da Amlurb, autarquia municipal responsável por gerir e fiscalizar todos os serviços referentes a resíduos sólidos na cidade de São Paulo.

Em complemento aos meus colegas, gostaria de ressaltar que a Amlurb mantém contratos bilionários com empresas privadas, dois consórcios que administram os serviços de limpeza de resíduos sólidos da cidade de São Paulo. Esses contratos, da ordem de bilhões de reais, estão aí sem a devida fiscalização, já que esse concurso objetivou reestruturação dos cargos dessa autarquia, principalmente com a criação dos cargos de fiscalização visando a fiscalizar esses contratos que foram firmados com esses consórcios privados.

Além disso, esse serviço de fiscalização, pelo que sabemos, está claramente deficitário porque funcionários comissionados, terceirizados não detêm a competência para poder lavrar um auto de infração, aplicar qualquer multa, uma vez que essa competência é própria de funcionários estatutários. Para quem não sabe, a autuação, infração, aplicação de multas é um exercício privativo da Administração Pública no exercício de poder de polícia e é indelegável a funcionários que não pertencem ao quadro da autarquia.

Queria deixar bem registrada a pergunta ao representante da Comissão de Finanças e Orçamento. Obtivemos uma informação extraoficial de gestores da Amlurb, autarquia em questão, eles fizeram a reserva da receita específica para que esses novos aprovados sejam chamados. Segundo essa informação de gestores, a Secretaria de Finanças vetou essa receita.

Gostaria de saber se isso é verdade porque é informação extraoficial e quais os motivos pelos quais foi vetado levando em consideração os argumentos dos colegas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Denis Dantas.

O SR. DENIS DANTAS – Boa tarde a todos. Eu venho falar que agora não vou mais representar o movimento, mas oficialmente falar pela Associação dos AGPPs e Agentes de Apoio do Município de São Paulo.

Desde o dia 28 de outubro e a partir do dia 16 de novembro, existimos de fato e de direito. Falando em nome dessa categoria, na última audiência pública que tivemos aqui,

desmistificamos os números que são constantemente apresentados pela gestão e que eles argumentam que os Agentes de Apoio tiveram reajuste salarial de 71% e os AGPPs tiveram reajuste salarial de 42% em 2013.

De certa forma, isso não deixa de ser verdade, mas esse reajuste foi em uma rubrica dos nossos salários. O que quer dizer? Nosso salário é composto por diversas linhas e em apenas uma linha tivemos esse reajuste, que desmistificando esses números de forma geral, os Agentes de Apoio tiveram um aumento real de 38% e os AGPPs, um aumento real de 18%, mas eles não divulgam que o nosso último reajuste foi em 2004, na época em que a Marta desvinculou, fez uma reestruturação dos cargos e transformou os APAs em AGPPs e aí foi onde tivemos o aumento.

Não vamos esperar mais oito anos para ter um novo reajuste, por isso que ainda somos aqui o final do vergonhoso 0,01% porque isso é um desrespeito com todos e fica sempre desmembrando toda a classe do funcionalismo público, do servidor público. Por que é fácil falar funcionalismo público? Porque a população tem na mente os altos escalões e aí é fácil falarmos de reajuste para quem ganha 15 mil, para quem ganha 20 mil, mas e aqueles que pior que nós são admitidos que não chegam a ganhar nem mil reais, os contratados?

Então, minha pergunta é: vamos conseguir dar esse percentual de 0,25% para os admitidos? Vai ter reestruturação para os contratados? Quais serão os reajustes dos AGPPs e Agentes de Apoio?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Douglas Cardoso.

O SR. DOUGLAS CARDOSO – Boa tarde. Bem, primeiramente, gostaria de estar colocando uma situação que é muito importante: a questão de que se fala que não há dinheiro. Não acredito nessa situação. Dinheiro tem. Talvez ele não seja suficiente para todas as demandas que você tem do serviço público. Mas, no município de São Paulo, hoje temos a

previsão, para o orçamento para 2017, em cerca de 54 bilhões de reais. O que você gasta com funcionalismo público hoje é cerca de 35% do orçamento, o comprometimento que você tem. Ou seja, você tem um espaço que, segundo até mesmo a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, ela permite o crescimento desse gasto com funcionalismo.

E por que não se faz? Porque se usa da preferência pelo privado: o Poder Público utiliza dos contratos através de organizações sociais, de empresas privadas, para terceirizar aquilo que é competência do serviço público. E é isso o que precisamos combater.

Fazem-se concursos públicos e não se nomeiam os aprovados nele. E, para o servidor público, utiliza-se essa política salarial de 0,01%.

Precisamos combater a preferência das nossas autoridades. Vejo muitas autoridades aqui na Mesa – Vereadores, enfim, representantes do Poder Legislativo - que têm muito poder para poder fazer isso. E a preferência tem de ser pelo público. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – João Godoy (?), Ivan, Marcia Peroni (?), José Daniel e Angelina Gaum (?) são os próximos oradores, começando com João Godoy, funcionário público.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Opa, desculpa. Perdão, perdão, perdão. Peço desculpa ao orador. Ahmed começa e o Sandro faz o outro comentário.

O SR. AHMED – Bem, me deixem só fazer algumas considerações sobre o que foi direcionado às Finanças. Com relação ao treinamento que foi dado aos funcionários da Amlurb, em detrimento aos novos funcionários, essa manifestação cabe à Amlurb responder. Acho que esse é um primeiro ponto.

Com relação à decisão de não chamar os nomeados, essa foi uma decisão não de Finanças, mas foi uma decisão da Junta Orçamentária, que reúne diversas Pastas - Finanças, Gestão, Negócios Jurídicos, etc. Por oportunidade, coube a decisão de não nomeação, mas não somente da carreira dos recém-aprovados no concurso da Amlurb. Diversas outras

carreiras também tiveram nomeações parciais durante o ano de 2016. Importante ressaltar que o concurso ainda não venceu, assim como os outros que também estão ali no aguardo ansioso pela tão sonhada nomeação e posse.

Com relação - só abrindo outro parêntese com relação à oportunidade de não se chamarem os nomeados à época: no último ano de mandato, é importante que a gente equilibre faça o equilíbrio da execução do orçamento com a realidade de arrecadação, com a realidade arrecadatória. Num ano em que você tinha uma previsão de receitas que, ao longo do tempo, não se concretizaram - muito pelo contrário, se frustraram -, é necessário que algumas medidas de contingenciamento, algumas medidas prudentes sejam feitas. Isso foi feito em todas as carreiras - nenhuma delas foi privilegiada.

O SR. _____ - Somente um parêntese aqui na citação da Amlurb, a situação é diferente, porque foi o primeiro concurso público. Então quem está exercendo as funções lá, hoje, não pode. Está contra a lei isso. Então é uma situação diferente de outros concursos que já têm gente que já tem competência para isso. É só esse parêntese para fazer aí.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ – Sim, sim, o representante de Gestão está aqui, justamente. Eu o atualizei sobre algumas demandas que vocês fizeram. Coube a mim responder as questões direcionadas a Finanças. Elas serão respondidas, está bem? Fica tranquilo.

Boa tarde. Primeiro eu queria pedir desculpas por ter chegado tão tarde. Eu fui avisado recentemente. O Secretário viria, mas não pôde estar, porque está junto com a equipe de transição. Está tudo meio corrido e por isso houve esse atraso. Peço sinceras desculpas, porque acabamos nos complicando um pouco. Mas, de todo modo, vou responder tudo que eu puder. Também peço desculpas por ter pego a discussão já um pouco avançada. Talvez eu seja repetitiva ou talvez não responda, inicialmente, como os senhores gostariam.

O que eu peguei rapidamente aqui é que teve uma questão em relação à convocação de concursos que estão válidos ainda.

É importante lembrar que, quando os concursos são planejados e são solicitados, a previsão não é de nomeação imediata ao concurso, e, sim, escalonada, e ela necessariamente precisa observar a disponibilidade orçamentária. Então o que acontece é que a gente precisa observar a dinâmica orçamentária de cada secretaria e adequar as necessidades dela a esse planejamento que foi feito para a entrada de servidores. Por mais que seja dolorido fazer um concurso e não ter a nomeação imediata, ela está prevista e existem negociações da secretaria com a Gestão e também com a Finanças, e a Junta Orçamentária, que são quase semanais, para viabilizar essas convocações o mais rápido possível. Então, na verdade, quando deixamos deixar algum ou outro... A Amlurb, por exemplo, é porque houve uma necessidade muito grande de outros concursos que estavam parados há mais tempo. Na verdade, como esse foi o primeiro, inclusive... mas a previsão está dada, e a gente pretende fazer a nomeação, chamar o pessoal, escalonadamente, inclusive porque a Prefeitura de São Paulo não tem a prerrogativa de não chamar. Uma vez que foi feito o concurso, que foi estabelecido o número de vagas, que foi aprovado esses servidores, eles vão ser chamados. Ainda que, no limite, e, de fato, aumentando o sofrimento de alguns, (Ininteligível) da convocação, que pode ser depois da prorrogação. Mas quando o concurso foi solicitado e aprovado pela JOF (?), houve um escalonamento e uma disponibilidade orçamentária prevista para nomeações ao longo dos meses, e, no limite, ao longo dos anos, e elas serão feitas. Infelizmente, a gente não tem como deixar de observar a disponibilidade orçamentária, que, nesse momento, é bastante complicada. Essa que é a questão.

- Manifestação fora do microfone.

R – Essa resposta, na verdade, como diz respeito diretamente ao orçamento tanto das secretarias – cultura, educação, saúde, enfim –, a gente precisa, como Secretaria de Gestão, que essas demandas sejam consolidadas e nos sejam enviadas. Nesse momento, não

existe dentro da Secretaria de Gestão nenhum tipo de demanda para o aumento dessas gratificações ou para as convocações. A gente precisa acertar isso no âmbito no Governo com a secretaria correspondente. E logo, na gestão, essas questões vão ser vistas e permitidas no momento em que o orçamento permitir.

Em relação ao AGPPs e agentes de apoio: infelizmente, não existe uma previsão de aumento no orçamento para o ano que vem, mas eu lembro que ela não existe muito porque ela não foi fechadas nas mesas de negociação esse ano. A gente tem essa vinculação, não dá para seguir uma dinâmica que seja diferente à negociação das mesas. Esse assunto não chegou a entrar de fato. Então, nesse sentido, infelizmente, vamos ter que retomar a discussão esse ano. E espero que as mesas continuem tão ativas quanto estiveram, e, aí, sim, essas vozes poderão ser ouvidas e colocadas no orçamento.

- Manifestação fora do microfone.

R – Não, não pode.

- Manifestação fora do microfone.

R – Não tem previsão. A previsão está no 001, já está previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, vamos organizar. Deixem ele fazer os comentários, aí a gente volta, na próxima rodada, e os próximos oradores tiram algumas dúvidas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o próximo orador, Sr. João Godoi.

O SR. JOÃO GODOI – Boa tarde a todos. Bom, antes de mais nada, quero fazer uma colocação para os Vereadores.

Uma coisa é a gente romper com o discurso, com o que é falado, outra coisa é romper com a questão social, que é o que está acontecendo aqui. Vocês estão rompendo com a sociedade.

Eu sou funcionário da SPTuris. E como não foi tratado nada especificamente, eu vou fazer algumas colocações sobre a situação que estamos vivendo lá.

A empresa está entrando numa fase de venda. A bem dizer, já está batido o martelo. Mas quero fazer algumas colocações das nomeações que foram feitas durante essa gestão. Por exemplo, lá estive à frente da SPTuris o Sr. Wilson Poit, onde ficou em torno de um ano, um ano e dois meses, por aí, entre 2014 e início de 2015. Saiu em meados de mês de março, por aí. Três meses depois aconteceu as Olimpíadas do SENAI no SPTuris, internacional. E todos os geradores da Greco (?) foram pra dar suporte a esse evento. E a Greco foi uma empresa que comprou a Poitiologia (?), que é desse senhor. E esse senhor que vai comandar a questão das desestatizações na cidade de São Paulo. Eu não estou acusando ninguém, mas o que eu estou sentindo é o seguinte: será que estamos tendo outra Petrobrás paulista aqui dentro da cidade de São Paulo?

Outra colocação que tenho para fazer é sobre a representação dos empregados dentro da SPTuris. O atual presidente, o Sr. Alcino Rocha não só colocou uma lei sancionada pelo Presidente da República onde não deveria estar como modificou a lei para dar a possibilidade de chegar na representação, quem ele quer, o pessoal dele lá. Foi uma atitude criminosa. O que ele fez, a meu ver, é coisa de picareta, de patife e de bandido. Não é coisa digna de um presidente de uma empresa que tem a história da SPTuris na cidade de São Paulo.

Era o que eu tinha para falar. Obrigado a todos. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Ivan.

O SR. IVAN – Obrigado, mas o senhor dispense o “senhor”.

Eu sou Ivan. Primeiramente, é muito bom ver, de novo, esse auditório cheio, porque quem está aqui desde as nove da manhã viu o *bang* que foi da cultura, que nem a galera começou a falar mais do meio para cá. O pessoal aqui (Ininteligível) conseguiu os três milhões para a cultura, só que aí teve o golpe aqui – não estou falando do golpe lá em Brasília –, e a

educação, que estava marcada para as quatro horas, veio para as onze da manhã, então eu acredito que temos que aproveitar a plenária lotada para fazer uma moção, uma ação aqui, porque a Educação, que é um maiores orçamentos do Município – 33% está previsto para o ano que vem –, foi debatida com uma plenária esvaziadíssima; quem estava aqui sabe e tem a TV Câmara para confirmar.

Ainda sobre a Educação, há os precatórios do Sr. Paulo Maluf, porque, apesar de estarmos discutindo o orçamento público, parece que nos esquecemos da CPI dos Precatórios, de 1997, em que, em apenas 90 dias, somente aqui na cidade de São Paulo, houve 22 casos conhecidos como cadeias da felicidade. Em somente um dia, desses 22 casos, rendeu quatro milhões, um caso que começou no Banco do Brasil, que no mesmo dia passou o dinheiro para Banco Vetor, que passou para o Banco Indusval até chegar ao Bradesco. Esse foi apenas um caso, que gerou quatro milhões, e a gente ainda paga a CPI dos Precatórios, porque a renegociação da dívida foi feita em 2000. Em São Paulo, demoraram mais de três anos para fazer a renegociação da dívida, porque ela era muito cabeluda. Quando o Maluf assumiu o Município de São Paulo, em 1993, a dívida pública do Município era de 1,460 bilhão e quando ele entregou o Município, em 1996 para o Sr. Celso Pitta, essa dívida pública já era de 5 bilhões; desse montante, desses mais de 3 bilhões, ele gastou somente 23% para pagar a dívida. Onde, portanto, foram parar os mais de 70% desse dinheiro?

É isso o que queremos saber, porque do funcionalismo está cansado de reajustes de 0,01%. Outra coisa que gostaria de abordar são os laranjas. O Estado, contando com agentes públicos e privados, usa um laranja para comprar o título a 5 para depois vender a 7 sendo que o agente privado está mancomunado com o agente público. A renegociação da dívida do Governo Haddad, por exemplo, foi feita pela metade, talvez porque o Sr. Paulo Maluf estava na base de governo, assim como agora está na base do Governo Dória. E é justamente essa dívida que não discutimos, desses últimos quatro anos, para a qual foi feita uma renegociação.

Essa renegociação da dívida de São Paulo foi feita nos anos 2000; a esses dados, temos acesso por conta da transparência. A dívida era de 11,2 bilhões. Como renegociamos essa dívida em 2014, dos 11,2 bilhões – muitos dos quais fraudulentos, que temos que continuar questionando –, pagamos 29 bilhões e em 2014 essa dívida já estava em 63,1 bilhões. Apesar disso, o Governo Haddad convenceu a população que fez uma excelente renegociação da dívida e agora o nosso município deve 27,5 bilhões.

A Prefeitura Erundina deixou o Município com uma dívida de 1,46 quando o Maluf começou toda a patifaria da cadeia da felicidade.

Termino com um dado federal, já que estamos passando por um golpe federal neste país que é do tamanho de um continente: 0,02% das famílias controlam 40% da riqueza no nosso país, que, mesmo com essa pseudocrise divulgada pela televisão e pela grande mídia, ainda é a oitava economia do Planeta, podendo chegar à sexta. No entanto, estamos entre os três países mais desiguais do Planeta. É muito contraditório para o país mais cristão ser a oitava economia mais rica do mundo e ser o terceiro mais desigual do Planeta.

Isso tudo ocorreu por conta do título do Tesouro Municipal, informação encontrada em *sites*, apesar de vocês gostarem de manipular informações. Só que vocês não vão conseguir calar o povo. Ao representante da Secretaria, que chegou atrasado: não adianta tentar enganar a galera que está aqui, porque ela está nervosa. A galera está nervosa! (Palmas) Você pode não estar percebendo o clima, mas ele está pesadão.

O Sr. Roberto Requião foi relator da CPI dos Títulos Públicos, esquema encabeçado pelo Sr. Paulo Maluf no nosso município, pago por nós. Quanto mais pagamos, mais devemos. Por isso que o reajuste do funcionalismo sempre é 0,01%, porque continuamos pagando a dívida pública municipal e continuamos devendo.

Isso não sou eu que falo, isso está amplamente divulgado para todo mundo. Esse esquema do orçamento que pagamos até hoje consistia em simular dívidas judiciais para emitir títulos públicos sem licitação, tendo o Bradesco como principal intermediário. E agora nós

queremos saber o porquê de a gestão Haddad não ter batido de frente com o Bradesco na auditoria da dívida com o Município. É uma pergunta que deixo para o responsável pela Secretaria de Finanças, e também a de Gestão, responder.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Marcio Perroni.

O SR. MARCIO PERRONI – Eu tenho venho referendar as falas da Durvalina, do Sérgio e do João sobre esta audiência, que, na verdade é pró-forma, uma atrás da outra, com tempo escasso para se manifestar e onde, mais uma vez, somos enrolados.

Apesar disso, quero fazer algumas perguntas. Primeira. Qual é hoje a porcentagem referente à Lei de Responsabilidade Fiscal os encargos de pagamentos dos funcionários públicos? Até hoje não sabemos qual é e eu gostaria de saber.

Segunda. Uma vez que já nos foi informado que não teremos aumento nenhum, quero saber dos Srs. Vereadores, de todos eles, inclusive dos que estão lá em cima, nos ouvindo das suas digníssimas salas, o que eles pretendem fazer, porque, mais uma vez, é um reajuste de 0,01% depois de 20 anos. Isso é não ter vergonha na cara.

Terceira. Pergunto a quem tem o Orçamento nas mãos qual foi o aumento determinado aos funcionários da Câmara Municipal de São Paulo, aos nobres Vereadores, aos funcionários do Tribunal de Contas do Município e às Organizações Sociais da Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Esporte. Acho que eles merecem, mas nós também merecemos. (Palmas) Não é mais possível aceitar um reajuste de 0,01% para uma parte do funcionalismo e para outra, aumento. Alguma coisa está errada. Então, tomem cuidado, porque, depois de 20 anos, isso já encheu e é motivo para quebrar qualquer janelinha desta Casa.

Quarta. Quero saber se foi feito um estudo que aponte para a reorganização e valorização das carreiras de nível básico e médio, carreiras que não tiveram nada, ao contrário da de nível superior e da saúde. Quero saber, então, se isso consta do Orçamento da

Prefeitura. Quinta e última. Quero saber se também foi apontado pelo Orçamento da Prefeitura a devolução ao Iprem – Instituto de Previdência – do dinheiro que o Sr. Paulo Maluf retirou de lá há muitos anos, porque, como bem lembrado aqui, se não for tomado cuidado, não haverá dinheiro para pagar a aposentadoria. Quero saber se está registrado no Orçamento a devolução desse dinheiro ao Iprem, porque uma parte desse dinheiro recebido pelo Haddad é dele, mas outra é nossa. Cadê o dinheiro que o Sr. Maluf tirou do Iprem e não volta mais com juros e correção monetária? Gostaria que vocês respondessem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. José Daniel.

O SR. JOSÉ DANIEL – Boa tarde a todos. Não queremos só comida, queremos comida, diversão e arte. A luta pelo salário é a luta pela dignidade da pessoa humana. Portanto, não queremos só um salário que só banque a nossa comida, mas que possibilite que as nossas mais diversas dimensões sejam contempladas, desde a diversão, a arte, a saúde, a educação, etc. Em suma, que o salário nos garanta dignidade como pessoas humanas.

Sou diretor de representação de empregados do Anhembi, que, infelizmente, há 46 anos em serviço da cidade de São Paulo, se encontra na iminência de total desestruturação ou extinção já para o próximo ano.

Há diversas informações de que o Anhembi consome vultosos recursos do Tesouro, mas esclareço que isso não corresponde à verdade. Nos últimos anos, o aporte de capital tem sido de mil reais e, historicamente, o Anhembi se paga, porque ele tem as receitas do Pavilhão, que acabam mantendo a empresa. As nossas receitas, que são geradas com a locação de seus espaços para as mais diversas feiras e exposições há 45 anos e que movimentam a economia, geram trabalho, enchem hotéis e trazem turistas de negócios, são utilizadas em outras ações do Anhembi, como eventos e turismo.

Infelizmente, nos colocaram numa situação de não realizar os investimentos necessários no Pavilhão, que hoje se encontra, não totalmente, mas de certa forma, sucateado. A questão maior é a do ar condicionado. Resolvendo-se isso, grandes feiras

voltarão para lá e voltaremos a gerar riqueza novamente. Infelizmente também querem entregar o Anhembi para a iniciativa privada e não sabemos qual será o destino dos seus trabalhadores.

Em face desse sucateamento que está sendo, de certa forma, realizado, para o Anhembi conseguir fechar pela primeira vez suas contas no próximo ano, o orçamento encaminhado pela São Paulo Turismo necessitará de um aporte de capital ou, mais uma vez, serão os empregados, que prestaram concurso e que entraram pela porta da frente, que terão que pagar as contas. Infelizmente, em vez de promover ações que gerem receitas, a linguagem empresarial adotada pelo Governo é a de equilíbrio de contas por meio do corte de funcionários; ou seja, o trabalhador é quem pagará a conta. Mais uma vez, o trabalhador do Anhembi pagará a conta em prol do fechamento do orçamento do próximo ano.

Daí a importância da previsão de orçamento de 2017 para o Anhembi com o aporte de capital.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. César.

O SR. CÉSAR – Boa tarde. Sou Diretor de representação dos empregados da empresa Cohab. Estou junto com o Fórum de Representação dos Empregados das Empresas Públicas do Município: Cohab São Paulo, SP Turismo, SP Obras, SPTrans, SP Urbanismo, Prodam e CET. Esse Fórum já vem conversando com os Vereadores, e o objetivo é vir a conversar com todos.

O que seria legítimo para a Cohab São Paulo seria o aumento das verbas para investimentos em habitação. A Cohab possui um excelente corpo técnico, que tem sido subaproveitado, porque o Município não está investindo adequadamente em produção de habitação. A Cohab São Paulo tem capacidade produtiva e, se tivesse meios de produção, além de reduzir o *deficit* habitacional, em pouco tempo deixaria de ser dependente.

Em relação à proposta orçamentária encaminhada, referente ao exercício 2017, em comparação com a necessidade real da Cohab ficou demonstrando que tanto na Cohab como no FMH – Fundo Municipal de habitação que não haverá interesse da Administração na redução do *deficit* habitacional, pois todos os recursos previstos para a aquisição de imóveis ou ingressos em ações judiciais foram cortados. A Cohab tem um *deficit* habitacional em sua carteira de mais de 120 mil, mas, na realidade, esse *deficit* é maior, 3 vezes isso, ou seja, 360 mil. Houve uma redução na previsão de gastos com pessoal, na contratação de serviços técnicos de pessoas físicas, não há concurso há 14 anos, não há plano de carreira registrado e homologado.

Por todos esses motivos, a Cohab, como empresa, e, em consequência, seus empregados, estão sendo prejudicados. Só deixaram a ela o papel de coadjuvante no investimento que é de sua expertise. A Cohab e principalmente o Fundo Municipal de Habitação – FMH precisa cumprir seu papel junto à sociedade. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sra. Sheyla Mendes.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Boa tarde, nobre Vereador Jonas Camisa Nova, na figura de quem cumprimento os demais componentes da Mesa e todos os que estão acompanhando esta audiência pública.

Sou Sheyla, Diretora do Sedin – Sindicato dos Educadores da Infância; antes de tudo, sou servidora pública municipal concursada e cidadã contribuinte da cidade de São Paulo. Por isso, gostaria de mostrar minha indignação com a mudança de horário das Comissões sem aviso prévio a nós interessados. (Palmas) Isso mostra como esta atual gestão tem tratado a nós funcionários públicos e o que vem por aí.

Quanto ao tema da audiência, sou Diretora do Sedin, sindicato que representa os educadores da infância na cidade de São Paulo. Quando digo “educadores”, não me refiro apenas a professores, mas todo o quadro da educação: professores, gestores, auxiliares técnicos de educação - ATEs, agentes de apoio, agentes escolares. Salvo os agentes de

apoio, que infelizmente mesmo trabalhando em unidades escolares, ainda não fazem parte do quadro da educação. É uma vergonha para esse governo não ter acertado isso com os agentes de apoio que estão lotados nos CEIs.

O restante dos funcionários citados acima tem os percentuais de reajuste garantidos; no entanto, nós, enquanto funcionalismo público, não aguentamos mais a política nefasta de 0,01%. Exigimos a reposição de perdas salariais, que estão na casa dos 25%. Nesse período de recessão, com aumentos em todos os setores da economia, e com a tentativa dos governos de sucatear os serviços públicos, não podemos continuar com esse reajuste linear e vergonhosa de 0,01%.

O Sedin espera poder contar com o apoio e a compreensão dos nobres Vereadores desta Casa para garantir que o Governo possa aplicar uma política de reajuste salarial justa e igualitária para o conjunto dos servidores. Conclamamos esta Casa a não apoiar nenhuma medida do Executivo que venha a retirar direitos e não garantir pagamento em dia dos servidores, bem como congelar e diminuir salários. Contamos com os nobres Parlamentares. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Peço desculpas a todos, mas pulei um nome, Dona Angelina Gaúna. Aí, sim, passo aos comentários da Secretaria. Tem a palavra a Sra. Angelina.

A SRA. ANGELINA GAÚNA - Obrigada. Boa tarde a todos. Meu nome é Angelina, sou funcionária da São Paulo Turismo, do Anhembi, acho que todos conhecem a história do Anhembi, sua importância para o Município, dos eventos que faz para as secretarias, para o turismo de São Paulo e também os seus espaços. Historicamente todos conhecem a importância do Anhembi.

O Anhembi tem, aprovado pela JOC, 765 empregados, mas vem sofrendo reduções e atualmente estamos com 520 empregados. Todos sabem que o capital intelectual é a

garantia da qualidade dos serviços em qualquer instituição. No início de 2016 perdemos perto de 65 funcionários e estamos ficando cada vez mais desprovidos de mão de obra.

Foi encaminhado pela São Paulo Turismo um pedido de aporte municipal pela situação que o Daniel já explicou, porém a Prefeitura alega através da Secretaria de Finanças que o Anhembi será privatizado. Não quero entrar no mérito da privatização, porém o Anhembi tem de continuar sobrevivendo, prestando serviço ao Município e como prestador do serviço à sociedade.

Então estamos em defesa dos funcionários que prestam um serviço de qualidade. Perguntamos quem vai prestar o serviço de turismo para uma Cidade do tamanho de São Paulo, a maior Cidade da América Latina, quem vai prestar o serviço de apoio ao turismo.

A cultura empresarial brasileira promove a redução de custos através de corte de pessoal. Não se reconhece o funcionalismo como um bem, da mesma forma que o Anhembi já foi sucateado pela falta de investimentos e infraestrutura, a falta de orçamento em 2017 levará ao sucateamento do quadro de pessoal e o afundamento derradeiro do maior patrimônio de turismo e eventos de São Paulo. Por fim, pedimos que se considere nessa proposta do orçamento de 2017 a inclusão de um aporte necessário à sobrevivência do Anhembi como o maior patrimônio do turismo do Município.

Muito obrigada.

O SR. _____ - Com relação a algumas questões direcionadas, algumas fora deste fórum, mas vou responder algumas delas.

Em relação aos recursos que foram, entre aspas, repatriados, desviados pela gestão do Paulo Maluf, tem de se devolver uma parcela, um montante que foi direcionado para a Educação. Não está respondendo a pergunta de onde estaria esse dinheiro. Então ele foi direcionado para a Educação.

Com relação à política de precatórios de gestões anteriores, no site são encontrados todos os demonstrativos. Temos a evolução, somos transparentes. Não há que se

falar em nenhuma omissão ou manobra por parte desta municipalidade em relação aos números que estão apresentados respeitando a legislação, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O último ponto, menos importante, é que esta Secretaria de Finanças não chegou atrasada em nenhum momento. Estou aqui desde às 9h. Os que estão acompanhando as audiências temáticas desde cedo sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Sandro.

O SR. SANDRO – A mim cabem duas perguntas. Uma foi: qual o percentual hoje de encargos com pessoal em relação a LRF. Esse número é mais ou menos 40%.

Outra pergunta que me cabe: se há neste momento estudos...

- Manifestação na galeria.

O SR. SANDRO – O número da Secretaria de Gestão é 40%. Podemos sentar numa mesa e discutir qual é a metodologia que vocês estão usando. Foi apresentada à entidades no ano passado, 40%.

- Manifestação na galeria.

O SR. SANDRO – Houve reuniões até março.

- Manifestação na galeria.

O SR. SANDRO – Estou falando em nome de uma coordenação que não é minha, que é de Relações de Trabalho, mas até onde sei houve reuniões até março, pelo menos.

- Manifestação na galeria.

O SR. SANDRO – Realmente não me sinto à vontade de responder por outro coordenador que não é da minha área. O número, como Cogep, que tenho é de 40%. Vocês podem ir lá que explico para vocês.

“A segunda, em relação aos níveis básico e médio, infelizmente não tenho hoje algum tipo de estudo”. A pergunta foi feita em relação aos tipos de benefícios para o nível básico e médio. Nesse momento não há. O que temos no âmbito da Cogep é um

Departamento de Gestão de Carreiras que neste momento faz estudos, inclusive, de mobilidade. Essas coisas estão insipientes, mas estão sendo estudadas e há carreiras.

Agora, alocação de recursos ou contratação de uma consultoria, algo nesse sentido, não há neste momento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SANDRO – Não tenho esses números consolidados e, inclusive, é de outro Poder. Não é o nosso. A Cogep tem, mas não tenho aqui.

No que diz respeito ao Executivo do Município nós temos esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Benício.

O SR. BENÍCIO – Boa tarde a todos, Presidente da Mesa, Vereador Jonas Camisa Nova, na pessoa de quem cumprimento a todos, principalmente os servidores.

Nós do Fórum de Representação dos Empregados das Empresas Públicas; o Serginho do Sindiesp e a Central Única dos Trabalhadores que vem aqui fazer esse gesto em apoio ao resgate do salário de vocês.

Nós da Prodam temos alguns pontos a serem abordados e gostaríamos que a Mesa levasse em consideração na questão do orçamento. Há uma política que vem sendo feita para as empresas municipais de sucateamento.

Na verdade, quando se fala em sucateamento dos servidores vemos uma massa empregatória. Foi criado recentemente um ente público para fazer o mesmo serviço que a Prodam está fazendo e temos isso não só na Prodam, também no CET, SPTrans e SPUrbanismo.

Então é muito fácil falar que uma empresa pública não funciona e ao mesmo tempo criar outra empresa para fazer o mesmo serviço. E se formos verificar a história, a Prodam já prestou vários serviços para o Município e estamos fechando o ano com uma dificuldade muito grande para fechar as contas.

Todas as secretarias estão devendo em torno de 110 milhões para a Prodam e não conseguimos fazer o recebimento. Então vai ser um caos e quem vai pagar o pato certamente são os trabalhadores da empresa.

Temos uma categoria organizada e a dificuldade da questão do reajuste passa por outro âmbito, mas com certeza vai passar pelo crivo desta Câmara Municipal.

Outra coisa que temos de levar em consideração é a questão dos pagamentos que acabei de falar e a Prodam tem como desenvolver um projeto, que a gente entende que está chegando um governo e a discussão é para saber qual é o papel que tem o TI para desenvolver o Município de São Paulo. Ela tem como papel principal integrar todas as políticas de TI do município e não deixar da forma como está sendo feito. Cada qual vai cobrar seu preço e a Prodam, considerada como o primo rico, não recebe aquilo que faz, então, a gente está buscando o caminho junto a essa Câmara, no sentido de fazer valer o papel da empresa. A questão da terceirização eu estou vendo aqui vários dos senhores falarem a respeito. A Prodam não é diferente disso, dentro do seu seguimento de serviço, a gente tem como exemplo a Prodesp que hoje tem 1300 trabalhadores e três mil terceirizados. Fica muito fácil fazer a conta e saber por que não se contrata pelo piso que é nacional ou regional, no caso de São Paulo, e prefere trazer o contrato terceirizado. Onde é que está o segredo, o pulo do gato? Gostaria que a Câmara prestasse a atenção no crescimento de terceirização das empresas municipais para fazer uma avaliação muito mais real dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Sônia.

A SRA. SONIA – Boa tarde a todos. Eu sou diretora representante dos empregados da SPUrbanismo. Acho que infelizmente nós estamos aqui hoje para discutir cortes em Orçamento e não investimento. Se a gente tivesse que discutir investimentos hoje teríamos mais renda, emprego e recursos para a Prefeitura que reforçariam o Orçamento dela para o ano que vem. A SPUrbanismo hoje trabalha com projetos de desenvolvimento urbano. Infelizmente, o nosso Orçamento foi cortado em 30 milhões. Isso significa menos projetos de

desenvolvimento urbano para a Cidade, menos uma cidade melhor e mais digna para os seus moradores. O que mais me preocupa no orçamento apresentado é um corte de 5 milhões na dívida que nós temos com uma construtora e essa dívida já foi parcelada judicialmente e isso significa que ano que vem a gente pode responder por responsabilidade fiscal. Gostaria que todos os servidores pudessem ter salários dignos, moradia digna e como diz o nosso companheiro da Cohab o que nós produzimos é para os cidadãos, não é para nós. E por uma cidade melhor é que o que todos nós queremos. Ao cortar investimentos como um todo, nós estamos cortando renda e possível arrecadação de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Sandro Bento.

O SR. SANDRO BENTO – Boa tarde a todos. Pela primeira vez eu estou aqui participando da audiência pública e que vergonha. Temos uma cumplicidade, não temos uma Câmara e um Executivo, mas uma cumplicidade que não faz uma política pública decente e não apresenta uma proposta. Eu vim aqui para ouvir que tem 0,1%, tem. Que o Brasil está quebrado? Está, mas cadê vocês para propor uma solução? Porque todo o poder emana do povo que exerce o seu poder através do voto dos aos Vereadores, Deputados, Senadores. Aonde está a proposta de vocês para o Município? Para a população? Porque a Casa, se vocês não respeitam os trabalhadores desta Casa, vocês não vão respeitar a população? É isso que eu tenho para falar para vocês. E não vamos nos iludir, o que está acontecendo aqui é uma cumplicidade. Quem vai entrar não vai fazer diferente. E nós vamos para aonde? Admiro o servidor público, admiro essa população organizada, porque ela sim está lutando por amor e luta à política pública, o estado de bem estar social dessa sociedade.

Agora, eu pergunto: onde vocês são eleitos? Aparecem em campanha eleitoral para inaugurar creche, posto de saúde, para pedir voto... (Palmas)

Eu fui eleito, fui participar do conselho gestor de saúde, onde não tem remuneração. É a política que se faz para resolver os problemas da população naquele território. E não ganho para isso. Passei num concurso público e sou servidor público para

atender uma população. E ao invés de atender a minha população, estou defendendo recurso e elegi alguém para estar aqui, para fazer o projeto.

Espero, para concluir, que está criando uma secretaria de desestatização, que esta secretaria desestatize a Câmara, desestatize esse Poder Público, que não representa a sociedade e coloque os servidores públicos, que tenha comprometimento com essa população.

A única coisa que eu gostaria de pedir à Comissão de Saúde é que olhassem e fizessem a promoção e a prevenção da saúde, porque quando não tem orçamento na minha família, eu corto gastos. Mas, eu não posso cortar saúde, eu não posso cortar alimentação. Vão começar a matar a população pela saúde.

Todo poder emana do povo e estou exercendo o meu, estou pegando a minha fala e o meu direito de falar. Estou respeitando a Câmara, os Vereadores e estou respeitando a população, que está aqui e os servidores presentes.

Sou prejudicado duplamente, uma por ser servidor e outra por ser população, porque uso o serviço público também. (Ininteligível) para dar a resposta e são cúmplices. Termina a minha indignação aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Tem a palavra a Sra. Ana Maria Brischi.

A SRA. ANA MARIA BRISCHI – Boa tarde. Só quero lembrar que a gente está aqui para evitar para o ano que vem a vergonha desse reajuste de 0,01%, que são dez centavos em mil reais. Na verdade, é menos, não é? Vamos fazer as contas.

Então, quero dizer também que tenho muito orgulho dos meus colegas, quero lembrar que São Paulo cria serviços que são referência para o Brasil todo na área de saúde, na área de saúde mental, na área de cultura, por trás desses serviços de excelência, porque o funcionário público de São Paulo faz sim, trabalhos de excelência. Levantamentos de longa duração que muitas vezes são usados pelas empresas contratadas para depois

fazerem serviços que servirão à Municipalidade. São muito bem remunerados e quem gerou os dados, que são os servidores, não têm esse reconhecimento.

Infelizmente, a Municipalidade não está valorizando pessoas altamente qualificadas. A gente que estuda, faz especialização, muitas vezes com um custo pessoal e isso não é revertido em remuneração.

Outra coisa que quero dizer é que sempre se confunde aqui nos últimos anos novos quadros, novas reestruturações de carreiras com aumento de salários. O que não é verdade. Reestruturação de carreira não é aumento salarial. Não é reajuste inflacionário que é previsto na Constituição de 88 – coitada, que vem sendo vilipendiada – e na Lei Orgânica Municipal.

Outra coisa que quero lembrar é que saiu no *Diário Oficial* em 2013, quando o governo Haddad quis criar 800 cargos de auditor de políticas públicas, na justificativa da sua criação, estava escrito que o governo gasta cerca de 32% do orçamento com o funcionalismo, ou seja, não são 40% - pelo menos, é o que consta do *Diário Oficial*, o qual – acho – é uma fonte segura.

Além disso, há estudos de uma audiência que estava em torno de 35%.

Então, há, sim, uma gordura, vamos dizer assim, para se dar o reajuste inflacionário. E, outra coisa: muitos de nós estão se aposentando, portanto, há vagas. É preciso haver a reposição, sim, desses quadros. É preciso concurso público, sim. Nós fazemos um serviço de excelência e, se vocês quiserem, mostramos alguns exemplos, como na área da saúde e na área do meio ambiente. Há gente muito qualificada que trabalha na Prefeitura de São Paulo e que deveria ser melhor aproveitada e mais respeitada, tanto pela Câmara quanto pelo Executivo, que perde esses quadros de pessoal experiente, joga no lixo e fica dando uma vergonha de 0,01%, gente? Vocês não têm vergonha de dar isso de reajuste para a gente?
(Pausa)

É isso o que eu tenho a dizer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. Rubens Marcelino.

O SR. RUBENS MARCELINO – Boa tarde a todas as lideranças setoriais.

O que quero debater nessa audiência pública é referente ao Fundo Municipal da Habitação, à Moradia.

A gente ainda vê aqui muita dificuldade. Até o Secretário Municipal da Habitação não está presente.

Quero falar da crítica redução de investimento na moradia. Fizemos um levantamento de 2008/2009/2010/2011 até 2016, e ficaram pendentes as habitações dos idosos, portadores de necessidades especiais e portadores de necessidades em tratamento médico. Esperamos reaver, e o Presidente da Câmara Antonio Donato está correndo atrás disso, mas ainda dá tempo. Esperamos num curto prazo. É preciso ter, sim, audiência pública temática. Já vínhamos cobrando desde o dia 10 de novembro a audiência setorial: habitação, saúde, educação, meio ambiente, transporte, segurança urbana.

Vemos uma falha na questão da Secretaria de Finanças. Nós mandamos vários ofícios desde 2014 e não obtivemos resposta – não sei se acabou o papel, a gasolina, a energia, a água, se acabou tudo e não há mais nada. Então, até hoje não obtivemos a resposta.

A reestruturação e a audiência pública se não vierem pela Prefeitura vai vir pela Justiça Federal. Já temos essa informação de que podemos acionar um mandado de segurança. Vamos esperar aqui ou a Comissão de Finanças e Orçamento enviar(?) também à Prefeitura Municipal. Quero agradecer a todos aqui, todas as lideranças setoriais que estão aqui presentes.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o próximo orador, para fazer as considerações finais.

NÃO IDENTIFICADO – Só em resposta às últimas considerações que foram feitas agora, está, na pauta sim do dia, que hoje foi bastante agitado desde cedo, com as audiências temáticas. Então, está, na pauta, sim a audiência da Assistência Social, que é a próxima, e da Habitação também, que vem depois da Saúde. Então, ainda sim existem outros temas a serem discutidos no dia de hoje. Respondendo, existe sim a previsão para as temáticas hoje. Então, já estava previsto e continuarão, seguindo o rito normal.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Sandro.

O SR. SANDRO – Como nós votamos a questão dos 40%, só para deixar claro o que não ficou da última vez, hoje os estudos indicam o número que eu falei, 30 a 40%. Hoje é 37 e esse número de 32 está desatualizado, porque, de lá para cá, houve a entrada de uma série de servidores e a nossa relação entre despesa e receita com os encargos trabalhistas, na verdade, do funcionalismo, já está hoje em 37, e, nos próximos estudos quadrimestrais, já apontam para 40. De todo modo, se a gente fosse olhar o quadro de hoje só, que não serve para nada, porque a gente vai ter que olhar isso quando a gente fizer a projeção quadrimestral, é 37%.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde, nobres Vereadores e público aqui presente, primeiro eu queria parabenizar a mobilização. Eu acho que aqui está a uma amostra do que vamos fazer e o que a gente vai se organizar e se mobilizar para os próximos quatro anos. Não vai ser muito fácil retirar os direitos que foram adquiridos ao longo dessas décadas, desses séculos por muitos movimentos sociais, inclusive porque aqui há uma mistura. Estou vendo a Assistência Social com a Moradia, com os servidores e sindicato.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Aqui a mobilização social é o que faz parte da minha vida e, com certeza, com a sua.

Posso continuar? OK. Então, continuando, eu estou acreditando que, dentro desses orçamentos, a minha pergunta específica é porque eu ouvi aqui que a gente tem 1,5 bilhão de aumento do orçamento. Eu queria entender esse aumento. O que está incluso? Porque eu não compreendi exatamente o que é. É o reajuste, é o plano de carreira, é a questão do Iprem? O que é exatamente por que está tendo esse aumento, para a gente poder explicitar melhor? Porque, dentro daquilo que está colocado na indicação do orçamento, eu não consegui visualizar. Então, eu gostaria que o Sr. Secretário me ajudasse a entender o que é esse aumento de 1,5 bilhão.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – Isso, na verdade, é empenhado. A gente tem um pouco de crescimento vegetativo da folha. Por outro lado, há reorganizações que foram fechadas, mas, em termos de salário, não acredito que seja aumento de salário.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim, mas, então, é aumento do quê? De 1,5 do quê exatamente? Porque se sai de um orçamento de 20 para 21. Então, há um aumento de 1,5 em que exatamente do orçamento? Afinal, é audiência pública. É para a gente estimular e estimar o que está sendo aumento ou não. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO – Nobre Vereadora, na verdade, a previsão de receita praticamente se manteve inalterada. Quando a gente fez as rodadas de audiência pública nas subprefeituras nos meses de agosto, explicando quais as premissas orçamentárias tinham sido utilizadas, nós utilizamos a execução orçamentária deste ano. Então, não previa grandes incrementos, não previa grandes aportes. Tanto é que a gente tem 53, quase 54 bilhões de previsão de receitas para o próximo ano, e o exercício que nós tivemos com todas as pastas foi de realmente ajustar o orçamento, dentro das prioridades de cada pasta, na medida em que

esse número não ia ter uma elasticidade no próximo ano de 2017. Então, a gente pode até conversar sobre quais números que aumentaram, em quais secretarias, em quais rubricas.

Só para esclarecimento geral, a gente trabalha com previsão de receita e com fixação de despesas. Então, a gente tem uma previsão orçamentária para o próximo ano, que pode ou não se concretizar. A gente precisa olhar em quais linhas, em quais rubricas, em quais secretarias, que não somente a de Gestão, como foi dito que não houve, que tiveram esse incremento, para poder dar uma resposta mais fundamentada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Na verdade, a minha pergunta não é com a receita, é a rubrica especificamente de RH. Então, se se verificar, dentro do orçamento, há um aumento de 1,5 bilhão. Então, a minha pergunta é: “Esse aumento é para inclusão do aumento do funcionalismo público? É sobre a questão do plano de carreira, do Iprem?” É um aumento destinado para RH.

NÃO IDENTIFICADO – Perfeito, nobre Vereadora. Isso inclui todas as unidades orçamentárias, todas as secretarias. De forma consolidada, o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal. Um esclarecimento: A folha cresce de forma vegetativa. Isso inclui também os encargos previdenciários. Talvez esteja nessa linha a resposta, nobre Vereadora, não prevendo um aumento de salários e sim a previsão de nomeação dos candidatos aprovados em concursos públicos recentes. Há previsão orçamentária, que depende do próximo Governo para sua concretização, mas também há o crescimento vegetativo da folha, que é orgânico. Isso acontece todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos. A minha dificuldade, desde o começo de discutir o orçamento, é que a gente pega as tabelas e a gente tem uma variação do orçamento passado com esse orçamento, do orçamento liquidado até tal mês com esse aqui. Eu sinto falta de uma questão: “Qual foi a linha geral? Quais foram as linhas mestras do

orçamento? O que se pensou no orçamento? Foram as políticas públicas no geral? Foi a questão de haver um estado em que as políticas públicas sejam desenvolvidas de forma direta?” Aí eu tenho uma concepção de Estado, que tem que valorizar o funcionalismo público e dar aumento aos funcionalismo público, porque senão fica a mesma questão do Iprem. A gente estava discutindo aqui. Há uma lacuna no Iprem, mas há uma lacuna no Iprem porque se terceirizam todos os serviços, e aí não se faz concurso público. Aí a base que é para haver novas pessoas para contribuir para o Iprem não acontece. Aí vai haver o *déficit* e vai ser cada vez maior, porque estão terceirizando tudo e, cada vez mais, está havendo pessoas se aposentando.

Eu queria entender, porque, na gestão, por exemplo, do Governo do PT, há uma discussão diferenciada, que não é o Estado mínimo, mas o novo Governo vai ter inclusive a Secretaria de Desestatização, que tem uma concepção totalmente voltada à privatização e à terceirização. Então, eu acredito que o que o funcionalismo público está sofrendo, vai sofrer cada vez mais, porque é essa a política que vai vir, no que eu estou imaginando no próximo Governo.

Então, eu queria saber da secretaria aqui o que estão apontando. Qual é a visão geral do orçamento? Até agora, eu não consegui entender. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO – Nobre Vereador, as premissas orçamentárias foram apresentadas na audiência pública passada, há duas semanas, e nós nos baseamos em dados oficiais do Governo no relatório Focus, para entregar as premissas de crescimento, em conversa com todas as pastas, não darmos os números que seriam razoáveis para o próximo ano de 2017. Cabe a cada pasta a priorização de suas políticas públicas. Cabe a Finanças, de forma técnica - entendo claro perfeitamente o posicionamento do nobre Vereador - em entregar as premissas, premissa de crescimento de serviços, premissa de crescimento de eventuais índices de reajuste de contratos que cada pasta possui. Coube a cada secretaria, nesses últimos meses, a elaboração de suas prioridades, dentro daqueles valores que lhe foram

apresentados e que lhe foram disponibilizados, pensando numa manutenção da linha de receita para o próximo ano.

O SR. TONINHO VESPOLI – Quanto ao crescimento vegetativo, se a gente for ver os quatro anos do orçamento municipal, ele cresceu mesmo em crise, só que os funcionários públicos não tiveram aumento. Como é isso? O orçamento cresce, mas não há dinheiro para se dar aumento para o funcionalismo público. Então, de qual crescimento vegetativo estamos falando? Queria entender isso.

NÃO IDENTIFICADO – Há duas questões. Uma é que esse aumento que está visto aqui, eu realmente não estou com esses números, me parece que esse 1,5 bilhão que vem agora, para além da realidade exclusiva deste ano anterior, quando foi elaborado o orçamento, ele reflete uma atuação estatal e uma concepção de Governo que vem do início da gestão, que é de aumento da capacidade do Poder Público. Na verdade, a gente aumentou. Houve aumento de políticas públicas e houve e houve o ingresso de novos servidores. Apesar de não ter havido aumento, a folha de pagamento foi onerada, no sentido da entrada de mais servidores. Acredito que esse número agora, de 1,5, que é mais alto agora, ele tanto contempla a necessidade de ter entrado mais carreiras, como também eventualmente também de algumas carreiras, que tiveram reestruturação e aumentaram, como no ano passado, alguns quadros. Passaram por uma reestruturação completa, passaram por subsídio, e aí também isso traz ao orçamento algum ônus, mas eu acredito que isso tudo está ligado a uma visão de Estado e uma concepção de Prefeitura, que é capaz, pelo menos, de um esforço de prever mais capacidade de atuação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, como eu estava dizendo, em respeito às outras audiências públicas, em nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a audiência pública desse setor.

A próxima audiência pública é de Assistência Social e Conselho Tutelar.

Convido para compor a Mesa a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretária Luciana Temer, representada pela Dona Mariana Gueiza; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Sr. Marcelo Cabral e Gustavo Bernardino.

Secretária Luciana Temer.

A SRA. LUCIANA TEMER – Boa tarde a todos e a todas. Podemos começar a Assistência Social?

Trouxe uma breve apresentação para começarmos a discussão. Queria cumprimentar o Vereador Jonas Camisa Nova e, em nome dele, os integrantes da Mesa. Queria cumprimentar a todos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente. Desculpa, Secretária.

Sr. Presidente, membros da Comissão, companheiros, só queria sugerir aos Vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento, antes de passarmos a palavra para a Secretária, que hoje de manhã ficou prejudicada a audiência pública da Saúde e as pessoas estavam aguardando desde manhã.

A minha sugestão é que pensássemos outro dia na parte da manhã para que não ficasse prejudicada a audiência pública da Saúde. Não sei se os companheiros da Saúde ainda estão presentes e se concordam em pensarmos em outro dia para a mobilização, por isso que estou consultando a Mesa.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, podemos cancelar a de hoje? Então, será na próxima quinta-feira, às 13h. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Muito obrigada, Sr. Presidente, por atender a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Quinta-feira, às 13h, sem nenhum tipo de remarcação, com o Secretário, se possível, da Saúde.

Obrigada, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, estão passando aqui que tem conselho participativo.

Então, pessoal, fica na quinta-feira mesmo, às 11h, porque tem eleição para o conselho participativo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É que tem eleição do conselho, Dona Socorro. Temos de fechar. Pode ser 11h? Então, todo mundo que for da Saúde levante a mão. Então, quinta-feira, 11h, audiência pública da Saúde, com o Padilha. Dá tempo, né?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, acabo de ser informado que nesse horário também tem reunião de Comissão.

Este salão só estará liberado às 12h. Vocês acham que dá tempo?

- Manifestação na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Saúde, valeu, obrigada. Podemos começar Assistência?

(NÃO IDENTIFICADO) – Pessoal da Saúde, fiquem conosco para compartilhar as pautas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passo a presidência agora ao Vereador Jair Tatto.

- Assume a presidência o nobre Vereador Jair Tatto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vamos lá, galera, começar com a Secretária de Assistência Social para dar tempo de ouvirmos todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, então, apresentação da Secretária Luciana Temer. Silêncio, por gentileza.

A SRA. LUCIANA TEMER – É uma apresentação muito breve, uma prestação de contas para vocês terem clareza da proposta orçamentária.

Primeiro, um comparativo do orçamento de 2016 em relação ao orçamento de 2017 no qual houve um crescimento de 41.447 milhões de reais.

O orçamento da Assistência é composto por alguns elementos. Uma parte é destinada ao gabinete e se vocês verificarem, a parte mais administrativa de 2016 para 2017 houve uma pequena diminuição. Contratos e parte administrativa.

O Fundo, em compensação, que é a prestação de serviços, é o custeio da Assistência, houve um aumento do valor de 1,55 milhão para 1,148 milhão. Muito breve isso aqui, só para vocês terem um panorama geral. Despesas com convênios. As despesas com convênios previstas para 2017 batem 986.641.433 reais. Na verdade, isso é o previsto para 2017. Para a manutenção atual da rede, gastaremos esse valor: 883.455.

Então, nesse orçado inicial temos prevista a manutenção da rede, considerando um reajuste de 6%. Foram dados 4%, o Prefeito Fernando Haddad se comprometeu com o reajuste de 4%, que foram dados este ano e está previsto para o Orçamento de 2017, na previsão orçamentária está computado o reajuste de 6% para janeiro de 2017. E também 50% da parcela de humanização. Também foi um compromisso do Prefeito Fernando Haddad e que está garantido no Orçamento de 2017.

Temos 8,7 milhões previstos para expansões outras. Portanto, o orçamento de custeio da assistência está garantindo serviços que existem hoje, garantindo os 6% de reajuste, garantindo os 50% da verba de humanização e prevendo um ajuste que foi o possível, de 8,7 milhões.

Como a questão do pessoal é uma questão bastante sensível temos aqui o que foi orçado na assistência social deste ano: 108,419 milhões, mas houve um congelamento este ano de 20,066 milhões de reais, o que nos impossibilitou na verdade de chamar todas as pessoas que gostaríamos do concurso de assistência social. Nessa gestão chamamos cem

novos assistentes sociais e a previsão era o chamamento de 200. Mas, não foi possível em razão da receita deste ano. A projeção de gastos deste ano é de 88,352 milhões de reais. Foram gastos até hoje 68 milhões porque temos mais dois meses. Mas, vão ser executados 88 milhões.

Para 2017, tivemos um acréscimo de 3,909 milhões, justamente para atender a previsão de nomeação de mais 65 assistentes sociais do concurso, em abril de 2017. Algo que não foi possível este ano, mas que o Prefeito se comprometeu a colocar no Orçamento. Por isso que há esse acréscimo de 2016, do executado, para 2017.

Nossas fontes de custeio: Fundo Federal – 73 milhões; Fundo Estadual – 65 milhões; e Fundo Municipal – 1bi, 9 milhões e 532 mil, o que dá o total de 1.148.623 reais para o Fundo de Assistência Social.

Essa breve apresentação era só para dar um panorama do que aconteceu entre 2016 e 2017. É lógico que a assistência social sempre precisa de muito mais do que isso. Tenho certeza de que nas falas vai aparecer aqui, tanto do FAS, do Conselho, um orçamento que foi apresentado ao Conselho Municipal, porque vocês todos, senhores e senhoras, sabem que o nosso orçamento é aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Apresentamos um orçamento que foi possível, apresentado dentro da margem estabelecida pela Secretaria de Finanças, para a assistência social. Houve uma discussão grande, um amplo debate e o Conselho entendeu que era preciso mais cento e poucos milhões no orçamento da assistência.

Então, na verdade, a proposta do Conselho é o incremento de mais cento e poucos milhões. A proposta que será mandada para a Câmara é a proposta que foi feita pela Secretaria de Finanças, porque afinal de contas o Orçamento cabe ao Poder Executivo, que é quem tem de administrar os recursos, não só da assistência, mas equacionar os recursos de todas as demais secretarias.

Então, feita essa fala inicial, queria, na verdade, registrar, testemunhar, estive quatros na gestão do Prefeito Fernando Haddad que teve um compromisso muito grande com a assistência social. Tivemos reajustes em relação aos trabalhos conveniados, às organizações, tivemos reajustes todos os anos, menos do que gostaríamos, mas conseguimos equacionar de uma forma razoável até o final desses quatro anos. Em todos os anos nós tivemos um incremento do valor do orçamento da assistência social, menos do que precisaríamos, sem dívida nenhuma, mas não teve nenhum secretário que se sentou aqui e disse que era suficiente e nenhuma audiência entendeu que era suficiente para o objeto de sua preocupação.

Acho que é isso, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Muito obrigado, Dra. Luciana Temer.

Temos 12 inscritos. Vamos estabelecer três minutos para cada inscrito. A primeira oradora será a Sra. Márcia Peroni; a segunda, Maria Gusmão; terceiro, Fábio Siqueira, quarto, Maria do Socorro.

A SRA. MÁRCIA PERONI – Boa tarde a todos Trabalhei quase 30 anos nessa Secretaria. Acho, realmente, que o orçamento ainda é pequeno com relação a tudo que se faz com relação á assistência. Mas, gostaria de registrar aqui que é preciso incrementar no campo das políticas públicas sociais o atendimento e um olhar mais aguçado tanto para os idosos como para pessoas com deficiência. São dois campos que na secretaria que criamos projetos e serviços, mas acho que precisamos aprimorar e olhar um pouquinho mais para esses dois setores de atendimento.

Ao mesmo tempo, quero dizer que a assistência social está voltada para o atendimento da população mais vulnerável, mas há uma discrepância entre o número de servidores públicos reais, digo públicos, que compõem a secretaria no atendimento de serviços diretos da assistência social, serviços de centro de referência. Aí, me refiro as CRESS da proteção especial que deveriam estar sendo geridos pelo Poder Público. Entendo que o Centro

de Referência de Assistência Social é um serviço que cota dados, ele observa a dinâmica da cidade; e, é ele que, junto com o CRAS, dá no tom na política da assistência social. A Secretária sabe disso, sabe da minha posição.

Para mim os CRAS e os CRESS, independentemente do poder do Estado, é ele quem dita a política pública. E aí trago essa discussão aqui porque o Estado se encontra mais fragilizado ainda sob a política de que 99,9% dos nossos serviços estão nas mãos das organizações sociais.

Então, não é correto e precisa haver um equilíbrio disso.

É uma discrepância muito grande e que dá segurança tanto para o Poder Público como para o poder privado...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. _____ – ...(ininteligível)... poderem se manifestar de acordo com a condução da política pública de assistência social hoje gerida pelo País.

Então era um pouco isso que eu queria deixar registrado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Maria.

Maria Gusmão. A Maria Gusmão estava aí.

A SRA. MARIA GUSMÃO - Boa tarde a todos, à Mesa, à Secretária, aos nobres Vereadores e ao plenário.

Primeiro eu queria registrar aqui a minha indignação, porque até de manhã, hoje, de madrugada, eu vi que eu estou falando com outro sindicato que representa duas categorias que é com Assistência e da Educação. Na questão do que foi mudado, a audiência da Educação. Então vai tendo aumento muito rápido, vou ter de falar a questão da educação também.

Sei que não está agora na questão dessa audiência, mas, assim, dizer que, de todos os anos, mais uma vez, a assistência foi cortada - mais uma vez. Mas, também, dizer que a assistência social e nós, enquanto trabalhadores da Assistência Social, eu quero dizer

assim, como a própria Secretária disse aqui, e o governo do Haddad, a gente teve várias dificuldades sim. Mas, nesses últimos três anos, a gente conseguiu ainda dialogar e conversar, e tivemos reajuste sim. Tem muita coisa pendente ainda, que era um debate que o sindicato colocou, que era a questão da alta complexidade, e que eu discuti isso com a Secretária, discuti isso com os trabalhadores da proteção especial, que a proteção especial hoje – a não ser os convênios que a gente já tem hoje -, haver um debate. Tem de ser diferenciado, não pode ser igual o da proteção básica. Temos muita situação dos trabalhadores da proteção especial em situação precária, muito ruim. Se o serviço já é deficiente, imagina na proteção especial.

Então o que quero deixar registrado: que, a partir do ano que vem, já que esse orçamento não dá para discutir já mais neste ano, que a gente já trabalha com orçamento precarizado, que, no mínimo, esses Vereadores, nobres companheiros que estão aqui e esses vereadores, e também as pessoas que vão fazer parte da comissão, que esse ano que vem a gente começa a discutir isso para a proteção especial. Não dá para ficar nas costas dos trabalhadores ...(ininteligível)... gerir um serviço com tanta complexidade, da forma como está sendo, que é a alta complexidade, a proteção especial.

Outra questão que quero colocar dentro da Assistência ainda: é que a gente... Vi aqui hoje, que vem colocado, foi um diálogo que eu coloquei na última audiência, que houve vários debates com a Secretária, com o Secretário de Governo, com o próprio Prefeito, de manter os 10%, 4 agora e no em janeiro. É uma proposta de orçamento de orçamento. A gente espera que, como a Secretária colocou, que isso vai barrar aqui, é uma proposta do Executivo. Mas que o Legislativo nos ajude a complementar isso, que não seja tirado, que seja cumprida essa questão que foi colocada.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARIA GUSMÃO - Porque, se não vier, ...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARIA GUSMÃO - Até colocar que nós já fechamos dissídio coletivo, junto com os dois sindicatos, e protocolado no Ministério Público do Trabalho: senão as organizações e os trabalhadores vão buscar o que é de direito deles diante da Justiça, e isso vai ser muito difícil para as organizações sociais, porque nós vamos buscar...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Maria Gusmão.

A SRA. MARIA GUSMÃO - Porque é direito nosso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo.

A SRA. MARIA GUSMÃO – Segundo, só completar aqui, Jair - só um pouquinho -, essa questão também, já que não vai ter mais outra audiência na educação, que a gente... Eu quero registrar, mais uma vez, que nós também, das seis conveniadas, vamos buscar as seis horas, porque não dá mais para trabalhar oito horas, enquanto as outras trabalham seis, porque é direito nosso. É isso que tenho para colocar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Fábio Siqueira; depois, Maria do Socorro.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Boa tarde, querida população paulistana aqui presente, queridos conselheiros - que estão lutando desde às 9h da manhã pelos seus direitos mais básicos, (Palmas) de discutir o orçamento desta cidade.

É lamentável essa mudança de horário, troca para cá (?), porque o orçamento tem de ser discutido de uma maneira participativa, de uma maneira deliberativa, e a coisa não acontece. É lamentável isso.

Queria saudar também os Vereadores e a Secretária e começar lamentando a questão da dotação 3398, implantação de equipamentos de proteção e convivência da pessoa idosa. Em 2014, essa verba era de 1,5 milhão de reais – zerada. Em 2015, essa verba: 1,130 milhão de reais – zerada. Em 2016, 2.000 – zerada.

Por que, durante três anos, a população idosa foi prejudicada por essa Gestão Haddad e Luciana, no sentido dos Centros Dia, no sentido de executar os Centros Dia? Vão dizer por aí que executaram alguns Centros Dias, mas não pela dotação 3398. É lamentável o que se faz no orçamento da maior cidade do hemisfério sul.

E qual a consequência disso? Lembram desse mapa, da Meta 68 do Plano de Metas? Pirituba/Jaraguá está listado como um Centro Dia. Pois é, na prestação de contas, sumiu! Sumiu o Centro Dia de Pirituba/Jaraguá, como também pararam os Centros Dia da Mooca 1, do Capão Redondo, de Santana, do Itaim Paulista, de Tremembé, de São Mateus, de São Miguel e do Jardim Ângela; e também desapareceram os Centros Dia de Itaquera, Freguesia/Brasilândia, Vila Prudente, Capela do Socorro e de Cidade Ademar.

Então é lamentável esse desrespeito ao direito do idoso, ao direito da assistência ao idoso, na Gestão Fernando Haddad; como também é lamentável a questão, como o Tribunal de Contas nos mostra: que, no ano passado, fecharam o Saica - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e para o Apoio à Central de Vagas, de SMADS. Fecharam: de sete, caiu para seis; como também fecharam 11 Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa: de 60, em 2014, caiu para 49, em 2015. Então esses equipamentos de assistência social estão sendo extintos e a verba aí aumenta, mas não vai para a base que deve ir.

Também observo a ausência da verba para o Conselho Municipal da Assistência Social; também observo a questão dos CREAS e dos CRAS: está zerada a verba em 2016. Nada foi executado.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – E, finalmente, construção e reforma social: caiu 63%.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Lamentável! Nota zero para a Gestão Luciana Temer/Fernando Haddad. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – D. Maria do Socorro, lá de Itaquera. Deem o microfone para ela, por favor.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Boa tarde.

PARTICIPANTES - Boa tarde.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos.

Eu, Maria do Socorro, estou sentindo ...(ininteligível)... Só que assim: como todo mundo sabe, eu defendo o idoso, certo? E, principalmente, a assistência social. Por quê? Porque temos um empreendimento agora, porque eu agora estou representando o idoso e a organização. Eu atendo 298 famílias, o que chega a 4.000. Fecharam 38 associações ao meu entorno, porque tem um documento, de lei federal, que todos têm de ter, tudo bem. Só que é assim, conversei com a Dra. Luciana, fui lá, tive audiência, pedi ajuda ao CRAS de Itaquera, não fui atendida.

Vocês têm que prestar atenção para atender a população negra, pobre e idosa, porque na porta de entrada estou sendo prejudicada. Entrei em contato com o Dr. Floriano, estou esperando a resposta, e tenho até o dia 31 de janeiro para atualizar os documentos. Simplesmente pedi para elas irem à associação, e até hoje não tive resposta.

A gente de Águia de Haia, Cidade A.E. Carvalho, é transparente, não existe; só existe na hora da eleição, quando vão lá angariar votos, pagar churrasco para o povo da periferia, enganando-os. Quero providência, porque não temos nada para o idoso, nada vezes nada! Nem o respeito e a dignidade.

Por que isso? Somos transparentes? A nossa organização é legalizada, é uma ONG. Represento o idoso, a periferia, sou auxiliar de enfermagem, trabalhei na FEBEM durante 19 anos, sou aposentada. E os jovens estão largados lá. Ninguém presta atenção. Queremos providência!

Dra. Luciana, nos atenda, por favor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Elisabeth Ferreira, que preside o Grande Conselho Municipal do Idoso.

A SRA. ELISABETH FERREIRA – Boa tarde a todos. Estou representando o Grande Conselho do Idoso, numa luta que estamos vivenciando uma situação em que os idosos foram totalmente discriminados nessa gestão, pois todo recurso que foi destinado ao idoso, infelizmente, não chegou ao destino correto.

Nós precisamos ter um olhar e um comprometimento com esse novo centro-dia que está sendo implantado. Durante anos, estamos lutando para que o centro-dia venha a oferecer um atendimento com qualidade. Temos que ter o centro-dia grau 1, grau 2 e grau 3, pois aqueles idosos acamados necessitam de uma especialidade com grande complexidade. E não é possível criar um centro-dia que comporta só 30 pessoas.

Então, quando se implanta um centro-dia e fala que só é para os que estão na fila há anos, não vamos conseguir avançar. Onde está a verba que precisamos destinar a esses idosos? As famílias precisam trabalhar, os idosos estão usando fralda de manhã e troca à tarde, porque a saúde não tem verba para comprar fralda, nem insumo. O que vamos fazer? Onde vamos colocar os idosos? A alimentação domiciliar, também não temos; apenas conseguimos alimentação domiciliar num setor do centro. Mas não podemos viver só do centro, temos que ter em todas as regiões.

Precisamos ter o condomínio do idoso, como já tivemos na gestão anterior. Precisamos de um centro de acolhida, pois hoje só temos a Morada São João, que está com os elevadores quebrados, onde os idosos têm que subir cinco andares de escada várias vezes ao dia. Como fazer um idoso subir cinco andares para chegar à área onde ele tem que ficar?

Depois ele tem de descer para almoçar. Depois ele tem de subir novamente para poder descansar. Então estou matando esse idoso.

Gostaria, Dra. Luciana, de saber qual seria o seu procedimento, e por que os idosos, até a data de hoje, não foram atendidos. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo é o Sr. Itamar Moreira. Depois o Sr. Carlos Henrique Cardoso.

O SR. ITAMAR MOREIRA – Boa tarde a todos, à Mesa. Gostaria de falar sobre as nossas lutas.

No ano passado, estou falando enquanto Fórum de Assistência Social e, agora, enquanto coordenação, fomos para as ruas lutar pelo orçamento, e essa Casa nos referendou com 110 milhões. Foi isso, né? (Pausa) Esses 110 milhões fomos cobrar do Sr. Prefeito e, infelizmente, tivemos a seguinte resposta: “Isso é uma previsão”. Tivemos de lidar com previsão orçamentária, porque a realidade não era aquela que estávamos vivendo no ano passado.

Bom, esse ano fomos para a rua de novo, fizemos a nossa comemoração do dia da Assistência Social e, juntamente com o COMAS, trabalhamos um orçamento que foi publicado na Resolução 1117. Então acho que é isso que precisamos hoje para não mapear com precarização, precisávamos de 113 milhões, que é o que foi reduzido dentro do Orçamento. São 113 milhões que referem-se a 30% a menor dentro do nosso orçamento municipal hoje para a Pasta da Assistência Social.

Lá colocamos toda, e até pensamos na contratação dos assistentes sociais que fizeram o concurso e passaram, e que ainda não tinham sido chamados. A Secretária apresentou no quadro, hoje, aqui, que eles seriam evidenciados, presentes dentro do Orçamento.

Mas o que eu gostaria de deixar aqui como minha contribuição, Sra. Secretária, é que precisamos dos 113 milhões incorporados, assim como no ano passado. No ano passado, precisávamos de 236 milhões, não é isso Ricardo? (Pausa) De 236 milhões, conseguimos 110 milhões. Esse ano pedimos o acréscimo de 113 milhões e aí trabalharemos sem precarizar os

nossos serviços. Também teríamos folga para trabalhar o processo de contratação dos servidores que irão agregar o quadro dos servidores públicos. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Próximo é o Sr. Carlos Henrique Cardoso, do COMAS. Depois é o Sr. Natanael de Jesus Oliveira, do Fórum de Assistência Social.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Boa tarde a todos. Infelizmente, o horário, faz-se uma audiência tão grande e tão importante na cidade de São Paulo, e deveria ser mais organizada. Deveria ser separado por dias. Fazem tudo isso para poder atrapalhar e desmotivar as pessoas, que chegam de manhã e ficam aí. (Palmas)

Nós ficamos aí, mas, enfim, mais um ano, estamos aqui novamente, parece que nós, o povo, não entendo, o Sr. Prefeito, o ano passado – bem lembrado – não só falou da questão de que era previsão, e isso aí que se começa é previsão também, porque o COMAS aprovou um orçamento e aqui, a Secretaria de Finanças fez outro. Então temos de correr atrás do prejuízo.

Eu acho que o COMAS tem uma legitimidade, o Conselho tem uma legitimidade, o Fórum tem uma legitimidade, e não podemos desqualificar o trabalho que as pessoas fizeram, porque as pessoas que estão na ponta sabem como é difícil a questão da Assistência Social, como nós sofremos esse ano na questão da frente fria.

Quando tomamos posse, no conselho, a primeira vez que a Sra. Secretária chegou lá, eu disse a ela: “Há frente fria”, daí estourou as pessoas morrerem primeiro para, depois, tomar providências, e nós não queremos isso.

E tudo isso desgasta as organizações e os trabalhadores ficam mais doentes ainda, porque é uma situação horrível na área da Assistência Social, porque já está precarizada. Tem pessoas e funcionários que já estão doentes, devido à questão da precarização do serviço.

E, mais uma vez, esse ano – aliás, temos de ficar toda vez, toda vez – temos de ficar pedindo esmola para a Secretaria, sabendo que vai se repetir. Isso eu falei para o Sr.

Prefeito: “Prefeito, qualquer prefeito se tivesse o bom senso de dizer o seguinte: ‘Olha, uma das pastas mais importantes de uma cidade, de uma gestão, é a Assistência Social’. Vejam, não que a Educação não seja importante, nem a Saúde, nem nada, é porque está tudo junto: a questão dos idosos, das crianças, tem um monte de coisas.

Então se alguém desse prioridade, e isso eu quero cobrar dos Srs. Vereadores: temos 55 Vereadores aqui, não vimos um Vereador fiscalizar, cobrar e falar do nosso serviço. Vejo um ou outro que vai lá, que nós chamamos, conversa, como o Toninho mesmo nós chamamos, mostramos a república, e outros serviços que foram lá. Mas, de 55 Vereadores, só vai um ou dois, só eles trabalham? E o restante, cadê?

Aqui mesmo nessa audiência pública tinha poucos Vereadores aqui, para ouvir o povo. Então o que quero dizer: mais uma vez, nós temos de ficar pedindo esmola, tem de reivindicar um serviço que funcione, que fique de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Só um minuto. Só a questão da pergunta. Doutora, quero saber se nós vamos seguir o orçamento do COMAS ou da Secretaria de Finanças. Temos de resolver isso logo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Próximo orador é o Sr. Natanael de Oliveira, do Fórum. Depois tem mais o Alan e a Regina, também do Fórum.

O SR. NATANAEL DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Cadê o pessoal da Assistência, aqui, hoje?

Em primeiro lugar, agradecer à Comissão de Finanças; agradecer à Luciana Temer; e ainda da seguinte forma: quem esteve presente na primeira audiência do Orçamento levanta a mão. (Pausa) Então, na primeira apresentação do Orçamento, em menos de 5 minutos, foi apresentada a proposta orçamentária da cidade de São Paulo. Então por isso quero agradecer à Sra. Luciana Temer que veio aqui e apresentou a proposta da Assistência, que nem isso, na primeira audiência foi feita, Sra. Secretária. Portanto muito obrigado.

Então na nossa proposta orçamentária está faltando 111 milhões. O que está acontecendo? Estamos tendo mesmo os 4% de aumento. Vamos ter os 6% de aumento, mas no meio do ano que vem temos o dissídio novamente, mas o dissídio da categoria não está previsto na proposta orçamentária. Então aí estão os 111 milhões que estamos precisando.

Na proposta orçamentária que o Conselho aprovou, com a participação do Fórum da Assistência Social também não está prevista a ampliação do serviço para 2017. Então tem o PPA 2014-2017 aprovado pela atual gestão que vai faltar mais 250 milhões para poder expandir o serviço da cidade de São Paulo. Também isso não está previsto.

Senhor Jair Tatto, tem uma matéria do senhor, de 5% para a Assistência que teve 4 anos que está aguardando e até hoje também não saiu. Também queremos 5% do orçamento da Cidade para a Assistência Social.

Também queremos a ampliação do serviço e, aí tem o que: CCA, CJ, Centro Dia, Cedesp, NCI, SAICAS, população de rua, tudo isso não está previsto em ampliações para o ano que vem. Por que? O nosso orçamento é a manutenção dos serviços 2016 para o ano de 2017.

Então eu acho dessa forma, eu acho que se no mínimo seguir a resolução que o Conselho aprovou, a Resolução 117, que foi deixada na mesma Comissão de Finanças no dia 10, lá tem todos os valores.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alan Carvalho; depois Regina Paixão.

O SR. ALAN CARVALHO – Quero conchamar a todos e todas à unidade, uma palavra tão em voga, mas tão difícil de ser construída. Estamos aqui no mesmo espaço, trabalhadores e militantes da assistência social, conselheiros tutelares e agentes públicos da maior importância, da maior relevância para a consagração dos direitos da criança e do adolescente. E parece que a palavra de ordem de vocês é: Dignidade Já; e a nossa é: Nenhum

Direito a Menos. Já que nenhum Vereador, fora os que estão aqui na Mesa, teve a dignidade de descer, vamos dar um grito de ordem para eles, somando as duas palavras de ordem para o prédio inteiro ouvir? Vocês topam?

- Os presentes gritam e repetem: “Dignidade Já; Nenhum Direito a Menos”.

O SR. ALAN CARVALHO – Sem política pública não pode haver efetividade para as ações garantidoras de direito do Conselho Tutelar. E sem Conselho Tutelar não há garantia efetiva dos direitos de nossas crianças e adolescentes porque foram eleitos pelas suas comunidades para fazer valer e fazer garantir esse direito.

Então fica o nosso protesto por ter sido separado, talvez a intenção foi boa, os temas, mas estamos juntos nessa luta e temos que somar para garantir a efetiva mudanças que essa cidade precisa. Nesse sentido quero restabelecer aqui o debate da democracia participativa. Nós estamos assistindo estupefatos pela televisão e na vida, sentimos na própria pele, a crise profunda que a democracia representativa vem passando em não vamos atacar aqui a democracia representativa, ela tem o seu papel, ela tem o seu valor, e nós estamos aqui na Casa do Povo, na Casa do Legislativo que está nos ouvindo em audiência pública. Mas queremos a garantia de todos os espaços e o respeito da democracia participativa, da democracia direta porque isso não é somente um sonho de um ativista político ou de um ativista, é um princípio constitucional.

Então os conselhos de direito da criança e do adolescente e o conselho de assistência social têm que ser respeitados na integralidade das suas atribuições precípuas, conforme mandamento, insisto, constitucional. E aí realmente fica difícil. Infelizmente assisti o término de mais uma gestão onde uma das atribuições precípuas do conselho de assistência não é respeitada, atribuição que até o Tribunal de Contas da União reconhece porque está na sua cartilha de formação de conselheiros de assistência. Analisar, debater e aprovar a proposta a ser encaminhada à Casa Legislativa é atribuição precípua do Conselho de Assistência, que mais uma vez foi desrespeitada e mais uma vez prevaleceu a vontade de alguns diante da

expressão soberana da maioria e o nosso Fórum de Assistência Social vai defender integralmente e sempre todos as participações sociais...

- O Sr. Presidente interrompe o orador por término do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Regina Paixão; depois o Sr. Ricardo Lima.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Continuando a fala do FAS e agradecendo também a presença dos Fóruns Regionais que da manifestação para cá foi uma correria para a gente garantir a presença de todos e todas.

Nós não aceitamos mais migalhas na assistência social. Isso é uma fato, não é pessoal? Todos os anos é passando o chapéu. A Secretaria sabe que íamos bater no 113 a menos, 113 milhões a menos por quê? Os 113 milhões contempla o repasse de dissídio de meio de ano para os nossos trabalhadores, contempla o educador a mais para CCA, que é uma bandeira que a gente vem pedindo há anos, porque a gente tem que cuidar do trabalhador da proteção especial, mas a gente precisa cuidar da básica, gente! A gente tem que cuidar da básica para que a turma não venha para a especial. A gente tem que trabalhar bem na básica para que os conselheiros tutelares tenham mais fôlego também para trabalhar.

Uma bandeira nossa. O que a gente precisa? Também faz tempo que a gente luta por 5% de Orçamento na Assistência Social, percentual com que a gente imagina que dá para tocar o trabalho. Olhando ali a nossa proposta apresentada, não tem ampliação de CRAS, de CREAS. É a luta da plenária anterior, funcionalismo. Tudo o que não dá certo nas outras políticas cai onde? Na Assistência Social. A gente atende educação, saúde, habitação. Todo mundo vem para cá, e a gente, de fato, não é reconhecido. Então, não aceitamos 113 milhões a menos, não aceitamos retrocessos, não aceitamos nenhum direito a menos. Somos na Cidade 280 mil atendidos; mais de 15 mil trabalhadores da rede conveniada mais os 1 mil da rede direta, que são os servidores; mais ou menos 1,2 mil serviços na cidade de São Paulo levados por 350 ONGs, que são vistas como parceiras, mas não reconhecidas. Então, nossa

luta é grande e muito forte. Precisamos de fato de nos unir para que tenhamos os nossos direitos contemplados. Teremos que lutar muito como trabalhadores da Assistência Social, como usuários, como ONGs para garantir nossos direitos. Queremos a manutenção do orçamento enviado pelo COMAS para continuar o trabalho de prevenção. Contamos com todo mundo nas lutas, e muita coisa vem pela frente. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Regina. Ricardo Lima. Depois, Antonio Cabral.

O SR. RICARDO LIMA – Boa tarde a todos e a todas. É muito bom falar após os amigos. Eu estava preocupado diante de tudo o que foi apresentado pela Secretária e por ter tantos anseios e pouco tempo para falar. Mas, como estivemos aqui no ano passado dizendo que precisávamos ampliar a Assistência Social em 239 milhões, dentro dos conceitos de ampliação, pois havia 89 milhões destinados a ampliação de serviços no ano passado. Então, para manutenção e dignidade no exercício desses serviços que deveriam ser ampliados, precisaríamos de 239 milhões.

A Câmara Municipal, mais precisamente esta Comissão, a Comissão de Finanças e Orçamento, colocou na pasta o valor de 109 milhões a mais para a Assistência Social. Só foi possível chegarmos ao final do ano com esses 109 milhões porque na última declaração do SuasWeb que a Secretaria Municipal faz ao Governo Federal ela adequou desses 109 milhões 80 milhões. Não houve ampliação de serviços significativa. Tivemos algumas ampliações, sim; mas, diante das necessidades da Cidade, nós ficamos deficitários principalmente no que se refere à população idosa. Hoje, a única porta de entrada das ILPIs é via Ministério Público, porque, do contrário, a gente espera, infelizmente, morrer um idoso que está dentro de uma ILPI para que possamos dar vaga a outro que continua vivo.

Todas essas questões são muito complexas e tristes, razão pela qual precisamos debate-las com profundidade. Infelizmente, porque não houve ampliações, conseguimos chegar a um orçamento praticamente enxuto. Esses 113 milhões não significa que vamos abrir

uma vaga de ILPI ou qualquer outro serviço, porque entendemos que o orçamento está apertado. A gente está brigando com a saúde, com a cultura *etc.* para que a gente possa crescer um pouco e sobreviver como política pública de direito na cidade de São Paulo, a maior do País.

Muito mais do que a necessidade, precisamos sobreviver como política pública. Precisam ser aportados 113 milhões para complemento dessa dificuldade. Como os companheiros colocaram, há aumento previsto no ano que vem. A verba de humanização está sendo usada para pagar os trabalhadores, não está atingindo o fim, que é humanizar os serviços; está servindo para que complementem os recursos dos trabalhadores, na folha de pagamento. A gente nunca vai humanizar o serviço se a gente não colocar 100% nessa verba, porque há um *deficit* de 5% na folha de pagamento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo orador, Ricardo. Depois, Darlene Afonso.

O SR. RICARDO – Boa tarde a todos e a todas.

- Som de qualidade incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO - Quero dizer, Secretária, que sou militante da assistência social há mais de 20 anos. Nossa luta tem sido por 5% do orçamento da Cidade para a Assistência Social. Aprovamos isso em deliberação da conferência de 2013 e na conferência de 2015, e isso tem ficado como letra morta, algo que a gente aprova, o povo vota, e nunca é levado em consideração.

Outro ponto para reflexão é a expansão dos serviços. No atual Plano de Metas da Secretaria há uma série de serviços que seriam ampliados, e sabemos que isso não foi atingido em sua totalidade. Estamos (ininteligível); aliás, eu participei da Comissão de Itaquera para a construção de um plano decenal da Assistência Social para 2016-2026. Quando se constrói um plano decenal para a assistência, deve-se pensar, antes, em um orçamento justo e necessário.

Outra coisa, a questão da verba de (ininteligível). Essa verba, que é da antiga (?), na Secretaria de Educação, através de projeto desta Casa, infelizmente nunca conseguimos aprová-la na Assistência Social. Fica uma coisa de favor: um Prefeito dá, outro não dá, dá quando quer, um Prefeito aprova, como a Marta aprovou no apagar das luzes da administração dela e o outro Prefeito, o Sr. Serra, veio e disse “não”. Por essas coisas, fica difícil para a gente militar na assistência social. Vereador Jair Tatto, V.Exa. mesmo é um idealizador dessa verba. Esperamos a sua generosidade e dos seus colegas desta Casa para aprovar esse projeto lei da décima terceira verba.

Por último, quero dizer aos nossos colegas da Assistência Social que precisamos encampar também a bandeira do Conselho Tutelar. Convido todos para continuarem aqui para defender o Conselho Tutelar. (Palmas)

- Assume a presidência do Sr. Jonas Camisa Nova.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Darlene Afonso.

A SRA. DARLENE AFONSO – Boa tarde. Sou Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social, Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas. Eu queria colocar primeiro alguns esclarecimentos em relação ao Orçamento, dizendo o seguinte: o aporte que solicitamos de 113 milhões, na realidade, não prevê expansão de serviços, prevê a garantia do reajuste para o trabalhador, que está extremamente precarizado, trabalhador que teve seu reajuste dividido em duas partes; que talvez tenha 6% porque virá um novo Governo e não se sabe o que pode acontecer. Detalhe: esses 6% não são retroativos a nossa data-base. Portanto, na nossa data-base tivemos 4% de reajuste numa inflação de 10%. O ano passado tivemos reajuste, mas as organizações não tiveram. Então a fala de reajuste anual, é um reajuste anual abaixo da inflação, precarizando então extremamente o serviço da Assistência Social.

Eu queria que explicasse o seguinte: os 113 milhões são para contratação de uma educadora, uma a mais, no CCA – Centro para a Criança e o Adolescente, e não é pra

expansão do serviço do CCA. Na proteção básica, hoje, pelo PPA há déficit de 200 a serem instalados, que não foram e não vão ser. Vamos ter então outra briga dentro do PPA – Plano Plurianual da Assistência.

Uma segunda coisa: essa dita expansão, na realidade, é pra manutenção das atuais vagas do SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes porque os conselheiros – que aqui presentes podem me ajudar -, estamos numa situação em que diminuimos de 20 pra 15 crianças no SAICA. Quando fizemos o cálculo dentro do Conselho, de 20 pra 15, que é o que vai acontecer ano que vem, haverá déficit de 160 vagas no Município. Então queremos esse aporte pra garantir as 160 vagas que há hoje e que não dá. É muito complicado então o que pode acontecer nesse Orçamento.

Quero aqui defender que, enquanto Conselho, enquanto órgão de deliberação eleito pelos trabalhadores - eu sou representante dos trabalhadores -, é um desrespeito vir pra cá um Orçamento não aprovado pelo Conselho. Quero dizer aos Srs. Vereadores que o Orçamento que aí está não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. O Orçamento aprovado por nós prevê um aporte de 113 milhões, que vai garantir reajuste, vai garantir educador de CCA, e a manutenção das 160 vagas do SAICA. Não há qualquer expansão, é só manutenção do que já tem e a diminuição da precarização.

Obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. José (nome ininteligível) Filho.

O SR. JOSÉ FILHO – Senhoras, senhores, membros da Mesa, com todo respeito, cheguei aqui às 9h. O Jair Tatto me deu 30 segundos pra abraçar aquele senhor que disse que a raça negra é discriminada. Nós nos beijamos no rosto... Não sou gay, não. Tem o seguinte: demonstrei a ele que não tem nada que ver o que falou.

Vou ser aqui muito preciso, o Vespoli me conhece, todo o pessoal aqui, comecei na época do José Carlos Figueiredo Ferraz, no dia 26 de janeiro de 1970, e fiz milhares de coisas por São Paulo.

Tenho aqui assunto com os moradores de rua, tenho um projeto. Cópia das cartas, várias, desde 2010... Secretaria Municipal para acolher moradores de rua, Sra. Vilma Margarete... Vejam o nome dela, Vilma Margarete Strauss Amaral que “continua, ainda nesta data, 15/11 no Largo do Cambuci, na calçada, aonde deve estar há mais de 10 anos. Inclusive quando chamei o SAMU, ela não quis ir para o hospital, e o enfermeiro da ambulância do SAMU me disse da provável amputação das duas pernas, que estão inchadas, conforme fotos anexas”. Dona Vilma é da raça negra e ela não quer ir e eu já cuido dela há uns 15 anos.

Outra coisa, dois moradores de rua que morreram, Vicente Carmo... Eu não vou falar de valores, de verba porque isso daí tem que ter fé e fé eu tenho. Você quer, você pode.

Recebi uma carta, em 10 de agosto de 2012, referente à solicitação que diz o seguinte sobre Vicente do Carmo e Tomás Robson de Castro, moradores de rua: O SAMU recebe cerca de nove mil ligações diárias, e as ambulâncias atendem, mas pela solicitação eles fazem uma triagem... (leitura entrecortada) A minha vizinha com 92 anos, eu liguei, ela estava passando mal, quem era? Pessoa com 92 anos, o SAMU veio, é perto da Lins de Vasconcelos. Mas quando falaram assim: quem é o Vicente do Carmo? Ah, Vicente do Carmo é um morador de rua... Demorou seis horas, eu tenho o Boletim de Ocorrência.

Nós temos que correr, e não adianta criticar um ou outro, temos que ter fé! Você quer, você pode!

Olha, quero agradecer os 30 segundos que me deram, naquela hora, porque nem em 30h eu teria tempo pra dizer o que fiz desde o Figueiredo Ferraz até agora.

Muito obrigado!

Deus lhe pague!

Felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Néia Arantes.

A SRA. NÉIA ARANTES – Boa tarde, Presidente. Não começa a contar, ainda não, antes eu quero falar uma coisinha.

É muito complicado fazermos audiência pública do Orçamento onde colocamos junto o Orçamento da Secretaria dos Direitos Humanos, os conselhos tutelares com a Secretaria de Assistência, e depois me parece que a minha fala é a última, e só vão ficar os conselhos tutelares. Isso é complicado. Por mais que seja, a Assistência está totalmente interligada com os conselheiros tutelares porque são eles que ficam à noite fazendo papel que não cabe a eles!

- Manifestação na galeria.

A SRA. NÉIA ARANTES – Agora pode começar, vamos lá!

Essa questão do Orçamento é complicada, Secretária. A gente sabe que tem aí redução de 20% ou coisa parecida, e aonde vai cortar? Vai cortar da proteção social especial? Nós temos 15 mil habitantes em situação de rua. Vamos cortar dos programas de medidas sócio-educativas? Ou vamos deixar de colocar Programas de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, que já não existe? E por conta dessa política pública, que é uma política pública básica que temos hoje acontecendo um diagnóstico vivo em nossa cidade, a nossa população preta está por aí, morrendo na periferia. Esse é o diagnóstico, é por conta disso. Se não, cortar das Fundações Casa, cheias dos nossos adolescentes que poderiam ter tido outra condição? Então da onde vão tirar?

A Assistência Social, está dentro do Estatuto, está junto com o Conselho Municipal e com o Conselho Tutelar. Esse é o tripé da proteção social, da proteção integral, e é uma questão com prioridade absoluta. Não tem como separar.

Este ano foram criados oito novos conselhos, são mais 40 conselheiros fazendo papel, trabalhando, e não há ampliação dos CREAS, e também não tem ampliação do serviço. Ele termina às 17h, então como é que fica a ampliação dos serviços para 24h? Ele vai ser

contemplado nesse Orçamento? A violação não tem hora pra acontecer, não tem hora, como é que fica então tratar dessa questão da proteção social especial?

E o problema dos SAICAS, na porta de entrada, há adolescentes que se evadem a cada momento, e não há serviço pra atender a não ser os conselheiros tutelares, e não é o papel deles, a lei é clara. Temos de ampliar sim, ampliar com dignidade para atender as nossas crianças e os nossos adolescentes.

É sabido que os governantes se esquecem das crianças e dos adolescentes, se esquecem do que é prioridade absoluta e esquecem também dos idosos. Se não cuidarmos desses polos não se consegue uma cidade digna.

Pra finalizar, é preciso ver a questão da prioridade absoluta, não se faz política pública sem Orçamento. E dinheiro tem que tirar de algum *canto* porque é prioridade absoluta e quem diz isso é a Constituição Federal, não sou eu quem está dizendo!

Obrigada!

(Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Luciana Temer.

A SRA. LUCIANA TEMER – Vamos lá. Acho que há alguns pontos em comum. Vou tentar sintetizar os comuns e depois, pontualmente, vou respondendo.

A primeira questão que eu gostaria de dizer é quanto à aprovação do Orçamento, porque foi dito que é um desrespeito trazer um Orçamento que não foi aprovado pelo COMAS. De fato, o papel do COMAS é fundamental, ele é o controlador da política pública de Assistência Social e, durante esses quatro anos, a gente está trabalhando com o reconhecimento da verdadeira importância do COMAS.

Agora, como professora de Direito Constitucional, e doutora, e dou aula há anos, o Orçamento é uma peça do Executivo. E quando se lê a Constituição não se lê artigos

isoladamente, se lê os artigos em conjunto. Na verdade, quem responde pelo Orçamento - seu cumprimento ou não, é o Poder Executivo, não é o conselho. Então quem sabe o que é possível gastar ou não gastar é o Poder Executivo.

Então por mais que lutemos pra que a Assistência Social tenha o Orçamento que merece, e eu faço parte dessa luta como Secretária - e fiz esses quatro anos -, a verdade é que o Conselho, sim, debate, aprova, discute, mas quem é responsável pelo Orçamento, pela apresentação é o Executivo. Então não é desrespeito trazer o Orçamento porque é um Orçamento de competência do Executivo. Esse é um primeiro ponto.

Dito isso, não tenho dúvida da importância do aporte de cento e tantos milhões. Em nenhum momento divergi quanto a isso, e acho que em nenhum momento o Prefeito Fernando Haddad não reconheceu essa importância. A verdade é que temos um bolo pra fatiar, um bolo pra fatiar entre a Educação, a Saúde, a Assistência, Esporte, Cultura... Tenho certeza de que os Vereadores que estão aqui, cada audiência que fazem com um grupo afeito ao tema, recebem essa mesma luta, uma luta legítima, e cada um tem de fazê-la.

Hoje, quatro anos após estar à frente da Assistência Social, estou convencida de que a Assistência Social faz parte do tripé: Saúde, Educação e Assistência Social. E faço esse discurso em todo lugar, Vereadores, porque ninguém ainda entendeu o papel da Assistência e é preciso entender. Ela tem o papel estruturador da sociedade. Sim, é muito importante ser valorizada; sim, é muito importante ter 5% do Orçamento para a Assistência Social. Essa é a luta que você tem de fazer, essa é a compreensão que a sociedade tem de ter. Hoje temos vinculação constitucional do Orçamento pra Saúde e pra Educação, mas não há para a Assistência Social. Devo lhes dizer que o Prefeito Fernando Haddad organizou o Orçamento com o bolo que tinha e deu, tentou fazer uma distribuição equânime.

O pleito de vocês é absolutamente legítimo. Acho que, sim, a Assistência Social precisa de muito mais. Diria até que para uma população de dois milhões de vulneráveis, cento e poucos milhões não é um aporte suficiente. Precisaríamos, para atender à demanda, muito

mais do que isso, mas essa é a possibilidade real. Não adianta trabalhar com fantasia. O Orçamento não é uma peça de fantasia onde a gente coloca o quanto a gente quer. O Orçamento é igual o Orçamento da nossa casa, você sabe que precisa arrumar o telhado, mas você não tem dinheiro naquele ano, vai esperar o ano que vem.

A verdade é que não é uma peça de ficção o Orçamento, o Orçamento é uma peça que precisa ser concretizada e pra concretizar o Orçamento você precisa de dinheiro. Esse ano vai ser um ano muito difícil, este próximo ano vai ser muito difícil, assim como foi difícil este ano. Então, estamos trabalhando aqui com dados de realidade o que não invalida a luta. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que eu queria colocar é em relação aos idosos porque de fato eu fico muito magoada. Eu acho que se teve um ponto em que esta gestão se debruçou foi a questão dos idosos. E vou dar dados concretos aqui, viu Fábio, para minha nota zero, que é a seguinte: nós abrimos até o final da gestão 16 Centros Dia. Vocês sabem o que é Centro Dia, então, não vou explicar. Quantos Centros Dia tinha na Cidade? Eu quero escutar. Quantos Centros Dia tinha na Cidade? Nenhum. Zero. O Centro Dia existe como política da assistência social já há algum tempo. O governo anterior não tinha feito um Centro Dia e eu não sei o quanto vocês reclamaram, mas nós estamos entregando 16. São 380 vagas para Centros Dia novos na cidade de São Paulo. É muito pouco, mas tinha zero, mas estamos entregando 380. Nós ampliamos 240 serviços na Cidade, 240 serviços precarizados com a dificuldade e com os limites que há na assistência social sim. Mas, foram 240 serviços abertos, cinco ILPIs, Instituições para idosos, é pouco, é pouco, mas eu queria contar do nosso esforço.

Um esforço tão grande que nós conseguimos nessa gestão fazer uma inovação que a assistência lutava há muito tempo, que é a integração da assistência e da saúde numa ILPI híbrida. Hoje no Canindé nós temos uma ILPI para 60 idosos, grau três, que é conveniado com a assistência e com a saúde, uma luta muito antiga da assistência social e que nessa gestão nós conseguimos integrar essas duas pastas.

Então, eu quero dizer que o Prefeito Fernando Haddad teve um olhar muito carinhoso e cuidadoso para os idosos sim e que nós implementamos 16 Centros Dia e 5 ILPIs, sim. É pouco, mas foi o que nós conseguimos fazer com essa realidade orçamentária e com a realidade da gestão pública.

Então, essas são as primeiras questões que eu acho que abrange boa parte do que foi dito. Queria responder à Márcia Perroni, uma servidora por quem tenho imensa admiração, que trabalhou conosco nessa gestão e está aposentada, mas Márcia eu queria dizer que você tem razão em relação aos Cras e Creas. Esse também foi um pleito, os Creas como um equipamento plenamente estatal. Temos dificuldades que ainda são insuperáveis, por exemplo, na composição do Creas e nós temos uma figura que é do advogado. Não existe na carreira do município, advogados, senão o procurador do município e o procurador do município não faz o papel do advogado que no Creas precisa ser feito. Acho que é uma luta que precisa avançar, assim como você sabe que não teríamos servidores suficientes para compor com integralidade os quadros do Creas.

Essa luta eu sei que vocês estão fazendo e já fizeram nas audiências anteriores. Mas, sim você tem razão, os Creas e Cras têm de ter uma formação integralmente estatal e para isso é preciso fazer alguns ajustes.

(palavras ininteligíveis) mais dinheiro sim, mais dinheiro sempre. Vamos ver o que mais. A resolução do Comas, a atribuição do Conselho de aprovar, 5% da assistência social, manutenção do Orçamento do Comas. Respondi ao Ricardo Lima sobre na verdade as implantações dos serviços para idosos. Verba de humanização. O Antonio Cabral reclamou a questão da verba de humanização. Acho que também está muito correto a questão da verba de humanização. O marco regulatório que vai se iniciar agora a partir de janeiro vai trazer algumas resoluções importantes e algumas equiparações importantes especialmente na relação dos conveniamentos de assistência e educação e acho que talvez...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. _____ - Acho que o marco regulatório talvez consiga resolver esta questão. Em relação à diminuição dos Saicas, que é uma preocupação grande também, que a Darlene trouxe, de fato, nós apresentamos no Comas um plano de quatro anos para a redução paulatina dos Saicas de 20 para 15, com a abertura de casa lares. Quero dizer para vocês que era uma forma de acolhimento que não havia na cidade de São Paulo e que normatizamos junto ao Comas e que começa a haver em São Paulo com uma lógica bem interessante de acolhimento diferenciada do SAICA regular que tem de trabalhar com outra lógica.

Darlene, esse plano de quatro anos foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e acredito que vai vincular a próxima gestão também porque é um plano aprovado e nesse plano de quatro anos pretende-se realmente que se consiga fazer essa readequação e avançar no atendimento mais qualificado dessas crianças e adolescentes.

Neia, não entendi de onde você tirou 20% de corte porque no orçamento que apresentei tem um aumento de 3%. Então, queria que você me explicasse de onde vem os 20% de corte para a Assistência que, realmente, eu desconheço e não foi o que apresentei aqui.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER – Então, mas está equivocado. Eu estou dizendo e posso demonstrar para vocês. Estou aqui com o coordenador de finanças.

Como sou Secretária da pasta, queria dizer que a gente está com um dado diferente.

Desculpa, então, em cima do que foi aprovado pelo Comas? Não?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu gostaria de esclarecer isso porque no que foi apresentado na Câmara, na verdade, desde a semana passada que a gente tem, a Secretaria do ano de 2016 tinha um orçamento de 203 milhões e para 2017 a proposta está em 146. Então, temos uma variação de menos 28% e eu gostaria de saber porque teve...?

A SRA. LUCIANA TEMER – Vereadora, essa diminuição, que não reflete uma diminuição no orçamento total da Secretaria, mas diz respeito a verba de gabinete que significa carros, motoristas, limpeza, guarda. A diminuição é nessa. Se você olhar o orçamento que eu apresentei, você vai verificar que houve uma diminuição na verba de gabinete, mas houve um acréscimo na verba do Fundo, que é a verba de prestação de serviços. Então, Vereadora, essa redução está referenciada aos contratos administrativos de gabinete, o que nos fará falta, sem dúvida, mas o arrocho não é nos serviços. O arrocho é na organização administrativa de gabinete.

O SR. TONINHO VESPOLI – Só para esclarecer, Secretária, a comparação que V.Exa. está fazendo é o orçamento de 2016 para 2017, mas a comparação que tinha de ser feita é com o valor atualizado de 2016 porque vai chegar até outubro, por exemplo, de 2016 e vai ver que a verba, praticamente, empata com o orçamento de 2017.

Se você pegar o valor atualizado até outubro de 2016, o que foi gasto até agora, vai ser praticamente o que tem em 2017.

Outubro de 2016, 200 milhões na Secretaria, e no Fundo de Assistência Social, 1,160 milhão. Estamos orçando, para 2017, 1,148 milhão para o Fundo e 146 mil para a Secretaria. Se você somar isso, vai ver que praticamente empata. Então, queria fazer essa comparação. Se fizermos a comparação do que foi orçado em 2016, o serviço aumentou, aumentou os custos, aumentou uma série de coisas.

A SRA. LUCIANA TEMER – Sim, por isso que aumentou o custeio. Também no fundo aumentou. O valor do fundo aumentou.

O SR. TONINHO VESPOLI – É. Aumentou, pelo menos é o que tem na tabela aqui para nós, aumentou praticamente quase nada.

A SRA. LUCIANA TEMER – Olha aqui: 3%.

O SR. TONINHO VESPOLI – Então, mas 3% em comparação ao orçamento, não a comparação ao que foi atualizado.

A SRA. LUCIANA TEMER – Para fazer essa composição, foi explicar para vocês qual foi nosso exercício. Fizemos uma projeção, e isso foi uma negociação muito ampla com a Secretaria de Finanças de várias idas e vindas, porque, de fato, o primeiro parâmetro que recebemos da Secretaria de Finanças não cubria o custeio que tínhamos atualmente.

Então o que conseguimos nas negociações ampliadas? Conseguimos não só que fosse coberto o custeio hoje – hoje que eu digo é até o final da gestão, pois temos serviços que serão abertos, amanhã mesmo estamos inaugurando a ILPI da Vila Mariana -, e contamos todos os serviços que até 31 de dezembro vão estar funcionando. De todos esses serviços, contamos o custeio deles todos, a manutenção deles para, além disso, computamos o reajuste – e aqui, Darlene, queria dar um dado também, porque você disse que, na verdade, não é retroativo, o nosso acordo com as recomendações do Prefeito Fernando Haddad foi: 4% agora, 6% em janeiro do ano que vem. Mas aí há uma reclamação de que esses 6% não incidiria a partir de julho. É verdade. Mas também é verdade, Darlene, que esses 6% vão incidir em cima do valor já acrescido pelos 4%, portanto, vai representar um valor significativo de acréscimo que pode ser trazido como um...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER – Não sei. Precisa fazer as contas para ver se cobre ou não cobre.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER – Dez por cento. Na verdade, você vai ter um retroativo que é além do que seria inicialmente.

Para além disso, Sr. Vereador, fizemos, contando 50% de verba de humanização que ficou prometida, esses 6% de acréscimo, e aqui temos 8 ou 9 milhões da chamada Ampliação. De fato, é pouca coisa. É pouca coisa, mas como eu disse, foi o que foi possível no bolo para a Assistência Social.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente. Ainda estou com mais uma dúvida, Sra. Secretária. Aqui, nós colocamos, e estou preocupada, porque as tabelas que estão sendo apresentadas para nós, enquanto Vereadores, está muito diferente daquilo que está sendo apresentado. Então isso é um dado

A SRA. LUCIANA TEMER – Quem apresentou, só para entender.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas das outras estamos com esse item também. Por exemplo: aqui o que eles falam sobre a redução maior que você teria, desses 28%, ele se traz dentro do programa de garantia de renda familiar mínima.

A SRA. LUCIANA TEMER – Renda Mínima. Então posso explicar?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Que é menos 65%.

A SRA. LUCIANA TEMER – O que aconteceu com o Renda Mínima? O Renda Mínima foi um dos programas que nesses quatro anos teve uma queda significativa. Por que nesses quatro anos o Renda Mínima, no orçamento da Assistência Social teve uma queda significativa? Porque o Renda Mínima é um programa de complementação de renda municipal. E como programa municipal, ele é complementar ao programa de transferência federal que é o Bolsa Família.

Como nós, nessa gestão do Prefeito Fernando Haddad conseguimos inserir mais de 300 mil famílias no programa Bolsa Família. Atingindo a meta do MDS, que era 500 mil famílias, houve uma redução, pois família que recebiam o Renda Mínima não eram inscritas no Bolsa Família, passaram a receber o Bolsa Família. Como passaram a receber o Bolsa Família, naturalmente, deixaram ou tiveram uma diminuição no Renda Mínima.

Então na verdade essa repercussão não impacta no que as pessoas vão receber. Simplesmente, de fato, houve uma diminuição da necessidade do Renda Mínima.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, Sr. Presidente, eu solicito que peçamos, não só para essa Secretaria, mas para as outras também, mais detalhes sobre a questão da

diminuição, porque aqui só tem, especificamente, da renda, que é 65%, mas não detalha, por exemplo, essa questão de RH, de segurança, carro e essas coisas.

Acho que, talvez, isso nos auxilie, inclusive, para poder compor aquilo que o COMAS está solicitando que é o aumento de 113 milhões. Obrigada. (Palmas)

A SRA. LUCIANA TEMER – Acho que eu respondi as questões.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada essa audiência pública. Partimos agora para o pessoal...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – É que tenho de abrir agora a do Conselho Tutelar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditórios On Line. A íntegra da transmissão dessa audiência pública estará disponível ao público no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no link Audiências Públicas, Registro Escrito. (Pausa)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Chamo para compor a Mesa: Sr. Marcelo Cabral e o Sr. Gustavo Bernardino, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Marcelo Cabral.

O SR. MARCELO CABRAL – Boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente. Vamos começar? Boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde a todos que ainda estão aqui, são seis e meia, atrasou um bocado, mas agradeço a todos que permaneceram, inclusive ao pessoal dos conselhos tutelares, organizados, conselho do CMDCA igualmente representando aqui. Espero que todos possam falar e que tenhamos falas confluentes, na mesma direção.

Estou representando aqui o Sr. Secretário de Direitos Humanos. Vou falar exclusivamente, hoje, sobre a pauta de conselhos tutelares nessa segunda etapa dessa audiência pública.

Em primeiro lugar quero fazer um reconhecimento do trabalho dos conselhos tutelares que têm papel importantíssimo no sistema de garantia de direitos. Estamos ainda numa etapa bastante precária, eu diria, do ponto de vista de estruturação, trabalhando bastante para que eles tenham toda a qualidade de estrutura, de espaço físico, de serviços de apoio, salários adequados e direitos trabalhistas. Tudo isso faz parte da luta que temos conversado e trabalhado juntos para que isso aconteça.

O Orçamento, hoje, até 2016, na parte de conselhos tutelares, é todo da Secretaria de Direitos Humanos. A partir de 2017 será administrado pela Secretaria de Subprefeituras. Então essa peça que foi para 2017, esse projeto de lei que está aqui sendo discutido já é um projeto conjunto da Direitos Humanos e da Secretaria de Subprefeituras.

Não queria esquecer de dar os parabéns, dia 18, sexta-feira foi o Dia Nacional dos Conselhos Tutelares, portanto, mais um momento de celebração. (Palmas) E acho que aproveitamos, na mesma esteira, e faz-se um esforço de reconhecimento pelo trabalho de vocês, pelo trabalho da comissão, de como vocês têm se organizado. Tem sido um trabalho muito bom, dessa forma como segue.

- Manifestação na galeria.

O SR. MARCELO CABRAL – Queria rapidamente fazer uma contextualização do Orçamento que reflete parte desses esforços de melhoria das estruturas e dos salários dos conselhos tutelares, ainda distante um pouco do que temos conversado, do que temos de intenção de alguns anos para cá.

O projeto de lei sai de 2016 de uma dotação do total de conselhos tutelares, entre contratos de serviços, salários, INSS, material de consumo e material permanente, da faixa de 22.9 milhões – em 2016, o orçado – para 26,6 milhões no projeto de lei que está ainda em

votação, um aumento de 16% frente a um cenário bastante crítico de redução, de despesas correntes, e de redução de arrecadação e dos cenários elaborados por Finanças.

Especificamente, na dotação de salários, que é a dotação 11, como a gente tecnicamente fala, está previsto um aumento bastante significativo. Então, a gente está passando de 7 milhões e 783 mil para 11 milhões e 634 mil, um aumento de 49% previsto no orçamento do ano que vem, mas que ainda carece de regulamentação. Então, é outra importante marca que a gente tem que fazer aqui, a importância para a Casa aqui de quando da chegada do projeto de lei pelo Executivo, que está saindo do forno, que está na Secretaria de Governo, do Executivo, para que esse projeto seja analisado com muito cuidado e com muita coerência, frente à peça orçamentária que está sendo discutida. Então, hoje essa peça tem esse aumento previsto de 49%. O projeto de lei vai vir com aumento que prevê essa mesma equiparação, mas que, aqui na Casa, a gente possa fazer uma discussão de avançar ainda mais dentro dos dois projetos de lei, projeto de lei dos conselheiros tutelares e o projeto de lei orçamentário. Então, isso é uma fala bastante importante.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – Eu não sabia como era a estrutura e como era a conversa. Eu peço desculpas. V.Exas. já tiveram acesso ao material. Eu mandei para a comissão, assim que o orçamento foi encaminhado do Executivo aqui para o Legislativo, mas ressalto que seria de importância para todo mundo ter isso. Estou com os números aqui. Conforme a gente for discutindo, não há o menor problema para a gente abrir. Acho que esse aumento dos 49% é importante. Ele é o meio do caminho, onde a gente, como Executivo, conseguiu chegar, junto com Finanças.

Como a Sra. Secretária Luciana Temer falou há pouco, a elaboração do projeto de lei orçamentário é feita de uma maneira interna para dentro de cada secretaria, muitas vezes, conversando com os seus conselhos participativos. Depois disso, Finanças faz uma análise, frente aos cenários de arrecadação, aos cenários de despesa, para compor toda a forma de

como esse bolo vai ser fatiado. Aí nessa composição de Finanças, esse aumento acabou ficando em 49% de salários, em 16%, se a gente for somar todas as dotações referentes a conselhos tutelares.

Então, para a gente, estamos nesse seguinte ponto: A gente ainda acredita que a estruturação de trabalho dos conselhos tutelares ainda carece de muito avanço, desde o ponto de vista regulamentar, desde o ponto de vista de definição de atribuições, definição de funcionamento operacional - a gente tem discutido muito - de plantão, de mínimos de serviços, de como tem que ser o pagamento de férias e 13º, se foi regulamentado e mais outros benefícios. Então, tudo isso ainda carece de regulamentação, e o orçamento tem que refletir um pouco também essa carência.

Então, a gente está no meio do caminho disso, mas a gente sabe e tem trabalhado junto, para que isso possa avançar da melhor forma. Aqui cabe o nosso papel, além de claramente ouvir as diversas falas que haverá aqui. É também fazer um pedido, para que a Casa, a Câmara Legislativa possa fazer esse trabalho junto conosco, de discussão e de avanço na estruturação dos conselhos tutelares.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o nobre Vereador.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, eu queria colocar uma questão. Eu tenho dialogado. A Vereadora Juliana Cardoso também milita muito nesse setor, como também os Vereadores Jonas Camisa Nova e Atílio Francisco. O nobre Vereador José Police Neto está aqui conosco. É um especialista em muitos temas e também, de maneira muito contumaz, a questão do orçamento. Quanto à questão dos conselhos tutelares, primeiro esse PL está vindo do Executivo. Como ele não chegou aqui e nós não tivemos acesso, mas o conselho esteve com o Sr. Secretário José Américo. Está sendo contemplando. Eu não sei se tudo o que V.Exas. solicitam, mas boa parte. O pouco que eu vi, no orçamento, vem um acréscimo de quatro milhões e alguma coisa para 11 milhões. A diferença necessária objetivamente são 7,5

milhões para atender para atender a toda necessidade. Eu não quero aqui cercear a palavra de ninguém. Eu quero dizer que nós temos um compromisso tácito nesta Mesa, de pedir, Sr. Presidente, se for necessário, para a própria Casa, junto ao Sr. Presidente, Sr. Donato, repercutir esses 7,5 milhões daquilo que a Casa devolve. É um compromisso da Mesa.

- Manifestação na galeria.

O SR. JAIR TATTO – Portanto, agora vem a parte que vocês vão ficar muito chateados comigo.

Pudessem vocês declinar – vou colocar poucos representantes para este debate, sem desmerecer a Secretaria de Direitos Humanos, mas o tema principal hoje é esse porque cortaram quase tudo lá. Sobraram vocês, que muito nos honram com a presença. Então, o Conselho Tutelar hoje é a maior rubrica de vocês.

Então, diria que não é muito dinheiro. Acho que seria uma marca desse governo deixar isso resolvido e que vocês pudessem refletir o desejo e a satisfação de vocês, protocolar uma planilha junto à Secretaria porque vocês chegaram cedo, mas os companheiros do movimento de moradia chegaram também bem cedo.

Então, queria fazer essa ponderação e os companheiros da Mesa, vamos buscar essa diferença de valores e deixar isso com a rubrica específica e com o valor necessário para atender a necessidade de cada um de vocês. Essa é minha solicitação, Sr. Presidente.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de anunciar a presença do Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não posso trazer uma voz. Eu não participei de nenhuma audiência pública até agora, vim nessa com o compromisso com a garantia de direito. Aqui não é um compromisso com a remuneração e sim com a garantia de direito e por ela passa a remuneração aos direitos sociais e tudo isso. É uma questão simples.

Portanto, aqui, não trata de uma questão política e sim uma correção. Tem uma correção a ser feita que não participa do debate político. É diferente a gente falar para colocar 500 mil, um milhão em cada conselho tutelar porque agora estamos imaginando que cada conselho tutelar vai tocar uma política pública diretamente. Não é isso que estamos discutindo.

Estamos discutindo direitos sociais e remuneração. Portanto, estamos corrigindo algo que também no final de 2012 também teve um debate parecido com este. O grande problema é que ainda fazemos debate de quatro em quatro anos e avançamos muito pouco no que temos de avançar.

Por isso acho que a fala do colega Jair deixa claro o nosso espírito. Todo o auxílio que o relator precisar tem questões na Casa que acabam recebendo amplo apoio e às vezes não é nem apoio, mas o reconhecimento que se errou. Tanto que eu falava que podia ter vindo do jeito certo, não veio, vamos corrigir, mas vamos corrigir nesta fase. Não vamos deixar para uma fase posterior, que é em plenário, que não tem garantias porque tem de discutir com outros e, portanto, pode ser para isso ou para aquilo, aí o risco é eminente.

Todo mundo sabe da diferença, o que foi projetado, 11 milhões e pouco, o que está sendo buscado, 18 milhões e pouco. É dinheiro? É. Não adianta dizer que não é, mas frente aos mais de 50 bilhões de reais, a gente sabe que é possível encontrar e sabemos que a sabedoria do nosso relator permitirá encontrar o endereço adequado para retirar os recursos e garantir a vinda. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vou fazer a chamada.

Marcos Alimari, conselho tutelar.

O SR. MARCOS ALIMARI – Quero agradecer aos nobres Vereadores. Fui contemplado nessa fala, nesse propósito que a Mesa toma em valorização da garantia do direito da criança e do adolescente, como o próprio Vereador disse, que passa pela valorização do conselho tutelar. Espero que realmente seja cumprida essa questão e quero cobrar o Executivo que esse PL venha a esta Casa o mais rápido possível, porque seria uma coisa

muito ingrata a gente embromar tanto para chegar até aqui... por causa de um detalhe tão pequeno, tão pífio, esse PL não chegar a tempo de coroar essa luta de todos os conselheiros tutelares que estão aqui e que é garantir direitos. Parabéns! Vamos lá!

P – Tem a palavra o Sr. Wilson Contrin, do Conselho Tutelar.

O SR. WILSON CONTRIN – Saúdo todos vocês. Eu tinha uma fala para fazer, mas, diante desse posicionamento da mesa, eu acho que é inócuo o que eu viria a falar.

Então agradeço a vocês por esse reconhecimento ao trabalho do conselho tutelar, que é um serviço de garantia, e que defende os filhos da Cidade, que são filhos dos Vereadores e Vereadoras, dado a responsabilidade quem tem os Vereadores pela cidade. Então são filhos dos senhores, filhos nossos, filhos da sociedade.

Agradeço. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Rosângela Rocha.

A SRA. ROSÂNGELA ROCHA – Boa tarde a todos, à Mesa.

Agradeço de antemão as falas dos Vereadores, pela valorização da classe.

Vamos ser bem sucintos nas nossas falas, até porque todos chegamos a um acordo, e fomos contemplados pela fala dos Vereadores Jair Tatto, Police Neto e também do Marcelo, apoiando a nossa casa.

Sou a Rosângelo; estou como coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, representando 52 conselhos, 260 conselheiros, que foram eleitos por mais de 70 mil votos. Então foi muito bem representado aqui na cidade de São Paulo, e estamos aqui garantindo direitos, mas com os nossos direitos violados, não é verde? Todos os dias já saímos de casa com o nosso direito violado, porque o conselheiro e o trabalhador que não têm vale-transporte para se deslocar até o local de trabalho já sai de casa com o direito violado. (Palmas) Como podemos garantir direito de crianças e adolescentes sendo que todos os dias temos os nossos direitos violados?

Mais uma vez, gostaria de deixar registrado, em apoio aos colegas, que, até o momento, não recebemos o PL. E pedimos, por favor, que o PL chegue à Casa ainda hoje, se for possível. (Palmas) E da forma como o conselheiro tutelar tem sido tratado nesta cidade também é tratado a criança a e o adolescente. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. José Liberato.

O SR. JOSÉ LIBERATO – Boa tarde a todos.

Eu queria fazer um protocolo e entregar para a Mesa, que seria a questão da assistência social.

Infelizmente, não misturou, o que é uma pena. Como alguém já falou, deveria estar todo mundo junto. Se estamos todos juntos, deveríamos estar juntos, não é, Mesa? Mas, infelizmente, isso não foi possível.

O Conselho Tutelar de Pedreiras faz questão de deixar protocolado para esta comissão a respeito a criação de CREAs e CRAS lá no distrito de Pedreiras, porque dizem que acima de 100 mil, no mínimo, tem que ter um CREA, e Pedreiras não tem CREA.

Referente ao conselho tutelar, a nossa remuneração, que teve quem falasse “ah, está vindo, porque é (Ininteligível) salário”. Não é. Para eu garantir direito, o meu direito tem que ser garantido.

O conselheiro entra oito horas e não tem horas para sair. Então o conselheiro está pagando para comer porque está difícil de sobreviver. Não tem condições.

Eu vou fazer mais uma pergunta para essa comissão. No ano passado, aconteceu isso. Os Vereadores falaram: “vai ter aumento”, e quando chegou na Secretaria de Direitos Humanos não foi possível. Então, o Secretário da época disse que até fizeram uma consulta pública, Vereadores, estava na pauta dia 05 de março, e isso não foi cumprido. Então, com que garantias saímos daqui? (Pausa)

Gostaria que nós fôssemos ouvidos para sabermos o por que isso não aconteceu. Cadê aquela consulta pública que o Eduardo Suplicy fez quando era Secretário de Direitos Humanos?

Eu acho que a gente está contemplado, sim, com a fala do Jair Tatto; o Police Neto também disse que isso era possível para o Relator.

Agora, 11 não dá. Tem que ser 30 mil ou mais para o Conselho porque lá falta segurança, falta tudo.

Só para concluir: todo mundo tem o direito à voz, não tem? Essa é a minha opinião.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. José Osvaldo da Silva.

O SR. JOSÉ OSVALDO DA SILVA – Boa tarde à Mesa, a todos aqueles que defendem o direito da criança e do adolescente.

Nós queremos, realmente, sair daqui, por mais que a Mesa já nos garantiu, sabendo que tem essa rubrica na questão do orçamento do Conselho Tutelar; que seja, realmente, essa rubrica direcionada a salário, uma equiparação salarial, porque está defasado desde 2010. Os conselheiros tutelares, desde 2010, vêm lutando para que acontecesse essa correção salarial e que a rubrica seja colocada no local do salário, para que não seja no montante, porque, depois, não seja realocado para outras finalidades. Isso é o que nós defendemos aqui.

O Conselho Tutelar está lá para defender. Muitas vezes, nós fazemos serviços que não são da nossa alçada. Temos que buscar vagas nas creches, socorrer crianças para o hospital, na Delegacia; saímos na Delegacia, a meia noite ou uma hora da manhã, e temos que desembolsar do próprio salário para pagar a condução dos familiares. Tudo isso tem que ser visto.

Nós estamos aqui reivindicando algo justo.

Nós vemos 130 milhões, 20 milhões, 30 milhões. O que nós estamos reivindicando é apenas um cafezinho diante do montante que a cidade de São Paulo arrecada. (Palmas)

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. Fernando Prata.

O SR. FERNANDO PRATA – Boa noite a todos e a todas; quero agradecer a presença da Mesa e o fato de se disporem a esse diálogo e essa discussão.

No Conselho Tutelar temos sempre a ideia de prioridades, de uma causa que é de extrema importância para uma cidade tão complexa como essa.

É para isso que estamos aqui: sensibilizar esta Casa – os que estão presentes na Mesa e os que nos vêm dos seus gabinetes – porque é importante para que a gente consiga construir uma cidade melhor; mais humana, e o conselho tutelar cumpre muito bem esse papel porque, como já foi dito, estamos na ponta da rede, onde aquela política pública ainda não foi, de fato, efetivada, tal como a assistência social, a educação e outras tantas partes da política pública que deixam as nossas famílias, crianças e adolescentes em vulnerabilidade, entra a ação do Conselho Tutelar.

E esse papel, de extrema relevância que nós realizamos. Mas, para isso, ainda falta muito e isso é verdade. Tanto na fala do Police, quanto do Cabral, e de todos os outros que, aqui, corroboram com o diagnóstico que nós trazemos, o Conselho Tutelar, se bem ouvido, traz indicadores para as políticas públicas. Traz indicadores para nós melhorarmos a qualidade da Educação, da Assistência Social. Ele traz indicadores para melhorarmos questões de Segurança. E também para pensarmos nos investimentos às crianças e adolescentes ao invés da redução penal, por exemplo.

E é para isso, pensando nessa gestão, que trouxemos a essa Casa e estamos fazendo todo um caminho de peregrinação, independente de ideologia partidária ou de composição para que tenhamos uma readequação orçamentária para que se possa complementar toda essa proposta que apresentamos aqui e que estará em mãos dos senhores

para que vocês possam rever o projeto que está para chegar nesta Casa – que ainda não chegou – valorizando, de fato, o trabalho do Conselho Tutelar que, desde 2011 e 2012, tem sido negociado.

E como já foi reconhecido por falas dessa Mesa, até por erro ou por questões burocráticas ou de prioridade, mas, neste momento, o Conselho Tutelar e salário é, sim, política pública de criança e adolescente. É tempo de pensar nisso. Por favor, senhores, sensibilizem-se com essa causa e olham para esse órgão que é de extrema importância e prioridade na escala de políticas públicas que, muitas vezes, não se conseguem desenvolver nessa Casa. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximo é o Sr. Cássio Pereira Nunes.

O SR. CÁSSIO PEREIRA NUNES – Primeiramente, aos conselheiros: Dignidade Já! (Palmas)

Boa noite a todos. Só queria corrigir minha amiga conselheira Rosângela e falar aos nobres Vereadores que não foram 70 mil eleitores que levamos às urnas, em fevereiro, mas 180 mil. (Palmas) E mais: nessa cidade, onde o voto não era obrigatório! Nós levamos. Então é uma voz relevante que está falando aqui.

Nós também estamos aqui para agradecer a Mesa e pedir que seja cumprido o que se está falando.

É bom que se diga que estamos saindo da invisibilidade. Nós éramos invisíveis nessa cidade e hoje estamos mostrando nossa cara e fazendo as reivindicações e sempre presentes para qualquer briga. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Oradora Sra. Andreza Paes Silva.

A SRA. ANDREZA PAES SILVA – Bom, boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa. Gostaria de dizer que é uma grande honra eu estar aqui representando a minha classe de conselheiros tutelares da cidade de São Paulo.

Primeiramente quero dizer que estou muito agradecida à sensibilidade do Sr. Jair Tatto e de muitos que estão compondo a Mesa, inclusive Juliana Cardoso e outros que também estão presentes.

Gostaria de reforçar que essa sensibilidade atinja outros que não perceberam a nossa causa. Peço e reforço que precisamos de mais pessoas sensíveis a essa classe de trabalhadores. Enquanto muitos de vocês estão dormindo, eles estão entrando em comunidades, arriscando-se, para proteger criança e adolescente. (Palmas)

Peço à Mesa que, por favor, olhem para essa causa não pensando em números, mas com o coração. Peço a vocês que isso se conclua com o projeto de lei que tem de chegar a essa Casa a tempo, se não vamos morrer na praia – como disse meu amigo Marcos – e, assim, não viemos aqui para morrer na praia. Queremos nossos direitos garantidos e vamos até o fim. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A Sra. Néia Arantes.

A SRA. NÉIA ARANTES – De novo, né Vereadora Juliana? Não é à toa, mais de dez anos nessa luta. Mas, primeiro que fico feliz com essa Casa cheia. Quantos conselheiros temos aqui hoje, levantem a mão. (Pausa) Isso é muito importante.

- Manifestação na plateia.

A SRA. NÉIA ARANTES – Ah, alguns já foram embora? Tudo bem. Mas é muito importante essa nossa luta.

Essa Casa, conselheiros, sempre esteve junto conosco. Nós estamos lutando para aprovar os direitos sociais. Em 2013, tivemos 45 Vereadores votando a favor dos nossos direitos sociais. No ano passado, tivemos também muito apoio, essa Casa não deixa a gente. Isso é verdade. Os Srs. Vereadores têm, sim, essa sensibilidade, têm, sim, essa coerência. Mas, ainda assim, quero pedir um favor para vocês: quando falamos de Conselho Tutelar no que tange à dignidade e à valorização, para esse servidor – pessoal, presta atenção aqui -,

para esse servidor que, vejam eu tenho uma função híbrida, é uma função exclusiva, excepcional, e não é todo mundo que tem.

E tem algo mais – vamos prestar atenção -, Sr. Presidente? Vou parar. (Pausa)

Eu acho que temos avançado muito nessa discussão dos conselhos tutelares. Tivemos aí uma gestão de mais de quatro anos fazendo isso, nessa luta, mas quero pedir a essa Casa atente para uma questão muito séria: a mudança do quadro de conselhos tutelares.

Não dá mais para conselheiro tutelar ficar em funcionalismo público. Ele tem de ter quadro específico, um quadro único para ele. E precisa ser criado nesta Casa. Um quadro com valorização, com salário decente. Portanto, ele precisa sim, de um quadro que o coloque nessa condição, porque hoje temos aqui essa fala sobre a questão do aumento para os conselhos tutelares, tudo bem, mas que se pense não muito distante num quadro para Conselho Tutelar. Assim garantiremos, de verdade, todas essas questões que precisam ser garantidos. Obrigada e até mais. Não falo mais hoje, pessoal! (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu estava brincando, viu Néia, você é uma pessoa muito bacana.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passo a presidência ao Vereador José Police Neto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos chamar o Sr. Enrico Rocha e abrir a lista de inscrição para aqueles que desejam falar na próxima audiência pública – Habitação – para dar um pouco de velocidade. Com a palavra o Sr. Enrico Rocha. Depois o Junior, também do Conselho Tutelar.

O SR. ENRICO ROCHA – Primeiramente, uma saudação a todos. Início minha fala, já que a Mesa tomou a iniciativa de consolidar nossa luta e lembrar que há 300 e poucos anos o adolescente lutou contra o cativo. O adolescente fugiu dos grilhões de um padre e foi para o Quilombo lutar por direitos e por moradia.

Por isso, hoje, quero parabenizar toda a luta pela moradia e dar parabéns aos conselheiros tutelares que estão lutando por sua dignidade, por liberdade. E viva a democracia! E viva o Zumbi dos Palmares.

Quero dizer para vocês, Sr. Cabral, que quem deveria estar aqui seria o Sr. Felipe e não o senhor. Os dados apresentados aqui hoje deveriam estar nesse telão apresentado pelo Secretário de Direitos Humanos.

Gostaria de agradecer à Mesa a sensibilidade, só que direitos sociais, direitos trabalhistas. Eu, a democratização da operação na divisão de bens, na distribuição de renda se fez com o consentimento político e é isto que quero e peço a esta Mesa: comprometimento político com a história que vem se escrevendo. Essa democracia neste País há 20 anos que hoje está em risco. O Brasil passa hoje por um golpe de estado, todo mundo sabe, e quem vai manter direito à dignidade e valores desta Nação não religiosa, não patriarcal será Direitos Humanos e os Direitos Humanos sempre foi visto com mais responsabilidade.

Como já foi corrigido, foram quase 200 milhões de votos na segunda eleição e não na primeira. Então, gostaria que esta Casa se comprometesse de fato com o que foi colocado no início desta plenária que vai olhar com o comprometimento político para dar esse valor que precisa para as pessoas titulares.

Para você, Cabral, estaremos lá amanhã solicitando esse PL para que essa categoria analise porque é o nosso futuro que está nesse PL.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Jânio Crepaldi.

O SR. JÂNIO CREPALDI – Boa tarde a todos. O Vereador Jair Tatto derrubou o meu discurso, o que eu iria falar, mas porque ele é um Vereador muito antenado. Por que digo que ele é antenado? Porque esta Casa, em 2015, do orçamento total dela, 50 milhões foram economizados e devolvidos para a Prefeitura para serem redistribuídos para as Subprefeituras, justamente o que eu iria propor.

A Secretária falou que tem um todo, o orçamento não é fictício, lógico que não é, mas esta Casa pode alterar sim porque senão não precisaria vir para cá para ser discutido.

Então, é importante que as categorias que aqui vieram para pedir aumento e vou ficar morrendo de vergonha de dizer que um conselheiro tutelar ganha 1.700 reais e com esse dinheiro, muitas vezes, tem de comprar alimento para uma criança que tem fome e também, pasmem, o conselho tutelar fez-se valer e o conselheiro tem de pagar o seu transporte. O que estamos pedindo é respeito. Não somos uma categoria de trabalhadores porque não temos registro em carteira, mas somos eleitos, como os senhores são pelo povo. (Palmas)

Gostaria de agradecer aos Vereadores Jair Tatto, Police Neto, Atílio, Juliana Cardoso, mas também outros Vereadores que são da luta e que defendem os direitos da criança e do adolescente.

Precisamos desse compromisso assumido com os conselhos tutelares. Gostaria também de deixar registrado que não é só aumento para conselheiro tutelar, mas precisamos de políticas públicas para criança que não existe nesta Cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – José Aleluia encerra a participação dos conselhos tutelares. Laerte, você fala e ele encerra. Não tirei a sua palavra.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Infelizmente, para se formar uma sociedade para o trabalho e empreendedorismo, é preciso investir em políticas públicas de formação no novo cidadão que é a criança e adolescente. Ao longo desses anos, de 88 para cá, não houve essa revolução de investimento em políticas públicas para a juventude. Houve bala. Porque, de 88 para cá foram mortos 823 jovens na faixa etária de oito a 21 anos, e desse total, infelizmente, 38% aconteceu aqui na Cidade de São Paulo, pela política fascista do Governo Geraldo Alckmin. E o projeto de braços abertos que deveria ser um projeto de Excelência, que apoiei,

virou sinônimo de corrupção. Por que cerca de anos, do orçamento, aqui da Secretaria de Assistência Social, dentro da pasta, vai para traficante velho, inclusive, colocar o usuário para praticar crimes, inclusive, até faltado como o dinheiro público para assaltar aqui a população aqui no Centro. É uma verdadeira violência. Temos aí o Governo do Estado e o governo Haddad, eles falam grosso para os usuários de droga, e fala fino para os traficantes de droga. Em termo de golpe, houve um acordo de compadre e comadre, porque o Michel Temer, já roubava junto com o Lula e a Dilma, porque há 12 anos eu denunciei no Ministério Público Federal a operação que eles tinham para roubar os orçamentos das empreiteiras, inclusive a Petrobrás. Denunciei aqueles aterros no Rio de Janeiro, de Sergio Cabral. Obrigado!

O SR. ALELUIA - Boa noite a todos. O Conselho Tutelar, venho aqui cumprimentar mais uma vez a sua luta por respeito, porque acima de tudo, Executivo da maior cidade da América Latina, nossa querida São Paulo, tenho os conselheiros, realmente humilhados com salário de café. Acredito que alguns vereadores, parabéns a eles, também tinha até vergonha de saber que Conselheiro Tutelar era autoridade em São Paulo. A maior cidade repetina Agradeço a todos os Vereadores que estiveram respeitando um dia. Fazer com que esses conselheiros, esses profissionais que fiscalizam o direito do futuro desse País, porque são as nossas crianças, nossos adolescentes que farão esse País. Quero dizer o seguinte: vamos aguardar com cautela, para realmente ver qual é a medida, como disse o nosso Vereador, que é uma complementação, se realmente devemos ou não voltar a brigar pelos nossos direitos, porque afinal de contas vamos ter um novo Prefeito, que deixou claro a todos os presentes, que ele era um trabalhador, não era político, mas todo cargo eletivo é político, e que agora, vem para a política, fazer uma política de justiça, não só conselheiros tutelares, como todas as categorias que o Legislativo Municipal apresente a eles, que são todos nossos representantes, eleitos para representar o povo, que veja com carinho todas as profissões. Graças a segurança, quando a gente fala em Saúde, a gente fala em todas as espécies que o Governo tem de oferecer para a segurança, mas a segurança não é apenas para os Vereadores. A

segurança da Casa, é para que a tenha condução com respeito, porque reivindicações de forma pacífica merece ser respeitada e eles são exemplo disso. Encerrando, que esse segurança, que o trabalhador que vem como Prefeito, também veja a situação desses guardas municipais que também tem um trabalho paralelo com os conselheiros tutelares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Encerramos a lista de inscritos. Passamos a palavra para à Secretaria para as manifestações de conclusão da audiência pública.

O SR. _____ - Obrigado a todos que falaram. Tenho pouco a ressaltar aqui. apenas dar alguns detalhes, primeiro, parabéns pelo trabalho prévio que os senhores fizeram. Os Srs. Vereadores estavam bastante instrumentados em relação ao que está sendo discutido, ao que está sendo proposto. Fruto do trabalho de vocês. Mais um gol para vocês.

_____ Sobre o PL que chega em breve aqui, o PL saiu da Secretaria dos Direitos Humanos, esta na Secretaria de Governo hoje. Ele não foi enviado anteriormente, por uma razão. Esse é um PL que por prever um aumento de salário, concessão de benefício, ele cria despesas. Por questão de vedação eleitoral ele não poderia se enviado a 180 dias antes do pleito eleitoral. Por isso ele demorou muito para que isso acontecesse. A segunda implicação dessa criação de despesa por parte do PL , é que ela não pode prever nenhum aumento de despesa para além do que já está previsto no projeto de orçamento que está em votação. Que ainda pode se emendado, pode ser alterado pela Casa. Dessa forma o texto que vem do Executivo, ainda que ele possa sofrer alguma alteração pelo governo, por onde ele está agora, e acredito que a fala do Henrico é que a gente faça coro com vocês aí de ter de ir lá para o governo e tentar acelerar com que isso chegue, é que ela não pode ser superior ao que está previsto no PL. A mudança desse texto tem de acontecer concomitantemente com alteração da Lei Orçamentária. Acho que aí é um trabalho, já que os Srs. Vereadores estão super instrumentados, é que isso aconteça, que esse tempo seja perfeitamente adequado, e que

esse trabalho possa ser feito. Da nossa parte fizemos o possível para que isso fosse acelerado.

Aí a ultima coisa Henrico, o Secretário está me enviando mensagem o tempo todo para saber como foi, a agenda veio às 9hs. Na quinta e infelizmente não pode estar. Obrigado e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Desde quando cheguei aqui nessa Casa, o primeiro ponto de pauta foram duas: uma foi habitação e outra foi questão de conselho tutelares. Essas pessoas trabalham para caramba. E não é só o fato, fazendo essas atividades nos plantões, mas também fazem um trabalho muito voltado à questão da formação e da política pública para criança e adolescente juventude, então só queria falar para os senhores: vocês estão de parabéns. Essa conquista é de vocês. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o nobre Vereador relator Bispo Atílio.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Vocês querem, eu faço, mas primeiro preciso de muita oração para resolver essa questão.

- Manifestações na galeria.

O SR. ATILIO FRANCISCO – Estou aqui na Casa há 16 anos. Tive a oportunidade de votar projetos que concedeu aos Srs. Conselheiros a remuneração na época da Marta. E daí para cá o tempo foi passando e vocês foram ficando sempre a mercê dos orçamentos. Chegou a hora, acredito que, como toda classe, todo o segmento, tem de lutar pelos seus direitos. Foi determinado que fosse nessa gestão, justamente na primeira vez, em 16 anos que faço parte da relatoria do Orçamento da Cidade de São Paulo. Minha proposta. se eu pudesse atenderia todas as reivindicações que apresentadas aqui, mas infelizmente a gente lida com números. O numero não tem como mudar. É aqueles que a gente têm e é com eles que temos

de lidar. Faremos todo o possível para atender essa reivindicação dos senhores. Sou favorável. Reconheço o direito. Reconheço o valor de cada conselheiro, e pode contar com esse parceiro, com esse amigo, com relator que vai realmente ajudar a resolver essa situação de todo o conselho tutelar da Cidade de São Paulo.

Com relação a devolução do valor da casa, infelizmente não é possível, porque a Câmara Municipal de São Paulo controla seu orçamento, seus custos, seus gastos, e quando chega ao final do ano, é que ela tem condições de saber o que vai sobrar, ou que não vai sobrar. Todas as Mesas Diretoras, o nobre Vereador Police, foi presidente, eu fiz parte da Mesa Diretora ao seu lado, na época se não me engano, fizemos uma devolução de 112 de reais, de devoluções. Foi a primeira vez que foi feito. Foi feito um controle de gastos para que se pudesse fazer essa devolução. E a Partir daí foi colocado na LDO que as devoluções dos recursos da Casa pode ser utilizado os segmentos para as áreas sociais. Não será possível porque não temos condições de repassar de um orçamento para o outro o custo do salário de vocês. Vou procurar dentro da peça, Quando pedi orações, não foi só por mim, não! Para os assessores que vão nos dar toda a condição de buscar esses valores para atender as reivindicações dos senhores. Os assessores são pessoas técnicas capazes, competente e que vão tutelar essa reivindicação do conselho tutelar da Cidade de São Paulo. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dou por encerrada a audiência publica que tratou da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e também tratou dos conselheiros tutelares da Cidade de São Paulo. Agradecer a presença de todos.

Dentro de instantes iniciaremos a próxima audiência pública para tratar da pasta: Habitação, moradia digna, fundamental para nossa cidade.

Estão encerrados nossos trabalhos.

-Suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública,

que trata do PL 509/2016, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o ano de 2017 – Orçamento de 2017.

Informo que a audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço: www.camara.sp.gov.br link auditórios online.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, link audiências públicas/registro escrito.

Gostaria de chamar para compor a Mesa a Sra. Maria Lúcia Salum D'Alessandro, também a Sra. Denise Lopes de Souza.

As inscrições estão encerradas.

- Pausa.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Por favor, precisaria que o Daniel, técnico da Cohab, que está acompanhando a equipe, venha nos ajudar na apresentação, que já está na tela. Se ele puder vir. (Pausa) Daniel está por aí? (Pausa)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passo a palavra para a Sra. Maria Lúcia da Secretaria da Habitação.

A SRA. MARIA LÚCIA SALUM D'ALESSANDRO – Boa noite a todos, a todas.

A gente veio nesta audiência pública, o meu nome é Malu, Maria Lúcia, muitos da Habitação me conhecem. Eu trabalho na Secretaria da Habitação. Atualmente, na qualidade de Secretária-Adjunta, estou no lugar do Mário Reali, que está licenciado.

É isso, viemos aqui pra apresentar o Orçamento da Secretaria para o ano de 2017, estaremos respondendo às perguntas que vocês fizerem sobre o Orçamento. Obrigada!

Esta é a Denise, que vai apresentar o Orçamento da Sehab; e o Daniel, que é técnico da Cohab, que vai responder às perguntas.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Boa noite a todos. Vamos apresentar o Orçamento da Habitação. É importante dizer que a Habitação é suportada por diversas fontes

de recursos. Então, temos aqui a Política Municipal de Habitação Social, que executa suas ações suportada por diversas fontes, além do Tesouro Municipal.

Além da fonte Tesouro Municipal que é destinada à Habitação, que tem valor bastante reduzido por conta de necessidades de outros investimentos da Administração, basicamente a Habitação se suporta com recursos do Fundo Municipal de Habitação, cuja execução é pela Cohab, como órgão operador do Fundo; com os recursos do Fundurb, que é o Fundo de Urbanização.

Agora, com a última revisão do Plano Diretor Estratégico, foi definido um percentual de arrecadação desses recursos muito importantes pra Habitação: 30% de todas as receitas das outorgas, ou seja, aqueles particulares que querem aprovar projetos e utilizar um pouco mais de potencial construtivo, eles pagam uma diferença pela utilização desse potencial. Esse pagamento entra nesse fundo e é dirigido as intervenções nas áreas mais necessárias do Município. No caso da Habitação, 30% de tudo que é arrecadado é destinado à aquisição de imóveis destinados à construção de Habitação de Interesse Social.

O grande volume de recursos que a Habitação utiliza desse Fundo é prioritariamente para aquisição de imóveis, sejam terrenos ou imóveis prontos. No caso, por exemplo, do Programa de Locação Social, são comprados imóveis prontos e efetivadas reformas dirigindo à utilização na locação social, que é a nova política que está sendo *implementada* pela atual Administração.

Outro fundo que destina recursos para o desenvolvimento da Política Municipal de Habitação é o Fundo Municipal de Saneamento. Em 2010 foi assinado contrato entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo com a Sabesp para prestação de serviços no Município de São Paulo. Conforme a lei que foi aprovada por esta Casa, 7,5% do que a Sabesp arrecada na prestação de serviços no Município de São Paulo é destinado ao Fundo Municipal de Saneamento. Essa destinação, para se ter ideia de valor, é da ordem de 350, 360 milhões de reais, neste exercício. A destinação desses recursos pode ter diversas aplicações,

desde intervenções em áreas de assentamentos precários, viabilização de infraestrutura urbana, aquisição de áreas para implantação de parques, desassoreamento de córregos, contenções, atendimento em área de risco. Ele têm grande área de utilização e uma delas é destinada à Habitação.

Depois há os recursos das operações urbanas. Operações Urbanas são ações realizadas em perímetros específicos da cidade, com leis específicas, onde há a possibilidade de ampliação do potencial construtivo e, por isso, há arrecadação e essa arrecadação é destinada a diversas melhorias em infraestrutura, em Habitação nos perímetros das Operações Urbanas. Temos operações urbanas, por exemplo, a Água Espraiada; a Faria Lima; a Água Branca; Operação Urbana Centro e outras que estão sendo estudadas, são leis a serem aprovadas.

Então as operações urbanas também destinam recursos para execução da Política Municipal de Habitação nos seus perímetros justamente pra atender os assentamentos precários que se encontram nesses perímetros. Por exemplo, na Água Espraiada temos o Jardim Edite, o Real Parque, que são empreendimentos executados no âmbito dessas operações.

Há também recursos do Governo do Estado, que ingressam no Município por meio de convênios específicos, específicos com a Sabesp para empreendimentos específicos. Específicos, por exemplo, com CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo. Também há convênios específicos para determinadas áreas.

Há também recursos do Governo Federal mediante termo de compromisso assinado, por exemplo, com o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; ou recursos do Minha Casa Minha Vida, dentre outros.

Então é importante o entendimento das diversas fontes que compõe o orçamento da Habitação. Nós não identificamos o Orçamento da Habitação só no orçamento do órgão da Sehab, ele está presente em diversos outros órgãos e o que buscamos trazer para os senhores

é o resumo, o agrupamento desses valores, desses diversos órgãos e fontes para facilitar o entendimento, que é esse aqui, vejam.

Temos então: a proposta orçamentária 2017 primeiro vamos abordar além do Fundo Municipal de Habitação. O Fundo aborda em seguida. Então temos projetos que são considerados investimentos de execução da Secretaria de Habitação. Dividimos por tipo de intervenção; as fontes de onde vêm os recursos e os valores para se ter ideia dos montantes propostos para 2017 pelo Executivo, que estão passando agora por análise e avaliação do Legislativo.

Então temos: urbanização de favelas com construção de Habitação de Interesse Social, ou seja, tenho urbanizações que só imprimo infraestrutura, redes de água e esgoto, pavimentação, mas também tenho construção de habitação, às vezes, nas áreas da própria ocupação, da própria favela.

— Tenho, então, do Fundo Municipal de Saneamento estão destinados – propostos, né? – 91 milhões; do Fundurb, 23,8 milhões; aqui vejam, no Fundurb, além dos 30% para aquisição, conseguimos também recursos para outras destinações; operações urbanas, aqui estão somadas todas elas, Águas Espriadas, Faria Lima, Água Branca, Operação Centro, 292 milhões, recursos esses que só podem ser utilizados nos perímetros das operações, lembrando que os recursos não utilizados não podem ser utilizados fora do perímetro; convênios com o Governo Federal PAC para organização de favelas, 35,5 milhões, são termos de compromisso e convênios celebrados já há vários anos que estão, praticamente, finalizando; com o Governo Estadual, Sabesp e CDHU outros 35 milhões; e do Tesouro Municipal, 16 milhões.

Vejam que a grande maioria da fonte de recursos são de fundos, operações e convênios e do Tesouro Municipal uma pequena parcela. Então 493 milhões para urbanização de favelas.

No programa Mananciais, do Fundo de Saneamento, 26 milhões; do Fundurb e Operações Urbanas não, Operações Urbanas não têm nenhum perímetro na região Extremo

Sul da Cidade. Do Governo Federal PAC 345 milhões; do Governo Estadual, 65; do Tesouro Municipal, mil reais. Por que aparece mil reais? Quando não temos uma estimativa de recursos do Tesouro, mas deixamos prevista a dotação, porque, caso haja possibilidade, às vezes, de uma receita adicional do Município, é possível alocar recurso nesse programa Mananciais. Totalizando R\$ 436 milhões.

Regularização Fundiária. Do Fundo de Saneamento, 35 milhões; Fundurb, 11; Operações Urbanas, 13; Governo Federal PAC, 10 milhões; e Tesouro Municipal 10 milhões, sendo a totalização de R\$ 80 milhões.

Lembrando aqui: a Regularização Fundiária tem um forte investimento em serviços técnicos, não tanto em intervenções de obras. Então por isso que, às vezes, se fala: “Nossa, só isso para regularização?”, mas esses valores produzem muito trabalho técnico que viabiliza a regularização fundiária e registrária.

Construção de Unidades Habitacionais, em aquisição de imóveis. Temos o Fundo de Saneamento 16 milhões; Fundurb, 79 milhões. Setenta e nove milhões é exatamente o equivalente a 30% da expectativa de arrecadação do Fundo de Urbanização. Dos 79 para aquisição de imóveis, 43 milhões serão destinados para execução via Fundo Municipal de Habitação e Cohab. Grande parte desse recurso é destinado à execução FMH-Cohab, a diferença é a execução direta da Secretaria de Habitação.

Construção de unidades habitacionais, aportes da Casa Paulistana. O que é isso? O Programa Minha Casa Minha Vida tem um limite de investimento, por unidade habitacional. Há diversos limites para as cidades do Brasil e, em relação ao Município de São Paulo, por conta da terra, da infraestrutura, até do mercado de materiais e tal, esse valor não é suficientemente alto, ou razoável, para viabilizar às vezes os empreendimentos.

Então nós temos possibilidade de dois aportes para viabilizar os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. Um aporte é o da Casa Paulistana, convênio que a Prefeitura fez com a Caixa Econômica, onde ela pode aportar até 20 mil reais, por unidade habitacional, para

somar ao valor do Minha Casa Minha Vida e viabilizar o empreendimento. Também tem, do Governo do Estado, a Casa Paulista, que pode aportar mais um valor adicional.

Então previsto para 2017, com recursos do Fundurb, uma previsão de aporte de 25 milhões de reais. Isso, considerando as estimativas que a Caixa nos passou de empreendimentos que têm possibilidade de assinar contrato ainda do Minha Casa Minha Vida.

Nós temos aqui totais por fontes e um valor que chega a 1,162 bilhão. Lembrando sempre que são recursos previstos, sendo que a previsão funciona da seguinte maneira: todo ano, mais ou menos em junho, todas as secretarias encaminham para a Secretaria de Finanças as receitas que são estimadas, considerando fundos, convênios e diversas fontes que não são Tesouro, porque quem define o dinheiro do Tesouro é a Secretaria de Finanças, porque ela vem de impostos e as secretarias não cuidam dos impostos.

Então todas as secretarias informam Finanças de todas as receitas que não são do Tesouro e, com essa informação nós recebemos os parâmetros possíveis de cada fonte e que, ao longo da execução do ano de 2017, esses parâmetros vão se confirmando ou não, dependendo da receita que é arrecadada. Por isso, a gente fala previsto.

A SRA. _____ - Eu só queria acrescentar uma coisa, tanto o FMSAI que a Denise colocou, quanto o Fundurb, Operações Urbanas e o Tesouro Municipal, são valores que estão mais ou menos previstos, por conta do histórico, da possibilidade de aumento de outorga onerosa, diminuição, que é mais ou menos um pouco dentro da governabilidade da Prefeitura.

Agora, os recursos do Governo Federal e do Governo do Estado não estão tanto na governabilidade. Só para dizer para vocês que, por exemplo, no Governo Federal os recursos já foram escassos neste ano, quer dizer que o que estava previsto já não veio.

Esse recurso do Governo Federal que parece é muito grande, na verdade ele pode ser muito, muito, muito menor no próximo ano, como foi neste ano. É só uma estimativa por conta do que foi contratado com o Governo Federal, não quer dizer que o dinheiro vem.

O restante vem, com o Governo do Estado também é a mesma coisa. É em função do que foi contratado, mas não do que efetivamente vem, porque se eles falarem que não vem, não vem.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Continuando agora, nós temos outra parte de recursos que é denominado como atividade, no orçamento da Prefeitura, que se refere a despesas de custeio.

No caso da execução Sehab, há além daquele do investimento, a administração da unidade, 50 milhões, que aqui tem: pessoal, despesas para manutenção da Secretaria e outras despesas; sistemas de informação, que é a Prodam, 2,5 milhões; assistência técnica habitacional, mil reais – precisamos deixar essa rubrica, porque é uma exigência legal, mas não conseguimos disponibilizar tanto recurso ainda, mesmo porque não temos essa atividade em funcionamento, isso a gente consegue captar mais recurso. Esse recurso é uma assistência técnica que, por lei, a gente pode contratar para subsidiar com assessorias técnicas os movimentos para viabilizar também a busca de recursos e projetos.

Serviços de moradia transitória é o novo nome que está sendo dado para a verba de atendimento habitacional, o vulgo aluguel social. Ele vem com essa denominação agora, serviços de moradia transitória, para ficar um pouco mais próximo da definição do novo Plano Municipal de Habitação que está sendo desenvolvido, trazendo um pouco de novidade em relação ao novo Plano Municipal de Habitação. Nós temos aqui 156 milhões de custeio da Sehab, incluindo o serviço de moradia transitória.

Agora, do Fundo Municipal de Habitação, cuja execução é da Cohab, nós temos aqui, projetos e investimentos. Projetos de apoio habitacional 11 milhões, fonte própria; construção de unidades habitacionais, fonte própria; regularização fundiária. Então esse valor de 17 milhões para investimentos, vai ser acrescido daqueles 43 milhões que eu tinha dito do Fundurb, que são destinados para aquisição de imóveis. Eles vão ser adquiridos aqui pela FMH ou Cohab, além dos 17 tem mais o 43.

O que é fonte própria? O Fundo Municipal de Habitação pode também receber recursos do Tesouro, mas no estudo que foi feito pela Administração, não conseguiu viabilizar recurso do Tesouro adicional. Fonte própria é todo recurso que o próprio Fundo Municipal de Habitação gera ao comercializar suas unidades, ao prestar seus serviços, é dinheiro de retorno próprio, sem recurso externo. Há também algumas outorgas onerosas, por algumas leis específicas, que remetem recursos para o Fundo Municipal de Habitação.

Atividades de custeio do Fundo, aqui na ordem de 18 milhões.

Agora um pouco para visualizar esses investimentos. A Secretaria de Habitação, assim como o Fundo Municipal de Habitação, viabilizado pela Cohab, tem um número significativo de contratos ainda em andamento, cujas licitações e contratações vêm de 2010, 2012 ainda, sem possibilidade de incluir contratações e licitações novas, porque, pela Lei de Execução Orçamentária Federal, nós não podemos propor nada novo enquanto nós não executarmos o que está em andamento.

Infelizmente, ao longo dos anos, nós temos sempre alocados recursos, mas os recursos para habitação, apesar de ser 1 bilhão, não é o suficiente para tamanha necessidade que o Município tem. Todas essas áreas, nós já terminamos alguns contratos, mas todos aqueles recursos estão alocados basicamente, na parte de execução pela Sehab, em Heliópolis, ainda, em várias frentes, Paraisópolis, também com várias frentes de trabalho; Sapé, Viela da Paz, Bamburral, Lidiane, Ponte dos Remédios, Diogo Pires, Jardim Edite, Zaki Narchi, Real Parque, Estevão Baião, Coliseu - que também está ainda em estudo -, algumas unidades habitacionais na Água Espaiada e algumas desapropriações em andamento.

Na zona Leste, nós terminamos alguns empreendimentos, como São Francisco, por exemplo, mas não conseguimos implementar novas intervenções enquanto não conseguirmos terminar o que está em andamento.

Os projetos do Renova fazem parte de uma grande gama de projetos que está em andamento há muito tempo também, porque é uma proposta arrojada de se pegar grandes

perímetros da Cidade, principalmente reunidos pelas bacias hidrográficas, e estudar toda uma região, onde há diversas intervenções previstas nelas.

Diversos projetos do Renova já estão sendo finalizados em todas essas regiões. Estão em grande parte finalizados, mas nós não conseguimos ainda implementar licitações para intervenções, porque precisamos buscar convênios e recursos adicionais, mas os projetos ainda continuam em 2017.

No Programa Mananciais há alguns contratos em andamento na Represa Guarapiranga e na Represa Billings, algumas intervenções, há desapropriações previstas. Foram contratadas, no final de 2012, 64 áreas de intervenção para esse Programa. Dessas 64 áreas, foram também, no final de 2013, viabilizados convênios com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, que é esse que a Secretária Adjunta acabou de mencionar que neste ano e no ano passado não conseguimos que o recurso viesse e, para 2017, nós estamos prevendo, mas sem muita garantia de que consiga viabilizar.

Dessas 64 áreas, 14 foram analisadas pela Caixa Econômica como viáveis de início imediato, do ponto de vista de projeto, mas, efetivamente, investimento não.

Hoje nós estamos atendendo na região de mananciais basicamente áreas de risco, por determinação judicial, por exemplo, o *boulevard*, que também fica na represa e outras demandas, mas basicamente as judiciais, e algumas intervenções no Jardim Arnaldo, Arizona, mas não no desenvolvimento a todo vapor dos projetos.

No Programa de Regularização Fundiária, além de todas as ações técnicas que eu falei de elementos técnicos para a regularização, plantas, levantamentos em cartório, as demarcações e a titulação que está sendo emitida. Além disso, nós temos hoje dois grandes loteamentos em obras, que é o Sítio Itaberaba e o Jardim Continental, que tem risco inclusive e determinação judicial para execução, assim como conjuntos habitacionais antigos que estão sendo revitalizados e regularizados por todas as áreas.

Por fim, nos serviços técnicos especializados, nós temos o trabalho social, que recebe parte desses recursos; cadastramento de famílias, que é um serviço contratado recebe esse recurso; regularização fundiária, também recebe parte do recurso.

Para dar uma ideia, nós temos também o suporte de gerenciamento de programas. Temos aqui, para entendimento, as fases de um empreendimento, desde a pesquisa de área, prospecção, elaboração de projeto, licitação de obras, adequação dos projetos durante a obra e a regularização dos empreendimentos.

Então, nós temos aqui mais ou menos onde esses prestadores de serviços trabalham até a regularização fundiária. Parte desses recursos também é destinada para esse tipo de prestação de serviços de suporte aos programas.

Com o trabalho social, cadastramento, gerenciamento e os serviços de regularização fundiária, a gente tem na ordem de mais ou menos 10% do que a gente tem de investimento programado. Isso dá mais ou menos de 70 a 80 milhões de reais, esses 10%. São serviços que, se não forem executados, não garantem também a vinda de recursos externos. Por exemplo, no PAC, o Governo Federal exige nos seus quadros de composição de investimento, no mínimo, 2,5% para trabalho social. Então, são exigências feitas pelos órgãos que nos destinam recursos. Esse é só um exemplo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a Sra. Denise. Justifico a ausência do Sr. Presidente, que tem de fazer um tratamento médico, portanto ele nos deixou neste momento. Lembrando que ele chegou aqui às 8h e presidiu todas as sessões até agora. Embora eu não seja membro da Comissão de Finanças, vou ajudar na condução dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do MRCEEP.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa noite. Saúdo os Srs. Vereadores Police Neto e Jair Tatto, mas não concordo com dois minutos para discutir a moradia na Cidade; o mínimo seriam

três minutos. Também saúdo o representante da Secretaria de Educação, mas critico a ausência do Secretário João Whitaker. É lamentável como também se ausentou o Secretário Felipe de Paula numa discussão importante de Conselho Tutelar. Esse tipo de discussão só ocorre uma vez ao ano, e até o Secretário Azevedo Marques veio discutir, então por que não vem discutir o Orçamento com o povo? Qual a justificativa para mais uma ausência dos Secretários na discussão temática da moradia popular na cidade de São Paulo.

Vamos discutir o Orçamento. A Secretaria de Habitação, de R\$ 728 milhões de 2015, passa a ser R\$ 674 milhões para 2016, ou seja, R\$ 64 milhões a menos, de cara. Também lamento profundamente que o dinheiro do Fundo Municipal da Habitação e da Cohab tenha uma execução tão pequena. Por exemplo, em 2015, a questão da urbanização de favelas, executou R\$ 138 milhões de R\$ 317 milhões. Este ano, caiu para R\$ 187, e só executaram R\$ 65 milhões, praticamente mínimas urbanizações em 2016.

Construção de novas moradias: as tais 55 mil moradias prometidas pelo Haddad em 2015 não serão cumpridas, porque a dotação orçamentária tanto na Cohab, quanto na Secretaria, está pífia, com uma execução vergonhosa. E a verba federal também inexistente, mesmo que a Presidente Dilma sendo do mesmo partido do Prefeito Haddad.

Por fim, o último tópico: morar no Centro. Por que não se faz mais projetos de moradia para o Centro de São Paulo, como existia na gestão Marta Suplicy? Os cortiços estão aumentando, a vergonha é geral, o desrespeito da gestão Haddad, que é nota zero na habitação.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Desde a primeira conferência nacional da cidade de Brasília, numa grande visão de mídia global, nós apresentamos o projeto do Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Mas infelizmente esse projeto virou sinônimo de corrupção, pois 35% das habitações construídas foram distribuídas para pessoas que não mereciam, no

lugar da população que ganhava de zero até três salários mínimos. E o projeto que eu apresentei previa a construção de 15 milhões de habitações até o ano de 2021.

Mas voltando à cidade de São Paulo, cujo PIB é o maior da América Latina, que contribui com 40% para o Estado de São Paulo, e 15% para o Governo Federal. Mas, infelizmente, temos 3 milhões de pessoas morando em cortiços, favelas, em situação de risco, áreas irregulares. Isso é um verdadeiro absurdo, pois é uma cidade tão rica.

Particpei da elaboração do Plano de Metas do governo Haddad, que previa até o final do mandato dele, em 2017, 55 mil conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo. Mas, até agora, foram construídos apenas 8 mil e o orçamento que foi aprovado foi para construir 55 mil. Então, para onde foi esse dinheiro?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Carmen Ferreira, Associação Civil Sociedade Alternativa, Conselho Gestor da Viela da Paz.

A SRA. CARMEN FERREIRA – Boa noite a todos. Sinto muito porque não pude participar da audiência de educação, devido às alterações que foram feitas, assim como muitos não puderam, então, nos próximos anos, temos de tomar cuidado e ter respeito às pessoas, pois elas estão aqui desde às 9h da manhã, ou até antes.

A minha solicitação diz respeito à urbanização da Viela da Paz, que se iniciou a partir de um processo junto ao Ministério Público e cujas obras começaram a partir de 2012. Precisamos de mais recursos orçamentários para a conclusão dos condomínios B e E, para o início das obras de edificação dos condomínios A1 e A2, que estão previstas para março de 2017.

Observando que existe o TAC a ser cumprido, a entrega do projeto deveria ser em maio de 2017, sendo que ainda haveria em torno de 400 famílias, pois existe o DUP da Luiz Migliano que ainda não tem previsão de desapropriação nem de projeto. A aprovação da verba de R\$ 3.201.780,37 para pagamento dos terrenos integrantes do IDIsda João Caiaffa, bem

como a verba para construção, cuja data de início das obras está prevista para março de 2017, conforme o cronograma atualizado da Secretaria de Habitação.

Pergunto se do valor de R\$ 104 milhões, são destinados R\$ 3 milhões para a desapropriação desse IDIs. E, dentro do projeto orçamentário, no montante da habitação, não há nenhuma especificação de quanto será destinado para cada projeto que foi apresentado de urbanização. Então, a gente sabe que há liberação do valor total, mas não sabe o quanto será destinado para cada projeto.

Portanto, a gente quer saber o quanto será destinado para o projeto de urbanização da Viela da Paz, porque vão se destinar esses 3 milhões e poucos para a desapropriação e se fala que não há verba para as obras, para a construção das unidades. E no cronograma, estão previstas para serem construídas em março de 2017. As informações estão desconstruídas, então a gente pede mais transparência ao detalhar os valores do Orçamento.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Graça.

A SRA. GRAÇA – Boa noite a todos. Srs. Maria Lúcia, Denise e Daniel, tenho pena de vocês, porque este Orçamento é uma vergonha, sendo o Orçamento do maior Município do País, que deveria ser exemplo para os outros municípios, principalmente com uma gestão de um Prefeito de esquerda e democrático.

Nesse sentido, temos de propor, no mínimo, 10% do orçamento para a habitação, para a produção de novas moradias, para garantir a dignidade das pessoas. A União do Movimento de Moradia tem um lema: “A moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos: o direito à educação, o direito à saúde, todos os outros direitos”.

Então, temos de sair daqui com o compromisso, e não só a União do Movimento de Moradias, mas todos os movimentos populares, como o MSTI, de que o orçamento tem de ser, no mínimo, 12% para a produção de novas moradias. E mais, na questão das favelas, a quantidade de favelas que há em São Paulo triplicou nesses quatro anos, porque quando não

se faz moradias desde o governo Serra e os outros que foram passando não investiram nada neste Município. E ainda com esse golpista do Michel Temer que não vai haver moradia de jeito nenhum, porque a primeira coisa que ele fez foi cortar o Minha Casa, Minha Vida.

E me diga quem aqui já recebeu uma casa do Governo do Estado? É uma vergonha. Faz tempo que o Governo do Estado não repassa para complementar o Minha Casa, Minha Vida; e agora mesmo que não vai repassar.

Então nós temos que ter garantidos esses 10% do recurso do Orçamento, porque não dá para contar com o Governo do Estado. Moradia, já!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Osvaldinho de Freitas.

O SR. OSVALDINHO DE FREITAS – Saúdo a Mesa, os Vereadores presentes.
Sou do Movimento de Moradia Missionária Cidade Ademar.

Cada vez mais, fica claro que temos que ousar na questão da moradia, da função social da propriedade. Hoje São Paulo tem um estoque enorme de especulação imobiliária que poderia ser utilizado para moradia popular. Quando essas áreas não são utilizadas, temos o direito de agir para fazer valer a Constituição e fazer com que o Poder Público cumpra a sua função de designar essas áreas para projetos de moradia.

A gente sabe que o orçamento das famílias, cada vez mais, se compromete com a moradia; e, de agora em diante, a tendência é maior, principalmente para os mais pobres, que serão prejudicados. Então, devemos lutar para garantir esse direito à moradia, e concordo com a Sra. Graça sobre aumentar o orçamento da habitação, porque provavelmente haverá um decréscimo nos investimentos em São Paulo.

Na nossa região, a gente reivindica porque há várias áreas ocupadas, então queremos que se façam projetos de habitação nessas áreas que estão degradadas e abandonadas pelos proprietários.

Também queremos atentar para a Secretaria de Habitação com relação ao Residencial Espanha, sobre a questão das áreas institucionais, para fazer contar no orçamento os equipamentos públicos que devem ser instalados nessa área. Não tenho certeza se isso consta no orçamento, por isso quero que seja esclarecida essa questão.

Além disso, temos outros na Cidade que tem a obrigatoriedade dos equipamentos institucionais. Seria importante a Sehab informar se estão constando na peça orçamentária. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nilda Neris, Cohab; depois Antonio Pinto, Taipas

A SRA. NILDA NERIS - Boa noite. Cumprimentos os guerreiros e guerreiras do MSTI, na luta. (Palmas) O problema da habitação em São Paulo não é de agora, sabemos que é um problema crônico que enfrentamos, os movimentos de moradias, principalmente. O Prefeito Haddad visitou muitas áreas e ele viu como a cidade de São Paulo é carente de habitação, regularização fundiária, organização de favelas. Ele viu e, com certeza, teve a sensibilidade de fazer o que deve ser feito para resolvermos o problema de moradia.

Agora, o que nos preocupa, eu também sou conselheira de habitação, é com essa questão do fundo municipal de habitação. Queremos que ele seja reconhecido de fato pela prefeitura e pela Câmara dos Vereadores. Nosso fundo está vazio, é um saco vazio. Uma vergonha, a gente vê que é um fundo de habitação que não tem recursos para habitação. Nós não queremos tirar recursos dos outros fundos, queremos que tenha recursos no nosso fundo de habitação, que é lá que deve ter recurso para moradia.

Queremos também lamentar que essa questão do Governo Federal não priorizar o programa Minha Casa, Minha Vida – faixa 1, porque não veio recurso nenhum como vocês viram na apresentação. Não tem recurso para o Minha Casa, Minha Vida. Então não adianta espernear aqui na Prefeitura porque o Governo Federal já apresentou a planilha e não mandou nada para o Minha Casa, Minha Vida – faixa 1. Faz tempo isso, não é de agora.

É lamentável a gente ver que o Minha Casa, Minha Vida não tem prioridade para os governos. Ficam os movimentos de moradia fazendo a luta para garantir moradia para cada um de vocês que precisa do programa Minha Casa, Minha Vida – faixa 1.

Queremos deixar a nossa preocupação porque de todo recurso que foi apresentado aqui, onde está o recurso para novas moradias populares? Como é vão fazer moradias? Estamos aqui para garantir. Eu estou de acordo, queremos 10% para moradias. (Palmas)

Queremos que os movimentos de moradias também sejam respeitados, porque o Dória, o prefeito que foi eleito agora já anunciou várias parcerias com o setor privado. Nós também queremos que ele anuncie parceria com os movimentos de moradia. Queremos parceria também. (Palmas) Queremos que o governo que foi eleito, Dória, garanta a construção do edital que foi feito pela Cohab, com várias áreas, num chamamento da Cohab, várias entidades foram contempladas e estão com as áreas que foram desapropriadas pela prefeitura e agora dependemos de recurso federal, estadual e da parceria com o novo prefeito Dória. Esperamos que ele também abra o diálogo com os movimentos de moradia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antonio Pinto, de Taipas. Prepara a Olga Quiroga, depois a Marisa Dutra Alves. Leste 1.

O SR. ANTONIO PINTO – Boa noite, meu nome é Antonio. Sou morador da rua da Bica, que fica em Taipas. Nós temos um gravíssimo problema de deslizamento de barranco. É uma área da prefeitura.

Lá temos um barranco que está caindo. A subprefeitura Pirituba/Jaraguá já esteve lá, fez o orçamento, já tem o projeto que fica em torno de 1 milhão. Nós gostaríamos que esta Casa garantisse esse orçamento do ano de 2017, porque antes que aconteça alguma coisa, alguma casa caia, e o prejuízo não vai ser somente material, terá prejuízo de vida, pessoas. Isso já faz mais de 17 anos que moro lá, não tenho casa, nem apartamento. Eu tenho essa área da prefeitura, invadida. Nós invadimos essa área e estamos lá.

Então, eu gostaria que esta Casa garantisse essa verba para o ano de 2017, que mandasse os técnicos para ver que a situação não é fácil. Não temos água, a gente faz gato. Luz não temos, iluminação pública não tem, asfalto não tem. Então, gostaria que tudo isso fosse revisto. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É isso aí, tem de vir aqui reivindicar, perfeito. Olga Quiroga, da MIC.

A SRA. OLGA QUIROGA- Boa noite a todos, companheiros de luta, mesa, Srs. Vereadores e o pessoal da Cohab. Faço minhas as palavras da Graça e vou mais adiante. Eu acho que 10% ainda é muito pouco, porque eu trabalho e defendo a moradia do idoso e nesse governo a gente não teve unidade sequer, uma unidade para idoso. A cada dia temos mais idosos no Município, vai crescendo o número de idosos e também os vulneráveis, pessoas em situação de rua, deficientes e muito outros mais.

Então, precisamos não lutar por 10, mas por 12, 15. Se nós nos juntarmos e pressionarmos, acredito que conseguiremos. Porque seja onde for que a gente more, a gente tem direito à Cidade, a Cidade é nossa. Quem fez essa cidade crescer, quem melhorou essa cidade fomos nós, os movimentos sociais. Vocês concordam? (Palmas)

Então, a gente precisa continuar unidos, organizados e lutar para conseguirmos moradia e lutar para que esse orçamento seja maior. Se nos juntarmos e virmos aqui no dia 1º de janeiro receber o novo prefeito, a gente consegue. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Parabéns, D. Olga. Marisa Dutra Alves, da OMN, Leste 1. Prepara a Carlinda da Silva.

A SRA. MARISA DUTRA ALVES – Boa noite a todos; movimentos sociais, vamos juntos na luta.

Boa noite, Mesa, sou conselheira municipal de habitação. Sabemos que nós, dos movimentos sociais, vamos sofrer muito no próximo governo. Infelizmente, governo golpista, a gente vê um grande retrocesso nas nossas lutas.

Uma coisa que gostaria de colocar, eu também endosso as palavras da Graça, a gente tem de ter garantias. 10% numa metrópole tão grande e rica como São Paulo, que arrecada milhões e milhões de impostos, então, 10% achamos pouco. Concordo com a Graça, vejo a D. Olga, acho que poderia melhorar no orçamento;

Gostaria de pedir que a prefeitura deveria contrapor ao governo federal colocando recursos para a faixa 1. Concordo com a companheira Nilda que falou que deve ter um programa específico. Então, a prefeitura também tem de pressionar o governo federal.

A Malu falou que tem recurso, estamos aí tentando ver se a gente melhora, mas não se sabe como que vai ser o Governo Federal. A gente já sabe que não tem recurso para programa Minha Casa Minha Vida, mas a Prefeitura tem que pressionar sim o Governo Federal, se não no ano que vem a gente não vai ter nada, não vai ter nenhuma moradia digna para as famílias de baixa renda e principalmente a família faixa 1, que nós, movimentos sociais, atendemos. Uma outra coisa é que a gente precisa garantir no programa municipal a autogestão, então é bandeira de luta dos movimentos sociais. Eles sabem muito bem que na autogestão a gente constrói moradia com qualidade, na autogestão a gente acompanha e administra os recursos. Então, nós, dos movimentos sociais, sabemos construir moradia com qualidade. A gente tem ali que defender a autogestão e garantir recurso para moradia digna com qualidade, porque moradia não é mercadoria, moradia é direito de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Carlinda; depois Sr. César Porto.

A SRA. CARLINDA – Boa noite para todos. Parabéns para todos que ficaram de outras pautas, ficaram na habitação, porque não se anda sozinha. Não se anda educação, saúde, conselhos, assistência sem moradia. Quero cumprir todos Legisladores da Casa. Quero falar da nossa prioridade em habitação. Não sei se alguém já passou aqui o problema de aluguel. Quero também citar a autogestão, que seja respeitada. No orçamento, a porcentagem

está muito baixa, parece que não chega a 2 o que está pautado, não chega a 2%. É uma vergonha porque é prioridade.

Denise, eu sei que o plano não é só seu, mas alguém deve ter dado aí as suas contribuições, mas quero falar na fala da Nilda da Graça e da Dona Olga, que isso tem que aumentar para, no mínimo, uns 20%, porque é prioridade.

Quero falar também para o Sr. Temer que ele não foi eleito, mas ele ocupou a nossa Presidência e ele tem que representar a Nação Brasileira, porque ele está representando a nação norte-americana e nós queremos falar também que nós sabemos do conhecimento das nossas riquezas. Não está quebrada a Petrobrás, é mentira, como manga com leite faz mal. A Petrobrás não está quebrada, ela é a maior do mundo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. César Porto; depois o Sr. Fábio de Novaes Silva, do Conselho Participativo Grupo Unidade.

O SR. CÉSAR PORTO – Boa noite. Estou junto com o Fórum de Representação dos Empregados das sete empresas do município, Cohab-São Paulo, SPTurismo, SP-Obras, SPTrans, SP-Urbanismo, Prodam e CET. Sou diretor representante das empresas da Cohab São Paulo.

Em relação à proposta orçamentária encaminhada para o exercício 2017, em comparação com a necessidade real da Cohab, ficou demonstrado que tanto na Cohab como no FMH, que não haverá interesse da administração na redução do déficit habitacional, pois todos os recursos previstos para aquisição de imóveis ou o ingresso de ações judiciais foram cortados em decorrência de adequação orçamentária externa, origem desses recursos em outros fundos. Na Cohab havia a previsão de aquisição de imóveis com recursos oriundos do FMSae e Fundurb, que atingiram o montante de 192 milhões, mas o valor foi considerado na proposta orçamentária zero, e aqui nobre Vereador Bispo Atílio, queria deixar para seus técnicos que é importante fundamentar ou indicar pelo menos um valor, nem que seja um real...ou um mil reais, para que possamos utilizar o saldo do financiamento deste ano de 2016.

Ocorreu o mesmo no FMH, que tinha uma previsão de 157 milhões, e apenas 1 mil reais foram considerados na proposta orçamentária. Em relação ao que a Denise apresentou, que há 49 milhões, a Cohab tem que ficar pedindo bênção para a Sehab para poder utilizar isso.

Ainda no FMH houve um corte de grande parte dos serviços de reforma e manutenção dos empreendimentos já existentes. Havia uma previsão de gastos no montante de 37 milhões, e somente 7 milhões foram considerados na proposta.

A Cohab possui um excelente corpo técnico, que tem sido subaproveitado; tem capacidade produtiva, que, se tivesse meios de produção, além de reduzir o *deficit* habitacional, em pouco tempo deixaria de ser dependente.

Por todos esses motivos, a Cohab como empresa, e em consequência seus empregados estão sendo prejudicados. Ela tem sido alijada de seu papel de coadjuvante num investimento que é sua expertise. A Cohab e principalmente o FMH – Fundo Municipal de Habitação precisam cumprir seu papel junto à sociedade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agora, tem a palavra Fábio de Novais Silva. Depois, Gislaine Meireles.

O SR. FABIO DE NOVAIS SILVA – Boa noite a todos. Boa noite, Srs. Vereadores. Peço um tempinho, pois provavelmente os senhores terão o dia todo para falar, quase 1 hora para falar, e nós, apenas 2 minutos e vários temas de uma vez. Então, fica meio difícil. (Palmas)

Eu gostaria de começar falando que a Cidade tem 400 mil imóveis abandonados. O que acontece com esses imóveis? Ajudam a proliferar doenças e pragas como dengue e não serve de uso a ninguém. O que a população faz? A população ocupa para que tenha utilidade para a comunidade, já que não estão sendo usados para nada, e recebe em troca cassetadas em reintegração de posse.

Acho curioso isso acontecer com o movimento de moradia, mas não acontecer com grandes empreiteiras, que estão livres. (Palmas) Isso inclusive em áreas de mananciais. Neste ano eu liguei para perguntar sobre o Programa de Urbanização de Favela em Mananciais, da Secretaria, e não souberam informar nada, a Secretaria não sabia nem o que era. Acho que é legal aparecer no orçamento, mas isso tem que ser aplicado, e no Conselho Participativo iremos continuar e ficar em cima.

Outra coisa: 43 milhões para comprar os imóveis, eu acho um valor muito abaixo porque esses imóveis são de anos atrás. Com todo o respeito, alguns imóveis datam de antes de eu nascer. Esses imóveis acumulam dívidas, os proprietários não pagam, e o Plano Diretor que os senhores aprovaram recentemente não é aplicado. Então, se os senhores puderem apressar a legislação, se o Executivo, o próximo Prefeito se prontificar a isso, vamos ficar em cima.

Para concluir, quero fazer um convite a todos. Ando por São Paulo em áreas nobres e vejo prédios que não são para moradia, são para empresas, todos bem construídos, bem feitos, e os de moradia são feitos em áreas questionáveis, que às vezes são mananciais, que podem trazer prejuízos futuros, alagamentos, desabamentos. A arquitetura dos projetos de habitação deve ser mais bem feita para que a população não seja prejudicada em relação à saúde, educação e meio ambiente. Tenham certeza de que iremos ocupar sim; além da habitação, vamos ocupar para cultura, para educação, para saúde. Tenham certeza disso.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado Fábio. Chamo a Gislaine. Depois, Irani.

A SRA. GISLAINE MEIRELES – Boa noite a todos e aos Srs. Parlamentares. Em primeiro lugar, peço perdão a vocês. Sou cidadã paulistana, professora primária e o que venho dizer é muito sério, muito grave. Não vou citar nomes, pois minha cabeça pode “rolar”. Infelizmente, é assim.

Moro em um terreno da Prefeitura há 14 anos. Meu marido é encarregado no clube. Passei por 3 gestões. A primeira não mexeu conosco lá; a segunda, não; a terceira gestão, cujo nome não vou citar – cidadão que ama muito a população -, cercou, fez quadras e as alugou e, nada nada, pegava a bagatela de 12 mil reais. Só isso. Uma amante tem um carro, a outra amante tem não sei o que...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto)– Gislaine, se você tem uma denúncia a fazer, é importante que você relate com precisão para que a gente possa te ajudar. Como você veio ao microfone e falou de um tema, você não precisa falar no microfone, mas é absolutamente importante que você recorra a um dos Vereadores em que você confie ou à Ouvidoria da Câmara Municipal para que a Câmara possa te ajudar de fato. Vir ao microfone e só lançar suspeições não vai ajuda-la a chegar ao resultado. Portanto, eu vou lhe devolver o tempo. Se você quiser falar ao microfone, fique à vontade. Se você não quiser falar ao microfone, fique também à vontade para buscar qualquer um dos 55 Vereadores ou então a nossa Ouvidoria da Casa para você relatar tudo a eles. Mas é absolutamente importante que, se você tem uma denúncia, realiza-la para poder corrigir os rumos daquilo que você acha que não está correto. (Palmas)

A SRA. GISLAINE MEIRELES – Está bem. Já que eu estou aqui, eu moro no Clube da Associação Atlética de São Paulo. Esse cidadão se chama Prisco Palumbo. Esse outro cidadão que comprou o terreno, que é da Prefeitura, chama-se R. R. Soares. Só que eles foram entrar na minha casa, onde moro há 14 anos, e eu não deixei. Falei: “Aqui, não. Aqui vocês não mandam, vocês não são melhores que eu. Sou uma mera cidadã, mas vocês também são meros cidadãos”.

Estou aqui hoje porque pedi a Deus um encaminhamento e, descendo as escadarias da Câmara, encontrei os idosos. Aí, me comovi com a situação. Acho que o ideal lá é se fazer o CAPS, porque vejo lá vários moradores de rua, e é terrível, triste, e os idosos, uma

parte invisível da população. Temos dois segmentos invisíveis da população: os moradores de rua e os idosos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Gislaine. Próximo orador, Irani, Presidente da Irani Dias, Presidente da ALMEM da zona Norte.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa, aos nobres Vereadores e à Secretaria. Se eu iniciasse minha fala e a terminasse dizendo que estou contemplada com as falas dos companheiros que me antecederam, eu estaria satisfeita; mas há um assunto que gostaria de abordar relativo à zona Norte. Já foi dito aqui que o montante não é declarado especificamente para onde vai, e temos projetos, temos áreas na zona Norte.

Fazemos um trabalho de associação que defende seus associados, mas que trabalha também a comunidade, que também defende a regularização fundiária, que também defende a população de comunidades como Aracela (?), Violão, Salus, Coruja e Fazendinha do Jardim Vista Alegre.

Hoje, acontece uma situação impressionante. O atual governo, simplesmente, deu a outros movimentos – e somos movimentos, companheiros de luta, defendemos as mesmas lutas -, inclusive de Osasco, uma área, que é o quintal do Violão. O Violão é uma comunidade da zona Norte, próxima à Fernão Dias. Para quem não conhece, o projeto está batizado como Fernão Dias, onde, toda vez que chove, um barraco cai dentro da água, uma família se destrói. Aí, o Governo vem ao nosso quintal, no quintal ao lado, que faz divisa com a população e vai construir 752 habitações e entregar a movimentos que não são da região, que não representam a demanda da região.

Então, nós movimentos sociais temos de sentar e discutir essa questão da territorialidade, de onde as pessoas querem morar. Porque, se você fizer uma enquete em que não é necessário se identificar, tenho certeza de que todo mundo que está aqui vai dizer que quer morar onde já está, onde tem suas raízes fincadas. Então, por favor, respeitem minha luta! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Irani. Francisco Contiero, do MSTI.

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. FRANCISCO CONTIERO NETO – Boa noite, povo do MSTI; boa noite a todos os movimentos; nobres Vereadores, Vereadora Juliana, meu irmão Police Neto. Acho que desde os seus primórdios, o Brasil foi loteado em grandes capitâncias hereditárias, e isso se perpetua até hoje na cidade de São Paulo. Poucos têm muito e muitos têm nada.

Vemos a situação do nosso povo. O nosso movimento é constituído, em sua grande maioria, por mulheres que são pais e mães (palmas) e recebem na faixa de 1000 a 1200 reais e pagam 800 reais de aluguel. Eu sei o que é pagar aluguel, pois me enquadro nessa faixa salarial.

Muito se reclamou de que não havia terrenos na cidade de São Paulo. Temos um diamante lá em Heliópolis, que é um dos maiores bairros (ininteligível). Mas sem a (ininteligível) da habitação social, nada se faz. Não adianta se ter bom estudo, ter uma escola boa, se não se tem dignidade de ter a própria moradia. Quem não tem moradia não tem nada, gente!

O pobre é condenado a morar no subúrbio, jogado de escanteio. Isso vem da história. Temos 402 mil metros quadrados de terra a 8km do centro da cidade de São Paulo, mais 16 terras que entraram, graças a esta Casa, pois durante um ano inteiro viemos aqui para que fosse aprovada o projeto do nosso amigo José Police Neto, junto com todos os outros Vereadores, que cria a Zona de Interesse Social. Vereadora Juliana, a senhora também conhece a nossa quebrada. Eu peço gentilmente 10% desse orçamento para a construção de unidades habitacionais, não só para MST, mas para todos os movimentos da cidade de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Chamo o Vanderli da Silva, também do MSTI.

O SR. VANDERLI DA SILVA – Boa noite a todos e a todas, e à Mesa. Quero ressaltar a morosidade em relação aos recursos destinados às unidades habitacionais das famílias de baixa renda, não só do Heliópolis, mas de todas as comunidades em São Paulo. Quem não luta...?

- Aplausos e ovações na plateia.
- Gravação prejudicada, microfone com problema.

Essa renda, não só de Heliópolis, mas de todas as comunidades em São Paulo. Quem não luta. Sempre unidos nós vamos vencer. Não esqueça desse detalhe. Vamos nos unir e pressionar. Nós pressionando eles, eles vão fazer alguma coisa por nós, se nós ficarmos quietos nós não vamos arrumar nada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. José Marcelo.

O SR. JOSÉ MARCELO – Boa noite Mesa, boa noite a todos. Estamos aqui só para pedir o aumento do Orçamento de 10%, mas não adianta só pedir o aumento e não poder utilizá-lo porque com quatro anos desse mandato da Haddad não conseguimos nada. Algumas coisas que ele construiu foi da gestão anterior. Só deu continuidade. Meu companheiro também paga aluguel e a gente trabalha para pagar aluguel e deixa de comer para pagar aluguel. A gente fica com a preocupação de chegar no fim do mês e poder pagar o aluguel. O alimento a gente come pão com ovo. Foi aprovado no Orçamento de 5 milhões para a compra desse terreno da Petrobrás, que é o nosso diamante. O Prefeito ficou na promessa de construir. Comprar o terreno até parceladamente para que fosse construído as unidades, mas ficou só na promessa, não cumpriu, ficou o dinheiro aí, voltou para câmara foi aprovado para o próximo mandato e está chegando o final e não foi utilizado nada. Peço a gentileza para que vocês nos vejam. Para vocês verem as nossas famílias. Quatro anos lutando, a gente não sabe

como vai chegar, porque essa crise que deu desemprego, aumento das coisas. O salário é o dissídio, uma vez por ano, e (ininteligível) todo o dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Maxwell José da Costa.

O SR. MAXWELL JOSÉ DA COSTA – Boa noite. Quero agradecer a Bancada para a gente discutir o Orçamento, não é o primeiro, nem segundo, nem terceiro, já é o quarto ano que o MSTI vem à Casa para discutir Orçamento. É ou não é gente? Ano passado nós discutimos o Orçamento, foi colocado aqui pelo nobre Vereador os outros Vereadores que estão na Casa aprovaram, acharam que é justo porque em 2013 esse movimento aprovou uma lei nesta Casa por unanimidade garantindo que a área de 420 mil metros quadrados, que é lá no Ipiranga, no terreno da Petrobrás, fosse construídas unidades de interesse habitacional de interesse social. O que aconteceu nesse quatro anos? Nada. Nós não ocupamos prédio no Centro, não fechamos rodovias, nós depredamos patrimônio público, nós respeitamos todos os movimentos. Cada um sabe como o seu sol brilha. O sol é para todos, a sombra é para todos. Nosso movimento luta para garantir que essa área seja transformada em unidade habitacional. Nós levamos até placa para o Prefeito Fernando Haddad porque ele (ininteligível) a lei que garante a construção das unidades. Por ventura ele foi lá duas, três, quatro vezes e subiu no carro de som, anunciou em faixas, falou que ia construir em março de 2014, até agora nós temos (ininteligível) não só, é na cidade toda. E das 55 mil unidades habitacionais que foram prometidas, fala-se em oito mil, mas se for ver no contrato, assinado. Quantos foi? Não sei quantas foram. Eu não estou criticando o Prefeito acho que os acordos que foram feitos politicamente certo pelo PT, pelo José Floriano Cardoso, foram feitos alguns acordos, colocaram um Secretário incompetente que não cumpriu com ninguém. Espero que na próxima gestão agora não aconteça essa falhas.

Falaram em 10%, em 20% do Orçamento. Se for garantido 5% do Orçamento para a habitação, nós estamos falando de três bilhões de reais para habitação, dá para construir moradia para caramba nessa cidade. Falta uma coisa só: vergonhas na cara e vontade de fazer, que dinheiro na cidade de São Paulo não é problema, tem 54 bilhões. Todo ano a gente vem aqui, pede ajuda para o Vereador, que já está eleito mesmo, tem quatro anos de mandato e fica enrolando, jogando com a barriga. Acho que tem de ser criada um Frente Parlamentar. O Vereador é para fiscalizar o recurso público, tem de fiscalizar para habitação, para saúde, para educação. Tem de ser criada uma Frente Parlamentar porque se não fica empurrando com a barriga. No ano que vem estaremos aqui de novo. Nós colocamos 5 milhões de reais para o Orçamento. Faltou dinheiro? Não faltou, não comprou porque não quiseram. Os movimentos todo mundo se uniu, onde tem pauta que é de (ininteligível) do movimento, aí o Vereador chama o Movimento para defender a Lei de Zoneamento, para defender o Plano Diretor, e na hora que é para votar na comunidade que é para dar moradia para o povo que nós precisamos? Esse é meu recado, acho que nós temos de ser respeitados como movimento independentemente de ter sido colocada a assembleia como soberana, mas eu não quero desrespeitar os Vereadores. Se tiverem vontade, os Vereadores que estão aqui se unam independente da sigla partidária e todo o partido tem gente que não presta e tem gente que presta. Frente Parlamentar para acompanhar a questão do Orçamento municipal para habitação. É uma vergonha não ter colocado. Para mim é despreparo, colocar mil reais de orçamento contando com o que vai entrar para (ininteligível) é despreparo. É construir uma cidade mais justa. É despreparo e nós vamos acompanhar e no Plano Municipal de Habitação pode contar com o (ininteligível) vai estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Maxwell e a todos os militantes do MSTI, que a gente sabe, chegaram hoje cedo aqui na Câmara e ficaram até esse momento para ter oportunidade de fala. Tem a palavra a Sra. Cecília Pelegrini, da Associação do Morro do Querosene.

A SRA. CECÍLIA PELEGRINI – Boa noite a todos. Eu vi do Fundo Municipal do Saneamento, que é o FMSAI e do Fundurb porque na verdade eu vim aqui nem era para essa audiência de habitação, mas eu quero aproveitar porque no fundo existe lá no Butantã uma área não é tão grande assim, tem 35 mil metros quadrados, mas lá é uma área bem bonita, igual essas outras que vocês citaram também. Lá nessa área, onde tem Mata Atlântica, e vegetação de Cerrado ela tem três nascentes. É uma fonte milenar que conta nossa história de muitos anos (palavras ininteligíveis) e atravessavam e paravam ali por causa da água e é uma luta de 16 anos. A gente está lutando pelo Parque da Fonte. Eu sei que vocês são da habitação e eu estou na luta junto com vocês. A gente tem de respeitar a vegetação que a gente tem para ter uma temperatura, ter um clima para poder (ininteligível) também. Eu estou aqui porque eu vou pedir agora aos Vereadores que coloquem nesse Orçamento um valor no FMSAI a primeira cláusula é de dinheiro para a criação de parque municipal. Então, tem que estar nesse fundo e no Fundurb, que também, toda vez que se constroem esses prédios mais altos, que vão contra a lei, não são só os que têm dinheiro porque a lei diz que só pode construir até dois andares porque se a pessoa vai lá e paga outorgas onerosas e tal, aí ela pode construir aqueles espigões enormes e esse dinheiro que é grande, é muito dinheiro, vai dar para o Fundurb, então, a gente quer, estou solicitando aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Morro do Querosene representado para guardar, não só a nascente, mas uma área poderosa para zona Oeste de São Paulo.

A SRA. CECÍLIA PELEGRINI – Isso. E o dinheiro da Prefeitura, depositou, e agora a gente precisa implantar. É necessário que a gente reserve não sei quantos milhões aí para poder fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos dialogando, você vai falar com o Vereador Natalini que será o futuro Secretário Municipal de Verde e Meio Ambiente, já anunciado, e ele vai poder ajudar muito nisso. Nesses fundos, exatamente isso. É que o

Natalini implanta com recursos do fundo, quem implanta os parques é a Secretaria Municipal do Verde.

Tem a palavra Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. CECÍLIA PELEGRINI – Com licença, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem o Fema, que é o Fundo Especial do Meio Ambiente, quem trabalha com (ininteligível) com o Fundurb é a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e a Secretaria da Habitação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixa eu contar uma coisa Cecília, nós aprovamos o FMSAI aqui na Casa e o presidente do FMSAI à época era o Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, que tem acento no Conselho. Nasce por aí. O Fundo de Saneamento, porque nasce como saneamento, nasce como uma questão ambiental e aí posso afirmar categoricamente porque de 2009 e 2010 eu relatei essa legislação, portanto, nós sabemos aqui para serve o fundo por isso que estou relatando que o Fundo de Saneamento Ambiental financia também os investimentos de constituição de parques. A única coisa é que os Secretários têm de disputar esse valor e, portanto, estou dizendo que um dos Secretários que poderá disputar o valor é o Secretário Natalini. Se a execução vai ser pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, se vai ser por Siurb, se vai ser por SPObras, se vai ser pela própria Secretaria de Habitação, isso é uma consequência da conquista do PAC.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente, eu queria falar com a Maria Lúcia sobre a questão da redução do orçamento e eu queria que você me explicasse porque está ocorrendo tanta redução. Dentro do pacote Secretaria de Habitação a gente está vendo uma redução de menos 10% e visualizando aqui dentro do orçamento que foi me dado, uma delas, especificamente, sobre a questão da urbanização de favelas. Dentro da pasta da Secretaria de Habitação qual o motivo da redução desse 10%? Dentro do Fundo Municipal de Habitação, que é o que me deixa mais preocupada. Porque no Fundo a gente revê aqui no Orçamento um valor de menos 69, 70%, mais arredondado. Isso está bem colocado em

projetos de ação de apoio habitacional e construção de unidades habitacionais. Dentro da Cohab a gente também tem uma redução em construção de unidades habitacionais também em projetos, menos 54%.

Então, Maria Lúcia, é bem preocupante. Não estão destinados exatamente quais são os projetos dessa construção. Então, fazendo uma conta rápida com a assessoria da Liderança do PT tem uma redução. O valor total do orçamento nas construções de unidades habitacionais era de 178 milhões. Então, fazendo a conta de todo o fundo, secretaria, COHAB, e saneamento vamos ter uma redução de 64 milhões. Isso é muito preocupante porque ainda não conseguiu fazer com que os projetos habitacionais fossem finalizados.

Então, queria uma explicação dessa redução. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Serei breve, não quero usar nem os dois minutos.

O orçamento da Secretaria da Habitação para este ano me causou uma certa preocupação e serei muito sincero com vocês. Vocês sabem do esforço que tenho para construir uma base legal para a Cidade ter a função da propriedade, lei de minha autoria com a ajuda dos Vereadores em 2010, consórcio imobiliário, regularização fundiária de interesse social, legislação que dá suporte ao terreno da Petrobrás ser destinado para habitação de interesse social. Não só isso, a nova legislação de moradia social e de serviço de locação social também é de minha autoria, mas tem uma questão fundamental que está posta que é quando um governo decide que habitação é foco da sua ação, quando não é.

O orçamento trazido até aqui mostra que não é foco. Nós não aprovamos 30% do Fundurb para tirar todo o resto e o Fundurb vir para tapar o buraco de todo o dinheiro que se tirou.

Quando a gente olha a execução orçamentária desse último ano, seis milhões, sete milhões nas rubricas do que recurso do Tesouro, a gente vê que não teve dinheiro do Tesouro. Quando o Município está gastando quase dois bilhões de reais para colocar lixo em casinha

porque é isso que a gente paga para as duas concessionárias de lixo – dois bilhões de reais –, a gente está gastando 25, 30 milhões de reais para política habitacional.

Estou falando isso porque ou a gente define a regra que importa a Cidade ou ela define o nosso rumo. Estou falando algo que é de fundamental importância porque vamos atravessar momentos mais difíceis por conta do agravamento da crise. Se a gente não tiver o esforço de conter os gastos rotineiros, como esse que acabei de falar das concessionárias de lixo e da varrição da Cidade, nós vamos perder por completo a aderência social que os movimentos tiveram do Poder Público.

Estou enxergando isso todo o dia quando dialogo com eles e ai fica difícil recolocar a argamassa. A gente sabe que o Município tem 50 e poucos bilhões que serão arrecadados, mas quando a gente olha e vê que tem 80, 75 milhões do Tesouro, tudo bem, vem de custo do Fundurb, de recurso do Funsai, mas tudo isso é recurso novo desses últimos quatro, cinco anos que a gente nunca teve.

Não dá para acreditar que todo o esforço legislativo que foi feito para buscar novos recursos a gente tirou tudo o que já tinha. Então, é o seguinte, o povo da habitação trabalha muito para conseguir recurso, aí consegue aprovar e não sai, consegue um monte de coisa, consegue recurso das Operações Urbanas e quando você vai ver, todo o recurso que historicamente do Tesouro estava lá não tem mais nenhum real.

Então, chegou o momento de dizermos que ou a política habitacional ou a garantia de moradia digna, ou a gente entregar para a Cidade um horizonte - vamos ter 10, 12, 15 mil unidades construídas regularmente por ano, ou a gente não vai conseguir dar uma resposta importante para a sociedade.

A nossa sociedade está gastando 50, 60 e, às vezes, até 70% da renda familiar para pagar a maldição do aluguel e o aluguel é que nem um relógio: o tempo passou, nunca mais volta. E estou falando isso porque ou a gente, nesse processo de discussão com o nosso

Relator, convence o nosso Relator... Aí a gente faz o seguinte: vai vender o Anhembi? Cem por cento do Anhembi têm de ir para a política municipal de habitação.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vai vender Interlagos? Cem por cento de Interlagos vão para lá. Ou a gente vai começando a encontrar de onde destrava esse processo, ou eu sinto que os técnicos competentes que estão na Secretaria de Habitação vão ficar jogando dominó, porque não vão ter o que fazer, porque, quando falta dinheiro, a competência técnica vai perdendo embocadura: você não tem o que tocar, passam um ano, dois anos, três anos, quatro anos. Na hora em que chamado, não tem vibração para fazer a renovação.

Por isso, tenho um desafio, Relator, tenho um desafio: se a gente fechar esse orçamento - que não tem nada do Tesouro, e tudo depende ou do FMSAI, ou de repasse da União -, é capaz de a gente sentar aqui, no final do ano que vem, olhar para a cara de todo esse povo - que vai estar triplicado, quadruplicado, vai estar tudo aqui sitiado -, dizendo o seguinte: “Olha, não conseguimos entregar mais uma unidade de novo”.

Então tenho um desafio sim que é encontrar no orçamento onde estão as fontes do Tesouro. Tesouro, o Prefeito Municipal colocando dinheiro. Se o Governador não quiser colocar dinheiro, o problema é dele, a gente vai brigar com ele. Se o Presidente não quiser colocar, a gente vai brigar. Mas aqui é com Prefeito. Aqui a gente tem de garantir é que o Prefeito tenha dinheiro para investir na Cidade

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então falo isso, pessoal, não é para defender os técnicos que estão aqui, mas não tem nenhum técnico que quer trabalhar sem recurso para investir para vocês. Senão fica parecendo que os técnicos vêm aqui torcendo para ninguém reclamar. Eles querem mais é oferecer habitação para vocês. Ou algum técnico que vai para a Secretaria de Habitação quer fazer outra coisa que não moradia digna?

Então, pessoal, o que a gente precisa agora é nos debruçar sobre esse processo para encontrar onde está o recurso do Tesouro que a gente vai deixar sim escrito no orçamento que vai cumprir a política habitacional, dizendo também por onde começa. Também não adianta aqui colocar lá 100, 200, 300 milhões e não dizer quais são as prioridades. Tem de ter responsabilidade para dizer o quanto é e para quem é, e eu estou à disposição para fazer isso junto com vocês, junto com o Relator e junto com a ...(ininteligível)...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pessoal, pessoal, só mais um minutinho. Sei que está todo mundo cansado, mas tenho de dar dois ou três minutinhos para os técnicos da Secretaria nos ajudarem nessa reflexão: o quanto eles estão dispostos a nos ajudar a encontrar recursos do Tesouro para lastrear uma política habitacional que a cidade de São Paulo merece.

A gente tem de sair no plano e projeto e ir para a concretude, e concretude só faz com dinheiro.

- Manifestações na galeria.

A SRA. MARIA LUCIA SALUM D'ALESSANDRO – Então, antes de responder essa questão, gostaria de começar, porque a gente pensou aqui: a Denise vai começar a responder as perguntas; o Daniel, e, depois, eu finalizo.

Agora, eu gostaria de iniciar, falando um pouco sobre a ausência do Secretário: nós, na Sehab, recebemos essa convocação para essa audiência pública na sexta-feira, no final da tarde. O João estava com um compromisso hoje à tarde e hoje à noite. Ele não teve como adiar, e ele está aqui representado por nós.

- Manifestação na galeria: nós estamos aqui.

A SRA. MARIA LUCIA SALUM D'ALESSANDRO – Então, mas ele está representado: está representado por mim, pela Denise e pelo Daniel.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARIA LUCIA SALUM D'ALESSANDRO – E o Geraldo, pelo Daniel.

Então, assim, não houve negligência por tarde do João, absolutamente, e eu estou justificando a ausência dele, porque nós soubemos na sexta-feira, à noite, e hoje estamos aqui.

- Manifestações na galeria.

A SRA. MARIA LUCIA SALUM D'ALESSANDRO – Então essa é a primeira questão. Depois vou voltar, porque há várias respostas aqui para dar, mas eu vou preferir que eles falem antes.

Em segundo lugar, com relação aos recursos da habitação, eles não estão no nosso âmbito, não é a Sehab que decide e discute a distribuição de recursos na Prefeitura da Municipalidade. A gente até chegou a conversar isso hoje, à tarde, antes de vir para cá. Então, assim, houve... Isso que você falou, eu concordo, porque antes tinha dinheiro do Tesouro, deixou de ter, entraram outros fundos e o do Tesouro diminuiu, mas isso não é a Sehab.

O que nós fazemos, como a Denise falou com muita clareza, é mandar o nosso cronograma de necessidades, e a gente manda sempre em torno do mês de setembro. Então é isso que a gente tem feito. Agora, nós não fazemos parte da distribuição de recursos. Obviamente a gente faz parte pela briga nossa. A gente briga, luta, justifica e vai em cima das nossas necessidades. Isso nós fazemos. Mas nós não fazemos a distribuição de recursos.

Gostaria de passar da palavra para a Denise, porque acho que ela vai responder uma parte; o Daniel também tem uma parte para responder; e, depois, eu vou responder uma terceira parte, aí eu finalizo, está bem?

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Bem, vamos aqui à relação. É essa a questão: vários representantes que se inscreveram colocaram a necessidade de definição de um percentual do recurso do orçamento para a habitação, não é? Então essa questão é uma questão que efetivamente tem de ser discutida em nível de uma proposta de uma legislação específica para isso - até como tem na Educação e na Saúde. Então teria que haver uma proposta de legislação específica.

- Manifestações na galeria.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Isso. (Palmas)

E aí o que acontece? Essa proposta é analisada pelo Executivo, pela Secretaria de Finanças, principalmente porque, quando envolve recurso do Tesouro, são recursos que vêm impostos, arrecadações, que a própria Secretaria de Finanças que tem esse controle e pode fazer esse estudo e demonstrar para todos a viabilidade ou não dessa aplicação.

Se esse recurso for viabilizado, nós técnicos temos sim condições, junto com vocês, de apresentar as propostas.

- Manifestações na galeria.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Por quê? Isso porque todas as demandas que são registradas na Secretaria de Habitação estão, de certa forma, organizadas, são conhecidas. Então dá para a gente fazer essa proposta em conjunto.

Bem, vários representantes que falaram na necessidade de definição, acho que a resposta seria essa. Então seria se unir, fazer uma proposta de um projeto de lei, juntamente com o Executivo e o Legislativo, para estudar a viabilidade dessa aplicação.

- Manifestação na galeria: isso mesmo.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA – Em relação a algumas questões específicas, vou pegar alguns pontos específicos e aí tem a complementação.

No orçamento da Secretaria - não é bem da Secretaria -, da Habitação, como eu mostrei, a gente considera diversas fontes de recursos, não é? Então, às vezes, a questão de um orçamento ser inferior ao orçamento do ano que passou, não quer dizer que ele reduziu a sua aplicação. É que, naquele ano anterior, existiam, provavelmente, mais fontes externas possíveis de ser utilizadas; e, neste ano, a gente está com saldos de convênios, por exemplo, estaduais, nos finalizando. Então, por isso, às vezes, a redução.

E outra questão também que foi colocada, que é importante nesse gancho: os recursos aprovados no orçamento que não são executados, às vezes, por questões específicas

de alguns convênios, eles não são devolvidos. Eles não foram executados porque eles não existiram de fato, Então a gente tem uma diferença no orçamento, que acho que é importante explicar, que a gente tem uma parte do orçamento, que nós falamos a previsão orçamentária, e a disponibilidade financeira.

Então o que nós apresentamos hoje é a previsão orçamentária, baseada na estimativa de receitas que vão ser verificadas durante o exercício seguinte. Essas receitas, se elas baterem com o orçamento, ele vai estar inteiramente disponibilizado e poderá ser executado. Se essas receitas não se confirmarem, esse orçamento vai ser automaticamente reduzido. Ele não é devolvido, eu não tenho dinheiro físico, não é? Eu tenho uma previsão. Esse dinheiro físico vai sendo verificado, à medida que ou as receitas do Tesouro entram, ou esses recursos externos de convênios sejam viabilizados. Então acho que é mais um pouco ali o que foi falado nessa questão.

Uma questão importante, então, a queda de recursos - acho que o Fábio Siqueira colocou - da unidade 14: nela nós temos pouco recurso do Tesouro. Os recursos que há, a grande maioria, são de recursos externos. Então a redução é por isso: é a previsão de esses recursos serem viabilizados.

Uma questão específica da Carmem: a Carmem - inclusive, lá, que está interessada na Viela da Paz -, ela tem utilizado um expediente muito importante na Prefeitura hoje que é o e-SIC. O e-SIC é um canal da Prefeitura, dentro da Transparência, onde qualquer cidadão pode questionar qualquer ação da Prefeitura. Esse e-SIC é instituído por lei e temos prazos para resposta.

Então a Carmem tem realmente questionado bastante em relação a essa Viela da Paz e, aí, Carmen, algumas questões para além das que já foram... Eu mesma que fiz as respostas para você. (Risos) A gente não se identifica, mas as respostas foram feitas. Além dos 3 milhões que estão lá para desapropriação, o João Caiaffa está previsto para 2017; o Luiz Migliano também, mas ele está numa segunda prioridade: se tiver dinheiro vai; se não tiver,

tem outras prioridades na frente. Os recursos para o Viela da Paz vão ser do Fundo Municipal de Saneamento, da ordem de 18,5 milhões para o ano que vem. E não há possibilidade de ter mais recursos. Isso vai ser inclusive negociado junto ao Ministério Público. Por quê? Se nós privilegiarmos o Viela da Paz na totalidade, nós deixamos outros investimentos sem recursos, porque o recurso está muito limitado.

Em relação à transparência, onde o recurso está previsto, onde ele é aplicado: no portal da Prefeitura, existem os locais específicos de fundos. Então, tanto no Fundurb quanto no Fundo de Saneamento, existem os planos de investimentos aprovados pelos conselhos lá, onde os recursos estão individualizados. Então vocês sabem quanto de dinheiro está direcionado para cada empreendimento, inclusive para 2017, na proposta orçamentária. No *site* do Fundurb está lá a apresentação que fizemos, onde tem toda a proposta de aplicação.

E, pegando o gancho da Cecília: Cecília, quando apresentei o Fundo de Saneamento lá no Cades - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, você também me abandonou em relação à possibilidade de utilização de recurso do fundo para a compra da área para a implantação do Parque Nascente, e a minha resposta foi exatamente igual à do Vereador Police Neto: o Secretário do Verde não só tem assento no Fundo de Saneamento, como é o Vice-Presidente. E o Cades tem um representante titular e um suplente, da sociedade civil, no Conselho do Fundo de Saneamento que é a Marta Amélia e o Sr. Ângelo Iervolino.

Qualquer um deles, ou o próprio Secretário pode trazer ao Conselho do Fundo, quando ele vai definir o plano de investimento, a proposta que vai ser avaliada em conjunto. Nós temos um universo de investimentos e essa proposta é analisada para ver a viabilidade. O fundo pode sim comprar área para parque, ele pode investir nessa área.

Em relação ao próprio Fundo de Saneamento e o Fundurb, tem conselheiros da sociedade civil dentro do Cades como do Conselho Municipal de Política Urbana, quanto do Conselho Municipal de Habitação, está aqui a Nilda, a Nilda é Conselheira do Fundo de

Saneamento, representante do Conselho Municipal de Habitação. Então há esse cruzamento entre conselhos e participações exatamente para que haja essa discussão dos planos de investimento.

Quando eu falo que o recurso que a gente tem ele basicamente é dirigido aos contratos que temos em andamento, nessas discussões isso é avaliado.

Muita gente falou do percentual. O percentual, que acho que é importante mesmo, porque se nós não tivermos essa garantia, realmente a gente disputa esse recurso com toda a Prefeitura. Então isso é uma coisa importante.

Eu preciso agora abordar, antes de passar para a Malú, algumas questões colocadas pelo César Porto, que é diretor de participação da Cohab em relação ao orçamento, em relação à distribuição e em relação às questões atinentes principalmente a aquisições. Não está previsto no orçamento da Cohab a rubrica de construção de habitação de interesse social como elemento de despesa ligado a desapropriação porque para o ano de 2017 a Secretaria de Finanças mudou a sistemática de destinação de recursos para desapropriação. Então nós não precisamos mais ter dotação específica no órgão que vai executar a desapropriação, a aquisição de imóveis.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. DENISE – Tem. Eu apresentei, 43 milhões de reais dirigido à Cohab e ao Fundo Municipal de Habitação, esse recurso vai ser executado por reserva com transferência. Então até 2016 nós tínhamos que ter a dotação orçamentária específica lá. A partir de 2017 nós não precisamos mais. O recurso vai ser transferido automaticamente pela Secretaria de Habitação para o FMH, dependendo do programa, ou para a Cohab para também aquisição de áreas. No programa de construção de habitação de interesse social, o investimento não é tão significativo por quê? Em relação à execução. Essa administração tem privilegiado o investimento na aquisição de terras para viabilizar a produção com recursos do Governo Federal. É que a coisa descasou um pouquinho, mas a estratégia era correta, onde que vou

investir? Não vou gastar dinheiro para executar se há viabilidade de trazer dinheiro do Governo Federal. O problema é que a conjunção acabo saindo um pouco do planejado. Mas a ideia era essa.

E uma forma de fomentar recurso no FMH, além de recursos próprios, é óbvio que é injeção de recursos do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado a todos os técnicos que estão aí. Obrigado mesmo. Tem mais resposta. Deixe eu agradecer ao pessoal do MSTI, sei que ainda tem que voltar, tem uma longa jornada de volta. Muito obrigado pela presença de vocês, a paciência.

A SRA. DENISE – Vocês vão querer escutar o restante das respostas? O Minha Casa Minha Vida, as 55 mil unidades, na verdade, o dado que vocês falaram não é um dado do levantamento verdadeiro. Eu queria explicar um pouco o processo do Minha Casa Minha Vida, porque os projetos precisam ser aprovados na Secretaria de Licenciamento. Então qual modalidade que a gente tem lá na Secretaria? A Gente tem o FAR Privado, o FAR em terreno da Cohab, que é chamamento público com as áreas desapropriadas que alguém aqui falou que não houve desapropriação nenhuma e a gente nunca teve um estoque tão grande de áreas desapropriadas como nesse Governo. São 700 milhões de reais. Então é assim, o FAR chamamento é chamamento de empresas em terrenos da Cohab e FDS, tem o FDS em terrenos da Cohab também, que a gente chama de público, e SDS que é o privado, que os movimentos é que tocam sozinhos. Então alguns desses dados, até anotei aqui porque tinha comigo os dados, olha o FDS em unidades entre concluídas, em obras e licenciadas tem 6.600, de um universo que considerando as que estão em licenciamento, o universo total são 51 mil unidades habitacionais. Por que, gente? Porque o processo de licenciamento dessas obras é um processo moroso. Eu trabalhei um ano e meio na SEL, é um trabalho hercúleo a aprovação de um plano integrado. O FAR da Cohab tem nove mil unidades em andamento ou concluídas, de um total de 11 mil unidades. O FAR particular, com licenciamento concluído, em

obras ou obras concluídas, tem nove mil unidades de um total em andamento de 35 mil unidades. Último dado está no meu celular. O FDS, que é o FDS da Cohab, ele tem licenciamento 3.531 e em obras 630. Conclusão, gente, não é um número pequeno, é um número considerável. A pena é que esses 55 mil, quando foi inscrito no Plano de Metas, foi 55 mil concluídas. Gente, impossível em quatro anos.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. DENISE – Então, meu querido, acho que houve um problema em quem escreveu a meta.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Aqui não tem a questão de que não conseguir cumprir uma meta não torna ninguém mentiroso, a única coisa é que não cumpriu a meta. Portanto, todos aqui reconhecem que tem uma fragilidade na política habitacional da cidade.

A SRA. DENISE – Mas houve um grande esforço.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não conseguiu entregar as 55 mil unidades. Mas o que interessa aqui é que a gente precisa encerrar a audiência para dar cabo à próxima.

Eu quero agradecer aos técnicos da Secretaria de Habitação. Quero agradecer a presença de todos que aqui nos acompanharam. Muitos chegaram aqui às 9h da manhã e vieram ter a oportunidade de fala agora, porque tenho que devolver a presidência para que a última audiência pública de hoje seja realizada. Mas agradeço individualmente a todos vocês que vieram e aguentaram até aqui.

Vou fazer questão de que esses números trazidos pela Secretaria de Habitação cheguem ao nosso Relator, para que ele de fato possa colocar no relatório, não só os números, mas os desafios.

(NÃO IDENTIFICADA) – Tem alguma pessoa da Favela Violão aí ou já foi embora?

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Já foi embora.

(NÃO IDENTIFICADA) – Para dizer que o terreno vai ficar com o pessoal do Violão.

Está sendo desapropriada outra área para a associação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu passo a informação.

Passo a presidência ao Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos para o 7º item, tema geral: diversos.

Convido para fazerem parte da Mesa os Srs. Luís Felipe Arellano, representando a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Finanças em exercício; Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Rodrigo Pupim, Secretário Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Gláucio Teixeira, Coordenador Chefe da Contabilidade e Finanças; Marcos Justi, Auditor.

Registro a presença dos Vereadores José Police Neto e Atílio Francisco, Relator.

Peço à assessoria que me passe a relação dos inscritos. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Luís Felipe Arellano, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

O SR. LUÍS FELIPE ARELLANO – Muito obrigado, nobre Vereador Jair Tatto, agradeço a presença de todos que estão até agora para ouvir essa importante exposição, oportunidade de discutir o orçamento municipal, cumprimento a Mesa.

Vamos fazer uma exposição breve, mas abrangente da situação do orçamento municipal. Entendemos que é importante também passar essa visão global para que todo mundo tenha conhecimento a respeito das principais premissas que orientam a elaboração do orçamento.

Para que essa discussão possa ser feita com um pouco mais de profundidade, também tendo em vista os limites globais que acabam regendo a atividade orçamentária.

- O Sr. Luís Felipe Arellano passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. LUÍS FELIPE ARELLANO – Passando por algumas das premissas que foram utilizadas na elaboração da proposta de lei orçamentária.

Em primeiro lugar, como manda a Constituição, também a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a proposta de lei orçamentária deve ser aderente ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

Então obviamente essa é a base de toda construção da proposta orçamentária. As metas e as prioridades que foram elencadas nessas duas leis aprovadas por esta Casa são também as metas e prioridades trazidas pela lei orçamentária ou pela proposta de lei orçamentária.

Outra premissa importante de natureza econômica que faz parte do contexto dentro do qual trabalhamos, é uma premissa de gradual recuperação da economia e da arrecadação do Município de São Paulo.

Como todos sabem, em 2016, o Município assim como o Brasil inteiro ainda sofrem com as consequências de uma das maiores crises econômicas dos últimos tempos. Embora o Município de São Paulo tenha tido alguma resiliência superior a dos demais entes públicos, nós também notamos um arrefecimento da arrecadação municipal e isso se traduziu numa execução, do orçamento de 2016, inferior ao que havia sido planejado na proposta de orçamento de 2016.

Quando a proposta foi encaminhada, ainda em 2015, prevíamos um crescimento da economia do país e conseqüentemente da economia de São Paulo. Esse crescimento não aconteceu, pelo contrário, estamos caminhando para uma recessão muito forte, mas estamos trabalhando, assim como as projeções do mercado, para um resultado um pouco melhor no ano de 2015, se refletindo também num crescimento, elevação das receitas municipais.

Tendo em vista esse ponto de partida que é a projeção das receitas municipais já com certo incremento da atividade econômica, partimos então para os principais grupos de despesa e devemos começar por aquelas despesas que tem a menor flexibilidade. Ou seja,

aquelas que independentemente de discussões a respeito do mérito já estão de alguma forma contratadas e, portanto, são muito inflexíveis porque é a partir do que restar que teremos o espaço para uma discussão mais sobre o mérito.

Então iniciamos basicamente com o recurso necessário para o pagamento de dívida e de precatórios. A questão envolvendo dívida principalmente é a seguinte: o Município de São Paulo mesmo que tenha obtido êxito na renegociação da dívida com a União ainda tem uma parte expressiva das suas receitas comprometidas com o pagamento de dívida, seja principal, sejam juros dessa dívida.

E os contratos do Município de São Paulo com a União preveem que se não houver o pagamento a União pode simplesmente sequestrar os recursos das contas do Município. Ou seja, não há nenhuma opção a não ser quitar essas dívidas.

Então começamos naturalmente fazendo uma projeção da dívida. E para essa projeção entram critérios como inflação, taxa Selic, etc. E a partir daí destinamos uma parte da proposta orçamentária para pagamento da dívida.

Outra variável bastante importante é a projeção de subsídio do ônibus. Embora seja de alguma forma uma despesa discricionária, porque depende da tarifa de ônibus e também de algumas variáveis relativas à utilização do sistema de transportes, fato é ser uma despesa bastante inflexível. E é também uma despesa de valor bastante expressivo dentro do orçamento municipal. De maneira que é também uma das primeiras despesas projetadas e incluídas no orçamento para que possamos ver qual o montante restante a partir de então.

Feitas essas primeiras alocações na proposta de orçamento passamos para a despesa de pessoal, que também é um componente bastante grande da despesa global do Município. Aí temos uma proposta orçamentária contemplando os eventos já aprovados por esta Câmara.

Feitas essas alocações iniciais passa-se então a fazer uma projeção e uma alocação do montante que sobra de receitas atendendo as vinculações constitucionais e também uma regra que segue qual foi o padrão de execução do orçamento vigente.

É claro que estamos num contexto de transição de Governo e não faria nenhum sentido representando um Governo que está passando a bola para o seguinte, fazer grandes modificações na peça orçamentária.

Então como estávamos no meio de um processo eleitoral sabíamos que independentemente desse resultado haveria mudanças e valeria a pena ser o mais coerente possível com o projeto que vinha sendo executado. E manter uma distribuição dentro do orçamento semelhante àquela que vinha sendo executada até então. Mesmo porque como mencionei inicialmente o ponto de partida é o plano plurianual que permanece vigente, inclusive, para o ano que vem orientando as escolhas na apresentação da proposta orçamentária.

Nessa tabela temos algumas das variáveis chaves que foram utilizadas. Não vou mencionar um a um dos itens, só quero ressaltar o seguinte: basicamente estamos trabalhando com uma projeção de PIB positiva em 1,3 nessa proposta orçamentária e isso acaba influenciando a projeção de receitas, porque a nossa projeção de receitas está muito ligada à atividade econômica, especialmente ao PIB de serviços.

Com relação ao PIB de serviços estamos trabalhando com uma recuperação em velocidade inferior à velocidade do PIB global. Um ponto a ser destacado nas discussões, nesta Casa, é o seguinte: quando elaboramos a proposta orçamentária para encaminhar ao Poder Legislativo estávamos trabalhando com uma previsão de PIB de 1,3, apresentada pelo mercado no Boletim Focus do Banco Central.

Se formos olhar hoje essa mesma projeção, ela já foi reajustada para um por cento. Então ainda o Banco Central ou o mercado estão trabalhando com uma projeção de aquecimento e recuperação da economia, mas a velocidade com que essa recuperação vai

acontecer talvez não seja tão rápido quanto pressuposto na proposta de lei orçamentária. Esse é um ponto e atenção nas discussões que seguem daqui para frente.

Além disso, houve algumas alterações também na projeção de selic e IPCA, isso marginalmente afeta algumas das receitas e despesas do Município. Basicamente entre as receitas temos um efeito sobre as receitas patrimoniais, receitas financeiras decorrentes de aplicação de recursos em caixa temporariamente.

Esse gráfico traz a distribuição das despesas por grupo de despesas. Ele pode parecer um pouco sem grande apelo porque você não consegue enxergar efetivamente a política pública, mas ele traz uma informação bastante importante do ponto de vista global do orçamento e que quero ressaltar nesta apresentação.

É basicamente o seguinte: uma parte expressiva do orçamento está comprometida com despesas que são bastante inflexíveis. Se for começar com amortização de dívida e encargos e juros sobre a dívida que já mencionei, é uma das primeiras despesas que projetamos para a elaboração da proposta. Vamos ver que 6,2% da despesa total do orçamento já estaria vinculada com o pagamento da dívida do Município.

Em seguida poderíamos passar para a despesa com pessoal e encargos. É claro que aqui temos os mais diversos serviços públicos sendo custeados por essa despesa de pessoal e encargos, mas fato é que uma despesa bastante inflexível também corresponde a cerca de 40% da despesa total prevista na proposta orçamentária.

Então tínhamos os 6% iniciais da dívida mais 40% de despesa de pessoal, o que reflete o grau de rigidez da peça orçamentária e a dificuldade que há de fazer grandes alterações.

Os 40% em vermelho ali, que são as outras despesas correntes, trazem basicamente os contratos da Prefeitura, contratos com serviços de terceiros, e aqui dentro a gente tem alguns itens como o próprio subsídio de ônibus, contrato de varrição e coleta. Então,

são itens que, embora guardem margem de discricionariedade superior a de uma despesa de pessoal ou despesa com dívida, por exemplo, nem por isso são despesas fáceis de reduzir.

De novo, mostrando o percentual do orçamento público que, de alguma forma, já vem pré-determinado por opções anteriores à sociedade, sendo que, quando do momento da discussão sobre o Orçamento, algumas decisões já foram tomadas no Plano Plurianual e outras até em gerações anteriores, como é o caso da dívida pública. Cabe a nós, portanto, realocarmos no Orçamento essas despesas.

Os restantes 10% do Orçamento são alocados para investimentos. Se formos considerar o nível histórico de investimento da cidade de São Paulo, é um montante bastante expressivo. Contudo, infelizmente, é uma rubrica que sempre pode crescer, mas que acaba sempre sendo uma variável de ajuste depois das demais despesas que são mais inflexíveis do que as despesas de Orçamento.

Se formos analisar o Orçamento por funções, ressaltamos que três grandes funções recebem a maior parte dos recursos orçamentários na proposta. A Educação – como não poderia deixar de ser, até pelas vinculações constitucionais –, a Saúde – que aparece em terceiro lugar e que este ano foi ultrapassado pelas despesas com benefícios e pensões, como a Previdência, que aparece, pela primeira neste ano, à frente das despesas da Saúde, ressaltando-se uma discussão madura a respeito desses custos.

Neste gráfico há uma apresentação de comparação entre a despesa disponível no Orçamento de 2016, que está sendo executada, e, por estarmos no final de novembro, é o que esperamos que seja executado até o final do ano, versus o orçamento disponível para 2017. O que vemos é um crescimento para todas as funções.

Esse quadro é importante porque, se compararmos a proposta de Orçamento de 2017 com o Orçamento apresentado para 2016, podemos acabar tendo uma visão equivocada a respeito de qual é a direção em que as variáveis estão se movendo. Podemos, de repente, passar a acreditar que alguma Pasta ou função está perdendo recurso, quando, na verdade,

não está. Porque, como falei, a proposta Orçamentária para 2016 foi feita com a premissa de crescimento da economia, mas o que se observou foi, na verdade, uma forte recessão, o que afetou as receitas municipais e obrigou, até por conta de respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, a um contingenciamento dessas despesas; ou seja, o Orçamento, que será executado até o final de 2016 não tem exatamente o mesmo valor do Orçamento que foi orçado para 2016, até por conta da exigência de que se contingenciassem as despesas para fazer frente à queda de receitas.

Portanto, se formos observar aquilo que efetivamente será executado em 2016 versus o que se propõe de gasto para 2017, verificaremos que há, sim, um crescimento expressivo das aplicações de recursos da Prefeitura.

Este quadro traz a mesma informação que já mencionei anteriormente e basicamente é apenas uma demonstração das despesas que, em conjunto com as receitas, demonstram quais as principais rubricas de receita e como ela se distribui nas diferentes funções de governo.

Já me aproximando do final da minha apresentação, gostaria de apresentar parte do demonstrativo de aplicação mínima de recursos em Saúde e Educação para ressaltar a proposta de Lei Orçamentária, que traz uma vinculação de recursos da ordem de 19,72% para ações de saúde, acima, portanto, do mínimo constitucional previsto, de 15%, o que vem sendo uma regra no Município de São Paulo e, no caso da Educação, prevê uma vinculação, uma despesa a ser realizada de mais ou menos 33,66%, superior também, portanto, aos 31% previstos na Lei Orgânica do Município de São Paulo e bastante acima dos 25% previstos na Constituição Federal.

Como o tempo é curto, não vale a pena entrar em muitos detalhes. Para quem tiver interesse em obter mais detalhes a respeito das premissas de elaboração do Orçamento, quais os dados precisos a respeito de programas, projetos e atividades – algo que tenho segurança

de já ter sido bastante discutido ao longo deste dia – deixo a referência do *link* no *site* onde vocês poderão encontrar a íntegra da proposta apresentada e todos os seus demonstrativos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Cumprimento o Presidente Jair Tatto; o Vereador Atilio Francisco, Relator do Orçamento deste ano; os Srs. representantes da Secretaria de Finanças e da de Gestão e especialmente a população presente nesta décima segunda hora da discussão orçamentária de 2017.

Realmente é muito duro falar isso, mas chegamos à conclusão de que o Prefeito Fernando Haddad é um grande neoliberal. Chega a ser engraçado ele estar no Partido dos Trabalhadores e apresentar um Orçamento desses, cortando dinheiro da Secretaria da Igualdade Racial. Não bastasse a Presidente Dilma ter extinguido, no ano passado, o Ministério da Igualdade Racial, agora nos é apresentado um corte de verba de 28,6% para 15,9%, ou seja, quase 12 milhões de corte para essa Secretaria, que inclui também os indígenas – sem pedir autorização aos indígenas, os incluíram na Secretaria que trata de assuntos da população negra.

Realmente é uma confusão até antropológica de demandas do Governo Haddad, que também reduziu verba, por exemplo, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. As pessoas portadoras de deficiências, juntamente com os idosos, viraram alvo dessa gestão.

Li um decreto aterrador, porque tira dinheiro destinado às pessoas com deficiência para verba geral de Prodam. Anteontem, lemos um decreto que tira do projeto Atende, que transporta gratuitamente até a AACD, para verba geral do corrupto sistema de transporte do Estado de São Paulo; são 2 bilhões que ninguém sabe para onde vai. Este ano, portanto, fizeram o favor de não realizar audiência pública sobre o transporte simplesmente para não perguntarmos sobre o dinheiro que vai para as permissionárias, para as concessionárias,

quanto ganha a Via Sul, por que a 4718 é uma péssima linha. Estamos saindo daqui sem a menor explicação sobre tudo isso.

Para terminar, pergunto aos Srs. Secretários onde está a lista dos maiores devedores da Prefeitura de São Paulo, por que o Governo Haddad oculta a lista das empresas que mais devem na dívida ativa, processadas e condenadas a devolver dinheiro que faz tanta falta à Secretaria de Assistência Social, ao Conselho Tutelar e a políticas públicas voltadas aos idosos. Talvez porque haja algum financiador da campanha Haddad.

Tudo isso é lamentável, e fico indignado em ter que discutir este Orçamento antidemocrático, antiparticipativo e neoliberal do Sr. Fernando Haddad.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Boa tarde. Sou presidente nacional da CDGT – Central Democrática Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Quero fazer perguntas ao Secretário Municipal de Finanças.

Tendo São Paulo o maior PIB da América Latina, qual foi a arrecadação bruta da cidade de São Paulo entre 2015 e 2016, com quanto a cidade de São Paulo contribuiu com o Governo do Estado e com o Governo Federal.

Na 1ª Conferência Nacional das Cidades, apresentei o projeto Minha Casa, Minha Vida, um projeto revolucionário que prevê a construção de 15 milhões de habitações sociais até 2011. Em seguida, apresentei a tese do Sistema Único Nacional de Habitação, um projeto que previa 5% da arrecadação da União, 3% da do Estado e 2% da dos municípios. Se essa tese fosse desenvolvida, ela geraria mais de cinco milhões de empregos na construção civil e atenderia a demanda por habitação na cidade de São Paulo e nas demais cidades do Estado.

São esses os meus dois questionamentos de hoje, porque esse clima de corrupção no Brasil gerou mais de 15 milhões de desempregados – 1 milhão só na cidade de São Paulo e quase 3 milhões na região metropolitana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio de Novais Silva

O SR. FÁBIO DE NOVAIS SILVA – Mais uma vez, boa noite a todos. Já é a vigésima vez que venho aqui. Esses dois minutos me lembraram a letra de uma música da banda Iron Maiden, chamada *Two minutes to midnight*. Não sei se alguém já a escutou, mas estamos bem próximos disso.

Enfim, falando sobre o assunto, Srs. Vereadores, gostaria de perguntar sobre as Secretarias que não foram citadas hoje e para as quais não foi apresentado nenhum orçamento, como a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, para a qual milito.

Eu e vários amigos nos reunimos com o Prefeito Fernando Haddad, que não atendeu a diversas demandas de parques. Ao invés disso, reduziu custos com os trabalhadores que fazem a segurança dos parques, que estão ficando sucateados.

Gostaria também de falar sobre a Secretaria Municipal de Serviços, mais especificamente sobre o Fab Lab, os Laboratórios de Fabricação Digital – não sei quem aqui já ouviu falar, mas acho que o pessoal conhece. Isso foi muito importante para todos nós pelo aprendizado, principalmente para nós que não temos muita oportunidade nem condições de pagar um curso muito caro. Aprendemos muito com o Fab Lab, e por isso gostaria de saber se eles vão continuar previstos no orçamento da Secretaria de Serviços. Gostaria que continuassem.

Gostaria de pedir também aos senhores que, por favor, marquem uma audiência específica para tratar dessas Secretarias, que considero importantes. Gente, considero meio ambiente fundamental, essencial para o ser humano. Acho triste de ver tão vazia essa audiência, porque, quando falamos de outras coisas, fica lotada. Precisamos falar sobre isso, porque, se acabarmos com o meio ambiente, acabaremos com a própria vida. A Terra está acabando, e precisamos dar um jeito nisso, precisamos cuidar do futuro.

Gostaria, então, de perguntar qual vai ser o orçamento para o Meio Ambiente, ao FEMA, quantos parques vão ser criados pela lei do Plano Diretor (Ininteligível) 157 (Ininteligível) estão em débito com a cidade de São Paulo. Eu gostaria, por favor, se o senhor tivesse o (Ininteligível).

P – Obrigado, Fábio.

Tem a palavra a Sra. Cecília Pelegrini.

A SRA. CECÍLIA PELEGRINI – Boa noite. Eu fiquei muito desconsertada com essa apresentação do Sr. Luís Felipe. Premissa? Como assim premissa? Você sai dizendo que se não pagar ou... a amortização da dívida é o primeiro ponto. A primeira coisa: vamos tirar o dinheiro para amortizar a dívida. Essa é a primeira preocupação. Olha só, a fala dele, gente. Eu vim aqui até para falar outra coisa, mas a fala dele me deixou desconcertada, porque além de dizer que a primeira preocupação é com a amortização da dívida, ele ainda complementa que, se não pagar, eles, que eu não sei quem, vão lá e fecham a nossa conta. Gente, premissa é outra coisa.

O segundo ponto que pega no nosso orçamento é o gasto com o pessoal. Também esse ninguém mexe. Porque, gente, eu vou falar assim: a gente aprende que quando o nosso orçamento fica complicado em casa, a gente tem que pensar no que vamos mudar, porque alguma coisa tem que mudar. Então o que eu estou percebendo é que essas coisas que são a grande fatia... porque a gente vai ter que peitar.

Bom, eu vou lá para o final, que foi o que me trouxe aqui.

São 3% para a cultura. (Palmas) É isso daí que a gente quer. São 3% do total, porque a cultura mexe com educação, com segurança, com varreção de rua, com um monte de coisa que você falou aí. Então são 3% para a cultura, sendo que metade desses 3% tem que estar na periferia e 20 milhões que não eram os 3% e nem a metade tem que ser para o Programa Cultura Viva, que é uma baita de uma atração legal.

Finalmente, é o seguinte: precisamos implantar o Parque da Fonte. Conversando ou não lá no meio ambiente, é necessário escrever em algum lugar que vamos precisar de dinheiro para o Parque da Fonte, porque o fonte é uma só, milenar, e a gente vai ter um parque sem fonte.

P – Tem a palavra a Sra. Carlinda Vítor da Silva.

A SRA. CARLINDA VÍTOR DA SILVA – Boa noite aos Vereadores e a todos munícipes que sobreviveram à audiência e foram até o final. Parabéns.

A minha premissa é moradia. Eu estava vendo o orçamento, e era muito alto educação e saúde na previdência. Legal, são coisas necessárias, mas a premissa tem que estar na moradia, porque, sem a moradia, não existe saúde, educação, cultura, assistência social, conselho, não existe sobrevivência de um ser humano.

Estou há 25 anos na cidade de São Paulo, e eu, pela minha ignorância, e, pela minha ignorância, eu ter que ficar no aluguel. É uma tentadora ignorância. De repente, eu fui consumida pela especulação. Prefeito eleito agora, João Dória, você não pode nem pensar em fazer parceria com a iniciativa privada, porque eu sou exemplo, e conheço um número muito grande de gente sofrendo por essa iniciativa privada. Nós tivemos uma especulação imobiliária. Não existia nem humanidade nessa especulação.

Eu sempre gostei muito dessa área. Eu não atuava porque eu atuava no... eu sou ex-professora e atuei todos esses anos na educação privada e defendo o SUS. Então conheço muito bem esses lados. Mas, infelizmente, eu não concordo com a iniciativa privada tomar conta de uma coisa que é prioridade da nação. E centro não precisa mais sair construindo, agredindo. O Parque Augusta está sob morte, e não podemos deixar que esse parque morra. Peço aos Vereadores que nos socorram, porque ali foram várias construções que subiram gigantescas. E se matarem o Parque Augusta, vai virar um caldeirão.

E a iniciativa privada, Sr. Prefeito eleito, João Dória, não pode tomar conta de parceria. Aqui tem autogestão, tem uma Secretaria para trabalhar. E se quer fazer parceria, faça com os movimentos, que são muito bem habilitados e conhecem a necessidade.

Muito obrigada.

P – Tem a palavra a Sra. Maiúze Aihama (?).

A SRA. MAIÚZE AIHAMA – Boa noite a todos que ainda estão aqui. Eu gostaria de começar dizendo o descaso de começar a Assembleia Geral às 9h30 da noite, sendo que tem gente aqui desde as 8h da manhã; e ainda reagendar a Saúde para quinta-feira, fora as outras que foram canceladas no dia de hoje. É um descaso com a população de São Paulo.

Estou aqui representando o programa *Jovem monitor cultural*. Defendo, sim, os 3% do total para a cultura, sendo a metade deles para a periferia, sim, porque é a periferia que faz com que essa cidade se movimente, e a periferia não é, em nenhum momento, é olhada.

Gostaria que fosse mais detalhado esses mais de 10% de investimento que é o que aparentemente sobra para todo mundo. E o porquê do aumento do Legislativo. Eu acho que não tem necessidade nenhuma de aumentar mais, levar mais dinheiro para o Legislativo da cidade de São Paulo. Acho que até reduzir seria uma ótima forma de trazer mais dinheiro para nós. (Palmas)

Gostaria que o programa *Jovem monitor cultural* tivesse uma rubrica própria. Estamos dentro da rubrica de Promoção Cultural, 6353, e gostaria, se fosse possível, que fosse incluída uma rubrica própria para o programa *Jovem monitor cultural*, sendo que o programa existe pela Lei 14.968/09. E nós estamos reivindicando o aumento da verba para 15 milhões e a continuidade do programa. Sabemos que 15 milhões não é muito.

O programa *Jovem monitor cultural* age em todo o território da cidade de São Paulo, em todos os movimentos culturais citados aqui durante os dois dias de assembleia durante os quais vocês foram bombardeados de informação, porém o *Jovem monitor* foi

pautado diversas vezes, e é um programa que necessita da continuidade e do aumento. Então eu reivindico os 15 milhões para o programa *Jovem monitor cultural*.

P – Tem a palavra o Sr. José Daniel, da SPTurismo.

O SR. JOSÉ DANIEL – Boa noite a todos. Eu sou o Daniel da São Paulo Turismo.

Está virando moda nos últimos dias, no final deste ano, falar da privatização, da venda do Anhembi, infelizmente. Acho que o pior dos mundos na humanidade é a ingratidão. A gente tem um patrimônio da cidade, e eu acho que essa discussão do que vai ser feito com o Anhembi vai ter que passar por esta Casa, porque é um patrimônio público, é um patrimônio da cidade. A gente tem um equipamento valiosíssimo para a cidade em termos de extensão – 400 mil m². É um equipamento que ajudou muito a economia da cidade de São Paulo, polivalente, que não se destina somente a feiras, mas a questões culturais, sociais. As rendas e receitas daquele pavilhão subsidiaram ao longo da história diversas ações da Prefeitura e ainda continua subsidiando. Nós temos de 2009 a 2016 em torno de 182 eventos realizados em espaços próprios do Anhembi. Se a Secretaria fosse pagar por esses eventos, teria que ter desembolsado 193 milhões, e só desembolsaram 33 milhões, porque a política do Anhembi para com as secretarias é sempre de dar descontos gigantescos em torno de 85%-90% para a realização dos eventos. Quem paga a conta, vai amortizando isso, é o lucro que tira da iniciativa privada com as grandes feiras do Pavilhão. Então a questão do futuro do Anhembi vai ter que passar por uma grande discussão nesta Casa, e realmente ver se atende o interesse público, que deve prevalecer sobre o interesse privado.

Com relação à questão do Orçamento, o fato é que, infelizmente, deixaram o Anhembi da forma que está nesse momento, embora tenha grande possibilidade de reavivar, tendo uma gestão séria. Contudo, diante dos fatos, o que se impõe, independentemente da discussão que vai ser feita no próximo ano, e que já está correndo neste final de ano, é discutir o destino do Anhembi. O que se tem que garantir, e é responsabilidade desta Casa, sob pena de ingratidão mesmo, e até de irresponsabilidade em relação aos eventos que acontecem na

cidade de São Paulo, é o orçamento adequado para manter o seu capital intelectual e o seu capital físico, para que não deixe deteriorar ainda mais o patrimônio para qualquer finalidade que se venha a ter lá na frente. Então é responsabilidade a garantia do orçamento adequado, sob pena de, para ajustar as contas, a Câmara assinar embaixo a demissão de diversos trabalhadores com *know-how*, *expertise*, além da perda de um patrimônio intelectual inestimável à cidade de São Paulo.

P - Tem a palavra a Sra. Laís Barbosa, jovem monitora.

A SRA. LAÍS BARBOSA – Boa noite. Eu estou aqui em nome do programa *Jovem monitor novamente*, porque nós fomos mais de 8 mil, e nos resumiram em pouco mais de 200 jovens. São 200 jovens com a oportunidade de ter estar próximo ao desenvolvimento de cultura e cidadania diariamente na cidade. Somos jovens. E a continuação da cidade, o futuro? Sem oportunidade, nós teremos uma cidade de mãos vazias, ou pior, nas mãos daqueles que não se interessam pelo progresso de São Paulo. Nós somos jovens monitores espalhados pela cidade fazendo a cultura se espalhar pelas novas gerações. Se a cidade não se interessar, não ouvir a juventude, estaremos, a cada ano, cada vez mais velhos, nesta mesma sala, reivindicando e demandando repetidamente as mesmas coisas sem nenhum resultado. É isso.
(Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Carmen, a última oradora inscrita, do *Projeto piá*.

A SRA. CARMEN – Boa noite a todas e a todos. Estive de manhã especificamente na pauta da cultura. Estou representando o *Piá*, mas não somente. Foi falado insistentemente, incansavelmente, da importância em se pensar um orçamento para a cultura, de 3%, que sabemos que é extremamente pouco, e que esses 3% sejam descentralizado, com a metade indo para a periferia por uma questão muito óbvia, muito simples: que é onde os recursos públicos não chegam e que é onde está a grande maioria da população.

Infelizmente, tem pouquíssimas pessoas aqui, e é pesaroso estar discutindo o orçamento de toda a cidade com tão poucas pessoas. Eu represento a cultura, mas, ao mesmo tempo, quem está na periferia sabe da importância que é esses recursos chegarem.

Antes estiveram o pessoal da habitação, que estão pleiteando o orçamento para eles. É importante que a gente ouça isso. É a primeira vez que estou falando neste microfone nesta Casa, e eu não vejo uma discussão sobre o orçamento. Alguém falou em discussão sobre o orçamento, e não há uma discussão, porque se começou falando das prioridades, que são prioridades que não reconhecemos, que não entendemos, que não compreendemos, que achamos que não é tão prioridade assim. Então, enfim, 3% para a cultura. E o *Piá* é um programa para a infância que acontece nas periferias da cidade, nos equipamentos públicos. É um projeto que está aí desde 2004, resistindo à precariedade, resistindo à falta de verba, resistindo à falta de atenção e de uma política de estado. Então, por favor, atenção a esses projetos.

Muito obrigada.

P – Tem a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO – Eu sou o Pedro, sou jovem monitor também, e vim fazer algumas perguntas à Mesa, se ela puder me responder.

Luís, eu entendi boa parte do que você falou, mas eu gostaria de entender um pouco mais. Eu sei que está todo mundo cansado, mas eu gostaria de perguntar se você poderia falar de forma um pouco mais simples. Eu não sei se eu não sou capaz de entender tudo, mas falar de uma forma um pouco menos prolixa, tecnicista, erudita, inteligente, intelectual. Você poderia explicar melhor talvez os *slides* que você apresentou? Eu sei que está todo mundo cansado, e não sei se também tiveram dificuldade de entender, não sei.

O que a galera da moradia pautou, por exemplo, de aumento de até 10% do orçamento, que a gente, da cultura, está pautando em 3%, vai dar certo ou não vai? Dá para dar? É você que pode responder isso? Você pode responder isso agora? Se não é com você

que eu falo, com quem eu falo e quando eu falo, dá para falar agora? E quais vão ser os encaminhamentos de hoje?

P – Obrigado, Pedro. Vamos lá, então.

Tem a palavra o nobre Relator, Vereador Bispo Atílio, para as considerações finais.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Não, pode colocar o Secretário para das as respostas, e depois eu me manifesto.

P – Tá ok. Para as considerações finais, passo a palavra ao Sr. Luís Feliz, Secretário de Finanças em exercício no Município de São Paulo.

O SR. LUIS FELIPE – Muito obrigado. Gostaria inicialmente de agradecer a todas as colocações, que certamente enriquecem o debate e nos fazem refletir e melhorar no nosso trabalho.

Eu gostaria só de fazer alguns esclarecimentos que entendo importantes neste momento. Com relação à dívida, que é um aspecto extremamente importante na Secretaria de Finanças, eu tenho a dizer que quase a totalidade da dívida do Município de São Paulo é com a União. Nós pagamos para outra esfera de governo que é a União Federal, e o pagamento da dívida não é importante simplesmente por ser dívida. Quer a gente queira, quer não, a legislação brasileira impõe uma série de restrições para que o ente que deixa de pagar a dívida.

Se o Município de São Paulo deixasse de pagar a dívida para a União, em primeiro lugar o contrato prevê que a União poderia, como fez na semana passada no estado do Rio de Janeiro, simplesmente sequestrar os recursos da conta corrente. Passado esse primeiro efeito, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe uma série de restrições ao recebimento, por exemplo, de transferências voluntárias e alguns outros tipos de transferências por parte da União.

Para receber esse tipo de transferência, e aqui a gente tem transferências diversas do SUS, transferências relacionadas, por exemplo, a PACs, em que a gente encontra boa parte daqueles investimentos que foram mencionados, se nós tivéssemos algum tipo de

inadimplência com a União, a gente deixaria de receber esses recursos. Então, quando a gente fala da importância do pagamento da dívida e o porquê, que de certa forma ela é inflexível, nós estamos falando que é uma condição para recebimento de uma série de outros recursos previstos para serem transferidos pelo Governo Federal.

- Fala fora do microfone.

O SR. _____ - Uma coisa que efetivamente se pode fazer e efetivamente se fez, especialmente entre 2014 e 2016, foi lutar para a renegociação da dívida do Município de São Paulo, e isso foi efetivamente feito. A dívida do Município de São Paulo, até o final de 2015, era por volta de 70 bilhões de reais; essa dívida foi reduzida para por volta de 30 bilhões de reais. Essa redução não veio sem uma briga muito grande com a União Federal. É importante que se diga que não se aceita passivamente o ônus da dívida sobre a população de São Paulo. Muito pelo contrário, essa briga efetivamente existe e é uma briga feroz por recursos, e o Município enfrentou essa briga junto à União e conseguiu uma redução muito expressiva da sua dívida.

Essa redução já vem se refletindo em uma redução do fluxo. Até 2015 se pagou cerca de cinco bilhões de reais de dívida para o Governo Federal. Esse fluxo, em 2016, já foi reduzido para cerca de 3,5 bilhões e vai se manter por volta disso também em 2017, e o montante que a gente vai amortizando dessa dívida vai ser cada vez maior até o ponto em que a gente efetivamente vai conseguir se livrar dela dentro do prazo, o que não aconteceria se não tivéssemos renegociado.

Então com certeza esse foi um marco muito importante e é importante que se diga isso, porque a prioridade não vem pela prioridade em si. Todos aqui estão respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal e essa prioridade, que a gente goste, quer não, já está colocada na Lei de Responsabilidade Fiscal e cabe a nós, servidores públicos, seguir o que a legislação determina.

- Fala fora do microfone.

O SR. _____ - A dívida com a União representa cerca de 98% da dívida do Município de São Paulo. Além disso, nós temos dívida com o BID e dívida com o BNDES, que eram exceções à proibição de contratação enquanto nós tivéssemos essa dívida com a União federal. O custo dessa dívida era extremamente elevado, após a renegociação foi bastante reduzido, de maneira que agora a gente consegue, dentro do prazo até 2030, amortizar a totalidade dela, e o Município naturalmente vai ter, com isso, condições de ampliar os seus investimentos ao longo do tempo.

Posso acabar tendo a tendência de usar alguns jargões. Não quero de maneira alguma evitar que eu seja compreendido por todo o mundo... (interrupção da gravação)... quis passar com a apresentação o seguinte conceito: o Orçamento parte de uma previsão de receitas. Assim como qualquer pessoa tem um limite dentro do qual ela pode consumir, que é o limite da sua capacidade de auferir renda, o Município também tem, como uma empresa, como uma família, como qualquer pessoa.

Esse limite não é simples de ser aferido, porque ele depende de uma série de variáveis. Se a economia estiver indo melhor, se as pessoas estiverem empregadas, a atividade econômica aumenta e conseqüentemente as empresas faturam mais, pagam mais Imposto Sobre Serviços, os imóveis se valorizam, as pessoas pagam mais IPTU e conseqüentemente as receitas do Município são maiores para fazer frente a todas as necessidades.

O que eu quis demonstrar na minha apresentação é que em 2016 isso não aconteceu, a economia teve uma redução e as receitas do Município, aquele bolo que passa a ser repartido, também se reduziu. Como consequência disso, o Orçamento previsto no início de 2016 teve que ser contingenciado. O que efetivamente pôde ser executado foi um montante menor do que havia sido planejado.

Quero ressaltar isso pelo seguinte: se nós compararmos o que certamente será executado até o final deste ano com o que está sendo proposto, nós veremos inclusive em

algumas secretarias, que foram mencionadas aqui como secretarias que estavam tendo redução de orçamento, como Mobilidade Reduzida ou Igualdade Racial, na verdade uma elevação do orçamento. No caso da Igualdade Racial tem um orçamento disponível neste momento de 14 milhões de reais e o orçamento proposto está indo para 16 milhões de reais. No caso da Mobilidade Reduzida, um orçamento de 13 milhões caminhando para um orçamento de 16 milhões de reais.

É claro que é da vontade de todos nós que vivemos na cidade de São Paulo que as receitas cresçam sempre em velocidade suficiente para abarcar todas as necessidades. Ninguém aqui imagina que a Cidade não dependa de mais investimentos ou de maiores ações na área de cultura. Isso seria o ideal para todos nós. Falando de maneira bastante simples, na verdade não tem alguém com quem você fale para ampliar isso ou aquilo. Essa é uma discussão que todos temos de fazer conjuntamente. Se o espaço das receitas é limitado, ampliação de gastos num determinado segmento ou uma determinada ação só podem vir com a redução em outra área.

Esse elenco de prioridades é feito dentro de um sistema orçamentário com diversas leis, com o Plano Plurianual, com a LDO, com a própria LOA, naturalmente dentro das instituições representativas, como é o caso do próprio Poder Executivo, do Poder Legislativo, e o espaço dessas audiências é extremamente valioso para permitir que isso aconteça.

Eu não quero me estender demais. Passo a palavra para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Eu queria chamar para as considerações finais o relator, nobre Vereador Atílio Francisco, que está aqui desde as 9h, juntamente com vários companheiros. Com a palavra, nobre relator.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – O pessoal gosta da Câmara Municipal, não é?

Primeiro quero parabenizar todos os grupos que participaram desta audiência pública com evidências, com reivindicações justas. A gente gostaria de criar recursos para

atender todas as reivindicações apresentadas. Vamos estudar com a Comissão o que foi apresentado nesta audiência, com os assessores técnicos da Comissão e ver o melhor para fazer para todos vocês.

Como eu disse, de acordo com a orientação que o Secretário passou para a gente, números são números e a gente não pode fugir deles. Dentro do que foi especificado aqui, para atender a tudo que vocês pediram, a gente teria que zerar, minimizar muitas das outras áreas que também têm recursos comprometidos. Vamos buscar mecanismos para fazer o que for possível. O que não for possível, a cada...

Vamos ter um novo prefeito que vai apresentar um plano de metas, tem 90 dias a partir de primeiro de janeiro para apresentar um plano de metas. Com certeza vai apresentar um ajuste no orçamento exatamente em detrimento desse plano de metas, e aí, sim, vocês, como fizeram, se mobilizaram para estar aqui e reivindicar na peça orçamentária os seus interesses, também gravar como foi feito pelo nosso amigo ali, que gravou o plano de metas do Haddad e hoje chegou aqui, no final do mandato, e apresentou cobranças. Isso é fundamental.

E contar com a gente, dentro do que... Às vezes se exige muito dos vereadores quando eles pouco podem fazer. Muitas pessoas não têm o entendimento de que um vereador não pode elaborar peça ou projeto de lei que gere custo. Muitas vezes a gente é criticado por apresentar denominação de ruas, de praças etc., porque o vereador não pode gerar custo com seus projetos de leis. Quando ele apresenta um projeto que gera custo, ele tem que dizer de onde virá o recurso. Então é difícil muitas vezes a gente querer fazer as coisas. Gostaríamos muito de elaborar projetos de lei que atendessem às reivindicações que vocês apresentaram, mas infelizmente quem tem essa prerrogativa é só o Executivo.

Parabenizo todos os grupos pela vontade, pela disposição, pela luta. Nós, vereadores, estamos à disposição para somar nessa luta com vocês e ajudar a cobrar do próximo prefeito aquilo que vocês precisam, talvez não para 2017, mas para orçamentos futuros.

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Bispo Atílio.

Eu só quero fazer uma consideração final. O Fábio acompanhou, a D. Maria, vocês que acompanham a questão da cultura, foi uma luta para a gente criar uma rubrica específica, descentralizar o dinheiro da Cultura e colocar 11.253.000 de reais nas subprefeituras no ano passado. Foi uma conquista. Infelizmente, por razões administrativas, nós não conseguimos executar porque o dinheiro foi congelado.

Quero chamar a atenção bem rapidamente... Eu disse hoje que 100% da minha agenda e da minha atividade política é na periferia. Se tem uma coisa que me entristece são os pancadões. Os pancadões faz os pais sofrerem duas vezes, porque vai em um local que não é do bem, muitas vezes, ou na grande maioria das vezes, são jovens menores e a mãe sofre por isso, e os pais, e por conta de que correm o risco ainda de tomar borrachada da polícia. Então foi feito um esforço grande...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não. Eu digo que as mães sofrem porque os jovens apanham. Calma, calma. Estou dizendo que os pais sofrem duas vezes, porque está num ambiente que não desejaria – não estou levando em conta o porquê, então vocês vão entender no final – e, segundo, porque corre um grande risco de tomar borrachada da polícia.

Então nós queremos transformar esses lugares que são considerados do mal em lugares do bem. Nós podemos pegar esse lugar e transformar numa infraestrutura pública, e ali pôr um palco, som, luz, artistas locais; transformar naquilo que faz bem a todos. Porque hoje eu não vi ninguém aqui da cultura apelando para que continuasse essa verba descentralizada da cultura. E ali você vai reunir subprefeito, supervisor de cultura que tem em cada sub, o conselho participativo, coordenador de juventude, e fazer atividades culturais ali com artistas dali, vocês vão dar cachê dali. Mas eu não vi ninguém hoje apelar para continuar essa verba.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não (ininteligível), o dinheiro foi congelado.

Então vou fazer um apelo inclusive ao relator para manter esses recursos, que são em torno de 12 milhões de reais, e foi com critério de distribuição pelo IDH. Então, olha lá, Parelheiros ia ter 500 mil reais para fazer cultura lá, aí vocês não precisam mais vir pedir – posso usar um termo aqui? – penico para a Secretaria de Cultura, gente; vocês fazem lá. Então eu vou pedir, vou apelar novamente para que a gente continue tendo essa verba para atividades culturais nas subprefeituras e que isso seja definitivamente mantido.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Supervisão de cultura.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há problema.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O novo prefeito disse que vai transformar em prefeituras regionais. Mas, de verdade, eu queria fazer esse debate com vocês...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, sim.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Exatamente. Mas cada subprefeitura tem grupos culturais. Esta cidade é muito...

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa eu afirmar para você que aquilo que eu vejo na periferia, os pancadões, é um problema muito grave, sim.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não. Nós queremos colocar verba nas subprefeituras para que os grupos locais...

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É só para cultura.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É uma rubrica específica.

- Fala fora do microfone.

A SRA. _____ - (Fora do microfone) – Eu vou falar uma coisa para você.

Então queira colocar para os pontos de cultura, aí é legal, porque os pontos de cultura são grupos que resistiram...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então põe na secretaria e vão pegar fila lá, é isso? É que nem o VAI, dois mil inscritos e 150 conseguem ser atendidos.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tem problema. Nós vamos fazer esse debate.

Então eu quero fazer...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. De qualquer maneira eu agradeço a disposição de vocês, o esforço. Agradeço ao Secretário Luís Felipe, ao querido Rodrigo, Gláucio, Teixeira, Marco do Tribunal de Contas.

Aviso também que quinta-feira teremos, às 12h, a audiência que ficou pendente hoje, da área da saúde.

Boa noite e vamos todos com Deus. Obrigado.